



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 087 - SEXTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA A REALIZAR-SE NO DIA 26 DO CORRENTE MÊS, TERÇA-FEIRA, ÀS 18H30, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA A REALIZAR-SE NO DIA 27 DO CORRENTE MÊS, QUARTA-FEIRA, ÀS 14H, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIÇÃO DO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUMÁRIO

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 217, de 2001, que aprova o ato que outorga concessão à TV Minas Centro-Oeste S/C Ltda. para explorar serviço de rádio difusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.	13710
Nº 218, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Cultural e Comunitária Ebenézer da Estância Turística de Paraguaçu Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.	13710
Nº 219, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Eldorado do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	13710
Nº 220, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo – ACMC, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantagalo, Estado do Paraná.	13710

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 76ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE JUNHO DE 2001

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 347, de 2001 – CN (nº 589/2001, na origem), de 20 do corrente, encaminhando o **Projeto de Lei nº 19, de 2001 – CN**, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$770.000.000,00 (setecentos e setenta milhões de reais), para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 13711

Nº 153, de 2001 (nº 585/2001, na origem), de 20 do corrente, comunicando a sua ausência do País no período de 21 a 22 de junho de 2001, a fim de participar da XX Reunião do Conselho do Mercado Comum e da Reunião dos Chefes de Estado do Mercosul, a realizar-se na cidade de Assunção, Paraguai. 13713

Nº 154, de 2001 (nº 580/2001, na origem), de 19 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2000 (nº 1.790/99, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional das APAEs – Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, sancionada e transformada na Lei nº 10.242, de 19 de junho de 2001. 13714

Nº 155, de 2001 (nº 592/2001, na origem), de 21 do corrente, submetendo à consideração do Senado o nome do Sr. Geraldo Brindeiro, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 13714

2.2.2 – Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia

Nº 145/2001, de 11 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 123, de 2001, da Senadora Heloísa Helena. Ao Arquivo. 13729

2.2.3 – Avisos do Ministro de Estado da Justiça

Nºs 563 e 575/2001, de 13 e 19 do corrente, respectivamente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 28, de 2001, do Senador Antonio Carlos Magalhães. Ao Arquivo. 13729

2.2.4 – Pareceres (*)

Nº 604, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2001 (nº 617/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Diamantina – AMPODI, a executar serviço de rádio difusão comunitária na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais. 13729

Nº 605, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 256, de 1999, da Senadora Emília Fernandes, que solicita o sobrestamento da tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1999 (nº 658/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, no dia 24 de setembro de 1996. 13730

(*) Leiatura de pareceres após a Ordem do Dia (Item 2.3.2)

2.2.5 – Comunicações da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Projeto de Lei nº 19, de 2001 – CN, consistente em Mensagem Presidencial lida anteriormente. 13731

Recebimento dos Avisos nºs 2.593 e 2.650, de 2001, de 13 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 354/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que gerencia o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR (TC nº 006.743/2000-3). Anexados ao Aviso nº 70, de 2000. À Comissão de Fiscalização e Controle. 13732

Recebimento do Ofício nº S/20, de 2001 (nº 1.507/2001, na origem), de 21 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando a manifestação daquele órgão acerca da solicitação do Governo do Estado da Bahia para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de dez milhões de dólares dos Estados Unidos, equivalentes a vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais, à taxa de câmbio de 30 de abril de 2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvi-

mento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE. À Comissão de Assuntos Econômicos.

13732

Recebimento do Ofício nº S/21, de 2001 (nº 1.510/2001, na origem), de 21 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão acerca da solicitação do Governo do Estado da Bahia para contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos, equivalentes a cento e dezoito milhões, setecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais, à taxa de câmbio de 30 de abril de 2001, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Projeto de Combate à Pobreza no Interior da Bahia – PRODUZIR II. À Comissão de Assuntos Econômicos.

13732

2.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR NEY SUASSUNA – Consi de rações sobre a importância do fortalecimento das relações comerciais com a África e o Caribe, a partir do bloco do Mercosul.

13732

SENADOR GERALDO CÂNDIDO – Indignação ante a impunidade dos poderosos. Necessidade de mudanças na diretoria da Petrobras.

13737

SENADOR LINDBERG CURY – Reflexões sobre a importância da ampliação do uso do gás natural no Brasil.

13741

SENADOR BERNARDO CABRAL – Apoio à reivindicação dos servidores do Serpro cedidos ao Ministério da Fazenda, que defendem a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1998.

13745

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Análise da crise na cultura sergipana.

13747

2.2.7 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se na próxima terça-feira, dia 26, às 18 horas e 30 minutos.

13752

2.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 343, de 2001, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2000, de sua autoria, que institui o Programa de Construção Associativa da Casa Própria, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

13752

Nº 344, de 2001, de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 1999, de sua autoria, que altera o § 2º e acrescenta o § 3º no art. 542 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil),

cujo prazo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já se acha esgotado.

13752

Nº 345, de 2001, de autoria do Senador Lúdio Coelho, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações, alterando a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

13752

Nº 346, de 2001, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 239, de 1999, de sua autoria, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, quarenta por cento dos recursos arrecadados em moeda corrente, com a privatização de empresas controladas direta ou indiretamente pela União, em programas sociais, alterando a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

13752

Nº 347, de 2001, de autoria do Senador Gilberto Mestrinho, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre o incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

13752

Nº 348, de 2001, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1995, de autoria do Senador Oda Cir Soares, que regulamenta o art. 243 e seu parágrafo único das Disposições Gerais da Constituição Federal, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

13752

Nº 349, de 2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 1995, de autoria do Senador Oda Cir Soares, que institui o Programa de Implantação das Reservas Extraativistas, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

13753

Nº 350, de 2001, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 221, de 1999, de sua autoria, que altera a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

13753

Nº 351, de 2001, de autoria do Senador Geraldo Cândido, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 430, de 1999, de sua autoria, que determina a imposição provisória de tetos tarifários sobre as importações agropecuárias e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional já se encontra esgotado. 13753

Nº 352, de 2001, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1999, de sua autoria, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que posuam empregados com mais de quarenta anos, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se acha esgotado. 13753

Nº 353, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1999, de sua autoria, que acrescenta dispositivo ao Capítulo V da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, cujo prazo na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura já se encontra esgotado. 13753

Nº 354, de 2001, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1999, de autoria do Senador Ramez Tebet, que dispõe sobre a concessão de desconto no valor de passagens para os maiores de sessenta anos, cujo prazo na Comissão de Assuntos Sociais já se acha esgotado. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 569, de 1999) 13753

Nº 355, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 1999, de sua autoria, que isenta do Imposto sobre a Renda os valores recebidos a título de salário-educação e salário-maternidade, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se acha esgotado. 13753

2.2.9 – Comunicação da Presidência

Encaminhamento de ofício aos presidentes das comissões pertinentes, no sentido de que agilizem a emissão dos pareceres aos projetos de lei do Senado de que tratam os Requerimentos nºs 343 a 355, de 2001, lidos anteriormente, a fim de que os projetos venham ao Plenário devidamente instruídos. 13754

2.2.10 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2001, de autoria do Senador Fernando Maturza, que acrescenta inciso ao art. 38 da Lei nº 9.250, de 1995, para autorizar o sujeito passivo ou seu ad-

vogado a retirarem processo administrativo da repartição. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 13754

Projeto de Resolução nº 27, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar a disponibilização, pela **internet**, de proposições e pareceres. 13755

2.2.11 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 27, de 2001, lido anteriormente. 13755

2.2.12 – Leitura de requerimentos

Nº 356, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2001 – Complementar, de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos arts. 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Será votado após a Ordem do Dia. ... 13757

Nº 357, de 2001, de autoria do Senador Arlindo Porto, de dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 604, de 2001, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Diamantina – AMPODI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais. **Aprovado.** O projeto será incluído na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária. 13757

2.2.13 – Ofício

Nº 281/2001, de 21 do corrente, da Liderança do Bloco PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 13757

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o art. 75 da Constituição Federal, para facultar a nomeação de membros das Cortes de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios por meio de concurso público. **Não houve oradores** na terceira sessão de discussão, em primeiro turno. 13757

Item 2

Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. **Discus-**

são adiada para o dia 27 do corrente, nos termos do Requerimento nº 358, de 2001. 13758

Item 3

Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2000, de autoria do Senador Luiz Estevão, que acrescenta dispositivo ao art. 3º da Lei nº 8.650, de 22 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica. **Aprovado**, com voto contrário do Senador Geraldo Cândido. À Comissão Diretora para redação final. 13758

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2001 (nº 502/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Minas Centro-Oeste S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais. **Aprovado**. À promulgação. 13759

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2001 (nº 552/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Cultural e Comunitária Ebenézer da Estância Turística de Paraguaçu Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo. **Aprovado**. À promulgação. 13759

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2001 (nº 628/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Eldorado do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. **Aprovado**. À promulgação. 13760

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2001 (nº 642/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo – APMC, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantagalo, Estado do Paraná. **Aprovado**. À promulgação. 13760

2.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2000 (**Parecer nº 606, de 2001 – CDir**). **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 359, de 2001. À Câmara dos Deputados. 13761

Requerimento nº 356, de 2001, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**. O Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2001 – Com-

plementar, consta da Ordem do Dia da sessão da próxima terça-feira, dia 26. 13761

2.3.2 – Leitura de pareceres

Nº 607, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que dá nova redação ao inciso III do art. 4º e à alínea c do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que “altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, e dá outras providências”. 13762

Nº 608, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 623, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, e dá outras providências”. 13764

Nº 609, de 2001, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho. 13767

2.3.3 – Ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 22/2001, de 12 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que dá nova redação ao inciso III do art. 4º e à alínea c do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, e dá outras providências, em reunião realizada naquela data. 13769

Nº 23/2001, de 19 do corrente, comunicando a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 623, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, em reunião realizada naquela data. 13769

2.3.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Nº 74/2001, de 19 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho. 13769

2.3.5 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, por um decimo da comissão da Casa, para que os Projetos de Lei do

Se na do nºs 623, de 1999; 217, de 2000, e 26, de 2001, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

13769

2.3.6 – Leitura e requerimento

Nº 360, de 2001, de autoria dos Senadores José Eduardo Dutra e Arlindo Porto, solicitando seja oficiado ao Banco Central do Brasil, para que submeta ao Senado Federal a documentação que especifica. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que terá o prazo de duas reuniões ordinárias para apresentar parecer.

13769

2.3.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2001, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para permitir a realização de debates e entrevistas pelos candidatos de rádio e de televisão por assinatura, por responsabilidade do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nas circunstâncias e condições que menciona e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

13770

Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2001, de autoria do Senador Ademir Andrade, que institui diretriz sobre a utilização de fontes energéticas a ser observada pelos municípios na implementação da política de desenvolvimento urbano. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa.

13771

2.3.8 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR PAULO HARTUNG – Avanço na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição que limita a edição de medidas provisórias. Preocupação com os rumos da economia em virtude da crise cambial brasileira.

13773

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Comentários sobre o acordo que possibilitou a continuação da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição que limita a edição de medidas provisórias, e que teve origem no Senado Federal.

13774

SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Considerações sobre emenda da Câmara dos Deputados à Proposta de Emenda à Constituição que limita a edição de medidas provisórias, que dá à Câmara o poder de iniciar a votação da matéria.

13774

SENADOR ROMERO JUCÁ – Congratulações ao Presidente Aécio Neves e às Lideranças Políticas e partidárias que propiciaram o entendimento para a votação, na Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição que regulamenta a edição de medidas provisórias.

13775

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registros da Reunião dos Presidentes das Fe-

derações das Indústrias da Amazônia que analisou a extinção da Sudam e da Medida Provisória que cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

13776

SENADOR WALDECK ORNELAS – Agravamento dos desequilíbrios regionais do País em virtude da extinção da Sudam, da Sudene e da reformulação dos fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia.

13778

SENADOR MAGUITO VILELA – Realização de reunião com os presidentes regionais do PMDB, a respeito do lançamento de candidato próprio para a presidência da República. Excesso de denúncias de corrupção no atual Governo.

13782

SENADOR ROMERO JUCÁ – Repúdio às afirmações do Senador Maguito Vilela sobre o atual Governo no que tange às denúncias de corrupção.

13785

SENADOR ADEMIR ANDRADE, como Líder – Considerações sobre projeto de lei do Senado de sua autoria, que define diretrizes para a utilização da energia solar nas construções urbanas coletivas. Críticas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias enviado pelo Governo, sem previsão de aumento para o salário mínimo e para o funcionalismo público.

13786

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Consideração a respeito do pronunciamento do Senador Maguito Vilela.

13788

SENADOR RICARDO SANTOS – Exame pela Comissão de Educação do Senado do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1996, que dispõe sobre a prevenção, tratamento e controle do tráfico ilícito de drogas que cause dependência.

13789

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Defesa da atuação do Conselho Nacional de Política Agrícola.

13792

SENADOR JONAS PINHEIRO – Necessidade de incentivo à cultura no País.

13794

2.3.9 – Discursos encaminha-dos à publicação

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Homenagem póstuma ao historiador Caio Prado Júnior.

13796

SENADOR ROMEU TUMA – Considerações sobre a realização da Terceira Sessão Nacional Anti Drogas, com o objetivo de mobilização nacional contra o narcotráfico.

13797

SENADOR EDISON LOBÃO – Preocupação com o aumento de países que utilizam crianças como soldados em guerras, missões militares diversas e conflitos civis.

13805

SENADOR MAURO MIRANDA – Realização de encontro regional do PMDB no município de Formosa/GO. Considerações sobre os graves

problemas que envolvem a região do entorno do Distrito Federal.	13806	na origem), do Poder Executivo, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 18 da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, o relatório de cumprimento da meta do resultado primário do Governo Central relativo ao ano 2000, acompanhado da metodologia de apuração.	13813
2.3.10 – Comunicação da Presidência		4 – EMENDAS	
Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 9 horas, com Ordem do Dia de signada.	13808	Nºs 119 a 123, adicionadas à Medida Provisória nº 2.080-64, de 2001.	13815
2.4 – ENCERRAMENTO		Nºs 1 a 24, apresentadas ao Projeto de Lei nº 11, de 2001 – CN.	13825
3 – PARECERES		5 – ATOS DO PRESIDENTE	
Nº 15, de 2001 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 7, de 2001 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$4.304.000,00 (quatro milhões e trezentos e quatro mil reais), para os fins que especifica.	13810	Nºs 198 e 199, de 2001.	13849
Nº 16, de 2001 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Mensagem nº 1.098, de 2000 (nº 1.663/2001, na origem), do Poder Executivo, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 18 da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, o relatório de cumprimento da meta do resultado primário do Governo Central referente ao terceiro trimestre de 2000, acompanhado da metodologia de apuração.	13811	6 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL	
Nº 17, de 2001 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Mensagem nº 92, de 2001 (nº 144/2001,		Nºs 78 a 80, de 2001.	13850
		7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
		Nºs 1.124 a 1.132, de 2001.	13853
		8 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)	
		9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

CONGRESSO NACIONAL

Faça saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 217, DE 2001

Aprova o ato que outorga concessão à TV Minas Centro-Oeste S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 16 de junho de 1999, que outorga concessão à TV Minas Centro-Oeste S/C Ltda. para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

Faça saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 218, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Cultural e Comunitária Ebenézer da Estância Turística de Paraguaçu Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 206, de 8 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação de Difusão Cultural e Comunitária Ebenézer da Estância Turística de Paraguaçu Paulista a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

Faça saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 219, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Eldorado do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 100, de 22 de março de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Eldorado do Sul a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

Faça saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 220, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo – ACMC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantagalo, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 108, de 22 de março de 2000, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo – ACMC a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantagalo, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de junho de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

SENADO FEDERAL

Ata da 76ª Sessão Deliberativa Ordinária em 21 de junho de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Jader Barbalho, Edison Lobão,
Antonio Carlos Valadares e da Sra. Maria do Carmo Alves*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Antônio Paes de Barros – Antônio Carlos Júnior – Antônio
Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga –
Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio –
Carlos Wilson – Edison Lobão – Eduardo Siqueira
Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fer-
nando Bezerra – Fernando Matusalém – Francélio Pe-
reira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido
– Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho
– Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Ja-
der Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza –
Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino –
José Coelho – José Eduardo Dutra – José Fogaça – Ju-
vêncio da Fonseca – Lauro Campos – Lindberg Cury –
Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otávio – Luiz
Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Ma-
rina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira
Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Naib Júnior – Ney
Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Nova da Costa –
Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pe-
dro Piva – Pedro Simon – Pedro Ubirajara – Renan Calhe-
iros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Satur-
ni no – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha
Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio
Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck
Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares)
– A lista de presença acusa o comparecimento de 74
Srs. Senadores. Havendo número regimental, de claro
abertura a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mo-
zari do Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 347, DE 2001-CN (Nº 589/2001, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Fe-
deral, submeto à elevada deliberação de Vossas Exce-
lências, acompanhado de Exposição de Motivos do
Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orça-
mento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao
Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da
Integração Nacional, crédito especial no valor de
R\$770.000.000,00, para os fins que espedifica".

Bra sí lia, 20 de junho de 2001. – **Fernando Herr-
rique Cardoso.**

EM nº 161/MP

Bra sí lia, 19 de junho de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar
Projeto de Lei, que dispõe sobre a abertura de cré-
dito especial, em favor do Ministério da Integração
Nacional, no valor R\$770.000.000,00 (setecentos e
setenta milhões de reais), destinados ao Fundo de
Desenvolvimento do Nordeste – FDNE e ao Fundo
de Desenvolvimento da Amazônia – FDA.

ORGÃO : 53008 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
UNIDADE : 53005 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - FDN

ANEXO			CRÉDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M D	I U	F T E	VALOR
0900 DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE									462.000.000
OPERACÕES ESPECIAIS									
28 846	0800 0355	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DO SETOR PRODUTIVO NO ÂMBITO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE							462.000.000
28 846	0800 0355 0001	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DO SETOR PRODUTIVO NO ÂMBITO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - NACIONAL							462.000.000
			F S	S F	F 90	D 300			396.929.332
			F S	S F	F 90	D 315			65.070.668
TOTAL - FISCAL									462.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									462.000.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.171, DE 5 DE JANEIRO DE 2001

Esti ma a Re ce i ta e fixa a Des pe sa da União para o ex er c í c i o fi nan ce i ro de 2001.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Fi nanceiro para a elaboração e controle dos or çamentos e balanços da União, dos Esta dos, dos Munic í p i o s e do Distrito Federal.

.....
Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, com o ção intestina ou calamidade pública.

.....
Art 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a des pe sa e será pre ce di da de ex po si ção justificativa. (Veto rejeitado no DO, 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(Veto rejeitado no DO, 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugado-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês em tre a ar re ca d a ç ã o pre vi sta e a re a li za da co n si de ran do - se, ain da, a ten d ê n c i a do ex er c í c i o. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964).

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.145 DE 2 DE MAIO DE 2001

Cria as Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

MENSAGEM Nº 153, DE 2001 (Nº 585/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausenta rei do País no período de 21 a 22 de junho de 2001, por ocasião da XX Reunião do Conselho do Mercado Comum e da Reunião dos Chefes de Estado do Mercosul, a realizar-se na cidade de Assunção, Paraguai.

Bra sí lia, 20 de junho de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MENSAGEM Nº 154, DE 2001

(Nº 580/2001, na origem)

Mensagem nº 154, de 2001 (nº 580/2001, na origem de 19 de corrente, restituido autôgrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2000 (nº 1.790/99, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional das APAES – Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, sancionado e transformado na Lei nº 10.242, de 19 de junho de 2001.

MENSAGEM Nº 155, DE 2001

(Nº 592/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea e, combinado com o art. 128, § 1º da Constituição Federal, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor Geral do Brindeiro, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

Os méritos do Doutor Geral do Brindeiro, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae**.

Brasília, 21 de junho de 2001. **Fernando Henrique Cardoso**.

Nome: **Geraldo Brindeiro**

Nasc: 29-8-48 – Recife-PE

Filiação: Juó d'Almeida Brindeiro e Djair Brindeiro

Cônjuge: Paula Romaine Brindeiro

Filhos: Margaret Ann, George Andrew e Charles Thomas

Cargo: Procurador-Geral da República, com mandato de 2 anos, a partir de 28-6-1995.

Reconduzido ao Cargo de Procurador-Geral da República, por mais 2 anos, a partir de 27-6-1997 (Decreto de 26 de junho de 1997 – **DOU** nº 121, de 27-6-1997).

Reconduzido ao Cargo de Procurador-Geral da República, por mais 2 anos, a partir de 30-6-1999 (Decreto de 29 de junho de 1997 – **DOU** nº 123, de 30-6-1999).

CPF: 059858201-06

CI: 285.447 – SSP/DF

Atividades Profissionais:

Professor de Direito Constitucional e Direito Público Comparado nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação na Universidade de Brasília, desde 1984; Professor de Direito Civil e Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal (1972-1975); Professor de Direito Constitu-

cional, Direito Tributário e Direito Financeiro, no Curso de Bacharelado em Direito da Universidade de Brasília (desde 1984); Professor de Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Financeiro e Direito Público Comparado, no Curso de Mestrado em Direito na Universidade de Brasília (desde 1985); Coordenador de

Pós-Graduação e do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília (1985-1990); Conselheiro de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (1986-1990); Membro da Comissão de Avaliação dos trabalhos inscritos para o Seminário de Pesquisa Jurídica na Universidade de Brasília (1990); Vice-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (1989-1990), reeleito para o biênio 1991-1992; Membro das Comissões Examinadoras dos Exames de Seleção para o Curso de Mestrado em Direito e Estado, da Universidade de Brasília, realizados em 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997; Professor Orientador da Dissertação de Mestrado em Direito, na Universidade de Brasília, intitulada “As Medidas Provisórias no Direito Comparado e no Brasil”, defendida em 21.5.1991 pelo candidato Brasilino Pereira dos Santos, e aprovada pela Comissão Examinadora composta pelo Orientador e pelos Professores Ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal, e Sebastião Machado Filho (1990-1991); Membro da Comissão Examinadora, juntamente com os Professores Ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal, e Roberto Ferreira Rosas, da Dissertação de Mestrado em Direito, na Universidade de Brasília, intitulada: “A Interdependência entre a Propriedade Intelectual de Software e o Direito Público. Uma Análise de Direito Comparado”, defendida em 20-3-1995, pelo candidato Roberto de Araújo Chacon de Albuquerque, aprovada com distinção (1995); Membro da Comissão Examinadora, juntamente com os Professores Ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal, e Isabel Vaz, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Dissertação de Mestrado em Direito, na Universidade de Brasília, intitulada: “Direito Constitucional e Integração Latino Americana com especial ênfase no MERCOSUL”, defendida pelo candidato Rafael Simões Monteiro Valentino no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, em 3-11-1997, e aprovada com distinção (1997); Membro da Comissão Examinadora, juntamente com os Professores Ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal, e Roberto Ferreira

Rosas, da Dissertação de Mestrado em Direito, na Universidade de Brasília, intitulada: "A Teoria das Inelegibilidades no Direito Constitucional Brasileiro", defendida pela candidata Cristina Ossipe Martins Coelho, em 26-5-1998; Membro da Comissão Examinadora, juntamente com os Professores Ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal, e Luiz Vicente Cernicchiaro, da Dissertação de Mestrado em Direito, na Universidade de Brasília, intitulada: "O Princípio da Obrigatoriedade da Ação Penal Pública em Concerto com os Princípios Constitucionais", defendida em 26 de outubro de 2000, pelo candidato Luiz Wanderley Gazoto; Membro da Comissão Examinadora, juntamente com os Professores Ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, Inocêncio Mártires Coelho e Gilmar Mendes, da Dissertação de Mestrado em Direito, na Universidade de Brasília, intitulada: "Interpretação do Direito e da Constituição", defendida em 2 de maio de 2001.

Cargos Públicos :

Assessor Jurídico no Supremo Tribunal Federal, no período de fevereiro de 1971 a março de 1973 (1971/1973); Técnico de Controle Externo no Tribunal de Contas da União, mediante concurso público de provas e títulos realizado no segundo semestre de 1972, tendo atuado em setores jurídicos da quele órgão auxiliar do Congresso Nacional no período de março a agosto de 1973 (1973); Procurador do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, mediante concurso público de provas e títulos, lotado na Procuradoria Geral em Brasília, no período de setembro de 1973 a fevereiro de 1975 (1973-1975). Membro do Ministério Público Federal, mediante concurso público de provas e títulos, desde fevereiro de 1975 até a presente data.

Estudos e Graus Universitários :

Curso sobre o tema "O Novo Código Civil Brasileiro" proferido pelo escritor e especialista professor Orlando Gomes, em agosto de 1968, no Salão Nobre da Faculdade de Direito de Recife (1968); Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife (1966-1970); Curso em Nível de Pós-Graduação sobre o tema "O Direito Tributário na Constituição Federal", proferido pelo especialista e autor de inúmeros livros Professor Aliomar Baleeiro, Ministro do Supremo Tribunal Federal, no período de outubro de 1971 a abril de 1972, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (1971-1972); Curso em Nível de Pós-graduação sobre o tema "A Alteração do Contrato de Trabalho", proferido pelo especialista e autor de inúmeros livros Professor Mozart Victor Rus-

somano, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, no período de agosto a dezembro de 1973, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (1973); Curso de Direito Agrário, Tributação e Cadastro Rural, proferido por Professores Especialistas, em convênio com a Procuradoria-Geral do INCRA, em dezembro de 1973, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (1973); Master of Law (LLM) (Mestre em Direito) pela Universidade de YALE (EUA), (1981 -1982); Doctor of the Science of Law (JSD) (Doutor em Direito), pela Universidade de YALE (EUA), mediante defesa da tese intitulada "International Taxation from the Perspective of the Contemporary International Law of Jurisdiction" (755 págs.), no dia 7 de abril de 1990, perante comissão integrada pelos Professores W. Michael Reisman e Leon S. Lipson, e o Deão da Faculdade de Direito, Professor Guido Calabresi (1990).

Atividades Institucionais:

Procurador da República, mediante concurso público de provas e títulos realizado no segundo semestre de 1974, tendo tomado posse em fevereiro de 1975; Procurador da República, lotado na Procuradoria Geral da República, oficiando junto ao extinto Tribunal Federal de Recursos (1975/1988); Membro e Relator da Comissão designada pelo Procurador-Geral da República para realizar o planejamento da Revista Jurídica do Ministério Público Federal e de outros veículos de documentação e divulgação dos trabalhos da instituição, posteriormente criada, nos termos da sugestão do relator, sob o título "Revista da Procuradoria-Geral da República" (1988); Subprocurador-Geral da República, promovido por merecimento, em 27 de fevereiro de 1989, oficiando junto ao Superior Tribunal de Justiça, com assento na Primeira Turma daquela Corte (1989/1990); Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Substituto, e Secretário-Adjunto da Secretaria de Coordenação do Ministério Público Eleitoral, designado para exercer tais funções pelo Procurador-Geral da República a partir de 30-8-1989, oficiando junto ao Tribunal Superior Eleitoral (1989/1990); Participou do Seminário Brasileiro de Direito Eleitoral, promovido pela Secretaria de Coordenação do Ministério Público Eleitoral, realizado em Porto Alegre/RS, em maio de 1990, com a participação de Magistrados, Parlamentares, Membros do Ministério Público e Professores (1990); Vice-Procurador-Geral Eleitoral e Secretário de Coordenação do Ministério Público Eleitoral, designado para exercer tais funções pelo Procurador-Geral da República a partir de 11-9-1990, oficiando junto ao

Tribunal Superior Eleitoral, com assento no Plenário daquela Corte (1990/1994); Participou de Seminários Introdutórios para os novos Procuradores da República, realizados em fevereiro de 1991, abril de 1992 e junho de 1993, no auditório da Procuradoria-Geral da República, tendo proferido palestra sobre o tema “*A Função Eleitoral do Ministério Público Federal*” (1991, 1992 e 1993); Membro da Comissão de Estudos para a Revisão e Atualização da Legislação Eleitoral, constituída pelo Tribunal Superior Eleitoral, a partir de fevereiro de 1991, com a participação de Ministros da Corte, a convite do Ministro Presidente (1991); Promoveu o II Encontro Nacional dos Procuradores Regionais Eleitorais, no auditório do Ministério da Justiça, nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 1991, cujos Anais foram publicados, tendo proferido palestra sobre o tema “*O Ministério Público Eleitoral e a Defesa da Ordem Jurídica Democrática*” e participado como expositor de painéis sobre os temas “*As Eleições Municipais de 1992*” e “*A Autonomia dos Partidos Políticos e o Registro na Justiça Eleitoral*” (1991); Promoveu o III Encontro Nacional dos Procuradores Regionais Eleitorais, no auditório do Ministério da Justiça, nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 1993, tendo proferido palestra sobre o tema “*O Ministério Público Eleitoral e a Revisão Constitucional*”, e participado como expositor de painel sobre o tema “*As Eleições Gerais e Presidenciais de 1994*” (1994); Subprocurador-Geral da República junto ao Supremo Tribunal Federal desde abril de 1994, com assento perante a 1ª Turma, emitindo pareceres especialmente em Ações Diretas de Inconstitucionalidade, Recursos Extraordinários, Mandados de Segurança e outros processos da competência daquela Corte (1994-1995); Membro e Coordenador Executivo da Câmara Constitucional do Ministério Público Federal, com âmbito de atuação em todo o país e representantes em cada Estado, de abril de 1994 a junho de 1995 (1994-1995); Compareceu a audiência pública realizada pela Comissão Especial destinada a apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 33-A/96, que “*Modifica o Sistema de Previdência Social, estabelece normas de transição e dá outras providências*”, proferindo palestra a convite do Deputado Jair Soares, Presidente da PEC nº 33-A/96, realizada no Plenário das Comissões Especiais, Anexo II da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, em 2-10-95; Proferiu conferência na abertura do III Curso Interdisciplinar em Direitos Humanos, promovido pelo Ministério da Justiça, realizado no Salão Negro do Ministério da Justiça, Brasília, DF, em

23-10-95; Participou do Iº Fórum de Debates sobre o Crime sem Fronteiras, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça e Governo da Itália, com a presença de Magistrados italianos da “*Operação Mãos Limpas*”, realizada no Auditório do STJ, Brasília, DF, em 25-10-95; Compareceu a audiência pública realizada pela Comissão Especial destinada a proferir parecer a Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 1992, que “*introduz modificações na Estrutura do Poder Judiciário*”, proferindo palestra a convite do Deputado Wagner Rossi, Presidente da PEC nº 96, realizada no Plenário das Comissões Especiais, Anexo III da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, em 7-11-95; Proferiu Conferência sobre o tema “*A Proteção dos Direitos Humanos no Brasil*”, no 2º Fórum Nacional de Direitos Humanos, promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, realizada no Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, em 16-11-95; Proferiu aula inaugural versando sobre o tema “*Ministério Público no 3º Milênio – Questão Ambiental*”, no III Curso de Pós-Graduação **lato sensu** “*Ordem Jurídica e Ministério Público*”, realizada na Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Brasília, DF, em 23-2-96; Proferiu palestra sobre o tema “*Os Instrumentos de Proteção aos Direitos Humanos*”, durante o transcurso da 1ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, a convite da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, evento realizado no auditório Nereu Ramos – Câmara dos Deputados, dias 26 e 27-4-96; Presidiu, juntamente com o Procurador-Geral da República de Portugal, Conselheiro José Narciso da Cunha Rodrigues, e proferiu conferência sobre o tema “*Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente e do Consumidor*”, no painel sobre Justiça – Meio Ambiente e Consumidor, que contou com painelistas, portugueses e brasileiros, nas “*Primeiras Jornadas Luso-Brasileiras – Proteção Judiciária do Ambiente e do Consumidor*”, promovidas pelo Instituto Ibero-Americano de Direito do Consumidor, Brasil, Instituto “*O Direito por um Planeta Verde*” (*Lawyers for a Green Planet*), Brasil, Centro de Estudos Jurídicos – CEJ, Portugal e Centro de Estudos Ambientais e de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça de Portugal, realizado no Auditório do Centro de Estudos Jurídicos – CEJ, Lisboa, Portugal, de 19 a 22-6-96; Participou do IV Congresso Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul, patrocinado pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, realizado em Canela, RS, de 26 a 30-6-96; Proferiu palestra no encontro “*A Proteção*

dos Interesses Coletivos nos Países do Mercosul", promovido pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, que contou com as presenças dos Procuradores-Gerais da Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia, realizado no Auditório do Hotel Lage de Pedra, Canela, RS, em 28-6-96; Presidiu e proferiu palestra no IV Encontro Nacional dos Procuradores Regionais Eleitorais sobre o tema "O Ministério Público Eleitoral e as Eleições Municipais de 1996", realizado no Auditório da Procuradoria Regional da República da 1ª Região e da PR/DF, Brasília, de 26 a 28-6-1996; Participou e proferiu palestra na abertura do XI Congresso Nacional do Ministério Público, promovido pela Confederação Nacional do Ministério Público – CONAMP, realizado em Goiânia, GO, de 23 a 24-9-96; Presidiu, na qualidade de Presidente de Honra, e proferiu conferência sobre o tema "O Ministério Público e a Globalização da Economia", no XIII Encontro Nacional dos Procuradores da República, promovido pela Associação Nacional dos Procuradores da República, realizado na cidade de Natal, RN, de 30-10 a 3-11-96; Proferiu palestra sobre o tema "Ministério Público e a Defesa do Consumidor", no XI Curso Brasilcon de Direito do Consumidor, promovido pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON e pela Associação Nacional dos Procuradores da República, realizada no auditório da Faculdade de Direito de Olinda, no dia 11-3-97; Proferiu conferência sobre o tema "Ação do Ministério Público da União na Defesa da Ordem Jurídica, do Regime Democrático e dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis", para os estagiários dos Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, do Ministério do Exército, no auditório da Procuradoria-Geral da República, em 23-6-97; Participou, na condição de Membro nato e Presidente eleito, da Reunião Extraordinária da Associação Interamericana do Ministério Público, na cidade do México, de 8 a 12-8-1997, preparatório do X Congresso Interamericano do Ministério Público a ser realizado no Brasil; Participou do 5º Encontro dos Ministérios Públicos do Centro Oeste e proferiu pronunciamento sobre o tema "O Ministério Público na Proteção do Patrimônio Público e Social", promovido pela Associação Sul-Mato-Grossense do Ministério Público e realizado no Palácio Popular da Cultura, em Campo Grande, MS, de 27 a 29-8-97; Participou da 2ª Conferência Anual da *International Association of Prosecutors*, realizada em Ottawa, Canadá, de 3 a 5-9-97, especialmente como expositor e debatedor no

Workshop sobre o tema "The Role of the Prosecutor in the Investigation Process"; Participou e presidiu, como Presidente de Honra, do XIV Encontro Nacional dos Procuradores da República, promovido pela ANPR sobre o tema "O Ministério Público Federal a Serviço da Sociedade Brasileira", realizado em Belo Horizonte, MG, de 28-10 a 2-11-1997; Participou, na condição de Membro nato e Presidente eleito, da Reunião Extraordinária da Associação Interamericana do Ministério Público, proferindo conferência sobre o tema "Delitos e Infrações contra o Meio Ambiente", realizada na cidade do México, de 25 a 27-11-1997; Proferiu Conferência sobre o tema "O Ministério Público e a Defesa da Sociedade", no 1º Congresso Capixaba do Ministério Público, realizado na cidade de Guarapari, ES, no Centro de Convenções, em 24 e 25-3-1998; Participou e proferiu pronunciamento na abertura do "II Encontro Nacional sobre a atuação do Ministério Público Federal na Defesa das Comunidades Indígenas e Minorias", realizado em Santarém, PA, de 14 a 16-4-1998; Participou da cerimônia de comemoração dos dois anos de existência do "Programa Nacional de Direitos Humanos", realizada no Salão Leste do Palácio do Planalto, em 13-5-1998; Participou da "III Conferência Nacional de Direitos Humanos", promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados no Auditório Nereu Ramos daquela Casa do Congresso Nacional, proferindo pronunciamento na cerimônia de abertura, Brasília, DF, em 13-5-1998; Participou, e proferiu pronunciamento na cerimônia de abertura, do 12º Congresso Nacional do Ministério Público, promovido pela Confederação Nacional do Ministério Público — CONAMP, realizado no Centro de Convenções Edson Queiroz na cidade de Fortaleza, CE, de 26 a 29-5-1998; Participou, e proferiu pronunciamento na abertura, do I Encontro Regional de Procuradores da República, realizado em Recife, PE, em 20-8-1998; Participou, na condição de Membro do Comitê Executivo e Vice-Presidente da "3rd Annual Conference and General Meeting of the International Association of the Prosecutors", em Dublin, Irlanda, de 1º a 5-9-1998, e da cerimônia para celebrar "The 50th Anniversary of the United Nations Universal Declaration of Human Rights", presidindo ainda o Workshop sobre o tema "Crimes against Children": Eleito Vice-Presidente da *International Association of Prosecutors*, com mandato até 2001, em Dublin, Irlanda, 1998; Proferiu conferência sobre o tema "O Ministério Público", na Escola Superior de Guerra – ESG, para os cursos de Altos

Estudos de Política e Estratégia, Altos Estudos de Política e Estratégia Militares e Superior de Inteligência Estratégica, realizada na sede da referida escola, no Rio de Janeiro, em 24-9-1998; Participou do 1º Encontro Regional em Matéria Criminal _ 2ª e 3ª Regiões, realizada na Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, em 24-9-1998; Participou, como Presidente de Honra, e proferiu pronunciamento na cerimônia de abertura, do XV Encontro Nacional dos Procuradores da República, sobre o tema “Ministério Público, Impunidade e Direitos Humanos,” em Comandatuba, Bahia, de 28-10 a 2-11-1998; Proferiu palestra sobre o tema “Ação do Ministério Público da União na Defesa da Ordem jurídica, do Regime Democrático e dos Interesses sociais e individuais indisponíveis,” em evento promovido pela Consultoria Jurídica do Exército, no auditório do quartel-general do exército, Brasília, 6-11-1998; participou, e proferiu pronunciamento na abertura, do III Encontro Nacional sobre a Atuação do Ministério Público Federal na Defesa das Comunidades Indígenas e Minorias, realizado na cidade de Macaíó-AL, no período de 22 a 24-3-1999; Proferiu palestra de abertura e participou do 3º Encontro Nacional do Ministério Público Federal sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, realizado em Brasília, DF, de 5 a 9-4-1999; Proferiu palestra de abertura e participou do 1º Encontro Regional de Procuradores com atuação na área criminal da 1ª Região, realizado em Brasília-DF, nos dias 15 e 16-4-1999; Compareceu a audiência pública realizada pela Comissão Especial destinada a proferir parecer à proposta de Emenda à Constituição nº 96-A, de 1992, que introduz modificações na Estrutura do Poder Judiciário, proferindo palestra no Plenário da Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 4-5-1999; Proferiu palestra de abertura do II Encontro em Matéria Criminal _ 2ª e 3ª Regiões, realizado em São Paulo-SP, em 21-5-1999; Proferiu palestra de abertura na “II Reunión Extraordinária de La Asociación Interamericana Del Ministerio Público,” realizada em Buenos Aires, Argentina, no período de 7 a 11 de agosto de 1999; Participou da “4th Annual Conference and General Meeting,” em Beijing, China, de 5 a 10 de setembro de 1999, promovida pela Internacional Association of Prosecutors e proferiu palestra em painel sobre o tema “Corruption,” com a participação de representantes dos EUA, França, China e de Peter Rooke da “Transparency International;” Participou do 2º Encontro Nacional do Ministério Público Federal sobre o tema “Defesa do Consumidor e Ordem

Econômica,” em outubro de 1999; Proferiu conferência sobre o tema “A Reforma do Judiciário e o Ministério Público como Órgão Essencial à Justiça,” no 2º Simpósio de Direito Constitucional e Infraconstitucional promovido pela 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, realizado em Brasília-DF, no período de 25 a 27-10-1999; Participou como Presidente de Honra do XVI Encontro Nacional dos Procuradores da República, realizado na cidade do Rio de Janeiro, no período de 28 a 2-11-1999; Proferiu discurso em sessão extraordinária da Câmara dos Deputados para reunião da Comissão Geral para debate sobre Violência e Segurança Pública no País, 18-11-1999; Participou da “Operação Mandacaru,” promovida pelo Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário para confisco de terras usadas para plantio de maconha, passando a ser destinada à Reforma Agrária, conforme a Constituição, no Município de Salgueiro-PE, nos dias 4 e 5 de janeiro de 2000; Participou da assinatura de convênio, como observador do Ministério Público Federal, para construção e administração de estabelecimento penal estadual como cadeia pública de uso federal (primeira penitenciária federal) no Estado do Acre, entre o Ministério da Justiça, a Justiça Federal e o Governo do aquele Estado, em solenidade em Brasília,, naquele Ministério, no dia 7 de janeiro de 2000; Participou da Sessão Solene no auditório do anexo I do Palácio do Planalto, no dia 9 de fevereiro de 2000, na qual, pelo Ministério Público da União, assinou Convênio com a Secretaria Nacional Anti drogas e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para cooperação e repasse de recursos e bens apreendidos visando ao combate ao tráfico de drogas; Participou do lançamento do “Projeto Polígono Legal” e do “Projeto Terra e Paz,” no município de Salgueiro-PE, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para erradicação do plantio de maconha na região, em parceria com a Secretaria Nacional Anti drogas, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Governo do Estado de Pernambuco, nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2000; Participou e proferiu a palestra de abertura no Seminário “15 Anos de Ação Civil Pública — Polêmicas e Controvérsias, Evolução Legislativa e Tendências Jurisprudenciais,” promovido pelo Ministério Público Federal e a Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva, na cidade de São Paulo-SP, de 12 a 13 de junho de 2000; Presidiu o “Encontro e a Sessão Solene de Instalação da Escola Superior do Ministério Público da União,” cri-

ada por projeto de lei de sua iniciativa, realizados em Brasília, no auditório e dependências da Escola de Administração Fazendária, no período de 14 a 16 de junho de 2000, transmitidos por teleconferência para todo o País, ocasião em que foram assinados convênios com a Universidade de Brasília, o Departamento de Imprensa Nacional, a Escola de Administração Fazendária e a Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Participou do VI Congresso Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul e da Reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça e da Confederação Nacional do Ministério Público, em Canela/RS, de 28 a 30 de junho de 2000; Participou da "5th Annual Conference and General Meeting," em Cape Town, South África, de 3 a 8 de setembro de 2000, promovida pela International Association of Prosecutors sobre o tema "Human

Rights and the Prosecutor & The Role of the Prosecutor in the New Millennium" e proferiu palestra em workshop sobre as Américas; Participou do Encontro Nacional de Procuradores da República com Atuação na Área Criminal, realizado no auditório da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, de 13 a 15-9-2000; Proferiu conferências sobre o tema "O Ministério Público da União" na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), realizado no Auditório daquela escola, na cidade do Rio de Janeiro, 25-9-2000; Presidiu a Mesa e participou do Encontro de Procuradores e Juizes Federais sobre o tema "Justiça e Saúde na Educação," realizado no auditório do Othon Palace Hotel, na cidade do Rio de Janeiro, 26 e 27-9-2000; Participou e presidiu o "I Encontro do Ministério Público da União," promovido pela Escola Superior do MPU, em Brasília, no período de 9 a 11 de outubro de 2000; Participou do "Seminário sobre Cooperação Judiciária Internacional," promovido pela Associação dos Juizes Federais do Brasil e ANPR, em São Paulo, 5 e 6 de abril de 2001.

PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS CONFERÊNCIAS E CONGRESSOS:

Seminário de Direito Internacional Público, com a participação de vários conferencistas, realizado em outubro de 1967, no Salão Nobre da Faculdade de Direito de Recife (1967); Seminário sobre "Discriminação de Terras Devolutas," promovido pela Procuradoria Geral do INCRA, realizada no período de 19 a 24 de julho de 1973 (1973); Seminário de Professores sobre Didática no Ensino Universitário, realizado em

novembro de 1973, na Universidade Católica de Brasília (1973); Seminário de Professores sobre o Ensino Jurídico, realizado em agosto de 1975, na Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal (1975); Encontro sobre a obra concernente às Relações Internacionais, do Professor Karl Deutsch, da Harvard University, realizado em agosto de 1980; Encontro sobre a obra relativa à Economia Política do Professor John Kenneth Galbraith da Harvard University, realizada em agosto de 1980, com a participação do autor, na Universidade de Brasília (1980); Seminário sobre o Tema "O Processo Eleitoral Americano," realizado em agosto de 1984, no auditório da Casa Thomas Jefferson, com a participação de membros do Congresso Nacional e Professores da Universidade de Brasília, tendo como expositores o Prof. Stephen J. Wainer, Professor de Ciência Política da George Washington University, na Capital Americana o Professor Mark Bisnow, Ex-Assessor do Candidato à Presidência dos Estados Unidos da América John B. Anderson; e o Jornalista Richard Foster do **Wall Street Journal** (1984); Seminário de Professores sobre O Direito Constitucional Americano, realizado em setembro de 1984 na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, tendo como expositores o criador e especialista Professor Bernard Schwartz, da New York University (1984); Seminário Comemorativo dos Cinquenta Anos do Mandato de Segurança, realizado em dezembro de 1994, no Auditório Joaquim Nabuco da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, tendo participado como Professor Expositor e Debatedor (1984); I Ciclo de Conferências sobre a Nova Constituição Brasileira, realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, no período de outubro a dezembro de 1986, com a participação de membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, atuando na condição de Professor Coordenador e Debatedor (1986); Conferência proferida em 22 de janeiro de 1987 para os alunos da Faculdade de Direito da St. Thomas University, na Flórida, a convite do Professor Siegfried Wiessner, sobre o tema "International Business Transactions" (1987); Simpósios sobre os temas "A Separação dos Poderes Governamentais como Garantia de Liberdade," "A Independência do Judiciário," e "Os Direitos e Garantias Individuais na Constituição," realizados na Casa Thomas Jefferson, a partir de abril de 1987, por ocasião das comemorações do bicentenário da Constituição Americana, com a participação dos Professores John S. Baker, da Universidade de Louisiana, e Nelson Ong, da Universidade de New Rochelle, além do Juiz Abner Mikva, do Tribunal Federal de Recursos do Cir

cuito do Distrito de Columbia, em Washington, D.C. (1987); Simpósio sobre o tema "Raízes e Evolução do Direito Constitucional Americano," realizada na Casa Thomas Jefferson em agosto de 1987, como parte das comemorações do bicentenário da Constituição Americana, participando como professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília de palestra via satélite, pelo sistema Worldnet, com o Professor Ellis Katz, da Temple University, diretamente de Washington, D.C., e outros Professores de Direito Constitucional em São Paulo e Rio de Janeiro (1987); Simpósio sobre o tema "Aspectos Criminais dos Direitos do Autor, do Réu e das Testemunhas," realizado na Casa Thomas Jefferson, em 22 de abril de 1991, com a participação via satélite pelo sistema Worldnet, diretamente de Washington, D.C., do Professor Nathan Lewin, Ex-Deputy Attorney General dos Estados Unidos da América (1991); Participou do Encontro dos Corregedores Regionais da Justiça Eleitoral, realizado no Tribunal Superior Eleitoral, no período de 18 a 20 de março de 1992 (1992); Proferiu Palestra no Simpósio sobre a Revisão Constitucional e o Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo, promovido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, realizado na sede do órgão em Brasília, nos dias 25 e 26 de junho de 1992 (1992); Simpósio sobre o tema "Eleições nos Estados Unidos: O Papel dos Partidos Políticos" realizada na Casa Thomas Jefferson, 4 de agosto de 1992, com a participação via satélite pelo sistema Worldnet, diretamente de Washington, DC., do Dr. Paul Rundquist, pesquisador do Serviço de Pesquisa do Congresso dos Estados Unidos (1992); Proferiu Conferência sobre o tema "Crimes Eleitorais", no Seminário de Direito Eleitoral, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Bahia, no período de 17 a 20 de agosto de 1992 (1992); Participou do Seminário Internacional sobre o tema "A Proteção da Pessoa Humana no Direito Internacional Contemporâneo", promovido pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos, Comitê Internacional da Cruz Vermelha e Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, realizado no auditório do Ministério da Justiça, nos dias 5 e 6 de novembro de 1992; Proferiu palestra sobre o tema "O Regime Democrático e os Sistemas Eleitoral e Partidário" no Seminário Interamericano sobre Educação Cívica Básica – Sistemas e Processos Eleitorais Comparados, promovido pela Organização dos Estados Americanos, Ministério das Relações Exteriores e Universidade de Brasília, realizado no auditório do Itamarati de 7 a 11 de novembro de 1992; Participou do Encontro dos Presidentes e Corregedores da Jus-

tiça Eleitoral realizado no auditório do Tribunal Superior Eleitoral, nos dias 21 e 22 de outubro de 1993; Proferiu Conferência sobre o tema "Direitos Humanos e Direitos Políticos", em Seminário promovido pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos intitulado "A Incorporação das Normas Internacionais de Proteção no Direito Brasileiro", realizado no Congresso Nacional, nos dias 3, 4 e 5 de novembro de 1993; Proferiu Conferência no II Encontro dos Magistrados Eleitorais do Pará sobre o tema "As Eleições Gerais e Presidenciais de 1994" realizado em Belém, nos dias 9 e 10 de dezembro de 1993; Proferiu Palestra sobre o tema "As Eleições Presidenciais de 1994", no Seminário Eleições 94 – A Vitória do Planejamento, realizado em Brasília, no período de 4 a 12 de abril de 1994, promovido pelo **Jornal de Brasília** em colaboração com o Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal (1994); Proferiu Conferência sobre o tema "As Eleições Gerais e Presidenciais de 1994", no I Encontro Regional Eleitoral promovido pela Associação dos Magistrados e pela Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, realizado em Porto Velho, nos dias 15 e 16 de setembro de 1994; Proferiu conferência sobre o tema "A Judicialização da Política", no 4º Encontro Nacional de Direito Constitucional, promovido pelo Instituto Pimenta Bueno, Associação Brasileira de Constitucionalistas e Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, realizado no Salão Nobre da USP, São Paulo – SP, em 2-9-95; Proferiu Conferência sobre o tema "O Judiciário e o Ministério Público na Reforma Constitucional", no Seminário Permanente de Direito Constitucional, realizado no Auditório Joaquim Nabuco, Universidade de Brasília, promovido pela Faculdade de Direito da UnB, Brasília – DF, em 26-10-95; Presidiu o Painel "Aspectos Modernos da Teoria Geral da Responsabilidade Civil – Parte I", que contou com os seguintes expositores: Atilio Anibal Alterini (Argentina); Geraint Howells (Reino Unido); Lain Ramsay (Canadá) e Rubén Stiglitz (Argentina), durante o Congresso Internacional de Responsabilidade Civil (Consumidor, Meio Ambiente e Danosidade Coletiva: Fazendo Justiça no Terceiro Milênio), promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, e organizado pelo Instituto Ibero-Americano de Direito do Consumidor, Associação O Direito por um Planeta Verde (Lawyers for a Green Planet) e Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON, realizado em Blumenau – SC, em 30-10-95; Presidiu, na qualidade de Presidente de Honra, e proferiu a conferência "O Ministério Público no Terceiro Milênio", no XII Encontro Nacional dos Procuradores da República, promovido

pela Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, realizado em Curitiba – PR, de 31-10 a 5-11-95; Presidiu o Simpósio e fez pronunciamento sobre “Recursos de Natureza Extraordinária e Ação Coletiva”, promovido pelo Ministério Público do Trabalho, realizado no Auditório da Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho, Brasília – DF, em 6-11-95; Proferiu palestra no Painel sobre o tema “Soluções Alternativas de Litígios”, no Seminário “Reformado Poder Judiciário”, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça, realizado no Auditório do STJ, Brasília – DF, em 23-11-95; Proferiu palestra sobre o tema “Controle Jurisdicional de Constitucionalidade: Origem Histórica e Evolução da Doutrina no Brasil e no Direito Comparado”, na abertura do 1º Simpósio de Direito Constitucional e Infraconstitucional, promovido pela 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, realizado no Auditório da Procuradoria Regional da República, Brasília – DF, no período de 11 a 13-12-95; Presidiu o Ciclo de Palestras realizado pela Procuradoria Regional e Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, em comemoração ao Dia do Ministério Público, realizado no auditório da Procuradoria Regional da República, Recife – PE, em 15-12-95; Proferiu conferência sobre o tema “A Implementação das Normas de Direito Ambiental no Brasil: O Papel do Ministério Público”, no Simpósio “Sustainable Development in Latin American Rainforest and the Role of the Law”, promovido pelo Instituto “O Direito por um Planeta Verde” (Lawyers for a Green Planet), Universidade do Texas, EUA, internacional Law Society, Environmental Law Society e Texas Environmental Law Journal, realizada na Universidade do Texas, Austin, Texas, EUA, de 26-2 a 4-3-96; Presidiu o Congresso Brasileiro de Direito Processual, proferindo a conferência “O Devido

Processo Legal”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos do Direito – IBED, Faculdade de Direito do Recife, Faculdade de Direito de Olinda e Bureau Jurídico – Desenvolvimento Profissional, realizado no Centro de Convenções do Recife, Recife – PE, de 25 a 26-3-96; Proferiu Aula Magna sobre o tema “A Constituição Federal e o Devido Processo Legal no Estado Democrático de Direito”, na abertura do ano letivo de 1996, nas Faculdades Metropolitanas Unidas – Faculdade de Direito, realizada no salão nobre das Faculdades Metropolitanas Unidas/São Paulo, São Paulo – SP, em 29-3-96; Proferiu palestra sobre o tema “Visão Jurídico-institucional”, no Seminário Nacional Por Uma Nova Ordem Mundial – O Estado de Direito e o Desenvolvimento Susten-

tável, promovido pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, realizado no Auditório da Procuradoria Regional da República, Brasília – DF, em 18-4-96; Proferiu conferência sobre “A Questão do Financiamento de Campanhas e a Propaganda Eleitoral”, no Seminário sobre Direito Eleitoral, promovido pela Universidade Bandeirante de São Paulo, com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP, realizado no Campus MC da Unibam, São Paulo – SP, em 20-4-96; Proferiu palestra sobre o tema “Justiça e Sociedade Moderna”, no VIII Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE, realizado no Auditório do BNDES, Rio de Janeiro – RJ, em 14-5-96; Proferiu conferência sobre “Controle da Constitucionalidade: Brasil e Estados Unidos”, no II Fórum Nacional sobre Processo e Constituição, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – IBDC, São Paulo – SP, em 15-6-96; Proferiu palestra de abertura e realizou conferência na solenidade de encerramento do Congresso Internacional de Direito (Constitucional, Administrativo e Tributário), ocasião em que foi proferida a palestra “Constituição e Direitos Fundamentais”, pelo Professor J. J. Gomes Canotilho, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, Portugal, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos – IBED, Bureau Jurídico – Desenvolvimento Profissional, Instituto Americano de Direito (American Institute of Law), Faculdade de Direito do Recife e Confederação Nacional do Ministério Público – CONAMP, realizado no Centro de Convenções do Estado de Pernambuco, Recife – PE, em 24-8-96; Proferiu palestra sobre o tema “O Ministério Público no Limiar do Século XXI”, no XIII Seminário Roma – Brasília, no auditório Joaquim Nabuco da Universidade de Brasília, em 22-8-96; Participou da XVI Conferência Nacional dos Advogados, promovida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada no Centro de Convenções Edson Queiroz, Fortaleza – CE, de 1º a 3-9-96, e especialmente do painel sobre o tema “Defensoria e Advocacia Públicas” e dos debates da Tribuna Livre, sobre o tema “O Estado infrator”, organizado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB; Proferiu Conferência sobre o tema “Globalização e Cidadania”, no 46º Encontro de Lideres e Pessoas com Poder Decisório, promovido pela Associação Cultural da Arquidiocese do Rio de Janeiro, realizado sob a direção e coordenação do Cardeal Arcebispo Dom Eugênio Sales, no Centro de Estudos e Formação do Sumaré, Rio de Janeiro – RJ, em 6-9-96; Participou do “V Encontro de Cor-

tes Supremas do Cone Sul”, promovido pelo Supremo Tribunal Federal realizado na cidade de Ouro Preto – MG, em 19-6-96; Participou do “I Congresso Internacional de Direito Comunitário – Solução de Controvérsias no Mercosul”, promovido pela Escola Nacional da Magistratura – ENM, Instituto Interamericano de Estudos Jurídicos sobre o Mercosul – JURISUL, Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, e Associação Paulista dos Magistrados – APAMAGIS, realizado na cidade de Ouro Preto – MG, em junho de 1996; Proferiu palestra no 5º Encontro Nacional de Direito Constitucional, sobre o tema “Direitos Humanos Fundamentais”, promovido pelo Instituto Pimenta Bueno – Associação Brasileira de Constitucionalistas, realizado no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, em 21-9-96; Proferiu conferência na Faculdade de Direito da Universidade de Yale (EUA), sobre o tema “Democracy and Protection of Human Rights in the Brazilian Constitution of 1988”, em simpósio organizado pelo Policy Sciences Annual Institute, em New Haven, Connecticut, EUA, de 23 a 28-10-96; Proferiu conferência sobre o tema “Devido Processo Legal”, no II Simpósio Nacional de Direito Público, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – IBDC, realizado na cidade de São Paulo – SP, de 8 a 9-11-96; Proferiu conferência sobre o tema “O Direito Ambiental e o Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável: Perspectivas do Novo Ministério Público na Integração Latino-Americana”, no IX Congresso Interamericano do Ministério Público, promovido pela Associação Interamericana do Ministério Público, realizado na cidade de Caracas, Venezuela, de 23 a 27-11-96; Proferiu conferência sobre o tema “Cláusulas Pétreas na Constituição Brasileira”, no Congresso Internacional de Direito Público, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos do Direito – IBED, Federação Ibero-Americana de Advogados, Instituto Pan-Americano de Direito Comparado, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Faculdade de Direito da Paraíba – UFPB, University of Miami School of Law e Escola Nacional da Magistratura, realizado na Universidade de Miami, Flórida, EUA, de 30-11 a 3-12-96; Participou do XVIII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, como debatedor no Painel “Normas Constitucionais, Hierarquia, Interpretação e Cláusulas Pétreas”, realizado em São Paulo – SP, no período de 21 a 23-5-97; Participou do 1º Fórum Nacional de Debates sobre o Poder Ju-

diciário, como debatedor no Painel “Aspectos, Números e Causas da Crise do Judiciário”, realizado no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília – DF, em 13-6-97; Presidiu e proferiu pronunciamento na abertura do “Seminário sobre Minorias e Discriminação”, promovido pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Instituto Tancredo Neves e Instituto Friedrich Naumann, realizado no auditório do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores, de 25 a 27-8-97; Proferiu palestra sobre o tema “Administração Pública e Corrupção”, na 1ª Conferência Internacional de Direitos Humanos, promovida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília, DF, em 15-9-97; Proferiu conferência sobre o tema “A Reforma do Poder Judiciário”, no 6º Encontro Nacional de Direito Constitucional, promovido pela Associação Brasileira de Constitucionalistas – Instituto Pimenta Bueno e Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, realizado no salão nobre da quebra-cabeça de Direito no Largo de São Francisco, São Paulo, em 20-9-97; Presidiu o Congresso Brasileiro de Direito Privado (civil, comercial e trabalhista), proferindo conferência sobre o tema “Tendências do Direito Privado e os Novos Movimentos Sociais”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos – IBED e Faculdade de Direito do Recife, e realizado no Centro de Convenções do Estado de Pernambuco, Recife, PE, de 1º a 4-10-97; Proferiu conferência sobre o tema “Controle da Constitucionalidade”, no III Simpósio Nacional de Direito Público, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – IBDC, realizado em São Paulo, SP, em 4-10-97; Participou do Seminário a Reforma do Poder Judiciário, proferindo palestra no Painel sobre o tema “Controle de Constitucionalidade”, realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Goiânia, em 10.10.1997; Proferiu conferência sobre o tema “O Controle Jurisdicional de Constitucionalidade das Leis”, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Pernambuco, Recife, PE, em 17-10-1997; Proferiu conferência na Faculdade de Direito da Universidade de Yale (EUA), sobre o tema “Brazilian Democracy and the General and Presidential Elections of 1998”, em simpósio organizado pelo Policy Sciences Annual Institute, em New Haven, Connecticut, Estados Unidos da América, de 20 a 26-11-1997; Proferiu aula magna no salão nobre da Faculdade de Direito do Recife, inaugural do ano letivo dos Cursos Jurídicos, sobre o

tema "O Direito Comparado Constitucional: A Suprema Corte dos Estados Unidos", Recife, PE, em 2-3-98; Participou do 1º Congresso Interamericano de Direito do Consumidor e do 4º Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor, proferindo saudação, em nome do Ministério Público Brasileiro, aos conferencistas nacionais e estrangeiros e participantes do conclave, promovidos pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON, Instituto Iberoamericano de Direito do Consumidor, Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, Confederação Nacional do Ministério Público – CONAMP, Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, Associação dos Juizes Federais – AJUFE e Escola Nacional da Magistratura, realizados na cidade de Gramado, RS, no período de 8 a 11-3-1998; Participou de Mesa Redonda Internacional de Direito Constitucional, com a participação de professores constitucionalistas brasileiros, europeus e norte-americanos, membros da International Association of Constitutional Law, promovida pelo Instituto Pimenta Bueno – Associação Brasileira de Constitucionalistas, no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, no Largo de São Francisco, São Paulo, de 2 a 4-4-1998; Proferiu conferência no II Congresso Brasileiro de Direito Tributário e Administrativo sobre o tema, "Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar", promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos – IBED e Faculdade de Direito do Recife, Recife, PE, em 24-4-1998; Participou do XIX Congresso Brasileiro de Direito Constitucional: "10 Anos de Constituição" promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – IBDC, em São Paulo, SP, proferindo palestras sobre o tema "O Direito Comunitário e o Destino das Soberanias: Evolução do Mercosul Harmonização e Integração com os Direitos Públicos Nacionais", em 22-5-1998; Proferiu conferência sobre o tema "O Sistema Judiciário Brasileiro e o Mercosul", no Ciclo Internacional de Estudos Ministro Luiz Gallotti, realizado no auditório do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife, PE, de 3 a 5-8-1998; Participou do Lançamento Nacional do Prêmio Sócio-Educando, em cerimônia realizada no Supremo Tribunal Federal, proferindo pronunciamento sobre "Os Direitos da Criança e do Menor Infrator", em 13-8-1998; Participou do I Encontro Nacional de Execução Penal, proferindo a conferência sobre o tema "Reforma do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal", realizado na Sala Martins Penna, Teatro Nacional Cláudio Santoro, Brasília, DF, em

17-8-1998; Participou do Congresso Sobre Direitos Fundamentais, em comemoração dos "50 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e 10 Anos da Constituição Brasileira de 1988", promovido pelo jornal Gazeta do Povo, Instituto Brasileiro de Direito Constitucional e Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, proferindo conferência sobre o tema "A Legitimidade da Proposta Constitucional de 5 de outubro de 1988, Dez Anos Depois", em Curitiba, PR, de 24 a 28-8-1998; Participou do XV Seminário Roma-Brasília, promovido pelo Governo do Distrito Federal, Universidade de Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Associazione di Studi Sociali Latino-Americani e Consiglio Nazionale delle Ricerche, proferindo palestra sobre o tema "Latinidade e Integrações Jurídicas

Continental", no auditório do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, em 27-8-1998; Proferiu palestra no "I Congresso Brasiliense de Direito Constitucional – Os 10 Anos da Constituição Federal em Debate: Balanço e Perspectivas", realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IBDP, em 23-10-1998; Proferiu pronunciamento no encerramento do "I Seminário Internacional sobre Lavagem de Dinheiro", promovido pelo Banco Central do Brasil, realizado no auditório Otávio Gouveia de Bulhões – Ed. Sede IBACEN, em 4.12.1998; Proferiu conferência sobre o tema "Autonomia e Independência do Ministério Público na Defesa da Ordem Jurídica e do Regime Democrático Brasileiro", no II Encontro Internacional de Direito Comparado promovido pela Universidade de Roma, Itália, de 13 a 17-12-1998; Proferiu a aula inaugural da Semana de Direito Público promovida pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, sobre o tema "Os Sistemas de Controle Jurisdicional de Constitucionalidade Difuso e Concentrado no Brasil e no Direito Comparado" em Curitiba, PR, em 15-3-1999; Participou do I Encontro Distrital de Órgãos Jurídicos, promovido pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, e proferiu palestra sobre "O Processo Legislativo Democrático e Controle da Constitucionalidade", em 29-03-1999; Participou como debatedor, no Seminário Permanente de Desenvolvimento Metodológico de Linhas de Pesquisa, no painel sobre o tema: "O Acesso à Justiça e à Satisfação Presença Jurisdicional, com vistas à Reforma Judiciária", promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, no Auditório Joaquim Nabuco, Brasília, DF, em 3-5-1999; Participou do XX Congresso Bra-

sileiro de Direito Constitucional, sob o tema – “Perspectivas do Direito Público para o Século XXI”, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – LBDC, expondo no painel versando sobre “A Fundação de Controle do Ministério Público, Representação da Sociedade. O Ministério Público e o Exercício da Ação Civil Pública, Nova Lei Ambiental. Poder Judiciário e o Ministério Público”, realizado em São Paulo, SP, no período de 5 a 7-5-1999; Participou do “Seminário Internacional sobre Direito da Biodiversidade”, promovido pelo Conselho da Justiça Federal – Centro de Estudos Judiciários, realizado no auditório do Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, no período de 11 a 14-5-1999; Participou do Congresso Mundial de Direito Processual – “A Crise do Judiciário diante da Globalização, do Impacto Tecnológico e dos Novos Conflitos Sociais”, proferindo Conferência sobre o tema “O Papel do Estado no Combate à Criminalidade Violenta”, realizada no Centro de Convenções – Teatro Guararapes, Recife, PE, nos dias 19 e 20-5-1999; Participou do 3º Congresso Internacional de Direito Ambiental, sob os auspícios do Instituto “O Direito por um Planeta Verde” (Lawyers for a Green Planet), atuando como moderador no painel “O Direito Ambiental e a Proteção das Florestas no Século XX”, realizado no Edifício sede da FIESP, São Paulo, SP, no período de 30 de maio a 2 de junho de 1999; Proferiu palestra sobre o tema “Reforma do Poder Judiciário” no evento III Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil, promovido pelo IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Processual realizado em Salvador/BA, no período de 14 a 18 de junho de 1999; Proferiu palestra sobre o tema “Globalização e Federalismo” no 8º Encontro Nacional de Direito Constitucional, promovido pela Associação Brasileira de Constitucionalistas – Instituto Pimenta Bueno, em 27-8-1999; Participou da XVII Conferência Nacional dos Advogados, promovida pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, sobre o tema: “Justiça: Realidade e Utopia”, realizada em agosto de 1999; Proferiu palestra intitulada “Os Principais Temas Jurídicos da República”, no Yale Club of Brazil, na cidade de São Paulo, em 11 de novembro de 1999; Proferiu conferência sobre o tema “Responsabilidade do Estado por atos de intervenção na Atividade Econômica”, no Congresso Internacional de Direito (Constitucional, Administrativo, Tributário e Filosofia do Direito), realizado em Recife – PE, nos dias 25 e 26-11-1999; Proferiu palestra versando sobre o tema “O Ministério Público na Justiça Eleitoral”, no Curso de Aperfeiçoamento

de Direito Eleitoral para o ano 2000, realizado na sede da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo, São Paulo, SP, em 17-4-2000; Presidiu o Painel sobre o tema “Direito Básico de Acesso ao Consumo”, no 5º Congresso Brasileiro e 3º Congresso Mineiro de Direito do Consumidor, promovido pelo Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Belo Horizonte, MG, em 3-5-2000; Proferiu Conferência sobre o tema “O Moderno Direito Penal e o Processo Penal”, no I Congresso das Américas de Ciências Criminais (Penal, Processo Penal, Criminologia e Vitimologia), promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos do Direito – IBED, Recife, PE, em 17-5-2000; Proferiu palestra sobre o tema “Direitos Fundamentais e Minorias Étnicas” no Seminário “Direito à Diferença: O Índio e o Negro no Estado Democrático”, promovido pela Procuradoria da República em Minas Gerais e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, em 22-5-2000; Participou do XXI Congresso Brasileiro de Direito Constitucional sobre o tema “Desafios do Direito Público para o Século XVII”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – LBDC, proferindo palestra no painel: “Politização do Judiciário e Judicialização da Política”, realizado na cidade de São Paulo, SP, em 26 de maio de 2000; Participou do 4º Congresso Internacional de Direito Ambiental sobre o tema “Agricultura e Meio Ambiente”, realizado em São Paulo, de 4 a 7 de junho de 2000, tendo sido **guest speaker** no evento, promovido pelo **Lawyers for a Green Planet Institute**; Participou do Seminário sobre o tema “O Sistema Interamericano de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos”, promovido pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e o Superior Tribunal de Justiça, no auditório daquele Tribunal no dia 12 de junho de 2000, sendo Mediador do Painel “A Comissão Interamericana de Direitos Humanos: organização e atribuições, sistemas de petições e casos”, do qual participaram Claudio M. Grossman, Robert K. Goldman e Jorge E. Taiana, respectivamente Vice-Presidente, Membro e Secretário Executivo da referida Comissão; Proferiu palestra sobre o tema “Justiça Constitucional: Perspectiva Brasileira” no 9º Encontro Nacional de Direito Constitucional & 1º Congresso de Constitucionalistas do Mercosul”, promovido pela Associação Brasileira dos Constitucionalistas – Instituto Pimenta Bueno, realizado no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no período de 24 a 26 de agosto de 2000; Proferiu palestra so-

bre o tema “A Proteção do Consumidor nos Países do Mercosul: Um Balanço” e participou como Moderador no 2º Congresso Interamericano de Direito do Consumidor, realizado no Centro Sociocultural da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo – APESP, em 12 de setembro de 2000; Participou do “43rd Annual Meeting of the International Association of Judges, realizada no Hotel Blue Tree Park, na cidade de Recife – PE, de 17 a 19-9-2000; Proferiu saudação, em nome do Ministério Público, aos participantes do 1º Congresso Mundial do Ministério Público, realizado no Teatro Alfa, na cidade de São Paulo, de 20 a 24-9-2000; Participou do Seminário “Reforma do Judiciário: Problemas, Desafios e Perspectivas”, promovido pelo IDESP – Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, dirigido pelo Professor Bolívar Lamounier, em São Paulo, em 27 de abril de 2001; Participou do “1º Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário”, promovido pelo Supremo Tribunal Federal em Brasília, de 2 a 4 de maio de 2001; Participou da reunião do Comitê Executivo da International Association of Prosecutors, nos dias 6 e 7 de maio de 2001, em Copenhague, Dinamarca, tendo sido eleito Vice-Presidente daquela associação para o período 2001-2003; Proferiu palestra sobre “A Responsabilidade Fiscal e a Capacidade de Gastos dos Municípios Brasileiros”, no IV Congresso Brasileiro de Direito – Constitucional, Administrativo, Tributário e Gestão Pública, promovido pelo IBED – Instituto Brasileiro de Estudos do Direito, em Recife – PE, em 26 de maio de 2001; Participou do “XXII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional”, promovido pelo IBDC – Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, proferindo palestra em painel sobre o tema “Justiça e Funções Essenciais à Justiça”, em São Paulo, em 1º de junho de 2001.

Obras Publicadas:

“O Infanticídio” in **Idéias**. Revista Bimensal de Cultura dos Estudantes da Faculdade de Direito de Recife, Volume nº 10, págs. 29 a 31, Maio-Junho (1968); “O Direito Internacional Privado e a Unidade do Direito” in **Idéias**, Revista Bimensal de Cultura dos Estudantes da Faculdade de Direito de Recife, Volume 15, págs. 26 a 32, Março-Abril (1970); “Os Bens Dominicais” in **Boletim da Procuradoria – Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA**, Ano II, págs. 179 a 181 (1973); “O Contrato de Empreitada Global” in **Boletim da Procuradoria Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA**, Ano III, páginas 43

e 44 (1974); “A Licitação através de Convite” in **Boletim da Procuradoria Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA**, Ano III, pág. 45 a 47 (1974); “A Prescrição e a Decadência no Direito Tributário” in **Revista Forense**, Volumenº 272, págs. 77 a 88 (1980); “International Taxation From the Perspective of the Contemporary International Law of Jurisdiction”, Tese de Doutorado, publicada pela Yale University em abril de 1990, com 755 págs., registrada na respectiva biblioteca, na Library of Congress e na National Science Foundation, Washington, D.C. (1990); “Os Abusos na Propaganda Eleitoral Gratuita”, in **O Estado de S. Paulo**, Domingo, 21 de outubro (1990); “Eleições e Liberdade” in **Jornal de Brasília**, Quarta-feira, 24 de outubro (1990); “Votos em Branco e Nulos: Uma Verdadeira Lição das Urnas” in **Diário de Pernambuco**, Domingo, 28 de outubro (1990); “Lição das Urnas” in **Jornal de Brasília**, Terça-feira, dia 6 de novembro (1990); As Mudanças no Horário Eleitoral Gratuito, in **Folha de S. Paulo**, domingo, 11 de novembro (1990); “A Democracia Representativa e os Votos em Branco e Nulos: A Verdadeira Lição das Urnas”, artigo aceito para publicação pela **Revista de Informação Legislativa**, do Senado Federal, em novembro (1990); “Voto em Branco Segue Dois Critérios” in **O Estado de S. Paulo**, sexta-feira, 1º de fevereiro (1991); “As Eleições pelo Sistema Proporcional” in **Correio Braziliense**, Suplemento Direito e Justiça, segunda-feira, 4 de março (1991); “A Corrupção e a Justiça”, in **O Globo**, sexta-feira, 19 de abril (1991); “A Corrupção no Brasil e a Modernização da Justiça”, in **Correio Braziliense**, Suplemento Direito e Justiça, segunda-feira, 13 de maio de 1991, republicado em **O Estado de São Paulo**, de 24 de maio (1991); “A Corrupção e a Impunidade”, **Folha de São Paulo**, domingo, 1 de junho (1991); “A Liberdade de Expressão e a Propaganda Eleitoral Ilícita”, **Revista de Informação Legislativa**, do Senado Federal, nº 110, abril/junho de 1991 (1991); “O Ministério Público Eleitoral e a Defesa da Ordem Jurídica Democrática”, in **Revista da Procuradoria-Geral da República**, nº outubro/dezembro de 1992 (1992); “O Combate à Corrupção e à Criminalidade no Brasil – Cruzadas e Reformas”, III **Revista de Informação Legislativa**, do Senado Federal nº 118, abril/junho de 1993, e Arquivos do Ministério da Justiça, nº 181, janeiro/junho de 1993 (1993); “O Ministério Público Eleitoral e a Revisão Constitucional”, in **Revista da Procuradoria Geral da República**, nº 4 de 1994 (1994); “Oásis Democráticos” in **Jornal do Brasil**, Opinião, 13-10-94 (1994); “O Futuro da Democracia Brasileira” in **Folha de São Paulo**, Opinião (Tendências e Debates), 11-10-94 (1994); “Mu-

danças Dependem da Reforma do Estado”, in **Folha de São Paulo**, Opinião, 17-12-94 (1994); “O Controle da Constitucionalidade e o Direito Constitucional Moderno” in **Revista da Fundação Escola Superior do MPDFT** – janeiro/junho 1994, e **Revista da Procuradoria Geral da República**, nº 5, 1995 (1994/1995); “As Reformas Políticas e do Judiciário”, no **Correio Braziliense**, Suplemento Direito e Justiça, 3 de abril de 1995 (1995); “As Reformas Políticas e do Judiciário (1)” artigo publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 2-11-95; “As Reformas Políticas e do Judiciário (II)”, artigo publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 3-11-95; “A Reforma do Judiciário”, artigo publicado no **Diário de Pernambuco**, edição de 19-11-95; “As Reformas Políticas e do Judiciário”, artigo publicado no **Informativo Consulex**, edição de 1-1-96; “As Reformas Políticas e do Judiciário”, artigo publicado no **Estado de São Paulo**, edição de 7-3-96; “As Reformas Políticas e do Judiciário”, artigo publicado no **Diário de Pernambuco**, edição de 10-3-96; “As Reformas Políticas e do Judiciário”, artigo publicado no **Correio Braziliense**, edição de 11-3-96; “Reforma Constitucional do Judiciário”, artigo publicado no **Diário de Pernambuco**, edição de 28-4-96; “Modernização do Judiciário”, artigo publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 31-5-96; “Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.089/1-DF – Companhias de Navegação Aérea e ailegitimidade da exigência de ICMS”. Parecer publicado na **Revista dos Tribunais – Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas**, Ano 4, nº 16 / julho-setembro de 1996; “Cruzadas e Reformas”, artigo publicado no **Jornal Folha de S. Paulo** edição de 10-4-1997; “Estado de Direito e Direitos Humanos”, artigo publicado nos jornais **O Estado de S. Paulo**, edição de 11-4-1997, **Diário de Pernambuco**, edição de 16-4-1997 e **Jornal do Brasil**, edição de 22-4-1997; “As Reformas Constitucionais”, artigo publicado no jornal **Folha de São Paulo**, edição de 13-4-1997; “A Reforma do Judiciário”, artigo publicado na revista **Consulex**, Ano 1 – nº 4, abril/1997, e no **Jornal do Bureau Jurídico** – Desenvolvimento Profissional, março/abril/1977; “O Ministério Público Brasileiro e a Defesa do Estado Democrático de Direito”, artigo publicado na **Revista da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região**, Ano 1, Volume 1, Dezembro 1998, páginas 11/14, na **Revista Trimestral de Direito Público** – Seção Estudos & Comentários, nº 13/1996, e na **Revista Arquivos do Ministério da Justiça** – Seção Doutrina – edição nº 186, julho/dezembro de 1995; “A Justiça Eleitoral e a Democracia Brasileira”, artigo publicado nos jornais **Folha de São Paulo** – edição de 7-7-97, **Jornal do Brasil** – edição de

17-7-97, e **Diário de Pernambuco** – edição de 18-7-97; “Direitos Humanos e Direitos Políticos”, artigo publicado na obra **A Incorporação das Normas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos no Direito Brasileiro**, Paineis V: Direitos e Garantias Individuais, 2ª Edição – 1996, San José de Costa Rica/Brasília – Editor Antônio Augusto Cançado Trindade, co-edição Instituto Interamericano de Direitos Humanos, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Comissão da União Europeia e Governo da Suécia; “A implementação das normas de Direito Ambiental no Brasil: o papel do Ministério Público”, artigo publicado na **Revista da Procuradoria Geral da República** – Seção Doutrina, Editora Revista dos Tribunais nº 8/janeiro – junho 1996; “O Devido Processo Legal e o Estado Democrático de Direito”, artigo publicado na **Revista da Associação Paulista do Ministério Público**, Ano 1, nº 7, junho de 1997; “O Devido Processo Legal e o Estado Democrático de Direito”, artigo publicado na **Revista Trimestral de Direito Público** – Seção Doutrina – nº 19/1997; “A Reforma do Poder Judiciário”, artigo publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 20-10-97; “O Devido Processo Legal e o Estado Democrático de Direito”, artigo publicado na **Revista da Procuradoria Geral do INSS** – Volume 4, nº 4, Janeiro/março de 1998; “O Devido Processo Legal e o Estado Democrático de Direito”, artigo publicado na **Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, Ano 6 – nº 11 – janeiro/junho de 1998; “A Reforma do Poder Judiciário”, artigo publicado na **Revista dos Tribunais**, ano 6, nº 23 – abril/junho de 1998; “A Reforma do Poder Judiciário”, artigo publicado na **Revista da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia**, nº 5, Ano 1998; “Delitos e Infrações em matéria de Meio Ambiente”, artigo publicado na **Revista Trimestral de Direito Público** – Seção Conferências & Debates – nº 20 / outubro/1998; “Delitos e Infrações em matéria de Meio Ambiente”, artigo publicado na revista **Arquivos – Ministério da Justiça**, na Seção Doutrina, nº 189 – Janeiro/Junho de 1998; “Delitos e Infrações em matéria de Meio Ambiente”, artigo publicado na **Revista da Procuradoria Geral do INSS** – Seção de Artigos, Volume 5, nº 3 – outubro/dezembro de 1998; “A Reforma do Poder Judiciário”, artigo publicado na **Revista Trimestral de Direito Público** – Seção Conferências & Debates, 1/1998; “Os Desafios do Judiciário 1º artigo publicado nos jornais: **Folha de São Paulo**, edição de 13-6-99, e **A Tarde**, edição de 19-6-99, **Correio Braziliense**, Seção Direito & Justiça, edição de 28-6-99,

Jornal do Brasil, edição de 28-6-99, **Jornal do Comércio**, edição de 29-6-99, **Revista Justiça & Poder**, nº 9 julho de 1999, e na **Revista de Direito Atual**, 2 de junho 1999; "A Democracia e as Reformas Políticas", **jornal Folha de S. Paulo**, em 19 de novembro de 2000; "Democracia e Reformas", **Jornal do Comércio**, em 26 de novembro de 2000; "Reformas Políticas", **jornal Zero Hora**, em 16 de dezembro de 2000; "A Justiça e a Criminalidade Contemporânea", **jornal Folha de S. Paulo**, em 21 de dezembro de 2000; "O Ministério Público Brasileiro", **jornal Folha de S. Paulo**, em 17 de junho de 2001.

Condecorações:

Recebeu o "Título de Cidadão Honorário do Estado do Texas", EUA, em 28-2-96; admitido no "Quadro Especial, da Ordem do Mérito Judiciário Militar, no Grau de Grã-Cruz" –, pôr proposta do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar, recebendo a Comenda em solenidade realizada no Superior Tribunal Militar, Brasília, DF, em 1º-4-96; admitido no "Quadro Suplementar da Ordem de Rio Branco, no Grau de Grã-Cruz", conforme Decreto de 26 de abril de 1996, recebendo a Comenda em solenidade realizada no Palácio do Itamaraty, Brasília, DF, em 30-4-96; Agraciado com a "Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, na Categoria Mérito Judiciário", conforme Ato TRT nº 273/96 do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, recebendo a Comenda em solenidade realizada na Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Recife, PE, em 13 de maio de 1996; admitido no "Quadro Suplementar, da Ordem do Mérito Naval, no Grau de Grande-Oficial", conforme Decreto de 9 de maio de 1996, recebendo a Comenda em cerimônia comemorativa do 131º aniversário da Batalha Naval de Riachuelo, realizada no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, Brasília, DF, em 11-6-96; admitido no "Quadro Suplementar, da Ordem do Mérito Forças Armadas, no Grau de Grande-Oficial", conforme Decreto de 9 de julho de 1996, recebendo a Comenda em solenidade realizada no Clube do Exército de Brasília, Brasília, DF, em 25-7-96; admitido na "Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no Grau de Grã-Cruz", por proposta do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, recebendo a Comenda em cerimônia realizada no Edifício Sede do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, DF, em 9 de agosto de 1996; admitido no Corpo de Graduados Especiais, da Ordem do Mérito Aeronáutico, no Grau de Grande-Oficial", conforme Decreto de 11 de setembro de 1996; recebeu o "Título de Cidadão Honorário de Brasília", outorgado

pela Câmara Legislativa de Brasília, conforme Decreto Legislativo nº 87/96, em 4-11-96; recebeu a "Comenda Antero Medeiros", conferida pelo Ministério Público de Alagoas e Associação do Ministério Público de Alagoas, como reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Ministério Público Alagoano, em cerimônia realizada no Salão Nobre do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, em 14-2-97; recebeu a comenda "Colar do Mérito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro", em cerimônia realizada no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 19-5-97; recebeu a comenda "Jurista Tobias Barreto", conferida pelo Instituto Brasileiro de Estudos do Direito – IBED, pelos relevantes serviços jurídicos prestados à sociedade jurídica nacional, em cerimônia realizada no Centro de Convenções de Olinda, PE, em 2-10-97; recebeu o "Título de Cidadão Paulistano", outorgado pela Câmara Municipal de São Paulo, conforme Decreto Legislativo nº 79/97, de 14-8-97, em cerimônia realizada no Plenário 1º de Maio do Palácio Anchieta, em 17-11-1997; recebeu a medalha comemorativa à inauguração do Edifício-Sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 12-12-1997; agraciado com a "Medalha do Mérito do Ministério Público de Pernambuco", no grau classe ouro, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 3/96, de 18-12-1996, publicada no DOE de 19-12-1996, em solenidade realizada na Academia Pernambucana de Letras, dia 15-12-1997; recebeu a "Medalha do Mérito Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro", em cerimônia realizada no auditório do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, em 15-5-98; recebeu a "Medalha do Mérito da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro", em solenidade realizada no auditório da Associação, em 5-6-1998; recebeu a "Medalha de Honra do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça", em solenidade realizada no auditório da Associação Goiana do Ministério Público, em 6-8-1998; recebeu a "Medalha do Mérito Cidadão" concedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em solenidade realizada na Sala Conselheiro Oliveira Neto, em 15-10-1998; homenageado pela Associação Nacional do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas com a entrega de "paróplia", maior comenda da Instituição, cuja solenidade foi realizada em Campo Grande – MS; agraciado com o título de "Cidadão Monteiense", concedido pela Câmara Municipal de Monteiro – Paraíba por meio do Projeto de Lei nº 1.216/97; agraciado pelo Governo do Estado de Minas Gerais com a "Medalha da Inconfidência", cuja solenidade foi realizada na

Praça Tiradentes – Ouro Preto – MG; admitido no Corpo de “Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, no Grau de Grande-Oficial”, conforme Decreto de 31 de março de 1999, recebendo a Comenda em solenidade realizada no Quartel Geral do Exército – Palanque Monumental, Brasília, DF, em 16-4-1999; agraciado com o “Prêmio de Mérito Científico”, outorgado pelo Instituto for Inter-American Legal Studies, da Universidade de Orlando, Flórida – EUA, em solenidade realizada no Teatro Guararapes, Recife, PE, dia 19-5-1999; agraciado pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco com a “Medalha do Sesquicentenário de Joaquim Nabuco”, conforme ato nº 666, de 10 de agosto de 1999, em solenidade realizada no Pátio Interno do Palácio Joaquim Nabuco, às 17 horas do dia 19-8-1999; admitido, no “Grau de Grã-Cruz do Quadro Especial da Ordem do Mérito Ministério Público Militar”, em solenidade realizada nas instalações do 32º Grupo de Artilharia de Campanha – Setor Militar Urbano de Brasília, DF, em 27-10-1999; moção de Aplausos – iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, pela inauguração do Edifício-Sede da Procuradoria da República no Município de Petrópolis, em 3-11-1999; agraciado pela Procuradoria-Geral de Justiça com o “Colar do Mérito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios”, em face dos relevantes serviços prestados à cultura jurídica e ao Ministério Público, em solenidade realizada no Auditório do MPDFT, Brasília – DF, em 14-12-1999; admitido, no “Grau de Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios”, por escolha do Conselho da Ordem, em solenidade realizada no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília – DF, em 21-3-2000; admitido na Ordem do Mérito Brasília, no “Grau de Grã-Cruz”, em solenidade realizada na Praça dos Três Poderes, Brasília, DF, em 27-4-2000.

Outras informações

Membro da Banca Julgadora dos recursos referentes ao Concurso Público para a carreira de Procurador da Fazenda Nacional, realizado em 1986 (1986); Membro da Comissão Examinadora do IV Concurso Público para provimento de cargos de Procurador do Ministério Público do Trabalho, na condição de Jurista, examinando Direito Constitucional e Direito Internacional Público e privado, realizado a partir de junho de 1992 (1992-1993); Membro da Comissão Examinadora do 1º Concurso Público para Professor Assistente, na área de Direito Público, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, realizado em fevereiro de 1995 (1995); Diretor da Re-

vista **Idéias**, Revista Bimensal de Cultura de Estudantes da Faculdade de Direito de Recife (1969-1970); Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, inscrito sob o nº 1.066, sem exercício (desde 1973); Viagem Cultural de Estudos pela Europa, nos meses de junho, julho e agosto de 1982, visitando as principais cidades, universidades, museus, monumentos históricos e artísticos, na Inglaterra, França, Itália, Grécia, Áustria, Suíça, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Holanda e Bélgica (1982); Membro do The Policy Sciences Annual Institute, que reúne anualmente, nos Estados Unidos da América, Juristas, Autoridades e Professores de Direito e Ciência Política das Universidades de Yale, Chicago, Columbia, Virginia, Princeton, Duke, Berkeley, Temple, Johns Hopkins, Florida, Colorado e outras, para a realização de Seminários e Simpósios sobre temas jurídicos à luz da ciência política e vice-versa (desde 1982); Membro e Fundador da Sociedade “Advogados para um Planeta Verde” (Lawyers for a Green Planet); Membro Fundador e Conselheiro da Escola de Direito Comunitário do Mercosul, fundada em 1996; Presidente da Associação Interamericana do Ministério Público, órgão institucional, não corporativo, congregando os Procuradores-Gerais Fiscais Gerais e Attorney-General, dos países das Américas, desde 1998; Vice-Presidente da International Association of Prosecutors, congregando Procuradores e Promotores de mais de 60 países dos cinco continentes. Conhecimento de Línguas Estrangeiras: Inglês – nível superior, Francês – nível intermediário, Latim – nível básico, com leitura dos clássicos da Literatura Romana e estudos de etimologia da língua portuguesa e Grego Clássico – nível básico, com estudos de etimologia da língua portuguesa; Eleito Presidente do X Congresso Interamericano do Ministério Público, realizado no Brasil, no período de 24 a 26-11-1998; o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, em reunião ordinária, realizada em Natal – Rio Grande do Norte, firmou “Moção de Solidariedade”, pela rigorosa defesa que vem fazendo da ordem institucional e intransigência do tra todas questões mais elevadas na defesa da cidadania na presente quadra histórica brasileira, Natal/RN, em 26-3-1999; posse do Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Dr. Gilberto Giacóia, no cargo de Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, em 23-8-1999; Cerimônia de Inauguração do Edifício-Sede da Procuradoria da República no Município de Petrópolis, RJ, em 3-11-1999; Sessão Solene em homenagem ao sesquicentenário do nascimento de Rui Barbosa, realiza-

da na Ordem dos Advogados do Brasil, Brasília, DF, em 8-11-1999; Sessão Solene em comemoração ao sesquicentenário do nascimento de Rui Barbosa, realizada no Senado Federal, Brasília, DF, em 10-11-1999; Presidente da Comissão Examinadora do 17º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da República do Ministério Público Federal, Brasília, DF, em 19-11-1999; Membro do Conselho Editorial da Revista **Direito/Mackenzie**, a convite do Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Coordenação do Programa de Pós-Graduação/Direito e do Curso de Especialização em Direito Empresarial, São Paulo, em 17-11-1999; Membro Efetivo do Instituto "Pimenta Bueno" – Associação Brasileira de Constitucionalistas.

Brasília, DF, 21 de junho de 2001. – **Geraldo Brindeiro**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

Nº 145, de 2001, de 11 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 123, de 2001, da Senadora Heloísa Helena.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

O Requerimento vai ao arquivo.

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

Nºs 563 e 575/2001, de 13 e 19 do corrente, respectivamente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 28, de 2001, do Senador Antonio Carlos Magalhães.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

PARECERES

PARECER Nº 604, DE 2001

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2001 (nº 617/2000, na Câmara dos Deputados), que prova o ato que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Dia-

mantina – AMPODI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Arlindo Porto**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2001 (nº 617, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Diamantina – AMPODI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 369, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 40, de 17 de fevereiro de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da Associação dos Movimentos Populares de Diamantina – AMPODI:

- ? Presidente – Tarcizo Venino Ribeiro
- ? Vice-Presidente – Lincoln Jacobino Batista
- ? 1º Tesoureiro – Rogério Adriano da Cruz
- ? 2º Tesoureiro – Márcio Geraldo Ribeiro
- ? 1º Secretário – Zulmiro João Barroso
- ? 2º Secretário – Augusto Eulálio Diniz

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que se guiou o parecer favorável de seu relator, Deputado Júlio Semeghini.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da que a Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos ter-

mos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interfere na relação na uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 128, de 2001, evidência o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação dos Movimentos Populares de Diamantina – AMPODI atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 19 de junho de 2001. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Arlindo Porto**, Relator – **Luiz Pontes** – **Nilo Teixeira Campos** – **Françeli Pereira** – **Romeu Tuma** – **Nabor Júnior** – **Moreira Mendes** – **Lúcio Alcântara** – **Waldeck Ornelas** – **Álvaro Dias** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Lúcio Coelho** – **Juvêncio da Fonseca** – **José Fogaça**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens,

observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º – O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º – A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º – O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º – o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º – o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 605, DE 2001

Da Comissão de Relações Exteriores, e Defesa Nacional sobre Requerimento nº 256, de 1999, da Senadora Emília Fernandes, que solicita o sobrestamento da tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1999 (nº 658, de 1998, na Câmara dos Deputados), que prova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996.

Relator **AD Hoc** Senador, **Romeu Tuma**.

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 1.037, de 29 de outubro de 1996, submeteu ao Congresso Nacional o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após exame, também, pelas Comissões de Economia, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação. A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 29 de outubro de 1996 e o Projeto de Decreto Le-

gislativo de riva do recebeu a chance da que a Casa em 5 de janeiro de 1999, chegando ao Senado Federal um dia depois.

Nesta Casa, a proposição em epígrafe foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 8 de janeiro de 1999 e, na Comissão, à Senadora Emília Fernandes, como Relatora, no dia 19 de janeiro seguinte. No dia 20 de maio de 1999, a ilustre Relatora apresentou o requerimento em epígrafe, entendendo ser de bom alvitre ao parlamento brasileiro sobrestar a aprovação de tal Tratado, ante os conflitos que subsistiam entre o Governo da Indonésia e a população do território de Timor-Leste.

É o relatório.

II – Voto

Traça-se de acordo entre o Brasil e a Indonésia, que visa basicamente a fortalecer as relações comerciais entre os dois Países, estabelecendo normas gerais e comuns para a igualdade de tratamento, para o alcance de benefícios recíprocos e para um equitativo sistema de solução de controvérsias. Vale ressaltar que essa possível extensão de benefícios mútuos, prevista no Acordo, está aparelhada com fortes e legítimas salvaguardas para a nossa área de integração prioritária, que é o Mercosul.

Não cabe, entretanto, no âmbito deste Parecer, exarar opiniões sobre o mérito do Acordo, uma vez que se destina apenas à apreciação do Requerimento em tela.

Neste sentido, quanto à proposição incidental da ilustre Senadora Emília Fernandes, tendo em vista os posteriores acontecimentos políticos no território de Timor-Leste, com sua independência, o processo eleitoral em curso, a assistência do Governo brasileiro, e inclusive a recente visita do Presidente – Fernando Henrique Cardoso, opinamos pela sua prejudicialidade, devendo o processador referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1999, seguir seu curso na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2001. – **Jefferson Péres**, Presidente – **Geraldo Cândido**, Relator – **Bernardo Cabral** – **Romeu Tuma**, Relator *ad hoc* – **Roberto Saturnino** – **Gilberto Mestrinho** – **José Coelho** – **Emília Fernandes** – **Nova da Costa** – **Mauro Miranda** – **Valmir Amaral** – **José Agripino**.

Documento anexado pela Secretaria-Geral da Mesa, nos termos do art. 280 do Regimento Interno

REQUERIMENTO Nº 256, DE 1999

Requeiro, nos termos do art. 335, do Regimento Interno do Senado Federal, o sobrestamento temporário da deliberação do Projeto de Decreto Legislativo nº 4/99, que aprova o texto do acordo comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996, até que os conflitos envolvidos do aquele país sejam melhores esclarecidos.

Justificação

Passados trinta dias do adiamento da deliberação da matéria, as negociações entre o Governo da Indonésia e as forças democráticas que pleiteiam a retomada da independência do Timor-Leste ainda não chegaram a bom termo. Ante este fato e tendo em vista notícias divulgadas pela imprensa da disposição do Governo da Indonésia de realizar o plebiscito em agosto vindouro, solicitamos o sobrestamento da deliberação dessa matéria até que se concretize aquela providência. Encareço aos meus nobres Pares o apoio a esse requerimento.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1999. – Senadora **Emília Fernandes**, PDT/RS.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, pediria a V. Exª que, antes do início da Ordem do Dia, me inscrevesse, como primeiro orador, para uma comunicação inadiável e, segundo, V. Exª, eminente Senador Antonio Carlos Valadares, a quem estou representando nesta hora para inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Agradeço a V. Exª pela minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Do Expediente lido consta mensagem presidencial encaminhando o Projeto de Lei nº 19, de 2001-CN, que vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 26/6 publicação e distribuição de avulsos;

Até 4-8 prazo final para apresentação de emendas;

Até 9-8 publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 19-8 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, os Avisos nºs 2.593 e 2.650, de 2001, de 13 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 354/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundam, bem como a auditoria realizada no Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT que gerencia o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR (TC- nº 006.743/2000-3).

Os expedientes, anexados ao processado do Aviso nº 70, de 2000, vão à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, os seguintes Ofícios:

– Nº S/20, de 2001 (nº 1.507/2001, na origem), de 21 do corrente, encaminhando manifestação da aquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Estado da Bahia para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.. – BNB, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de dez milhões de dólares dos Estados Unidos, equivalentes a vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e sete mil reais, à taxa de câmbio de 30 de abril de 2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE; e

– Nº S/21, de 2001 (nº 1.510/2001, na origem), de 21 do corrente, encaminhando manifestação da aquele Órgão acerca da solicitação do Governo do Estado da Bahia para contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos, equivalentes a cento e dezoito milhões, setecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais, à taxa de câmbio de 30 de abril de 2001, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Projeto de Combate à Pobreza no Interior da Bahia – PRODUZIR II.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há ora do resinscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba, por permuta como Senador Geraldo Cândido.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Em revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mundo e a vida são regidos por conceitos inexoráveis. Alguns deles fazem a separação entre o que pode levar ao sucesso e o que pode levar ao insucesso. Uma dessas regras diz respeito à entropia e à sinergia.

Quando um sistema está sinérgico? Quando tudo está dando certo. Quando toda a máquina está funcionando bem, sem nenhuma folga.

Quando um sistema é entrópico? Um sistema é entrópico quando um eixo está fora de posição, quando há espaço, e, quando, por isso, toda a máquina, todo o conjunto, todo o sistema não funciona bem.

O Brasil tem tudo para estar em sinergia: espaço, população, riquezas, tudo. Quando falei em conceito inexorável, sinergia e entropia, alguns companheiros riram considerando-as palavras de domingo; por isso, não falei em variáveis entrópicas e endógenas, o que complicaria um pouco mais. No Brasil, há uma tendência, de, quando tudo está sinérgico, se criarem problemas internos que ocasionam essa infeliz entropia, mesmo que se trate de questões que estão fora do País.

O Presidente da República, hoje, pediu licença para ir ao encontro de outros Presidentes de países membros do Mercosul, o qual tinha tudo para estar em sinergia. O Mercosul é necessário, é imprescindível, é a solução que nós, da América do Sul, temos para nos livrarmos do tacação, do peso, da escarvadão de outros países que já se organizaram em blocos, tais como a Europa, a América e a Ásia. Temos que fazer isso com urgência. Muita gente diz que o Mercosul, que completa dez anos, não foi o que deveria ter sido. Isso é um engano. O Mercosul proporcionou trocas equivalentes a mais de vinte e um bilhões de dólares, Senadores. Hoje, há cerca de trinta votos para os países que compõem o Mercosul, diariamente. Portanto, é importante a continuidade do Mercosul, até por que a ameaça da Alca se aproxima, dia a dia.

Há, no País – refiro-me à falta de coordenação interna –, problemas sérios, como a seca e a má conservação das estradas. Todos são superáveis. No entanto, não serão superáveis os espaços vazios do mercado internacional.

Sun Tzu, autor de um livro muito interessante intitulado **A Arte da Guerra**, diz que o poder não admi-te espaços vazios. Somos um gigante nesta América do Sul. Não podemos deixar, Srs. Senadores, espaços vazios para que outros venham a ocupá-los.

Há pouco tempo estive na Líbia, em uma missão internacional. Por duas horas conversei com o Líder Kadhafi, oportunidade em que ele externou a preocupação com os espaços vazios existentes no mundo. Disse ele que o Brasil tem tudo para ser o líder da América do Sul e do Caribe. E que eles, lá na Líbia, tinham tudo para se remilitarem na África. Disse que, se juntássemos os espaços africano com o sul-americano e o caribenho, formaríamos um bloco respeitável. Vocês, disse ele, mais ou cedo ou mais tarde – vejamos que vão ter que aceitar a Alca. E nós sabemos disso. E que, quando a Alca chegar, vocês já estarão fortalecidos.

Sr. Presidente, em um País com tantos problemas, exportar seria uma solução. Quando se exporta, criam-se empregos, trazem-se dólares, proporciona-se o **take off** do País, a sua arrancada para o progresso. A África é um mercado muito importante para o Brasil. Portanto, a nossa união com África, América do Sul e com o Caribe é muito importante.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Concedo o aparte a V. Exª, Senador Gerson Camata, com muita satisfação.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Ney Suassuna, V. Exª é um **expert** em economia, principalmente a internacional. Permito-me, no entanto, concordar, em parte, e discordar de outra. Primeiro, o Mercosul faz hoje dez anos. E há dez anos comecei a fazer pronunciamentos contra o Mercosul. Infelizmente, eu estava certo há dez anos. Veja V. Exª: o Brasil era superavitário na balança comercial com todos os países do Mercosul. Depois do Mercosul, ficou deficitário. Quer dizer, viramos uma entidade de caridade que cria empregos na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. Abdicamos – o maior mercado da América do Sul, temos 65%, 70% do mercado – do voto unitário, tal como é, com

todo o respeito, um país do tamanho do Uruguai e do Paraguai. Quer dizer, não temos nenhum direito a mais, na hora do voto, para decidir essas questões. Penso que não foi bom para o Brasil. Foi muito bom para a Argentina. Foi ótimo para o Paraguai e para o Uruguai. Para o Brasil não foi uma boa negociação. Um outro caminho pelo qual o Brasil enveredou – e foi péssimo – foi o que leva à questão da África. Levamos cano de Angola, de Moçambique, da Costa do Marfim. Ou seja, o Brasil não recebeu nada de tudo o que vendeu para esses países. Que diabo de comércio é esse em que vendemos e não recebemos?! Então, vamos vender-lhes os produtos, porque não vamos receber mesmo. Vamos doar. Há pouco tempo, por exemplo, veja V. Exª, o Brasil perdeu ou em torno de US\$60 milhões na dívida de Moçambique. Por que não dá US\$60 milhões para o Estado da Paraíba, para os pobres do Maranhão? Não. Mas foi dar para os de Moçambique. Por que para eles se temos também pobres aqui, pessoas com dificuldade? Penso que temos que examinar um pouco as alianças que temos que fazer. E, no caso da Alca, o Brasil não pode fazer acordo comercial com um país que impõe restrições à entrada de cidadão brasileiro no território dele. Como é que pode entrar um produto brasileiro nos Estados Unidos e não pode entrar um brasileiro, que fabricou o produto? O freio é esse. O meu projeto já está lá, foi apresentado: proíbe o Governo brasileiro de celebrar acordos comerciais com países que impõem restrições à entrada de cidadãos brasileiros em seus territórios. O principal produto do Brasil, que é o cidadão brasileiro, não pode entrar lá. No entanto, podemos entrar o copo que o brasileiro faz, o aço que o brasileiro produz. V. Exª tem razão quando analisa as coisas sinérgicas e entrópicas. Mas V. Exª permitam-me discordar desses ou outros aspectos de sua fala – muito lúcido, por sinal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador Gerson Camata, V. Exª muito me honra com o seu aparte, mas eu gostaria de rebatê-lo em alguns aspectos. Por exemplo, o Mercosul, para nós, é vantajoso. Apesar de todo esse desequilíbrio na balança, tivemos progressos enormes. Caminhávamos, mais cedo ou mais tarde, para um conflito com a Argentina. Estávamos em uma corrida atômica, cada um fazendo a sua bomba. Tínhamos que ter o 3º Exército na fronteira permanentemente ativo, havia acordos. Quando fiz a Escola Superior de Guerra, surpreendi-me com o fato de que todos os países de língua espanhola estavam contra nós – ape-

nas o Chile estava a favor. Vi víamos uma corrida armamentista. Hoje, essa área é o lugar do mundo que menos compra armas. Estamos tranquilos. Estamos fazendo acordo atômico, sim, para produzir energia elétrica. E foram US\$21 bilhões gerados nesse período. Temos que fazer algumas correções. Mas não foi tão vantajoso para a Argentina, tanto que perdeu seu parque industrial, que era enorme. Hoje, o Brasil tem um que dá de dez a zero. Mas não é bom ter vizinhos em má situação. Hoje, trocamos por um voto unitário, mas precisamos construir mais rapidamente a consolidação desse mercado.

Em relação à África, V. Exª tem razão. Fizemos uma loucura quando vendemos tudo sem perguntar com o que nos pagariam. Mas, no caso de Angola, por exemplo, estamos recebendo adiantado o pagamento da conta. Estão nos pagando com 20 mil barris de petróleo ao dia, de boa qualidade. A conta está paga e, inclusive, está adiantada no cronograma, apesar de o país estar em guerra. Temos algumas obrigações, pois o mundo é globalizado. Moçambique, Angola e Guiné-Bissau são países que fazem ligação por tu guesa e que, no futuro, poderão ser de maior importância. No caso de Angola, não estão, de maneira nenhuma, devedores. As coisas andaram bem. Moçambique e Guiné-Bissau realmente tivemos que perdoar, como perdoamos outros países da África também. Mas, mesmo assim, no balanço geral, não foi ruim.

Quando falo em África, estou falando de uma Líbia, que tem US\$36 bilhões para investir nos próximos anos, de um país que nos comprava US\$2 bilhões. Quando falo em África, falo de Argélia, de quem estamos comprando US\$1 bilhão ao ano e estamos vendendo US\$40 milhões. Quando falo em África, estou falando do Marrocos, de quem compramos fosfato e para quem não estamos vendendo quase nada. Falo de vários países de quem estamos comprando, e eles não nos estão comprando como devíamos, porque devíamos está lá exportando. A Líbia, hoje, é a porta de 600 milhões de pesos da África negra. O país está propondo comprar de nós, pagando **cash**, e distribuir, porque precisa de madeira, por ser um país desértico. Eles podem trocar por madeira ou por projetos agrícolas, dependendo do produto que o outro país tem a oferecer. Mas são eles que nos pagam. Então, não erraríamos novamente como erramos no passado.

Então, nobre Senador Gerson Camata, concordo com V. Exª em parte. Não fico feliz quando vejo o comércio da Argentina. Estamos comprando deles

US\$5,8 bilhões, e eles estão nos comprando mais de US\$1 bilhão. Não entendo porque compramos tanto petróleo daquele país, cuja companhia de petróleo pertence à Espanha, que a comprou deles. Concordo com V. Exª que há correções a fazer. Mas só há uma solução no mundo globalizado: fazer um bloco, porque, isoladamente, não somos nada. Hoje, no mundo globalizado, onde há a Alca, Europa e Ásia funcionando em bloco, se estivermos sozinhos, seremos um barco à deriva num oceano – e um barco pequenininho, um botezinho. Temos que estar unidos. Por isso, volto a lembrar da frase do Sun Tzu: "O poder não admite espalçamentos".

O Sr. Bernar do Cabral (PFL – AM) – Senador Ney Suassuna, V. Exª me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador Bernar do Cabral, ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Bernar do Cabral (PFL – AM) – Senador Ney Suassuna, aproveito uma observação feita pelo eminente Senador Gerson Camata sobre a Alca e o Mercosul. A Alca é a concorrente que pediu a proteção a Deus, mas não abriu mão do manito, do pisotão do diabo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Essa frase é perfeita.

O Sr. Bernar do Cabral (PFL – AM) – Veja, Senador, o que disse o nobre Senador Gerson Camata é absolutamente verdadeiro: vamos enfrentar uma Área de Livre Comércio das Américas, que, com o seu **by american acting** – este é o ponto legislativo –, proíbe inclusive as nossas exportações: ferro, laranja, calçados.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Perdão, nobre Senador Bernar do Cabral, mas ferro plano está proibido, e o resto está todo ele sobretaxado. V. Exª tem razão.

O Sr. Bernar do Cabral (PFL – AM) – Por isso, acho que o discurso de V. Exª está gerando, além daquela sinergia inicial, uma empatia com seus colegas. V. Exª não está só nessa tribuna. Agora, depois de ter ouvido o Senador Gerson Camata, vou parar por aqui para ter o privilégio de ouvir o Senador Edison Lobão, nosso Vice-Presidente, porque sei que aí é que V. Exª vai confirmar que esse discurso é oportuno, necessário, denso, até pelas revelações que V. Exª acabou de fazer de sua viagem à Líbia. Meus cumprimentos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado. Incorporo todos os dizeres do discurso de

V. Exª, inclusive essa frase perfeita que vou passar a usar – peço licença a V. Exª. Eu diria até mais: veio uma equipe da Líbia, recentemente, depois disso. Eu levei o Sr. Mukhtar Alganhas ao Presidente da República, que o recebeu juntamente com o Embaixador e outras figuras que vieram daquele país. Vieram com interesse de comprar muitos produtos – já estão fazendo os pedidos – mas o interesse é que eles, que estão fazendo a união africana, pediram para participar do Mercosul. O Presidente Fernando Henrique pediu que escolhessem lá seis ministros e que incluíssem o de Guiné – por que havia prometido que o traria –, e os trouxeram na próxima reunião conjunta do Mercosul com países da África. Então, virão países da África do Sul, Líbia etc. Aí, sim, vamos começar a ter uma interação. Será muito importante.

Em seguida, isso foi comunicado ao nosso Chanceler. Já estão sendo feitas as tratativas para que comecemos a ver, como observadores, ministros africanos juntamente com ministros e presidentes que fazem parte do nosso Mercosul.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Ney Suassuna, V. Exª me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Concedo o aparte ao nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Ney Suassuna, V. Exª procura explorar algumas fronteiras novas, entre as quais a da Líbia, com o que estou absolutamente de acordo. Creio que temos condições de envolver por aí e retirar dividendos bastante expressivos tanto para o Brasil quanto para a própria Líbia, em seus interesses comerciais e econômicos. No que diz respeito à Argentina, outra vez concordo com V. Exª quando alude à corrida armamentista que se preparava, notadamente no campo nuclear. Por conta disso, estamos pagando um preço elevado. Segundo o argumento de V. Exª, o preço vale, e não estou longe de concordar. Sucede que esse preço deveria ser pago por nós e por eles, mas está sendo pago apenas pelo Brasil e nada mais. Daí a minha concordância integral com o Senador Gerson Camata e com o nosso perpétuo Relator da Constituição, Senador Bernardo Cabral. Penso que devemos ter cuidado em defender os nossos interesses. Por exemplo, quantos foram os produtos comerciais protegidos pela Argentina e quantos foram os protegidos pelo Brasil? A Argentina protege cerca de 300% mais produtos do que o Brasil. Uma de duas: ou eles são mais sabidos do que nós, ou fomos miseravelmente enganados pela

Argentina. Queremos fazer uma parceria de irmãos e não de inimigos. Estamos pagando, portanto, um preço que, em certo momento, deveríamos pagar, mas não sozinho. É preciso que a Argentina se dê conta – e o Brasil deve proteger seus interesses – de que essa é uma sociedade em que todos terão que participar com o mesmo capital.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Edison Lobão, nosso Vice-Presidente. Concordo com V. Exª. Quando falo que devemos fazer correções no Mercosul, que completa 10 anos, quero dizer que precisamos observar principalmente essas distorções. Há um desequilíbrio muito grande: US\$5,8 bilhões contra US\$1,8 bilhão; são US\$4 bilhões contra nós. O negócio só é bom quando o é para os dois lados. Temos que alertá-los, mas também temos que prestar atenção, para que essa união seja preservada. É claro que deve ser melhor dividida. Concordo com V. Exª e também com o Senador Gerson Camata, mas queria dizer que a união não foi inócua: são US\$21 bilhões de transações, são terrores de guerra que deixaram de existir. Essa região do mundo é a que, hoje, menos consome armamentos. Essa, com certeza, foi uma grande vantagem, mas ainda há uma desconsideração para nós.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Exª, nobre Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Nobre Senador Ney Suassuna, mais uma vez, estou admirando o discurso de V. Exª, como admiro o seu trabalho sobre o reforço das exportações brasileiras e a procura de mercados potencialmente muito ricos que não estão sendo adequadamente explorados pelo Brasil. Quer, também, dar uma opinião a respeito dessa nossa participação no Mercosul. Penso que o Mercosul tem um vetor de natureza política que não deve ser desprezado. Não podemos encarar o relacionamento do Brasil com outros países exclusivamente pelo lado econômico. É preciso encará-lo também sob o ponto de vista político e geopolítico. Nobre Senador, a relação do Brasil com a Argentina é fundamental. A Argentina está, realmente, à beira de uma crise, de um naufrágio. Nós, brasileiros, ainda que com um sacrifício que deve ser medido, dosado, negociado, devemos, neste momento, socorrer a Argentina, tentar salvá-la de um naufrágio que é quase certo. Dessa forma temos de

entender esse relacionamento também por esse lado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É verdade.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Esse naufrágio da Argentina tem muito a ver com os erros colossais que lá foram cometidos. É uma vergonha que esse Sr. Cavallo esteja à testa do Governo argentino, porque ele é o responsável por isso tudo, por esse engessamento da economia argentina com a paridade do dólar. Mas o fato é que essa crise argentina tem um pouco a ver com a desvalorização do real, sim. Temos que reconhecer isso. A desvalorização do real para o Brasil está sendo a promotora de desenvolvimento. A História do Brasil é feita de crises cambiais, que se resolvem sempre com ocorrências dessa natureza. Na medida em que o real se desvaloriza, ergue-se uma espécie de substituto à barreira tarifária que não temos mais e estimulam-se as nossas exportações, o que nos protege de um excesso, de uma importação de estilo **dumping**. Dessa forma, isso é salutar. Embora esteja pressionando a meta inflacionária do Governo, o fato é que, sob o ponto de vista do balanço de pagamentos, que é o nosso grande estrangulamento, essa desvalorização do real ou essa subida do dólar, se assim se quer chamar, tem seus efeitos positivos. Agora, isso afeta a Argentina, sim, e temos que ter a compreensão desse fato. Parabéns a V. Ex^a pelo discurso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Saturnino.

Eu queria, ao encerrar o meu discurso, Sr. Presidente, dizer que sonho mesmo com um Brasil mais agressivo nas exportações, com um Brasil que chegue ao lado de lá do Pacífico. Não quero ir ao Peru e à Colômbia e encontrar só carros e produtos americanos, mas quero também encontrar produtos brasileiros. Eles querem comprar, mas temos sido pouco agressivos.

Sonho, Sr. Presidente, com o antigo porta-aviões Minas Gerais como um **shopping**, um **show off** do Brasil, levando para o exterior produtos brasileiros. Ele sairia, parando de porto em porto, dando oportunidade a cada comprador de pegar e olhar o produto. Por que transformar um navio que está funcionando em ferro-velho, se poderíamos transformá-lo, ousadamente, em um **shopping** de produtos brasileiros, para percorrer o Caribe e a Ásia? Levei essa idéia ao Presidente da República,

que a considerou ótima, mas no Brasil tudo anda muito devagar. Levei-a também ao Ministério da Marinha e ao Ministro do Desenvolvimento. São idéias que não custariam muito, mas seriam importantes para nos tornarmos mais agressivos. Cada vez que vendemos lá fora, são empregos criados aqui dentro, divisas trazidas para o nosso País.

Sozinho que a Paraíba, o Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas e o Piauí formem também o seu mercado, cada um comprando do outro. Vamos deixar de comprar somente no sul. Vamos começar a fortalecer a nossa economia e participar mais do Mercosul, por que isoladamente cada Estado é fraco, mas juntos podem ser fortes. Os Estados pe que nos têm pago um alto preço: de R\$100 milhões que vão para o Nordeste, R\$35 milhões ficam para a Bahia; a mesma quantia, para o Ceará; e o restante, para os demais Estados. Acredito que, se uníssemos os pequenos Estados, Sr. Presidente, teríamos mais oportunidade, poderíamos participar do Mercosul e criar o Cone Norte. O Brasil tem que criar um Ministério para a América do Sul e Caribe, tem que se especializar mais.

Alíbia, um país pe que no, tem um Ministério de Relações Exteriores só para a África; para o resto do mundo, há um outro Ministério. Deveríamos ter essa especialização, para ocupar mais espaço no território que é nosso. Somos hegemônicos, maiores, mais bem-dotados, tecnologicamente mais bem colocados, mas temos perdido tempo, o que representa dinheiro.

O Sr. Nova da Costa (PMDB – AP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a, com muito prazer, Senador Nova da Costa.

O Sr. Nova da Costa (PMDB – AP) – Eminente Senador Ney Suassuna, V. Ex^a abordou um assunto importante, que tocou de perto a região amazônica. Conheço bem a realidade do exterior, do platô das Guianas. Numa viagem oficial, acompanhei o Presidente José Sarney para Mariboe Georgetown e vi a sensibilidade daqueles nossos vizinhos em integrar-se à região e promover um intercâmbio com as nossas riquezas e produtos. Sobre Caiena não falarei muito, porque é um departamento da França, a qual tão cedo não dará condições para a emancipação. Caiena já tem ligação com o Amapá, por meio de um intercâmbio espontâneo. Está tramitando no Congresso um projeto de minha autoria, para criar uma área livre, não de comércio, mas de pequenas indústrias, porque Caiena não

possui um parque industrial e depende da integração comercial. É mantida pela França, possui uma moeda forte, algo de que pode mostrar muito proveito. Com a missão que o Presidente José Sarney levou à região, S. Ex^a obteve uma abertura muito grande. Na época, o Governo brasileiro estabeleceu um certo acordo ou convênio na área de Comunicação. É uma área interessante, onde há um potencial muito grande e onde se deseja manter essa integração. V. Ex^a mencionou o Caribe. É mais barato viajar até a França do que sair do sul do País para Belém do Pará. Estamos numa posição estratégica no diferencial de transporte. Macapá, Capital do Estado que representamos nesta Casa, é a entrada da navegação no Brasil; lá está o porto de entrada. Temos todas as condições, de acordo com a idéia do pronunciamento de V. Ex^a, de estabelecer esse contato. E pode fazê-lo não só o Amapá, mas também Roraima e os demais Estados que compõem a Amazônia Setentrional, onde há estradas e outros investimentos que nos podem aproximar, antes que outros queiram dominar aquela região. Muito obrigado por permitir o aparte. Agradeço também ao Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Nova da Costa. Incorporo os dizeres de V. Ex^a ao meu discurso.

Encerrando, Sr. Presidente, que roldar que "o poder não admi-te espavão" – essa é uma frase de quase quatro mil anos no **A Arte da Guerra**, do Sun Tzu.

Estamos ainda deitados em berço esplêndido, quando outros países estão buscando ocupar os espaços. E temos tudo para fazê-lo! Temos que ter maior sinergia, avançar e ou sar. É isso que precisamos fazer. Nós, brasileiros, precisamos parar de conversar demais; precisamos trabalhar mais e ter mais uma di principal mente no Comércio Exterior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixou a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido, por 20 minutos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, antes de entrar no assunto principal que me trouxe à tribuna, quero externar a minha indignação diante da impunidade que ocorre neste País com relação aos poderosos.

Vou citar três exemplos. Na semana passada, foi julgado, na Capital da Paraíba, João Pessoa, o mandante do assassinato de Margarida Maria Alves, líder sindical rural assassina há mais de dez anos. O mandante do crime, reconhecido por teste munhas, um fazendeiro, foi absolvido. Os assassinos de Eldorado dos Carajás, os oficiais, os policiais que cometeram o massacre estão até hoje sem julgamento nem condenação. Pela segunda vez, o julgamento foi adiado, eles continuam impunes, e muitos foram até promovidos. Em São Paulo, nesta semana, está ocorrendo o julgamento das pessoas envolvidas no massacre do Carandiru. Provavelmente, o coronel que comandou o massacre não verá ser condenado, apesar da pressão de órgãos internacionais de direitos humanos. É bem possível que o coronel também não sofra nenhuma penalidade.

Externo a minha indignação com relação à impunidade neste País para os poderosos, para os assassinos, para os ladrões e corruptos que permealam o País de norte a sul.

Mas quero abordar um outro assunto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, "...ou o Congresso põe um ponto final no reiterado desrespeito a si próprio e à Constituição, ou, então, é melhor reconhecer que no País só existe um 'poder de verdade', o do Presidente. E, daí por diante, esqueçamos também de falar em 'democracia'". Não se trata de uma afirmação da Oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso, Oposição massacrada pela chamada base aliada e por milhares de medidas provisórias que não respeitam os requisitos constitucionalmente estabelecidos e que tentam modificar códigos, leis e até mesmo a própria Constituição. Trata-se de artigo intitulado "Constituição ou prepotência?", publicada no dia 07 de junho de 1990 e até hoje não desmentido pelo então sociólogo Fernando Henrique Cardoso, no jornal **Folha de S. Paulo**. Aquele afirmação é do próprio Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O trecho serve de abertura ao importante artigo do jurista Rubens Apprato Machado, que incorporo ao meu pronunciamento e solicito que seja transcrito nos Anais do Senado Federal.

"O País está intranquilo, merecendo Presidente respostas substantivas: é o que a OAB e a sociedade

esperam", afirma Rubens Approbato Machado em seu importante artigo, que deve servir para meditação e lembrança daqueles que costumam esquecer o que falaram, pensaram, disseram ou fizeram e daqueles que mentiram e desmentiram os fatos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um representante desta Casa quis desqualificar o Sr. Rubens Approbato Machado, Presidente Nacional da OAB, na posse do Sr. Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, chamando-o de gari. No meu entender, o termo "gari" não desqualifica ninguém, por que, guardadas as devidas proporções, na sociedade, não importa se o cidadão é embaixador, senador, deputado federal, governador ou gari. Desde que seja um cidadão honesto e viva do seu trabalho, de forma tranqüila, com dignidade, ser gari não desqualifica ninguém. Considero que é uma agressão tentar desqualificar o cidadão Rubens Approbato Machado, chamando-o de gari, para, com isso, denegrir sua imagem, em boa razão, ela tenha contribuído afirmativamente para sua pessoa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero abordar o assunto principal do meu pronunciamento, que é a questão da Petrobras. Realmente, o País está intransigente e merece do Presidente da República respostas substantivas, sem sofismas, sem subterfúgios, sem fuga de responsabilidade, em decorrência da incompetência, da falta de patriotismo e da subserviência do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Fundo Monetário Internacional e, principalmente, pela sua política neoliberal de precarização e privatização do que nos resta de empresas estatais.

Desta coisa, em função de o Governo manter a atuação de direção da Petrobras, pois a empresa está sendo desmontada. Não sei se há sabotagem, mas me parece que há uma política deliberada de desgaste da imagem da Petrobras. A política de privatização do Governo tem ocasionado o sucateamento da empresa, que, assim, fica realmente fragilizada, podendo-se, com isso, justificar a sua privatização. Um dos argumentos utilizados para privatizar esta é o de que a empresa é improdutiva, dá prejuízo. Há uma série de argumentos para justificar a privatização, e esse Governo já os usou em outros processos de privatização.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de trazer para o debate duas notícias que considero da maior relevância. A primeira diz respeito ao rompimento de um oleoduto da Petrobras dentro de um condomínio de luxo em Barueri, em São Paulo, na última semana de maio deste ano. A Petrobras in-

formou que 200 mil litros vazaram após o rompimento do duto subterrâneo. O vazamento atingiu as galerias de águas pluviais, de chuva, do condomínio, o córrego Cachoeirinha e chegou ao rio Tietê. Segundo o Presidente do Sindipetro-SP, em reportagem da **Folha de S. Paulo**, Samuel Magalhães, "o vazamento havia sido causado pela exaustão da tubulação, e a Petrobras tinha informado que, há dois meses, havia feito uma medição do desgaste dos dutos de óleo, mas os resultados da avaliação ainda não tinham sido divulgados".

O Sindicato irá cobrar esses resultados porque a empresa sabia do desgaste e não fez nada. Segundo o Sindicato, as suspeitas de negligência são reforçadas pelo fato de, nas últimas semanas, o duto que se rompeu estar operando a uma pressão mais baixa que o normal. Sabe-se que a vida útil de um oleoduto é de cerca de 20 anos, de acordo com o Sindipetro-SP, mas, depois de uma década de funcionamento, a tubulação já começa a necessitar de manutenção mais frequente. O duto que se rompeu deve ter cerca de 30 anos de atividade.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a gestão de Reichstul na Petrobras tem sido marcada por vários acidentes que atingem o meio ambiente, fatos várias vezes denunciados aqui no Senado.

Em seguida, tivemos um grave vazamento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e gasolina em um duto da Petrobras no dia 15 de junho. Esse acidente provocou a interdição da Rodovia Castelo Branco, em uma região próxima à cidade de São Paulo. Segundo matéria da jornalista Lígia Formenti, do jornal **O Estado de S. Paulo**, houve um grande risco de explosão, tanto que a população que morava próxima do local do acidente foi removida. Com as luzes apagadas, por segurança, o cenário, à noite, era assustador.

Um gasoduto do sistema que liga o ABC a Barueri também foi atingido. O funcionário Valdelins Brandão da Silva descreveu o acidente: "Foi igual a um terremoto. O chão tremeu e logo em seguida uma grande nuvem de gás branco tomou conta do lugar. Saímos desesperados, tentando interromper a passagem de carros na estrada". Segundo ele, a nuvem de gás tinha oito metros de altura; na hora, ele ficou com receio de alguém acender um cigarro e tudo ir pelos ares.

A Queiroz Galvão é concessionária da Dersa. A empresa realizava no local obras para a construção do Rodoanel. Segundo a assessoria de imprensa da Dersa, o trabalho vinha sendo realizado há quinze

dias e era fiscalizado por uma equipe indicada pela Petrobras. O funcionário Silva garantiu que o local do acidente estava dentro dos limites de segurança indicados pelo mapa fornecido pela Petrobras. A preocupação foi restituir a segurança no local, em função do perigo de uma explosão, pois o GLP é um gás altamente inflamável. Por muita sorte não ocorreu uma catástrofe, pois tão logo o acidente foi detectado, o fluxo de gás foi cessado. A gasolina era remanescente do mesmo duto. "É um sistema conjunto. Primeiro passa o gás, depois a gasolina." Para evitar risco de incêndio, os bombeiros jogaram espuma no local. No fim da tarde, técnicos preparavam um lençol de água – técnica que consistia em molhar o chão para evitar riscos de acidentes.

O incidente foi o mais recente de uma série que inclui o vazamento de óleo na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, em janeiro de 2000, e o afundamento da Plataforma P-36, em março deste ano, na baía de Campos, em Macaé – RJ.

Não se pode alegar surpresa com tais acidentes ambientais, pois eles vêm ocorrendo ao longo dos seis anos e meio do mandato de um homem que pretendia ser o novo Juscelino Kubitschek, que preconizou o fim da Era Vargas, e está levando o País ao tempo das lamparinas e dos lampiões. É algo que fere o bom senso, a inteligência, a dignidade, a ética e a moral do tão sofrido povo brasileiro.

Lutamos para construir a Petrobras, hoje tão maltratada e tão carcomida por dentro pela ação criminosa de uma diretoria incompetente, soberba e determinada a desmoralizar e destruir a reputação da empresa, para depois entregá-la a preço vil às multinacionais do petróleo.

A Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) afirma, em documento que encaminhou aos grandes jornais do eixo Rio – São Paulo no ano passado, que a "repetição de falhas absolutamente idênticas indica o descaído com que o presidente, os diretores e os conselheiros da estatal tratam a questão ambiental".

As falhas ocorridas nesses casos sustentam que é preciso punir severamente os que não sabem preservar o patrimônio público. Tudo isso foi de nado pelos sindicatos de petroleiros de vários Estados do Brasil.

Para complementar essa política de desmonte, existe a prática da terceirização. Com isso, a empresa deprecia e desprestigia a mão-de-obra qualificada, ou seja, seus técnicos, que têm vasta experiência

e conhecem a empresa. A Petrobras anunciou que vai implementar, cada vez mais, a terceirização como forma de evitar acidentes. Isso significa desqualificar os técnicos e a mão-de-obra qualificada que operam dentro do sistema Petrobras.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez estamos diante de um dos problemas mais sérios deste final de século: a necessidade de defesa do meio ambiente.

Não adianta o Presidente da República se queixar de que o sistema presidencialista é o culpado de tudo. Se estivéssemos no parlamentarismo, Fernando Henrique Cardoso já teria sido defenestrado por incompetência administrativa, desrespeito à Constituição, falta de ética e incapacidade para governar. Ironicamente, seus partidários ainda têm a coragem de ir à televisão e fazer propaganda eleitoral falando em nome da ética.

Neste momento em que nos deparamos com um Governo entreguista, que volta as costas para os interesses do Brasil, em benefício dos banqueiros internacionais, mais do que nunca precisamos da força política dos trabalhadores organizados. Não tenho dúvida de que somente a força das organizações populares podem nos salvar deste momento de trevas globais em que o Governo Fernando Henrique Cardoso nos mergulhou, por falta de ética, falta de patriotismo e incompetência administrativa.

A falta de firmeza do Governo Fernando Henrique e sua subserviência aos interesses dos banqueiros, nacionais e internacionais, levam o Brasil à triste e imerecida condição de país de segunda categoria.

É preciso lutar pela preservação da Petrobras, que é patrimônio do povo brasileiro. A atual direção não tem capacidade nem autoridade moral para administrá-la. Portanto, já deveria ter sido demitida. Ou será que teremos de chorar ainda, e muitas vezes, por causa do óleo derramado?

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GERALDO CÂNDIDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO
NOS TERMOS DO ART. 210 DO
REGIMENTO INTERNO.**

Em defesa da sociedade

Rubens Approbato Machado

O país está intranquilo, merece do presidente respostas substantivas; é o que a OAB e a sociedade esperam

“É certo, porém que, seja qual for o mecanismo, ou o Congresso põe um ponto final no reiteiro do desrespeito à si próprio e à Constituição ou então é melhor reconhecer que no país só existe um ‘poder de verdade’, o do presidente. E, daí por diante, esqueçamos também de falar em ‘democracia’” (Fernando Henrique Cardoso, artigo ‘Constituição ou prepotência?’, Folha, 7-6-90, a respeito das medidas provisórias)

O trecho transcrito, se lido na soleira da deposição dos novos dirigentes do Judiciário, teria suscitado o mesmo motivo de reação por parte do presidente da República, considerando “oportunista” ou “covarde” tal citação, caso o insensível no meu discurso por ocasião da posse do ministro Marco Aurélio na presidência do Supremo Tribunal Federal? Nos atos públicos, soles ou não, se faz necessárias a censura prévia de manifestação ou pensamento?

“Suportar melhor a censura os que merecem elogios”. A frase lapidada do filósofo alemão Karl Popper me veio à mente quando os mais sujeitos às críticas abominam a censura. E quando as críticas revelam um certo sentimento geral de que elas têm fundamento, a reação negativa dos críticos pode iniciar ultrapassagem dos limites da razoável. É o que posso depreender da reação do presidente Fernando Henrique Cardoso às observações que fiz o meu pronunciamento, sem adjetivos e ilações que pudessem macular a sua honra pessoal ou a sua tradição de democracia com vitória.

Pontos dos quais não transjogo: a lei não só o que sinto, reprodutível o pensamento da maioria dos advogados e o sentimento da sociedade, cuja caixa de ressonância é a OAB, pela sua tradição histórica e institucional na defesa do primado do direito e da justiça. Usei a tribuna adequada, no momento apropriado na cerimônia mais legítima.

Aquele cerimonial representava um evento da maior significação para a vida institucional do país, tanto pelo conceito que simboliza a mais alta Corte de Justiça quanto pela investidura na presidência de um juiz de perfil polêmico, a quem se atribui, entre outros, os valores da independência e da altivez.

O Judiciário, pelas suas mais altas vozes, vem chamando contra as medidas provisórias e contra os atos dos entes públicos que entulham os pretórios e as cortes superiores de medidas judiciais em que o poder público é parte.

O momento, o lugar e o cenário eram por tanto, corretos para, da tribuna dos advogados, a OAB se posicionar contra o pan-demônio legislativo e clamar pela paz social e por um efetivo e completo Estado de Direito. O ambiente da Justiça é o maior espaço da cidadania. Os advogados e a OAB têm sido, ao longo da história, o símbolo de defesa da sociedade. Em sua memória registram-se as lutas da independência, da proclamação da República, contra a escravidão, contra o Estado Novo, contra a ditadura militar e contra a desordem institucional.

O espaço da tribuna do STF, de onde falei, é dos advogados, é da OAB, para exprimir e interpretar os sentimentos não apenas

profissionais do direito, mas da sociedade. A OAB não usurpou espaço de ninguém. E não precisa pedir licença para falar. Nunca se intimidou e não temerá nenhum tipo de censura. A tribuna era, portanto, adequada.

Não poderia haver momento mais apropriado para trazer à tona os problemas relevantes do país. Ali estava a elite institucional do país, a partir do mandatório maior, o presidente da República. Ali estava o comando das decisões dos três Poderes. Não poderia, sob pena do grave pecado de omissão, deixar de mencionar questões centrais, como a situação das medidas provisórias, essas sim, usurpadoras de poder e de espaço, na medida em que corrompem as funções do Parlamento. O país certamente aguarda a resposta governamental, abandonando o mérito das críticas, e não ataque pessoal ao representante da OAB e nem a diminuição das discussões de aspectos formais da própria solenidade. Ao contrário de falar em covardia, deveríamos falar em altivez, por combater aquilo que, como se na dor, o presidente tantas vezes combatia.

O presidente, em seus escritos, foi perseguido pelo crítico do Estado autoritário, centralizador e burocrático, esse mesmo que procurou, sob a minha visão, criticar. Merece ser lido seu livro “O Modelo Político Brasileiro”, que é uma peroração contra a concentração do poder. O centralismo externo e a tecnocracia na forma de um novo Estado autoritário, base para criar “condições institucionais para a realização do planejamento econômico do país”, de denuncia das por Cândia do Mendes e endossadas pelo presidente, merecem ser posições constantemente combatidas.

Cada regimê, lembre Montesquieu, se ampara num “princípio”, que expressa sua realidade profunda. O “princípio” da atual política governamental é o de uma visão monetarista. Esquece-se da precária molécula social, da angústia que se espalha por toda a parte, consequência da desatenção ou da ausência de políticas públicas inspiradas nos critérios dos grandes cânones sociais.

O sociólogo Roger-Gerard Schwartzenberg argumenta que a tecnocracia é responsável pelo circuito fechado do poder. Sem se comunicar com a sociedade, nenhum governo percebe as suas expectativas. E vai sendo monoinformado—subinformado, portanto—pela tecnocracia. Fica cego à realidade, auto-enclausurado em um universo irreal.

A solidão de quem se cercou o governo, que brada apenas pelas reverências e deferências, faz mal ao governante. É preciso que ele sinta o palpitar da nação. A crítica tem, portanto, caráter construtivo. Quer ajudar a abrir os horizontes.

Para que se evitassem as insinuações que não engrandecem as autoridades que as veiculam, por minha vida, minha obrigação, escancara da mente à disposição de todos. Nada tenho de quem me envergonhar. As minhas origens modestíssimas exigem que eu louve o meu Brasil, país que ainda dá oportunidade a quem, como eu, para se educar, só tem posições bilíngues de fazer-lhe por meio do ensino público. Para honrar minha, sem filiação partidária ou carreira política, fui, episodicamente, secretário da Justiça de meu Estado, onde pude conhecer os homens públicos do mais elevado valor. Cito, entre

outros, o ministro mais próximo do presidente, Aloysio Nunes Ferreira, que, na ocasião, foi líder do partido do governo na dor da época.

O país está intransigente, inseguro pelas crises políticas e sociais, pelo desemprego, pela ameaça dos apagões. Merece do presidente respostas substanciais. É o que a OAB e a sociedade esperam.

Rubens Approbato Machado, 67, advogado, é presidente nacional da OAB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Lindberg Cury.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF. Pronunciado o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para tratar de um assunto a que fiz referência em meu discurso de posse como senador: uma das minhas prioridades, uma das bandeiras que defendo aqui como Senador da República. Trata-se da ampliação do uso do gás natural no Brasil.

Mundialmente, após tratado e processado, o gás natural é utilizado largamente em residências, no comércio, em indústrias e em veículos. Nos países de clima frio, seu uso residencial e comercial é predominantemente para aquecimento ambiental.

Já no Brasil, seu uso comercial e residencial é no preparo de alimentos e aquecimento de água. Na indústria, o gás natural é utilizado como combustível para fornecimento de calor, geração de eletricidade e de força motriz, como matéria-prima nos setores químico, petroquímico e de fertilizantes, e como redutor siderúrgico na fabricação de aço. Na área de transportes, é utilizado em ônibus e automóveis, substituindo o óleo diesel, o gásolina e o álcool. Mas, diferentemente do que ocorre em outros países, a participação do gás natural na matriz energética brasileira é muito pequena, chega a ser apenas cerca de 2,8%, enquanto que, em países como a Argentina, participa com 49% e, na Inglaterra, com 30%, sendo a média mundial de 23,7%.

Chamo a atenção dos Srs. Senadores para esses dados estatísticos, onde saímos de um uso de 2,8% de consumo para uma média mundial de 23,7%. Esses dados demonstram que o gás natural, no Brasil, não é encarado como uma fonte significativa no suprimento de energia.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse quadro está mudando. A crise energética – o racionamento que afeta o Brasil – mostrou ao Poder Executivo, à classe política e à sociedade brasileira que o País não pode ficar prisioneiro de uma única fonte de energia. Mostrou que, se São Paulo não ajudar e não houver in-

vestimentos, vai faltar energia. Mostrou que, apesar de tudo, o povo brasileiro está sendo solidário com o Governo e quer ajudar o País a sair dessa crise.

Não estou aqui para apontar os culpados dessa crise. Não ocupo esta tribuna para criticar aqueles que dirigiram a política energética brasileira nem para julgar se o processo de privatização do setor elétrico foi uma decisão correta ou não. Ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, como um representante do Distrito Federal, para reivindicar para Brasília, Goiás e, de certa forma, para a Região Centro-Oeste a construção do ramal do gasoduto Brasil-Bolívia. O gasoduto Brasil-Bolívia, interligando-se à rede de dutos do suprimento à Região Sudeste e à Região Sul, já é uma realidade e coloca no mercado quantidades ilimitadas de gás natural. Da mesma forma, a rede de suprimento de gás natural à Região Nordeste também é uma realidade e atende, prioritariamente, às capitais da daquela região.

O Governo Federal anunciou, em março deste ano, as suas prioridades, a sua Agenda de Governo para o biênio em que se prevê em recursos da ordem de R\$590,6 milhões, em 2001, para a ampliação da infraestrutura de transporte de gás natural no País.

Entre as várias metas estabelecidas no documento Agenda de Governo, relacionadas com o suprimento de gás natural, podemos destacar os seguintes empreendimentos:

- concluir, em 2002, o gasoduto Uruguai-Porto Alegre. Esse gasoduto será responsável pela captação de gás da Argentina para suprir a usina termelétrica de Uruguai, entre outros mercados. É mais uma alternativa que se coloca no sentido de beneficiar o uso de gás no nosso País.

- concluir, em 2003, os gasodutos Uruguai-Porto Velho, com 500 km de extensão; Coari-Manaus, com 420 km de extensão; e Cabiúnas-Tubarão.

Aquele que olha o mapa do Brasil vê que o Brasil litorâneo está com a infraestrutura de transporte de gás natural praticamente terminada, praticamente completa. Mas, em compensação, não podemos dizer que é verdadeira a afirmação quando olhamos para o Brasil do interior, para o Brasil do Centro-Oeste, especialmente para o Estado de Goiás, Senador Iria, que V. Ex^a conhece tão bem.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Lindberg Cury, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Lindberg Cury, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que faz, alertando inclusive para um ponto que nós, da Amazônia, temos reiteradamente batido aqui, que é a questão da concentração na região litônea, principalmente na região do eixo Rio-São Paulo, de todos os investimentos, e em qual quer que seja o setor pensado no Brasil. V. Ex^a está traçando um perfil exato na questão do gás quando reivindica um duto para o Distrito Federal e menciona inclusive que está nos planos do Governo, para 2003, o aproveitamento do gás de Urucu, no Amazonas, onde hoje são reinjetados milhões de litros cúbicos de gás por que não são aproveitados. O Brasil não está com escassez de energia por falta de opções de energia. Pelo contrário, V. Ex^a está frisando muito bem a questão do gás; temos também condições de construir hidrelétricas na Amazônia, sem prejuízo do meio ambiente – estão aí os exemplos de Tucuruí, que está salvando o Nordeste em parte, mesmo que ainda não esteja totalmente instalada a sua capacidade, e de outras hidrelétricas, como a de Monte Belo. Porém, o mais grave é justamente a questão do gás. E V. Ex^a, ao reivindicar um duto para o Distrito Federal, o faz muito bem ao chamar a atenção para outras regiões do Centro-Oeste. Espero que V. Ex^a também inclua, com este meu aparte, o apelo da Região Norte, que é, sem dúvida, a mais esquecida das Regiões. Basta lembrar que a Região Norte não tem um só Ministro no Governo Fernando Henrique Cardoso.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Muito obrigado pelo esclarecimento de V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Nova da Costa (PMDB – AP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Perfeitamente, Senador Nova da Costa.

O Sr. Nova da Costa (PMDB – AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eminente Senador Lindberg Cury, o prazer do companheiro Senador Mozarildo adiantou muito das preocupações que queria abordar com V. Ex^a. Além do gás, o pronunciamento de V. Ex^a traz uma preocupação com o potencial energético, mas não vou tratar desse tema já que foi objeto do aparte do Senador Mozarildo. Porém, gostaria de dizer que o Amapá foi pioneiro na construção de hidrelétrica. No tempo do Jânio, do Coaracy Nunes – brilhante Parlamentar que este Congresso teve –, conseguiu-se iniciar a construção de uma hidrelétrica chamada Pairedão, que atualmente está forne-

cendo 40 megawatts e fornecerá mais 20 megawatts quando tiver o seu reservatório ampliado. O estudo realizado pela Sudam, que está sendo transformada em Agência de Desenvolvimento do Vale do Araguari, resultou em um levantamento importante, que está instruindo a Eletro Norte para a construção de seis miniusinas. O Presidente Sarney, nos so Senador, conseguiu, em articulação com a Eletro Norte, iniciar já a primeira delas seis usinas, num total de quase 600 megawatts. O Projeto Jari, que V. Ex^a conhece e que teve à frente o Sr. Ludwig, aquele investidor americano, passou para o Grupo Icomi e agora está com o Grupo Orsa. E agora há o Jari Energético. Esta é uma aspiração nossa de muitos anos: pegar uma hidrelétrica que não precisa de reservatório, um fio d'água, e instalar uma hidrelétrica de 100 megawatts. Já estão definidos os entendimentos de financiamento. Isso só atí tulo de informação a V. Ex^a. O Amapá está fazendo um esforço muito grande, mas não é suficiente. A demanda é grande. É uma região nova, promissora e, logicamente, outros programas terão que ser feitos. Temos outras bacias para se reaproveitar. Cumprimento V. Ex^a pelo assunto que aborda, que considero dos mais importantes. Sabemos que, em relação aos índices, que V. Ex^a bem caracterizou em relação a Argentina, estamos muito aquém. O trabalho que V. Ex^a apresenta constitui uma informação importante. Basta, agora, que o Governo amplie esses estudos e promova o aumento dessa oferta de gás, muito importante para a Região Amazônica, como bem ressaltou o Senador Mozarildo Cavalcanti. Muito obrigado pela atenção.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Sou eu quem agradeço a participação, reconhecendo que V. Ex^a é um **expert** no assunto, principalmente por já ter sido Superintendente da Sudene por longo tempo.

Agradeço a V. Ex^a o aparte e junta-rei os esclarecimentos prestados por V. Ex^a a essa nossa proposta.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Perfeitamente, nobre Senador Juvêncio da Fonseca. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Senador Lindberg Cury, V. Ex^a está há poucos meses aqui no Senado....

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Há poucos dias, Senador.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Há poucos dias e já está produzindo este rico trabalho, resultado da grande preocupação que V. Ex^a tem com

a Nação brasileira e, principalmente, em relação à questão energética. Eu sou de Mato Grosso do Sul, por onde passa o gasoduto Brasil/Bolívia. Esse gasoduto bem representa a preocupação do Governo Federal, antecipadamente à crise de energia, em abastecer o País com essa energia que se limpa, que é o gás. Preocupamo-nos muito com a questão do gasoduto Brasil/Bolívia apenas por um aspecto: a equalização da tarifa. Pelo menos para nós que estamos mais perto da fronteira do Brasil com a Bolívia, ela traz um certo prejuízo, porque, com a equalização, entramos numa difícil situação em razão dos investimentos, principalmente em Corumbá. Os investimentos são siderúrgicos e precisam do gás para redução do minério de ferro; do contrário, não haverá condições de operar nossa indústria siderúrgica. Como o gás é muito caro aqui do lado do Brasil, os investimentos industriais acabam acontecendo do outro lado da fronteira. Isso muito nos preocupa. E o enfoque mais importante na sua visão de progresso para o País é que o Centro-Oeste — não se iluda V. Exª — será o futuro deste País, porque é onde se produzem alimentos em larga escala. É preciso que haja a verticalização da economia, pois a agroindústria é realmente o grande futuro do País e, como o Centro-Oeste possui a matéria-prima, terá que acontecer na Região. Portanto, a energia, principalmente o gás, em todo o território do Centro-Oeste, é de fundamental importância. Veja o Estado de Goiás, do Senador Iris Rezende, com uma economia já bem verticalizada, com a indústria já crescente, e o nosso Mato Grosso do Sul, que pretende começar a industrialização. E, com a chegada do gás, naturalmente, essa industrialização vai se multiplicar e fazer com que este País olhe para dentro, ou seja, olhe para o seu interior. Naturalmente, a energia que temos por intermédio do gás será a grande alavanca. Também precisamos que o gasoduto não passe apenas por Mato Grosso do Sul. Já temos Teresopolis, para Corumbá, para Campo Grande e para Três Lagoas, mas queremos que o ramal suba para o Norte, para Rio Verde, Coxim, Soledade, uma região de futura produção cerâmica muito forte. Ali produz-se a melhor cerâmica do País e, com energia barata, temos certeza de que também a cerâmica será um fator econômico muito forte para produzir emprego e fazer com que o Estado cresça um pouco mais e que saia daquela economia primária de grão e carne. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exª.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Sou eu que tenho que agradecer a sua contribuição muito im-

portante sobre Mato Grosso do Sul. Sei que V. Exª foi Prefeito e... Governador?

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Prefeito.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Prefeito. Estou simplesmente antecipando uma visão política.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador Lindberg Cury.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Pois não, Senador.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Lindberg Cury. Quando da posse de V. Exª nesta Casa, numa roda de Senadores e Senadoras, tive a oportunidade de afirmar que o Senado recebia, naquele momento, um novo e grande valor. Pelo conhecimento que tenho de V. Exª, pela amizade que nos une há tantos anos, tornei-me seu admirador pela sua atuação como empresário, como pioneiro de Brasília, oriundo de Goiás. V. Exª prestou grandes serviços a esta Capital, sobretudo na que lá fase mais difícil da sua construção. Dizia eu que V. Exª vinha trazendo uma experiência que poucos brasileiros têm. As afirmações que fiz na que lá oportunidade começaram a confirmar agora nesse belíssimo pronunciamento que faz V. Exª nesta manhã de quinta-feira, abordando uma das questões que considero mais importantes e complexas, que é a energia. V. Exª ainda não concluiu o seu pronunciamento sobre essa questão que preocupa a todos, sobretudo ao Governo, da escassez de energia, mas aborda muito bem o assunto. Quando o Governo anunciava a assinatura desse acordo com a Bolívia para compra de gás e anunciava a construção do gasoduto, tivemos a preocupação de reivindicar do Governo que não se esquecesse de contemplar o Centro-Oeste. Recebemos a garantia do Governo de que o Centro-Oeste seria beneficiado. Mas qual não foi a nossa surpresa ao sabermos, quando o Ministro de Minas e Energia anunciou a construção do gasoduto, que parte do Centro-Oeste estava excluída. Reunimos Senadores e Deputados Federais da Região e manifestamos ao Ministro de Minas e Energia, que naquele época nos recebeu com muita atenção, devo reconhecer, a nossa preocupação e o nosso protesto pela desconsideração que demonstrava a uma região que não nos cansamos de afirmar será a solução para os problemas nacionais. E recebemos do Sr. Ministro e do Presidente da República a garantia de que um ramal do gasoduto seria estendido até o Centro-Oeste. Passaram-se alguns meses, mais de um ano e, de repente, de frontarmos com o problema da escassez da energia.

Devo reconhecer desta tribuna também a preocupação do Presidente Fernando Henrique Cardoso com essa questão. Como goiano, devo confessar isso, porque, ao assumir o Governo, Sua Excelência recebeu a hidrelétrica de Serra da Mesa para a lixada e a concluiu, uma obra de grande porte. Conseguiu também que, por intermédio da iniciativa privada, a usina de Canabrava se tornasse realidade. Ela está em construção. Eu já disse aqui e devo repetir: não culpo o Presidente. Fui seu Ministro e sei da sua preocupação com os problemas nacionais. Todos sabemos que cada ministério existe para buscar soluções para os problemas da sua área. E ninguém pode negar que o Ministério de Minas e Energia foi fraco diante da área econômica. Não conseguiu a viabilização desses projetos. Digo isso de cátedra porque, há muitos anos, quando eu era Governador, de terminar que se fizesse um levantamento de toda a potencialidade existente no Estado de Goiás. Esse levantamento está aí. Naquela época, com recursos próprios, construímos a quarta etapa de Cachoeira Dourada, aumentando o nosso potencial em 210 megawatts. Construímos uma pequena usina, em São Domingos, de 16 megawatts, no nordeste de Goiás. Portanto, entendemos que o desenvolvimento só se viabiliza com investimentos também na área de energia, e não apenas na de estradas. Mas houve como que um descuido, e o curso de V. Ex^a hoje é uma demonstração do nosso inconformismo com o Governo pela não-viabilização desse gasoduto, que já deveria estar pronto. Congratulo-me com V. Ex^a por esse pronunciamento, por essa preocupação. É mais uma voz respeitável advertindo a área do Governo para a concretização dessa obra e até para o aproveitamento das nossas potencialidades nessa região. Se se desburocratizar um pouco, se, por exemplo, o BNDES financiar parte das pequenas e médias hidrelétricas dessa região, e até termelétricas, o gasoduto, vamos solucionar os problemas de grande parte deste País. Nossos cumprimentos, Sr. Senador. Estou certo de que V. Ex^a entrará na Casa com o pé direito e vai ajudar muito a Nação com a sua experiência, com a sua competência e com o seu espírito público. Obrigado!

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Muito obrigado, Senador Iris Rezendes. Eu sabia que a participação de V. Ex^a seria brilhante, em razão do programa de desenvolvimento que, no seu Governo, foi implantado, principalmente em Anápolis, a minha cidade. Esse programa foi uma grande fonte de abastecimento para Goiânia, para Brasília e para o próprio Norte e Nordeste do País.

Muito obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Lindberg Cury, encerro a V. Ex^a a conclusão do seu discurso, por que o seu tempo já se esgotou há bastante tempo. Precisamos iniciar a Ordem do Dia.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

Dizer que não existe mercado consumidor na região Centro-Oeste é negar o óbvio. Estudos da Companhia Energética de Brasília, em parceria com a Petrobras Distribuidora, que analisou o mercado consumidor de gás natural para o Distrito Federal, constataram, além do consumo residencial e comercial, a existência de um forte mercado para a co-geração e geração termelétrica.

No caso da co-geração, levanta mento efetuado indicou a existência de sistemas de ar-condicionado central em diversas edificações públicas e comerciais em Brasília, o que equivale a uma potência instalada de 60 megawatts elétricos. Nesse cenário, a oferta de água gelada para sistema de ar condicionado torna-se atrativa, especialmente se o frio for produzido em co-geração centralizada ou distribuída.

Agora, no que diz respeito à geração térmica, constatou-se a existência de mercado para a instalação de uma usina termelétrica com potência entre 230 a 290 megawatts no Distrito Federal.

Com base na conclusão dos estudos da CEB e Petrobras, foi criada a Companhia Brasileira de Gás – Cebgas –, com o objetivo de explorar, pelo prazo de 30 anos, com data a partir do ano 2000, o serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado para fins comerciais, industriais, automotivos e de geração térmica no Distrito Federal.

Mas de onde sairão os recursos para a realização das obras? É uma pergunta interessante.

Tomo a liberdade de propor, de sugerir, Sr. Presidente, que a Agência Nacional de Petróleo – ANP – faça os estudos necessários para a licitação do empreendimento à exploração pela iniciativa privada, com prazo de concessão de terminação, como ocorre hoje em relação às licitações para exploração de áreas de petróleo no Brasil.

Ora mal do gasoduto Brasil-Bolívia para Brasília não é uma obra que diz respeito somente ao Distrito Federal. Como está projetada, vai beneficiar as cidades de Goiânia, Anápolis e o complexo de fertilizantes de Catalão, no Estado de Goiás, e as cidades do triângulo mineiro de Uberlândia e Uberaba.

Gostaria de dizer que essa reivindicação não é um pleito isolado de um Senador do Distrito Federal.

Não estou tratando de uma utopia. Sr. Presidente, trata-se de um pleito de todos nós, membros desta Casa, que acreditamos em uma Região Centro-Oeste economicamente mais forte e socialmente mais justa.

E, para finalizar, eu gostaria de dizer que o investimento em infraestrutura de transporte de gás na rural é uma luz que se acende para o futuro, para o desenvolvimento da região de Brasília e do seu Entorno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lindberg Cury, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Prorrogo a Hora do Expediente por 10 minutos para atender à solicitação de dois oradores para comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral pelo tempo de cinco minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na sessão de ontem, estava incluída na Ordem do Dia a Emenda Constitucional nº 6, de 1998. Portanto, há três anos estamos tentando aprová-la ou rejeitá-la. Mas houve um requerimento do Senador Romero Jucá solicitando o adiamento da votação, e a matéria vai retornar à Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 30 de agosto.

O que me traz à tribuna? Recebi um expediente do presidente da associação dos funcionários interessados na matéria. O expediente é tão sério que não posso deixar de lê-lo para que fiquemos anais, com requerimento ao final à Mesa.

Diz o Presidente Ronaldo de Oliveira Dantas, em expediente que data do dia 18 de junho de 2001, que me chegou às mãos ante ontem e o qual eu discutiria na sessão de ontem:

Sr. Senador Bernardo Cabral,

Existe, hoje, um remanescente de mais ou menos 4.000 (quatro mil) funcionários do Serpro espalhado por todo o território nacional, servindo aos Órgãos do Ministério da Fazenda, especificamente a Secretaria da Receita Federal, há mais de 20 (vinte) anos [vou repetir o tempo: há mais de 20 anos!], constituindo o grande apoio que vem permitindo o funcionamento da máquina arrecadadora desse Órgão. Pelo tempo de corrido e pela experiência adquirida por esses servidores, em sua maioria, são de signa-

dos para exercer tarefas próprias da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, conforme inúmeras denúncias feitas pelo Tribunal de Contas da União.

As atividades desenvolvidas por esses servidores estão alocadas em pontos estratégicos desse Ministério, inclusive com grandes poderes decisórios. É notório que os atos praticados por esses servidores são nulos de pleno direito, razão pela qual devemos buscar imediatamente uma solução eficaz para que esses atos, ao longo desses anos, não percam sua eficácia, o que acarretaria sérios problemas ao Governo Federal.

A manutenção desses servidores abnegados nos quadros do Ministério da Fazenda e, prioritariamente, na Secretaria da Receita Federal, deixa de ser uma medida de caráter político-administrativo para ser um problema social – repito, deixa de ser uma medida de caráter político-administrativo para ser um problema social).

Executando, na Secretaria da Receita Federal, atividades privativas de Carreira de Estado, esses servidores não deixam a máquina arrecadadora parar quando seus técnicos fazem greve.

Neste aspecto, é necessário que busquemos a estruturação da Administração Pública de forma consistente, sólida e monolítica, e que proporcione ao Estado, além da ferramenta para o norteamiento institucional e gerencial, evitar o cometimento de erros do passado e que se sustentam até os dias de hoje, face ao descaço, às vezes adrede e às vezes omisso, daqueles que se depaíram com os vícios da máquina administrativa e não se encorajam a buscar soluções.

É constrangedor para o Estado conviver no seu seio com flagrantes distorções administrativas, de correntes de atitudes preteridas, que se perpetuam no tempo, gestões após gestões, pleitos após pleitos, mandatos após mandatos, sem que se defronte com o problema, reconheça o seu equívoco e apresente uma solução correta para que a máquina administrativa não continue o descaso de cometer repetidas atitudes e medidas que ferem frontalmente os princípios legais e de conduta.

Não estou tratando de uma utopia. Sr. Presidente, trata-se de um pleito de todos nós, membros desta Casa, que acreditamos em uma Região Centro-Oeste economicamente mais forte e socialmente mais justa.

E, para finalizar, eu gostaria de dizer que o investimento em infraestrutura de transporte de gás na rural é uma luz que se acende para o futuro, para o desenvolvimento da região de Brasília e do seu Entorno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lindberg Cury, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Prorrogo a Hora do Expediente por 10 minutos para atender à solicitação de dois oradores para comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral pelo tempo de cinco minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sessão de ontem, estava incluída na Ordem do Dia a Emenda Constitucional nº 6, de 1998. Portanto, há três anos estamos tentando aprová-la ou rejeitá-la. Mas houve um requerimento do Senador Romero Jucá solicitando o adiamento da votação, e a matéria vai retornar à Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de 30 de agosto.

O que me traz à tribuna? Recebi um expediente do presidente da associação dos funcionários interessados na matéria. O expediente é tão sério que não posso deixar de lê-lo para que fiquemos anais, com requerimento ao final à Mesa.

Diz o Presidente Ronaldo de Oliveira Dantas, em expediente que data do dia 18 de junho de 2001, que me chegou às mãos ante ontem e o qual eu discutiria na sessão de ontem:

Sr. Senador Bernardo Cabral,

Existe, hoje, um remanescente de mais ou menos 4.000 (quatro mil) funcionários do Serpro espalhado por todo o território nacional, servindo aos Órgãos do Ministério da Fazenda, especificamente a Secretaria da Receita Federal, há mais de 20 (vinte) anos [vou repetir o tempo: há mais de 20 anos!], constituindo o grande apoio que vem permitindo o funcionamento da máquina arrecadadora desse Órgão. Pelo tempo de corrido e pela experiência adquirida por esses servidores, em sua maioria, são de signa-

dos para exercer tarefas próprias da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, conforme inúmeras denúncias feitas pelo Tribunal de Contas da União.

As atividades desenvolvidas por esses servidores estão alocadas em pontos estratégicos desse Ministério, inclusive com grandes poderes decisórios. É notório que os atos praticados por esses servidores são nulos de pleno direito, razão pela qual devemos buscar imediatamente uma solução eficaz para que esses atos, ao longo desses anos, não percam sua eficácia, o que acarretaria sérios problemas ao Governo Federal.

A manutenção desses servidores abnegados nos quadros do Ministério da Fazenda e, prioritariamente, na Secretaria da Receita Federal, deixa de ser uma medida de caráter político-administrativo para ser um problema social – repito, deixa de ser uma medida de caráter político-administrativo para ser um problema social).

Executando, na Secretaria da Receita Federal, atividades privativas de Carreira de Estado, esses servidores não deixam a máquina arrecadadora parar quando seus técnicos fazem greve.

Neste aspecto, é necessário que busquemos a estruturação da Administração Pública de forma consistente, sólida e monolítica, e que proporcione ao Estado, além da ferramenta para o fortalecimento institucional e gerencial, evitar o cometimento de erros do passado e que se sustentem até os dias de hoje, face ao descaído, às vezes adrede e às vezes omisso, daqueles que se depaíram com os vícios da máquina administrativa e não se encorajam a buscar soluções.

É constrangedor para o Estado conviver no seu seio com flagrantes distorções administrativas, de correntes de atitudes preteridas, que se perpetuam no tempo, gestões após gestões, pleitos após pleitos, mandatos após mandatos, sem que se defronte com o problema, reconheça o seu equívoco e apresente uma solução correta para que a máquina administrativa não continue o descaso de cometer repetidas atitudes e medidas que ferem frontalmente os princípios legais e de conduta.

As atividades desenvolvidas por esses servidores não se enquadram nas atividades definidas no Plano de Cargos e Salários do Serpro, e, estando no Ministério da Fazenda, são vítimas de discriminação pelo Serpro e ilegalidade perante o poder constituído.

Este relato dirigido a V. Ex^a espelha toda a nossa preocupação, pois, na prática, como antes se demonstrou, esses milhares de servidores executam atividades próprias de servidores públicos, como de fato já o são.

O acolhimento por V. Ex^a servirá como insumo, em uma proposta junto ao Governo, para que seja aproveitada essa indispensável mão-de-obra, que ao longo desses anos vem ajudando o crescimento incontestável de nossa arrecadação federal.

Cabe também ressaltar a V. Ex^a que várias ações já obtiveram ganho de causa na Justiça Trabalhista, reconhecendo o vínculo empregatício com a União e enquadrando-os como Técnicos da Receita Federal.

Aproveito a oportunidade para, em nome da Associação Nacional dos Servidores do Serpro no Ministério da Fazenda – Assemif – e do Sindicato dos Servidores e Empregados do Ministério da Fazenda – Sindsef –, apresentar a nossa gratidão e o valioso empenho de V. Ex^a às justas reivindicações dessa associação de classe.

Ronald de Oliveira Dantas, Presidente.

Termina o último parágrafo apresentando as suas reivindicações.

O importante, Sr. Presidente, é que o eminente Senador Geraldo Melo, quando 1º Vice-Presidente desta Casa – que, sem dúvida nenhuma, honrou com sua figura ao integrar a Mesa –, recebeu do Secretário da Receita Federal um ofício que é absolutamente favorável ao que pleiteiam esses servidores.

Diz o Secretário Everardo Maciel no Ofício SRF/GAB/nº 035/99, de Brasília, de 11 de janeiro de 1999, dirigido ao Exmº Sr. Senador Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente do Senado Federal:

Senhor Senador,

Refiro-me aos termos do Of. 77/99 PVPR, que solicita parecer desta Secretaria sobre as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) nºs 06/98 e 11/98.

A propósito, informo a V. Ex^a que a regularização da situação funcional dos servi-

dores do Serpro, que há vários anos prestam serviços de forma continuada à SRF, é necessária, uma vez que esta Secretaria não pode prescindir dos serviços dos citados servidores sem comprometer o seu normal funcionamento, principalmente nas atividades de arrecadação, considerando-se os conhecimentos por eles adquiridos durante esse longo período de trabalho em áreas especializadas e de difícil reposição de pessoal.

Informo, ainda, que em ten de mos que o pronunciamento quanto à formula mediante a qual poderá ser efetivada a permanência desse necessário efetivo de servidores na SRF não se insere nas competências deste órgão, por constituir matéria relacionada com a política de pessoal do Serviço Público Federal, afeta ao órgão sucessor do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

Atenciosamente,

Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal.

Portanto, vejamos V. Ex^{as} que o próprio Secretário da Receita Federal em exercício naquela altura – e ainda hoje – reconheceu isso perante o eminente 1º Vice-Presidente e mandou insuair com esse ofício o processado. Infelizmente, Sr. Presidente, a apreciação da matéria foi ontem adiada para 30 de agosto.

Venho à tribuna para alertar esses funcionários para que estejam atentos para a votação, na Ordem do Dia de 30 de agosto, para que não se sintam mais uma vez prejudicados na quilo que eu considero absolutamente justo.

Por isso mesmo, peço a atenção do eminente Secretário-Geral para que o presente expediente seja enviado ao Presidente da Associação, Dr. Ronald de Oliveira Dantas, dando conhecimento deste meu pronunciamento e informando que no dia 30 de agosto de 2001 haverá uma sessão de liberação ordinária que tratará do assunto.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Barbalho) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise da citricultura sergipana tem sido um

fator impeditivo grave do desenvolvimento econômico do nosso Estado de Sergipe. Em virtude dela, lideranças da região citrícola do Estado, composta de quatorze municípios, se reuniram na cidade de Boquim, no dia 4 de maio do corrente ano, quando foi elaborado um documento que alertava as autoridades constituídas do Estado, principalmente o Governador Albano Franco, para as responsabilidades que deverão ser assumidas pelo Executivo estadual para impedir de cições que possam reativar e revitalizar a citricultura no nosso Estado, que está desempregando milhares de pessoas e levando famílias a desespero.

Faço o registro, Sr. Presidente, desse documento – Carta de Boquim em Defesa da Economia da Região Citrícola de Sergipe – dirigido ao Governador Albano Franco e passo a lê-lo:

Reiteradamente, lideranças da região citrícola, que engloba 14 municípios dos mais representativos da região centro-sul do Estado, têm demonstrado a situação calamitosa por que tem passado a região, por conta da crise que vem há alguns anos atravessando a citricultura estadual.

As consequências dessa crise para a região e para o Estado são por demais conhecidas: redução substancial da produção de laranja, que, tendo alcançado mais de 800 mil toneladas, hoje é estimada ao redor de 400 mil toneladas; desarticulação do mercado regional de frutas frescas; fechamento de fábrica da indústria de sucocítricos; desemprego estimado de mais de 60 mil pessoas ao longo da cadeia produtiva, que engloba a produção agrícola, a indústria de sucos e o comércio de bens utilizados na agricultura.

A economia da região, antes florescente e em ascensão, hoje se encontra em franco declínio, sendo a imagem mais comum a de pomares mal cuidados, pouco produtivos, muitos deles simplesmente abandonados em virtude da absoluta carencia de possibilidades dos produtores para cuidar do seu empreendimento. Situação antes inédita na região, hoje é comum a presença da mendicância nas sedes municipais, exteriorizando uma situação altamente preocupante para a sociedade e para as administrações municipais. O endividamento dos produtores é uma constante e a baixa ca-

pacidade de geração de renda pela atividade não permite o resgate dos financiamentos e obtenção de novos recursos para a recuperação da citricultura. Com isso, o Estado sofre as consequências diretamente pela diminuição da atividade produtiva e da capacidade de geração de receitas e, do outro, pelo declínio da capacidade de geração de tributos.

Para dar um ordenamento à análise da situação e sistematizar medidas para enfrentar o problema, que diz respeito não somente à citricultura como também ao conjunto da fruticultura estadual, V. Ex^a instituiu grupo de trabalho que, no início deste ano, produziu documento que norteia ações de Governo e de outros segmentos no sentido de orientar as ações do Estado como promotor e incentivador do processo de desenvolvimento.

Apesar disso, a região tem aguardado até o momento a adoção de medidas capazes de minimizar ou de reverter a situação, verificando-se o agravamento da crise a cada momento que se passa.

Por essa razão, a municipalidade de Boquim, juntamente com a Associação de Prefeitos da região centro-sul de Sergipe e a Associação dos Citricultores de Sergipe – Ascise, promoveram no dia 4 do corrente mês de maio, em Boquim, reunião de trabalho para uma nova discussão sobre o tema e o encaminhamento de proposições ao Executivo Estadual.

Esta reunião, além da presença maciça de produtores e trabalhadores rurais, individualmente ou através de suas representações, contou com a participação dos Senadores da República Antônio Carlos Valadares e Maria do Carmo Alves, dos Deputados Federais Cleonânio Fonseca, Sérgio Reis, Tânia Soares, Ivan Paixão e Jorge Alberto, dos Deputados Estaduais Joaldo Barbosa, Jorge Araújo, Pedro Silva, do Secretário da Agricultura, Deputado Heleno Silva, Presidente da Associação de Prefeitos da região centro-sul do Estado de Sergipe e Prefeito Municipal de Lagarto, Jerônimo Reis, Prefeitos Municipais de Indiaroba, Cristinápolis, Pedrinhas, Itaporanga d'Ajuda, Riachão do Dantas, Salgado e Umbaúba, representantes dos Prefeitos Municipais de Estância, Santa Luzia do Itanhy e Tomar do

Geru, Presidente da Câmara Municipal de Boquim, Vereadores dos Municípios, superintendentes do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, Delegado Federal da Agricultura, dirigentes da Emdagro, Cohidro, Ocese, Presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos de Sergipe – Aease, Dr. Paulo Viana, Presidente da Coopertreze, Presidente da Cooperceise, Fetase e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boquim.

Na oportunidade, foram levados a efeito vários pronunciamentos e proposições convergentes para os seguintes pontos:

1. Revitalizar a citricultura, de modo que esta volte a assumir o papel relevante que ocupou, principalmente nas décadas de 70 e 80;

2. Operacionalizar medidas práticas de apoio à atividade, no tocante ao reforço das equipes técnicas da assistência técnica, da pesquisa e da defesa sanitária;

3. Realizar estudos básicos, principalmente os relativos à hidrogeologia da região, com vistas à irrigação de pomares;

Estruturar sistema de gestão e de apoio à fruticultura estadual, constando de Comitê Gestor, Câmara Setorial da cadeia produtiva da fruticultura, fundação de apoio ao desenvolvimento da fruticultura e fundo setorial;

5. Apoiar o processo de verticalização da produção e

6. Incentivar a diversificação da citricultura e da fruticultura tropical.

Como fruto da reunião em tela, um comitê designado pelos seus promotores, e que contou com a participação do Ministério da Agricultura, Emdagro, Banco do Nordeste, Ascise e Cooperceise, formulou agenda de compromissos, que ora encaminhamos a V. Ex^a, a qual delimita responsabilidades e prazos a cumprir.

Sr. Presidente, esse documento, encaminhado no dia 31 de maio deste ano ao Sr. Governador do Estado, sintetiza as aspirações dos citricultores sergipanos.

Esperamos que a autoridade estadual tome as providências cabíveis no sentido de reduzir substancialmente essa crise que se avoluma cada vez mais na região citrícola do Estado de Sergipe.

Obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS
VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO,
INSERIDO NOS TERMOS DO
ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.**

**CARTA DE BOQUIM EM DEFESA DA
ECONOMIA DA REGIÃO CITRÍCOLA DE SERGIPE**

Boquim, 31 de maio de 2001

Exm^o

Senhor Governador Albano Franco,

Reiteradamente, lideranças da região citrícola, que engloba 14 municípios dos mais representativos da região Centro-sul do Estado, têm demonstrado a situação calamitosa por que tem passado a região, por conta da crise que vem há alguns anos atravessando a citricultura estadual.

Assim, se questiona a crise para a região e para o Estado, não por de mais coincidências; reductio ad absurdum da produção da laranja, que tendo alcançado mais de 800 mil toneladas hoje é estimada ao redor de 400 mil toneladas; de articulação do mercado regional de frutas frescas; fechamento de fábrica da indústria de Sucos cítricos; de semprego estimado de mais de 60 mil pessoas ao longo da cadeia produtiva, que engloba a produção agrícola, a indústria de sucos e o comércio de bens utilizados na agricultura.

A economia da região, antes florescente e em ascensão, hoje se encontra em franco declínio, sendo a imagem mais comum a de pomares mal cuidados, pouco produtivos, muitos deles simplesmente abandonados, em virtude da absoluta incapacidade de possibilidade dos produtores para cuidar do seu empreendimento. Situação antes inédita na região hoje é a comum presença da mendicância nas sedes municipais, exteriorizando uma situação altamente preocupante para a sociedade e para as administrações municipais. O endividamento dos produtores e uma constante e baixa capacidade de geração de renda pela atividade não permitiu o resgate dos investimentos e obtenção de novos recursos para a recuperação da citricultura. Com isto, o Estado sofre as consequências, diretamente pela diminuição da atividade produtiva e da capacidade de geração de receitas e, do outro, pelo declínio da capacidade de geração de tributos.

Para dar um ordenamento à análise da situação e sistematizar medidas para enfrentar o problema, que diz respeito não somente à citricultura, como também ao conjunto da fruticultura estadual, Vossa Excelência instiu um grupo de trabalho que, no início deste ano, produziu documento que norteia ações de Governo e de outros segmentos – no sentido de orientar as ações do Estado como promotor e incentivador do processo de desenvolvimento.

Apesar disto, a região tem aguardado até o momento a adoção de medidas capazes de minimizar ou de reverter a situação, verificando-se o agravamento da crise a cada momento que se passa.

Por esta razão, a municipalidade de Boquim, juntamente com a Associação de Prefeitos da Região Centro-sul do Estado de Sergipe ASCISE, promoveram no dia 4 do corrente mês de maio em Boquim, reunião de trabalho para uma nova discussão sobre o tema e o encaminhamento de proposições ao Executivo Estadual.

Esta reunião, além da presença maciça de produtores e trabalhadores rurais, individualmente ou através de suas representações, contou com a participação dos senadores da República Antônio Carlos Valadares e Maria do Carmo Alves, dos deputados federais Cleonânio da Fonseca, Sérgio Reis, Tânia Soares, Ivan Paixão, e Jorge Alberto, dos deputados estaduais João do Barbosa, Jorge Araújo, Pedro Silva, do Secretário da Agricultura, deputado Heleno Silva, presidente da Associação de Prefeitos da Região Centro-sul do Estado de Sergipe e prefeito municipal de Lagarto, Jerônimo Reis, prefeitos municipais de Indiaroba, Cristinápolis, Pedrinhas, Itaporanga d'Ajuda, Riachão do Dantas, Salgado e Umbaúba, representantes dos prefeitos municipais de Estância, Santa Luzia do Itanhê e Tomar do Geru, presidente da Câmara Municipal de Boquim, vereadores dos municípios, Superintendentes do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, Delegado Federal da Agricultura, dirigentes da EMDAGRO. Cohidro, Ocesc, presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos de Sergipe – AEASE, presidente da Coopertreze, presidente da Cooperpise, Feta-se e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boquim.

Na oportunidade, foram levados a efeito Vários pronunciamentos e proposições convergentes para os seguintes pontos:

1. Revitalizar a cultura, de modo que esta volte a assumir o papel relevante que ocupou, principalmente, nas décadas de 70 e 80;

2. Operacionalizar medidas práticas de apoio à atividade, no tocante ao reforço das equipes técnicas da assistência técnica, da pesquisa e da defesa sanitária;

3. Realizar estudos básicos, principalmente os relativos à hidrogeologia da região, com vistas à irrigação de pomares;

4. Estruturar sistema de gestão e de apoio à fruticultura estadual, constando de Comitê Gestor, Câmara Setorial da cadeia produtiva da fruticultura, fundação de apoio ao desenvolvimento da fruticultura e fundo setorial;

5. Apoiar o processo de verticalização da produção, através da integração da produção agrícola com o processamento de suco concentrado e congelado, preferencialmente com a participação do produtor;

6. Incentivar a diversificação da citricultura e da fruticultura tropical.

Como fruto da reunião em tela, um comitê de sigla dos seus promotores e que contou com a participação do Ministério da

Agricultura, Emdagro, Banco do Nordeste Ascise e Cooperpise, formulou agenda de compromissos, que ora encaminhamos a V. Ex^a, a qual delimita responsabilidades e prazos a cumprir, com vistas ao alcance do propósito de reconquistar a posição de destaque da fruticultura estadual.

Por esta razão, Senhor Governador, os signatários vem solicitar a Vossa Excelência a adoção das medidas que cabem ao Governo do Estado levar a termo, de modo que o Estado cumpra o papel de indutor de um processo que caberá basicamente às classes produtora e trabalhadora e que envolve os demais constituintes da longacadeia produtiva da fruticultura.

Luiz Simplício da Fonseca, Prefeito Municipal de Boquim – **Jerônimo Reis**, Presidente da Associação dos Prefeitos da Região Centro-sul do Estado de Sergipe Prefeito Municipal de Lagarto – **Nilton Araújo Fontes**, Presidente da Associação dos Citricultores de Sergipe – **ASCISE** – **Antônio Carlos Valadares**, Senador da República – **Maria do Carmo Alves**, Senadora da República – **Cleonânio da Fonseca**, Deputado Federal – **Ivan Paixão**, Deputado Federal – **Jorge Alberto**, Deputado Federal – **Sérgio Reis**, Deputado Federal – **Tânia Soares da Mota**, Deputado Federal – **Heleno Silva**, Deputado Estadual, Pr. Secretário da Agricultura – **Joaldo Barbosa**, Deputado Estadual – **Jorge Araújo**, Deputado Estadual – **Pedro Silva**, Deputado Estadual – **Eli seu Santos**, Prefeito Municipal de Cristinápolis – **Gevani Bento**, Prefeito Municipal de Estância – **Raimundo Torres**, Prefeito Municipal de Indiaroba – **João de Lima de Carvalho**, Prefeito Municipal de Itabaianinha – **César Fonseca Mandarino**, Prefeito Municipal de Itaporanga d'Ajuda – **Kleber Fonseca**, Prefeito Municipal de Pedrinhas – **José Lopes de Almeida**, Prefeito Municipal de Riachão do Dantas – **Raimundo Araújo**, Prefeito Municipal de Salgado – **Paulo César Soutelo**, Prefeito Municipal de Santa Luzia do Itanhê – **Gildeon Ferreira da Silva**, Prefeito Municipal de Tomar do Geru – **José Silveira Guimarães**, Prefeito Municipal de Umbaúba – **José Raimundo dos Santos**, Prefeito Municipal de Araúá – **José Wolney Soares de Brito**, Diretor Presidente – Emdagro – **Luiz Simeões de Farias**, Delegado Federal da Agricultura – **José Francisco do Nascimento**, Presidente da OCESE – **Paulo Carvalho Viana**, Presidente da AEASE – **José de Souza Alves**, Presidente da Coopertreze – **Carlos Alberto Nogueira Soares**, Presidente da Cooperpise – **Genivaldo Menezes dos Santos**, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boquim – **Carlos Alberto Oliveira**, Presidente do Sindicato – **Lafaiete Franco Sobral**, Chefe Geral Embrapa Tabuleiros Costeiros – **Jair Oliveira**, Superintendente do Banco do Nordeste em Sergipe – **Iomar Rodrigues**, Superintendente do Banco do Brasil em Sergipe.

AGENDA PARA A CITRICULTURA SERGIPANA

Tema	Responsabilidade	Prazo
GESTÃO DO AGRONEGÓCIO DA FRUTICULTURA		
- Criação da Câmara Setorial da Fruticultura	Governo do Estado (SAGRI) e ASCISE	30/08/01
- Instalação do Comitê Gestor da Fruticultura	Governo do Estado (SAGRI) e ASCISE	31/05/01
- Criação da FUNDAFRUTOS	Governo do Estado (SAGRI, EMDAGRO) e ASCISE	31/07/01
ESTUDOS BÁSICOS		
- Gestões junto ao Ministério da Agricultura para obtenção de recursos visando o levantamento sócio-econômico, cultural e fitossanitário da citricultura	Senadores Antônio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra e Maria do Carmo Alves, Deputados Federais	30/06/01
- Elaborar plano de ação para execução na região citrícola	Comitê Gestor da Fruticultura	31/07/01
PESQUISA AGROPECUÁRIA		
- Gestões junto à EMBRAPA Tabuleiros costeiros e Mandioca e Fruticultura, com vistas à implementação de novos projetos de pesquisa de interesse de Sergipe	SAGRI, EMDAGRO, EMBRAPA	31/05/01
- Gestões junto à FAP/SE para apoio financeiro a projetos de pesquisa em fruticultura tropical	SAGRI/EMDAGRO, Secretaria do Planejamento (SEPLAN) e FAP/SE	30/06/01
DEFESA FITOSSANITÁRIA		
- Implantação de órgão estadual de defesa da agropecuária (defesa sanitária animal e vegetal), desvinculando, no médio prazo, estas atividades da EMDAGRO	Governo do Estado (SAGRI)	30/06/01
- Reforço do contingente técnico da EMDAGRO na região citrícola	Governo do Estado (SAGRI e EMDAGRO)	31/07/01
- Aceleração na implantação de laboratórios para controle da ortízia dos citros com o fungo <i>Beauveria bassiana</i>	EMDAGRO, Prefeituras Salgado, Estância, Umbaúba e Boquim	30/06/01
- Entendimentos para implantação de laboratório para produção de <i>Beauveria</i> no município de Lagarto	EMDAGRO e Prefeitura Municipal de Lagarto	30/05/01
- Estruturação de Fundo para apoio às atividades de defesa, principalmente controle da Cicrose Variegada dos Citros (CVC, ou amarelinho) e outras pragas, regulamentando também indenizações, quando couber	Governo do estado (SAGRI e EMDAGRO)	30/05/01
- Estabelecimento de modelo de gestão do Centro de Apoio ao Desenvolvimento da Fruticultura Tropical, com a participação das municipalidades	SAGRI, EMDAGRO, ASCISE, prefeituras municipais	30/05/01
ASSISTÊNCIA TÉCNICA		
- Contratação de 14 Engenheiros Agrônomos	Governo do Estado	31/07/01
- Contratação de, no mínimo, 2 Técnicos agrícolas por município, para assistência técnica a citricultores	Prefeituras municipais	31/07/01
PROMOÇÃO, MARKETING E COMERCIALIZAÇÃO		
- Analisar a possibilidade de montagem de estrutura modelo de beneficiamento e comercialização, tendo como base a estrutura do Mercado do Produtor de Boquim e das cooperativas agrícolas da região	COOPERCISE, COOPERTREZE, COOPAME, Prefeitura Municipal de Boquim, ASCISE	30/06/01
- Elaboração de um termo de referência para estudo de mercado de Fruticultura	Governo do Estado (SAGRI) e Banco do Nordeste	31/07/01
- Utilização da laranja na merenda escolar das redes estadual e municipal de ensino	Governo do Estado (SAGRI e Secretaria de Educação) e prefeituras municipais	31/06/01

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL		
- Implantação do Programa Produção Integrada dos Citros, visando uma exploração sustentável, que preserve o meio ambiente, seja econômica para o citricultor e sem riscos para o consumidor	EMDAGRO, EMBRAPA, ASCISE e UFS	30/06/01
SEMENTES BÁSICAS E MUDAS		
- Elaborar as normas de produção de mudas	Delegacia Federal de Agricultura	30/06/01
- Publicação de decreto regulamentando a produção de mudas cítricas	Governo do Estado/SAGRI	31/08/01
- Implantação de lotes básicos de material genético para propagação, em condições de ambiente protegido	EMDAGRO, ASCISE e EMBRAPA	31/08/01
CRÉDITO RURAL		
RENEGOCIAÇÃO		
- Renegociar as dívidas do FNE enquadráveis na Lei nº 10.177, concedendo prazo adicional de 10 anos para os produtores da região, independentemente da finalidade do crédito (investimento ou custeio)	Banco do Nordeste	30/06/01
- Mobilização massiva dos produtores para adesão à Lei 10.177 e à Resolução 2.471 (PESA)	EMDAGRO, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Prefeituras, ASCISE, Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados	31/05/01
- Revisão do saldo devedor das dívidas contraídas com base em indexadores variáveis, que tenham sido renegociadas ou não	Banco do Nordeste e Banco do Brasil	30/06/01
- Renegociação das dívidas amparadas pela Resolução 2.471 (PESA)	Banco do Nordeste e Banco do Brasil	30/06/01
- Disponibilizar aos recursos do FAT o mesmo tratamento concedido ao FNE	Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa, Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, bancada federal de Sergipe	30/06/01 30/06/01

CRÉDITO RURAL (Continuação)		
NOVOS CRÉDITOS		
- Enviar esforços junto ao Banco do Nordeste para dar prioridade à aplicação de recursos oriundos do no Estado	Governo do Estado (SAGRI) e Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa	31/07/01
- Agilizar a concessão dos títulos definitivos de posse da terra nas áreas de colônias e perímetros irrigados	Governo do Estado (COHIDRO)	31/07/01
- Readequar o Fundo de Aval existente no Estado, de forma a atender as necessidades da região citrícola	Governo do Estado e prefeituras	31/07/01
AGROINDÚSTRIA		
- Estudos para participação acionária de produtores e entidades representativas dos citricultores em agroindústrias de processamento de sucos de frutas tropicais	Governo do Estado (SAGRI) e Banco do Nordeste,	30/09/01
- Realizar estudo para rescaldar a produção de sucos simples de consumo imediato e longa vida.	Governo do Estado (SAGRI) e Banco do Nordeste	30/08/01
TRIBUTAÇÃO E LEGISLAÇÃO		
- Rever a legislação de entrada especialmente de frutos cítricos no Estado	Governo do Estado (SAGRI, Codise) e Banco do Nordeste	30/08/01
- Regularizar a erradicação de pomares cítricos abandonados	Governo do Estado (SAGRI)	30/09/01
RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO		
- Empreender gestões junto à Agência Nacional de Água sobre estudos hidrogeológicos de águas subterrâneas e eixos barráveis	Governo do Estado (SEPLAN/SRH)	30/03/01
- Empreender gestões junto ao Ministério da Agricultura, para realização de estudos hidrogeológicos	Senadora Maria do Carmo Alves	30/05/01
- Entendimentos com a Petobras para financiar estudos hidrogeológicos na região citrícola	Senadora Maria do Carmo Alves	30/05/01

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) – Co mu ni co ao Plenário que fica con vo ca da ses são con jun ta do Congresso Nacional para a próxima terça-feira, dia 26 de junho, às 18 horas e 30 minutos, a reali zar-se no Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) – So bre a mesa, re que ri men tos que se rão li dos pelo Sr. 1º Se cre tário em ex er cício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São li dos os se guin tes:

REQUERIMENTO Nº 343, DE 2001

Inclusão em Ordem do Dia de pro posição com prazo esgotado na comi são a que esta va dis tri bu í da.

Nos ter mos do art. 172, in ci so I, do Re gi men to Inter no, re que i ro a in clu são em Ordem do Dia do Pro je to de Lei do Se na do nº 58, de 2000, de mi nha au to ria, que institui o Programa de Construção Associati va da Casa Própria e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se acha esgotado.

Sala das Ses sões, 21 de ju nho de 2001. – Se na dor **Antônio Carlos Valadares**.

REQUERIMENTO Nº 344, DE 2001

Inclusão em Ordem do Dia de pro posição com prazo esgotado na comi são a que esta va dis tri bu í da.

Nos ter mos do art. 172, in ci so I, do Re gi men to Inter no, re que i ro a in clu são em Ordem do Dia do Pro je to de Lei do Se na do nº 157, de 1999, de mi nha au to ria, que altera o § 2º (segundo) e acrescenta o § 3º (ter ce i ro) no art. 542 da Lei nº 5.869, de 11 de ja ne i ro de 1973, (Código de Processo Civil), cujo prazo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já se acha esgotado.

Sala das Ses sões, 21 de ju nho de 2001. – Se na dor **Ronaldo Cunha Lima**.

REQUERIMENTO Nº 345, DE 2001

Inclusão em Ordem do Dia de pro posição com prazo esgotado na comi são a que esta va dis tri bu í da.

Nos ter mos do art. 172, in ci so I, do Re gi men to Inter no, re que i ro a in clu são em Ordem do Dia do Pro je to de Lei do Se na do nº 87, de 1999, de au to ria do Senador Lúcio Alcântara, que dispões sobre as rece i tas provenientes das pri va ti za ções, al ter an do a Lei nº 9.491, de 9 de se tem bro de 1997, cujo pra zo na Co

missão de Assuntos Econômicos já se en con tra es gotado.

Sala das Ses sões, 21 de ju nho de 2001. – Se na dor **Lúdio Coelho**.

REQUERIMENTO Nº 346, DE 2001

Inclusão em Ordem do Dia de pro posição com prazo esgotado na comi são a que esta va dis tri bu í da.

Nos ter mos do art. 172, in ci so I, do Re gi men to Inter no, re que i ro a in clu são em Ordem do Dia do Pro je to de Lei do Se na do nº 239, de 1999, de mi nha au to ria, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mí ni mo, qua ren ta por cen to dos re cur sos ar re ca da dos em moeda corrente com a privatização de empresas controladas direta ou indiretamente pela União em programas sociais, alterando a Lei nº 9.491, de 9 de se tem bro de 1997, cujo pra zo na Co mis são de Assun tos Eco nô mi cos já se acha es go ta do.

Sala das Ses sões, 21 ju nho de 2001. – Se na dor **Ante ro Paes de Bar ros**.

REQUERIMENTO Nº 347, DE 2001

Inclusão em Ordem do Dia de pro posição com prazo esgotado na Co mis são a que esta va dis tri bu í da.

Nos ter mos do art. 172, in ci so I, do Re gi men to Inter no, re que i ro a in clu são em Ordem do Dia do Pro je to de Lei do Se na do nº 266, de 1999, de au to ria do Se na dor Lú cio Alcân ta ra, que dis põe so bre o in cen ti vo fis cal a doa ções de equipamentos e maté ri as-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no pre pa ro de ali men tos para pes so as ca ren tes, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

Sala das Ses sões, 21 de ju nho de 2001. – Se na dor **Gilberto Mestrinho**.

REQUERIMENTO Nº 348, DE 2001

Inclusão em Ordem do Dia de pro posição com prazo esgotado na Co mis são a que esta va dis tri bu í da.

Nos ter mos do art. 172, in ci so I, do Re gi men to Inter no, re que i ro a in clu são em Ordem do Dia do Pro je to de Lei do Se na do nº 114, de 1995, de au to ria do Senador Oda cir So a res, que regu la men ta o art. 243 e seu pa rá gra fo ú ni co das Dis po si ções Ge rais da Cons tituição Federal, cujo pra zo na Co mis são de Assun tos Eco nô mi cos já se acha es go ta do.

Sala das Ses sões, 21 ju nho de 2001. – Se na dor **Ro meu Tuma**.

REQUERIMENTO Nº 349, DE 2001**Inclusão em Ordem do Dia de proposição com prazo esgotado na Comissão que estava distribuída.**

Nos termos do art. 172, in ci so l, do Re gi men to Inter no, re que i ro a in clu são em Ordem do Dia do Pro je to de Lei do Se na do nº 108, de 1995, de au to ria do Se na dor O da cir So a res, que ins ti tui o Pro gra ma de

Implantação das Re ser vas Ex tra ti vis tas e dá ou tras pro vi dên cias, cujo pra zo na Co mis são de Assun tos Eco nô mi cos já se acha es go ta do.

Sala das Ses sões, 21 de ju nho de 2001. – Se na dor **Moreira Men des**.

REQUERIMENTO Nº 350, DE 2001**Inclusão em Ordem do Dia de proposição com prazo esgotado na Comissão que estava distribuída.**

Nos termos do art. 172, in ci so l, do Re gi men to Inter no, re que i ro a in clu são em Ordem do Dia do Pro je to de Lei do Se na do nº 221, de 1999, de mi nha au to ria, que al te ra a Lei 6.024, de 13 de mar ço de 1974, e dis põe so bre a in ter ven ção e ali qui da ção ex tra ju di ci al de ins tru ções fi nan ce i ras, cujo pra zo na Co mis são de Assun tos Eco nô mi cos já se acha es go ta do.

Sala das Ses sões, 21 de ju nho de 2001. – Se na dor **Romero Jucá**.

REQUERIMENTO Nº 351, DE 2001**Inclusão em Ordem do Dia de proposição com prazo esgotado na comissão que estava distribuída.**

Nos termos do art. 172, in ci so l, do Re gi men to Inter no, re que i ro a in clu são em Ordem do Dia do Pro je to de Lei do Se na do nº 430, de 1999, de mi nha au to ria, que de ter mi na a im po si ção pro vi só ri a de to ta ri fá ri os so bre as im por ta ções a gro pecuá ri as e dá ou tras pro vi dên cias, cujo pra zo na Co mis são de Re la ções Ex te ri o res e De fe sa Na ci o nal já se acha es go ta do.

Sala das Ses sões, 21 de ju nho de 2001. – Se na dor **Geraldo Cândido**.

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2001**Inclusão em Ordem do Dia de proposição com prazo esgotado na comissão que estava distribuída.**

Nos termos do art. 172, in ci so l, do Re gi men to Inter no, re que i ro a in clu são em Ordem do Dia do Pro je to de Lei do Se na do nº 103, de 1999, de mi nha au to ria, que dis põe so bre a con ces são de in cen ti vo fis cal para as pes so as ju rí di cas que pos su am em pre ga dos com mais de qua ren ta anos, e dá ou tras pro vi dên cias, cujo pra zo na Co mis são de Assun tos Eco nô mi cos já se acha es go ta do.

Sala das Ses sões, 21 de ju nho de 2001. – Se na dor **Jefferson Péres**.

REQUERIMENTO Nº 353, DE 2001**Inclusão em Ordem do Dia de proposição com prazo esgotado na comissão que estava distribuída.**

Nos termos do art. 172, in ci so l, do Re gi men to Inter no, re que i ro a in clu são em Ordem do Dia do Pro je to de Lei do Se na do nº 58, de 1999, de mi nha au to ria, que acres cen ta dis po si ti vo ao Ca pí tu lo V da Lei nº 4.117, de 27 de a gos to de 1962, que ins ti tui o Có di go Bra si le i ro de Te le co mu ni ca ções, cujo pra zo na Co mis são de Ser vi ços de In fra-Es tru tu ra já se acha es go ta do.

Sala das Ses sões, 21 de ju nho de 2001. – Se na dor **Lúcio Alcântara**.

REQUERIMENTO Nº 354, DE 2001**Inclusão em Ordem do Dia de proposição com prazo esgotado na comissão que estava distribuída.**

Nos termos do art. 172, in ci so l, do Re gi men to Inter no, re que i ro a in clu são em Ordem do Dia do Pro je to de Lei do Se na do nº 287, de 1999, que tra mi ta em con jun to com o PLS nº 569/99, de au to ria do Se na dor Ra mez Te bet, que dis põe so bre a con ces são de des con to no va lor de pas sa gens para os ma i o res de ses sen ta anos, cujo pra zo na Co mis são de Assun tos So ci a is já se acha es go ta do.

Sala das Ses sões, 21 de ju nho de 2001. – Se na dor **Jonas Pinheiro**.

REQUERIMENTO Nº 355, DE 2001**Inclusão em Ordem do Dia de proposição com prazo esgotado na comissão que estava distribuída.**

Nos termos do art. 172, in ci so l, do Re gi men to Inter no, re que i ro a in clu são em Ordem do Dia do Pro je to de Lei do Se na do nº 385, de 1999, de mi nha au to

ria, que isenta do Imposto sobre a Renda os valores recebidos a título de salário-educação e salário-maternidade, cujo prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se acha esgotado.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2001. – Senador **Carlos Bezerra**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Os requerimentos que acabam de ser lidos referem-se a projetos de lei do Senado que já se encontram tramitando nesta Casa há algum tempo e que estão instruídos com o relatório dos respectivos Relatores, dependendo apenas de deliberação das Comissões a que foram distribuídos.

Esta Presidência oficiará, de acordo com o parágrafo único do art. 255 do Regimento Interno, aos Presidentes das Comissões, antes de incluí-los em Ordem do Dia, no sentido de que agilizem a emissão dos pareceres a fim de que as matérias venham ao Plenário devidamente instruídas.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozerildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 113, DE 2001**

Acrescenta inciso ao art. 38 da Lei 9.250/95, para autorizar o sujeito passivo ou seu advogado a retirar o processo administrativo de repartição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 38 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

”Art. 38.

IV – retirada pelo sujeito passivo ou por advogado por ele legalmente constituído, pelo prazo máximo de oito dias.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A lei, cuja alteração propomos com este projeto, não foi aprovada para dispor sobre processo administrativo tributário. Na verdade, a Lei nº 9.250/95 regula o Imposto sobre a Renda da Pessoa Física – IRPF. Em suas disposições transitórias, porém, foi incluída uma cláusula de natureza processual que não tinha

outro propósito se não o de restringir direitos dos litigantes e de seus procuradores, uma vez que proibia em qualquer hipótese, a saída de processos fiscais da repartição administrativa, mesmo para exame de advogado legalmente constituído pelo contribuinte.

A injuridicidade do art. 38 da referida lei é gritante, uma vez que contraria o direito já consagrado aos advogados de terem vista ou carga de quaisquer processos. Ora, se mesmo um processo judicial pode ser retirado da Secretaria da Vara ou do Tribunal pelo advogado no prazo legal, não é compreensível que esse profissional seja impedido de ter sob sua responsabilidade um mero procedimento administrativo no qual estejam sendo apreciados direitos de seu constituinte.

Não obstante, em obediência ao princípio da presunção de legitimidade dos atos da administração pública os servidores encarregados da guarda dos processos têm recusado os pedidos de carga, mesmo em face de argumentos sólidos da mente formulados por advogados e contribuintes.

O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que cuida especialmente da matéria, é bastante claro ao enumerar os direitos dos advogados:

”Art. 7º São direitos do advogado:

.....
XIII – examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos;

.....
XV – ter vista dos processos judiciais ou administrativos de qualquer natureza, em cartório ou na repartição competente, ou retirá-los pelos prazos legais;”

A questão já foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal que, por unanimidade, reuniu em Tribunal Pleno, aprovou o voto do Relator, Ministro Octávio Gallotti, concedendo a segurança requerida, no processo MS-22.314/MS, em que figurou como impetrado o Tribunal de Contas da União, cuja decisão apressentou a seguinte ementa:

”Tribunal de Contas da União. To ma da de contas especial. Mandado de segurança deferido, para reconhecimento do direito do advogado constituído a ter vista dos autos, fora da repartição, com as cautelas de pra-

xe, como facultado pelo art. 7º, XV, da Lei nº 8.906-94 (Estatuto da Advocacia)."

Contudo, no processo administrativo fiscal, para defesa do contribuinte não é imprescindível a presença de advogado, podendo o sujeito passivo interessado, se o quiser, encarregar-se da própria defesa. Por essa razão, é importante que também o sujeito passivo tenha o direito de retirar da repartição o processo para, dentro de um prazo razoável, examiná-lo, e, dessa forma, ter assegurado, nos termos constitucionais, seu direito à ampla defesa, com todos os meios e recursos a ela inerentes.

Esta proposição, em última instância, é do interesse da própria Fazenda Pública, haja vista que, fazendo valer a restrição contida no art. 38 da Lei nº 9.250/95, todos os seus processos serão passíveis de anulação, que pode ser obtida com fundamento na alegação de "cerceamento de defesa".

Por essas razões, estamos convictos da relevância deste projeto, que certamente contará com o apoio do Congresso à sua aprovação.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2001. – **Fernando Matusalém.**

*LEGISLAÇÃO CITADA E ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA*

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências

Art. 38. Os processos fiscais relativos a tributos e contribuições federais e a penalidade das isolações e declarações não poderão sair dos órgãos da Secretaria da Receita Federal, salvo quando se tratar de:

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994

Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Art. 7º São direitos do advogado:

XIII – examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de

processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos;

XV – ter vista dos processos judiciais ou administrativos de qualquer natureza, em cartório ou na repartição competente, ou retirá-los pelos prazos legais;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 27, DE 2001**

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar a disponibilização, pela Internet, de proposições e pareceres.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os dispositivos abaixo referidos do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 131. O relatório de verificação será oferecido por escrito e em meio magnético.

Parágrafo único. O relatório será disponibilizado pela Internet no prazo de vinte e quatro horas de sua apresentação perante a Comissão."

"Art. 137. Os pareceres serão lidos em plenário, publicados no **Diário do Senado Federal**, distribuídos em avulsos e disponibilizados pela Internet no prazo de vinte e quatro horas, após manifestação das comissões a que tenha sido despatchada a matéria."

"Art. 235."

.....
 Parágrafo único. As propostas de emenda à Constituição, os projetos e os pareceres deverão ser também apresentados em meio magnético."

"Art. 249.

Parágrafo único. As propostas de emenda à Constituição, os projetos e os pareceres serão disponibilizados pela Internet no prazo de vinte e quatro horas de sua apresentação."

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Visa a presente proposição a tornar obrigatórias a apresentação dos projetos e pareceres também em meio magnético e a sua disponibilização na Internet até vinte e quatro horas após o seu oferecimento.

Traça-se de uma forma de democratizar ainda mais o acesso às informações acerca do processo legislativo. O Senado Federal já provê informação sobre o andamento de propostas legislativas pela rede mundial de computadores e não se justifica que, possuindo os meios para fazê-lo, não informe sobre o conteúdo das proposições e respectivos pareceres.

Além de atender ao objetivo de manter a sociedade informada sobre o teor das matérias em tramitação, esta proposta terá o mérito de reduzir despesas tanto do Senado Federal quanto das pessoas interessadas nas matérias em tramitação, uma vez que, hoje, essas pessoas são obrigadas a recorrer aos avulsos publicados pela Casa.

Assim, como conseqüência, ter-se-ão não apenas a redução da quantidade de avulsos a serem publicados mas também a eliminação do trânsito desnecessário de cidadãos que se dirigem a esta Casa somente para buscar e ler os avulsos. Ocorrerá, também, a redução das despesas com comunicações telefônicas e do volume de trabalhos dos gabinetes parlamentares, que são, muitas vezes, obrigados a transmitir fac-símiles dos avulsos para dar conhecimento do conteúdo das matérias legislativas a interessados dos Estados que representam.

Desse forma, a aprovação deste projeto contribuirá, ao mesmo tempo, tanto para a democratização do acesso à informação, reforçando a cidadania,

quanto para a redução de custos, uma vez que a consulta pela Internet é muito mais rápida e econômica.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2001. –
Osmar Dias.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

.....
 Art. 131. O relatório de verificação será oferecido por escrito.

.....
 Art. 137. Os pareceres serão lidos em plenário, publicados no **Diário do Senado Federal** e distribuídos em avulsos, após manifestação das comissões a que tenha sido despachada a matéria. (*)

(*) Ato do Congresso Nacional de 2-10-95

.....
 Art. 235. A apresentação de proposição será feita:
 I – perante comissão, quando se tratar de emenda apresentada de acordo com o disposto no art. 122;

II – perante a Mesa, no prazo de cinco dias úteis, quando se tratar de emenda: (*)

a) a projeto de alteração ou reforma do Regimento Interno;

b) a projeto de decreto legislativo referente a prestação de contas do Presidente da República;

c) a projetos apreciados pelas comissões com poder terminativo, quando houver interposição de recurso;

.....
 Art. 249. Toda proposição apresentada ao Senado será publicada no **Diário do Senado Federal**, na íntegra, acompanhada, quando for o caso, da justificação e da legislação citada. (*)

.....
O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência comunica ao Plenário que o projeto de resolução lido ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 356, DE 2001

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2001 – Complementar (nº 177/2001 – Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos arts. 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2001. – **Francelino Pereira – Renan Calheiros – Romero Jucá – Sérgio Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Este requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 357, DE 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 281 do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 604, de 2001, da Comissão de Educação, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2001 (nº 617/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Diamantina – AMPODI, a executar serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais, a fim de que matéria conste da Ordem do Dia da próxima sessão.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2001. – **Arlindo Porto**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria figurará na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

Of. nº 281/1 – BP

Brasília, 21 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica o Deputado Comélio Ribeiro (PL/RJ) para integrar, como titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Valdeci Paiva (PSL/RJ).

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exª os meus protestos de elevação do apreço e distinta consideração. – Deputado **Val de mar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000**, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que *altera o art. 75 da Constituição Federal, para facultar a nomeação de membros das Cortes de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através de concurso público*, tendo

Parecer favorável, sob nº 299, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no Art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco

sessões deliberativas ordinárias em fase de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas à sina das por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 2 :**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Re cur so nº 3, de 2001)

Dis cus são, em tur no úni co, do Pro je to de Lei do Se na do nº 449, de 1999, de au to ria do Se na dor Lú cio Alcân ta ra, que *al te ra o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilita do aos hos pi ta is uni ver si tá ri os cap tar re cursos provenientes de internações hospitalares* tendo

Pareceres sob nºs 227 e 228, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Geral do Althoff, 1º pro nun ci a men to (so bre o Projeto): favorável nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Tião Viana, Júlio Eduardo e da Senadora Heloísa Helena, e abstenção do Senador Ricardo Santos; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas perante a Comissão durante o turno suplementar): favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Sub sti tu ti vo), que encaminha.

So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o se guin te:

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, in ci so III, do Re gi men to Interno, re quei ro a dia men to da dis cus são do Pro je to

de Lei do Se na do nº 449, de 1999, a fim de ser fe i ta na ses são de 27-6-2001.

Sala das ses sões, 21 de ju nho de 2001. – **Helo í sa Helena – Paulo Hartung.**

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em vo ta ção o re que ri men to.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria sai da Ordem do Dia para re tor nar na data fixada.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 3 :**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Re cur so nº 5, de 2001)

Dis cus são, em tur no úni co, do Pro je to de Lei do Se na do nº 50, de 2000, de au to ria do Senador Luiz Estevão, que acrescenta dispositivo ao art. 3º da Lei nº 8.650, de 22 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, a fim de per mi tir ao jo ga dor de fu te bol o ex er cí cio da profissão nas condições que especifica, tendo

Parecer favorável, sob o nº 210, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Maguito Vilela, com voto contrário do Senador Lauro Campos e abstenção do Senador Tião Viana.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. Em discussão. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria vai à Co mis são Di re to ra para a re da ção fi nal, com o voto con trá rio do no bre Se na dor Ge ral do Câ ndi do.

É o se guin te o pro je to apro va do:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 2000

Acrescenta dispositivo ao art. 3º da Lei nº 8.650, de 22 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescenta-se ao art. 3º da Lei nº 8.650, de 22 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, o seguinte inciso:

Art. 3º

I –

II –

II-A – ao jogador de futebol que tenha exercido a profissão pelo menos cinco anos e seja ou tenha sido Assistente Técnico de Treinador Profissional de Futebol, por prazo não inferior a seis meses, como empregado ou autônomo, em clubes ou associações filiadas às ligas ou federações.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 4:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 7, DE 2001**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Regulamento nº 339, de 2001 – art. 281 do Regimento Interno)

Discutão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2001 (nº 502/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Minas Centro-Oeste S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 576, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)
Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 7, DE 2001**

(Nº 502/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à TV Minas Centro-Oeste S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 16 de junho de 1999, que outorga concessão à TV Minas Centro-Oeste S/C Ltda., para explorar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 5:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 17, DE 2001**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Regulamento nº 340, de 2001 – art. 281 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2001 (nº 552/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Cultural e Comunitária Ebenézer da Estância Turística de Paraguaçu Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 569, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)
Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 17, DE 2001
(Nº 552/2000, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Cultural e Comunitária Ebenézer da Estância Turística de Paraguaçu Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a portaria nº 206, de 8 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação de Difusão Cultural e Comunitária Ebenézer da Estância Turística de Paraguaçu Paulista a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 6:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 80, DE 2001**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 341, de 2001 – art. 281 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2001 (nº 628/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Eldorado do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 583, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Fogaça.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrou a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 80, DE 2001
(Nº 628/2000, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Eldorado do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 100, de 22 de março de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Eldorado do Sul a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Item 7:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 103, DE 2001**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 342, de 2001 – art. 281 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2001 (nº 642/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo – ACMC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantagalo, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 574, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Osmar Dias.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrou a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Amatéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 103, DE 2001
(Nº 642/2000, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo – APMC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantagalo, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 108, de 22 de março de 2000, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo – APMC a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantagalo, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Esgota das atas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final para o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2000, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 606, DE 2001
(Da Comissão Diretora)**

**Redação final do Projeto de Lei do
Senado nº 50, de 2000.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2000, que acrescenta dispositivo ao art. 30 da Lei nº 8.650, de 22 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, afim de permitir ao jogador de

futebol, o exercício da profissão nas condições que especifica.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de junho de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente **Edison Lobão**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Antonio Carlos Valadares**.

ANEXO AO PARECER Nº 606, DE 2001

**Acrescenta dispositivo ao art. 3º da
Lei nº 8.650, de 22 de abril de 1993, que
dispõe sobre as relações de trabalho do
Treinador Profissional de Futebol e dá**

**outras providências, a fim de permitir ao
jogador de futebol, o exercício da profis-
são nas condições que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 8.650, de 22 de abril de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

”Art. 3º

III – ao jogador de futebol que tenha exercido a profissão pelo menos cinco anos e seja ou tenha sido Assistente Técnico de Treinador Profissional de Futebol, por prazo não inferior a seis meses, como empregado ou autônomo, em clubes ou associações filiadas às ligas ou federações.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 359 DE 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requiro a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2000, de autoria do Senador Luiz Estevão, que acrescenta dispositivo ao art. 30 da Lei nº 8.650, de 22 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, afim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2001. – **Maguito Vilela**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 356,

de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 201, que dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos arts. 79, 80 e 81 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência informa ao Plenário que o prazo da Comissão de Assuntos Sociais esgota-se no próximo domingo, dia 24 de junho, uma vez que, constitucionalmente, o prazo corre em dias.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima terça-feira, permitindo, assim, que a Comissão de Assuntos Sociais emita o seu parecer e o projeto venha ao Plenário devidamente instruído, com os pareceres das três Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, para serem lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozerildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 607, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que dá nova redação ao inciso III do art. 4º e à alínea c do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

Relator: Senador **José Alencar**

I – Relatório

Em caráter terminativo, incumbe a esta Comissão deliberar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que objetiva alterar a legislação do imposto de renda das pessoas físicas para reajustar o valor da dedução permitida para cada dependente do declarante.

Pela proposta, a dedução por dependente passa de R\$90,00 (noventa reais) para R\$136,00 (cento e trinta e seis reais) na apuração mensal e de R\$1.080,00 (um mil e oitenta reais) para R\$1.632,00 (um mil, seiscentos e trinta e dois reais) na apuração anual do imposto.

Não há emendas a apreciar.

II – Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

A proposição não enfrenta óbices de natureza constitucional, guardando, principalmente, obediência aos ditames relacionados com a iniciativa – no caso, aberta a todos os membros do Congresso Nacional (CF,

art. 61), e com a competência legiferante da União, visto tratar-se de regular aspecto particular de imposto dela discriminado.

Também não se vislumbra princípio jurídico que esteja sendo afrontado pelo projeto, que está vazado com adequada técnica legislativa.

III – Mérito

A proposição é meritória e deve ser convertida em lei, considerando o princípio de personalização do imposto e a desatualização dos valores hoje permitidos para dedução, desatualização essa agravada pela própria falta de ajuste da tabela de incidência do imposto.

Diz o § 1º do art. 145 da Constituição que, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

A dedução por dependente é um dos poucos instrumentos legais vigentes que se destinam ao atendimento desse comando constitucional. E atem, justamente, a função de peculiarizar a situação do contribuinte, em razão

de seus encargos de família, comparativamente com outros de sua mesma faixa de renda.

Dessa forma, contribuintes que, em princípio, estariam semelhantes pela percepção de um mesmo montante de renda, recebem tratamento distinto no cálculo de seu imposto justamente por um fator de personalização recomendado pela Constituição e eleito pela lei.

Os encargos com dependentes e outros, tais como as despesas médicas e de educação, representando dispêndios destinados ao cumprimento de valores tutelados pelo ordenamento jurídico (família, saúde, educação, qualidade de vida), além de fatores de personalização são, ao mesmo tempo e por isso mesmo, reconhecidos como limitativos da capacidade econômica do contribuinte.

Além disso, sendo feita por um valor fixo por dependente, essa dedução tem importante caráter de atenuação da regressividade do imposto, contribuindo para melhor distribuição das alíquotas efetivas.

Sucedeequededução tem valor relativo inversamente proporcional à renda do contribuinte.

Assim, por exemplo, R\$1.632,00 se dão 10% de dedução para um contribuinte que tenha renda de R\$16.320,00 e apenas 2% para outro com renda de R\$81.600,00.

Em consequência, a atualização do valor da dedução por dependente tem alta significação social, interessando mais de perto aos contribuintes de baixa renda, tendo pouca significação para os contribuintes

dos extratos superiores. Pela mesma razão, o impacto do reajuste da dedução é mínimo na arrecadação.

Como se vê, longe de ser um simples benefício proporcionado pelo legislador ordinário, a fixação do valor da dedução atende a princípio constitucional importante e deve levar em conta o fato de que, por outro lado, a tabela de incidência está, também, congelada desde 1995. Como os salários continuaram crescendo no período, por força da inflação que persiste, embora pequena, na verdade muitos que antes eram isentos, por não ultrapassarem o limite de isenção, fo-

ram forçados a ingressar na condição de contribuinte ou passaram a contribuir pela alíquota mais alta.

Em outras palavras, a simples inércia do legislador em reajustar a tabela de incidência já teve o efeito prático de aumentar o imposto. Nada mais justo e coerente, portanto, que reajustar o valor da dedução fixa por dependente, inclusive (como já assinalado acima) para ajudar a restabelecer o caráter progressivo do imposto.

IV – Voto

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2000.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **José Alencar**, Relator – **Freitas Neto** – **Romero Jucá** (Abstenção) – **Gilberto Mestrinho** – **Jefferson Peres** – **Bello Parga** (Abstenção) – **José Eduardo Dutra** – **José Agripino** – **Arlindo Porto** (Autor) – **Nova da Costa** – **Pedro Simon** – **Eduardo Suplicy** – **José Fogaça** (Abstenção) – **Paulo Souto** – **Roberto Saturnino**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS Nº 217 DE 2000

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					PEDRO SIMON	X			
CARLOS BEZERRA					IRIS REZENDE				
CASSILDO MALDANER					RAMEZ TEBET				
GILBERTO MESTRINHO	X				NOVA DA COSTA	X			
JOÃO ALBERTO SOUZA					RENAN CALHEIROS				
JOSÉ ALENCAR	X				GERSON CAMATA				
GIL VAM BORGES					ROBERTO REQUIÃO				
NEY SUASSUNA					JOSÉ FOGAÇA				X
WELLINGTON ROBERTO					MARLUCE PINTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRANCELINO PEREIRA					JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ AGRIPINO	X				HUGO NAPOLEÃO				
JONAS PINHEIRO					MOREIRA MENDES				
FRÉITAS NETO	X				BERNARDO CABRAL				
PAULO SOUTO	X				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
WALDECK ORNELAS					GERALDO ALTHOFF				
BELLO PARGA				X	JOSÉ COELHO				
TITULARES - PSDB/PPR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MELO					SÉRGIO MACHADO				
LÚCIO ALCÂNTARA									
LÚDIO COELHO					OSMAR DIAS				
PEDRO PIVA					LUIZ PONTES				
ROMERO JUCÁ				X	FERNANDO MATUZALEM				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY	X				JOSÉ EDUARDO DUTRA	X			
HELOISA HELENA					MARINA SILVA				
LAURO CAMPOS					ROBERTO FREIRE				
PAULO HARTUNG					JEFFERSON PERES	X			
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO SATURNINO	X				ADEMIR ANDRADE				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARLINDO PORTO			X		(VAGO)				

TOTAL 16 SIM 11 NÃO 0 AUTOR 1 ABS ?

SALA DAS REUNIÕES, EM 12 / 06 / 01

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RUSF)

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SUBSEÇÃO III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efeitos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

() Re da ção dada pela Emen da Cons ti tu ci o nal nº 18, de 5-2-98:*

"c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

Alínea incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 5-2-98:

"f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva."

§ 2º – A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

.....
§ 1º – Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

PARECER Nº 608, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 623, de 1999, que altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências".

Relator: Senador **Lúdio Coelho**.

I – Relatório

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para decisão terminativa, o projeto de lei em epígrafe.

A proposição, de autoria do ilustre Senador Luiz Estevão, tem por finalidade incluir entre os seguros obrigatórios previstos no Decreto-Lei nº 73 de 1966, o seguro de danos pessoais a consumidor nos estabelecimentos comerciais.

Ao justificar a proposição, seu autor argumenta:

Há poucos dias, tomamos conhecimento, estarrecidos, do assassinato de três pessoas, e lesões corporais em outras, ocorridos num cinema num shopping em São Paulo.

O fato trouxe à tona a discussão sobre vários aspectos da convivência em sociedade, o da violência urbana, o da educação, entre outros.

Um dos pontos, no entanto, que deve ser levado em consideração, em fatos como esse, é, com certeza, o do ressarcimento dos prejuízos causados às pessoas envolvidas, os danos pessoais.

Com a presente proposição, pretende-se suprir essa lacuna.

A maneira escolhida é a mais lógica e simples possível, ou seja, a inclusão no Decreto-Lei nº 73/66 da obrigatoriedade do seguro para danos pessoais a consumidor em estabelecimentos comerciais de todo o País.

A sistemática, assim, fica sendo exatamente a mesma adotada, pela legislação citada e de mais especial sobre o assunto, no que couber evitando-se problemas judiciais, resolvendo a questão, e promovendo maior tranquilidade à família brasileira.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – Da Constitucionalidade e Juridicidade

Como o pronunciamento desta Comissão de Assuntos Econômicos é terminativo, a análise do projeto não deve restringir-se ao mérito, devendo abranger também a sua constitucionalidade e juridicidade.

A matéria objeto da proposição está compreendida na competência legislativa da União, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 22 da Constituição Federal, segundo o qual compete privativamente à União legislar sobre política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

Nos termos dos arts. 48 e 61 da Carta Magna, compete ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias da competência da União, sendo de gíria a iniciativa parlamentar.

Estão atendidos, portanto, os requisitos de constitucionalidade e juridicidade da proposição.

III – Análise da Matéria

Nos termos do art. 1.432 do Código Civil, considera-se contrato de seguro aquele pelo qual uma das partes se obriga para com a outra, mediante a paga de um prêmio, a indenizá-la do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato.

É o contrato de seguro, portanto, bilateral e requer o acordo de vontades para sua concretização.

Somente em casos especiais o Estado impõe a contratação de seguro, mediante lei, com o fim de atender a necessidades coletivas de previsão contra determinados riscos.

Essa exigência normalmente ocorre em relação a determinadas atividades econômicas, em virtude da possibilidade de insuficiência patrimonial do responsável para assegurar a indenização dos danos por ele causados.

Ademais, a imposição, além, de ter sem pre um caráter social, somente se justifica para eventos que ocorrem com muita frequência e que acarretam prejuízos significativos.

Não vislumbramos no seguro obrigatório que se pretende criar essas características. Os riscos por ele abrangidos não necessitam da tutela do Estado, podendo ser protegidos pelos próprios proprietários de estabelecimentos comerciais e seus clientes, mediante a contratação de outras modalidades de seguro facultativo, já existentes no mercado, que atendam ao fim perseguido pelo projeto.

IV – Voto

Em vista do exposto, manifesta-mo-nos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 623, de 1999.

Sala da Comissão, Em 19 de Junho de 2001. _
Lúcio Alcântara, Presidente – **Lúcio Coelho**, Relator – **Gilberto Mestirinho** – **Eduardo Suplicy** – **Nova da Costa** – **Jorge Bornhausen** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Bello Parga** – **Roberto Saturnino** – **José Fogaça** – **Paulo Souto** – **Pedro Piva** – **Geraldo Melo** – **Carlos Bezerra**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL **PLS Nº 623 DE 1999**

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LAMOT					PEDRO SIMÃO				
CARLOS BEZERRA		X			IRIS REZENDE				
CASSIO MALDANER					RAMPEZ TEBET				
GILBERTO MESTIRINHO		X			NOVA DA COSTA		X		
JOÃO ALBERTO SOUZA					RENAN CALHEIROS				
JOSÉ ALENCAR					GERSON CAMALÁ				
GILVAM BORGES					ROBERTO REQUILÃO				
NEY SUASSUNA					JOSÉ FOGAÇA		X		
WELLINGTON ROBERTO					MARLECE PINHO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRANCHINO PEREIRA					JORGE BORNHAUSEN		X		
JOSÉ AGUIPINO					HUGO NAPOLEÃO				
JONAS PINHEIRO					MOREIRA MENDES				
FRITAS NETO					EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X		
PAULO SOUTO		X			GERALDO ALTHOFF				
WALDECK ORNELAS					JOSÉ COELHO				
BELLO PARGA		X			SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SÉRGIO MACIADO				
GERALDO MELLO		X			OSMAR DIAS				
LÚCIO ALCÂNTARA					LUIZ PUNTER				
LÚCIO COELHO		X			FERNANDO MATHIAS EM				
PEDRO PIVA					SUPLENTE - BLOCO OPOSICÃO (P/PT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JULIA					JOSÉ EDUARDO DUTRA				
TITULARES - BLOCO OPOSICÃO (P/PT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MARINA SILVA				
EDUARDO SUPLICY		X			ROBERTO FREIRE				
BELOISA DE FENIA					JEFFERSON PERES				
LAURO CAMPOS					SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO HARTUNG					ADENIR ANDRADE				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO SATURNINO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	(VAGO)				
TITULAR - PTB									
ARILINDO PORCÓ									

TOTAL 13 SIM - 13 NÃO - 13 AUTOR - 13 ABS - 13

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 / 06 / 01

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132 § 8º, RFS)

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

VII – política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para os especificados nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre to das as ma té ri as de com pe tência da União, espe ci almentesobre:

I – sistematributário, arrecadaçãoedistribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

XI – criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

Inciso incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observando o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.”

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: fixem ou modifiquem os efeitos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 5-2-98:

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

Alínea incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 5-2-98:

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916**Código Civil**

.....
Art. 1.432. Considera-se contrato de seguro aquele pelo qual uma das partes se obriga para com a outra, mediante a paga de um prêmio, a indenizá-la do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato. (Redação dada pelo Decreto do Poder Legislativo nº 3.725, de 15-1-1919)"
.....

PARECER Nº 609, DE 2001

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que "altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprova do pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho".

Relator: Senador **Nabor Júnior**

I – Relatório

Chega a esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2001, de autoria do ilustre Senador Moreira Mendes.

Destina-se a proposição a incluir um novo trecho rodoviário na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, parte integrante do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. O trecho em questão situa-se no Estado de Rondônia e liga as localidades de Vilhena e Pimenteiras, passando por Cobo do Oeste e Cerejeiras.

Na justificativa que apresenta, o autor do projeto destaca a importância do trecho – “praticamente, a única via com raízes veiculares com condições de tráfego bilidade na região sul do Estado” – para o desenvolvimento regional. Vislumbra, a partir da ascensão do trecho ao *status* de rodovia federal, a possibilidade de implantação de uma rede de vias aumentadoras, capaz de melhorar a acessibilidade regional e criar condições para integração do Estado com o restante do País.

No prazo regimental, não foram apresentadas emenda ao projeto.

É o relatório.

II – Análise

Com um extremo na BR-364 e outro na fronteira com a Bolívia, a rodovia RO-399 caracteriza uma ligação estratégica para a segurança nacional e para a economia de Rondônia, com destaques para a região sul do estado. No primeiro caso, enquadram-se as necessidades do controle do narcotráfico em região de fronteira, já que o trecho se estende até a localidade de Pimenteiras, situada às margens do rio Guaporé, fronteira do Brasil com a Bolívia. No segundo, desponta o interesse econômico da ligação – vital para o escoamento da produção numa região que padece de isolamento, dada a baixa densidade da rede de transportes. Além disso, a região de Pimenteiras abriga, coincidentemente, o principal pólo de atração turística do Estado de Rondônia.

Admite-se, assim, que, nos termos da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, a ligação representada pela rodovia estadual RO-399 atende aos requisitos para inclusão no Plano Nacional de Viação, mediante o que passaria a integrar o Sistema Rodoviário Federal.

Sua inclusão no Sistema Rodoviário Federal significa, concretamente, a possibilidade de estruturação de uma rede de ligações rodoviárias a partir da BR-364, o principal eixo de transporte rodoviário presente no Estado de Rondônia. Com isso, vislumbra-se maior acessibilidade e integração com as demais regiões do País – dois fatores indispensáveis à promoção do desenvolvimento.

Fundamentada em justa preocupação social e econômica, nada foi encontrado que comprometa a constitucionalidade e a juridicidade da iniciativa. Tampouco a proposição necessita de reparos do ponto de vista da técnica legislativa.

III – Voto

Diante do exposto, votamos favoravelmente à Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2001, de autoria do Senador Moreira Mendes.

Sala da Comissão, 19 de junho de 2001. –
José Alencar, Presidente – **Nabor Júnior**, Relator – **Arlindo Porto** – **Mauro Miranda** – **Jonas Pinheiro** – **Lindberg Cury** – **Emília Fernandes** – **José Fogaça** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Belio Parga** – **Paulo Souto** – **Roberto Saturnino** – **Paulo Hartung** – **Valmir Amaral**.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS Nº 26/2001

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALBERTO SILVA					VALMIR AMARAL	X			
JOSÉ ALENCAR					IRIS REZENDE				
JOSÉ FOGAÇA	X				GERSON CAMATA				
MAURO MIRANDA	X				RAMEZ TEBET				
NABOR JUNIOR	X				GILBERTO MESTRINHO				
ROBERTO REQUILÃO					WELLINGTON ROBERTO				
TASSO ROSADO					MAGUITO VILELA				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMÉU TUMA					JONAS PINHEIRO	X			
PAULO SOUTO	X				HUGO NAPOLEÃO				
CARLOS PATROCÍNIO					MARIA DO CARMO ALVES				
BELLO FARGA	X				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X			
ARLINDO PORTO (PTB)*	X				FREITAS NETO				
LINDBERG CURY	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					PEDRO PIVA				
RICARDO SANTOS					GERALDO MELO				
TEOTÔNIO VILELA					LUIZ PONTES				
LEOMAR QUINTANILHA					FERNANDO MATUZALÉM				
VAGO					SÉRGIO MACHADO				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO CÂNDIDO - PT					EMÍLIA FERNANDES	X			
HELOISA HELENA - PT					SEBASTIÃO ROCHA - PDT				
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT					LAURO CAMPOS - PT				
PAULO HARTUNG - PPS	X				TIÃO VIANA - PT				
TITULARES - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADEMIR ANDRADE					ROBERTO SATURNINO	X			

TOTAL: 13 SIM: 13 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 19/06/2001



SENADOR JOSÉ ALENCAR
PRESIDENTE

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (ART. 132, § 8º, RISF)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

OF./CAE/22/01

Brasília, 12 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do Artigo 91 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 217 de 2000, que "Dá nova redação ao inciso III do art. 4º e à alínea c do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências", em reunião realizada na presente data.

Atenciosamente, – Senador **Lúcio Alcântara**, Presidente de Comissão de Assuntos Econômicos.

OF/CAE/23/01

Brasília, 19 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do Artigo 91 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que esta Comissão rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 623 de 1999, que "altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências", em reunião realizada na presente data.

Atenciosamente. – Senador **Lúcio Alcântara**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

OF. Nº 74/01-CI

Brasília, 19 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2001, que "Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação aprovada pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho."

Atenciosamente. – Senador **José Alencar**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Com referência aos ofícios que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o

prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 623, de 1999; 217, de 2000, e 26, de 2001, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 360, DE 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeremos, conforme disposto no art. 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 105, de 2001 e na forma do que estabelece o Ato da Mesa Diretora do Senado Federal nº 1, de 2001, seja oficiado ao Banco Central do Brasil, para que submeta ao Senado Federal extratos da movimentação financeira e fotocópias de cheques emitidos, concernentes à conta bancária da Senhora Vera Arantes Campos, na agência central do Banco Bamerindus, na Rua XV de Novembro, Município de São Paulo — SP, durante o segundo semestre do ano de 1988 e primeiro semestre do ano de 1989, bem como, no mesmo período, os dados disponíveis concernentes às movimentações financeiras e fotocópias de cheques emitidos pelos senhores Serafim Rodrigues de Moraes e Vicente de Paula Pedroza da Silva.

Justificação

Objetiva-se seja dado conhecimento ao Senado Federal de movimentação financeira dos cidadãos em referência, no período apontado, de forma a que se possa verificar se há ou não consistência nas denúncias formuladas pela Revista **IstoÉ**, na edição nº 1654, matéria intitulada **O Inferno de Jader** (fotocópia em anexo), envolvendo Sua Excelência, o Senhor Senador Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Importa consignar que, segundo aquele veículo de comunicação, o Senador Jader Barbalho teria sido o beneficiário de um cheque de valor, na modalidade em gente, corresponsante, na época, a aproximadamente quatro milhões de dólares norte-americanos. Tal quantia equivaleria à aquisição, pela emitente de um cheque desmonstado, a Senhora Vera Arantes Campos e seu marido, o Senhor

Serafim Rodrigues de Moraes, de Títulos da Dívida Agrária _ TDAs, para saldar débitos de correntes da liquidação da instituição bancária denominada Agrobanco, controlada pelo Senhor de Moraes.

Os títulos em foco teriam sido adquiridos de Vicente de Paula Pedrosa Silva, que os recebera como indenização pela desapropriação da Fazenda Paraíso, propriedade sua localizada em Viseu, no nordeste do Estado do Pará. Como prestação indenizatória, Vicente de Paula teria recebido, no começo de 1988, cerca de 55,2 mil TDAs, que valeriam, atualmente, algo em torno de R\$5,3 milhões. Sustenta a revista, todavia, que dita propriedade, de fato, nunca existiu e que, quatro meses após a entrega dos referidos TDAs a Vicente de Paula, o Senhor Paulo Titan, então Superintendente do Incra no Estado do Pará, determinou o cancelamento da operação e a anulação dos títulos em questão.

Diz o semanário que o dinheiro recebido por Vicente de Paula da Senhora Vera Arantes Campos, pela aquisição de TDAs posteriormente inquinados de vício, teria sido imediata e pessoalmente repassado por aquele ao Senador Jader Barbalho, então Ministro da Previdência Social.

A gravidade das denúncias ensejam investigações sobre a materialidade dos fatos, eventual tipificação penal e imputação dos responsáveis por conduta ilícita. No caso, envolve-se o nome do Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional. O que se pede, pois, é a busca de uma evidência básica que pode confirmar ou derrubar as denúncias. Está em questão a honorabilidade da própria instituição republicana e, por extensão do regime democrático, vez que recaem as acusações sobre os ombros de quem representa o Poder Legislativo brasileiro. A todo o membro do Congresso Nacional impõe-se o dever de zelar pelo bom conceito de um órgão imprescindível à prevalência do próprio Estado Democrático de Direito.

Por último, importa destacar que o elástico período de movimentação bancária que se pede seja conhecido _ doze meses _ se justifica em razão da imprecisão, consoante a matéria da revista **IstoÉ**, quanto à exata data da transação sob exame. Por outro lado, cum pre registrar que, na hipótese, o que se pretende não é a exposição irresponsável dos dados bancários dos cidadãos em referência, mas tão-somente a transferência do sigilo ao Senado Federal, para que possam os senadores ter exatidão

cia dos fatos e aquilatá-los à luz das normas pertinentes ao decoro parlamentar.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2001. _ **José Eduardo Dutra _ Arlindo Porto.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que terá o prazo máximo de duas reuniões ordinárias para apresentar o seu parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação, nos termos do art. 9 do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa projetos de lei do senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2001

Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para permitir a realização de debates e entrevistas pelos canais de rádio e de televisão por assinatura, por responsabilidade do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nas circunstâncias e condições que menciona e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 57-A Tratando-se de eleição para a Presidência da República, ficam os canais de rádio e de televisão por assinatura, sob responsabilidade do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em conjunto ou separadamente, autorizados a realizar debate ao vivo entre postulantes registrados em partidos políticos com representação no Congresso Nacional, até a antevéspera da data em que vier a ocorrer o procedimento eletivo para a escolha de seu candidato ao cargo de Presidente da República.

§ 1º Apresentando-se um único postulante, substituir-se-á o debate por entrevista.

§ 2º Os debates deverão ocorrer fora do horário das sessões das comissões e dos plenários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

§ 3º Independentemente da natureza do concessionário, as emissoras de rádio e televisão que desejarem transmitir os referidos debates poderão, quando se sua realização, coligar-se aos canais de rádio e televisão por assinatura, sob responsabilidade do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

§ 4º Ficam o Senado Federal e a Câmara dos Deputados proibidos de realizar despesas, a qualquer título, com os postulantes que participarem dos debates.“

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei visa a colocar os meios de comunicação de responsabilidade do Congresso Nacional, a saber, a Rádio e TV Senado e a Rádio e TV Câmara, a serviço do aperfeiçoamento de nossa democracia.

Ao propiciar a oportunidade de de os partidos políticos, coligados ou não, transmitirem os debates entre os seus eventuais pré-candidatos à Presidência da República, a proposição oferece aos eleitores condições de melhor conhecimento das idéias, proposições e valores dos postulantes, no contexto ideológico-programático de seus respectivos partidos políticos.

Vale assinalar a particularidade de, no sistema presidencialista de governo, ser o Presidente da República, ao mesmo tempo, Chefe de Estado e Chefe de Governo. Daí a importância de os cidadãos bem conhecerem quem poderá, em futuro não muito distante, assumir a mais alta magistratura do País. Registre-se, ademais, que as disposições constantes da Lei nº 9.504/97, no que pertine à propaganda eleitoral pelo rádio e televisão, já facultam aos meios de comunicação em referência a realização de debates entre os candidatos majoritários, notadamente o disposto no art. 57, com binado com os dispositivos que o antecedem.

No caso de partidos ou coligações escolherem os seus candidatos apresentarem às convenções candidaturas únicas (consensuais), o projeto prevê a

possibilidade de substituição do debate por entrevista, para que haja, desde logo, um tratamento equânime, nesta fase imediatamente antecedente à campanha eleitoral.

Importante: a proposição estabelece que os debates e entrevistas poderão ser transmitidos pelos demais meios de comunicação, expandindo-se, desta maneira, o acesso às discussões políticas a todos os brasileiros.

Por ser medida que pode contribuir sensivelmente para a instauração, no Brasil, de uma democracia de fato participativa, confiamos no acolhimento da proposição pelos nossos nobres Pares.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2001 – **Eduardo Suplicy**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

Art. 57. As disposições desta Lei aplicam-se às emissoras de televisão que operam em VHF e UHF e os canais de televisão por assinatura sob a responsabilidade do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das Câmaras Municipais.

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2001

Insti tui diretriz sobre a utilização de fontes energéticas a ser observada pelos Municípios na implementação da política de desenvolvimento urbano.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Constitui diretriz para o desenvolvimento urbano o estabelecimento, pelos Municípios, das normas de utilização de fontes energéticas nas edificações sob sua jurisdição.

§ 1º As normas de que trata o caput estabelecerão a obrigatoriedade de que as instalações hidráulicas das edificações de uso coletivo, privadas e

públicas, utilizem da energia solar como fonte de aquecimento.

§ 2º A exigência de que trata o § 1º pode ser estendida às residências unifamiliares se assim dispuser a norma municipal.

Art. 2º A diretriz instituída por esta lei é determinante para os Municípios com população superior a vinte mil habitantes e facultativa para os demais.

Art. 3º Os Municípios que não atenderem ao disposto no art 1º não poderão, em quanto perdurar o inadimplemento:

I – receber transferências voluntárias de recursos da União ou dos Estados;

II – obter garantia, direta ou indireta, de outro ente federativo, nos casos de financiamentos de agências internacionais.

Art. 4º A concessão de financiamentos públicos ou sob a gestão de instituições federais fica condicionada ao atendimento do disposto nesta lei.

Art. 5º Competirá aos Municípios, no âmbito da respectiva jurisdição, complementar esta lei em atendimento às peculiaridades locais.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em meio à crise energética que assola o Brasil, chama a atenção o papel negativo dos chuveiros elétricos residenciais nos gráficos de consumo. Segundo os técnicos do setor, esses equipamentos são responsáveis por 33% do consumo de uma casa e por 9% do consumo nacional de energia elétrica. Além do elevado consumo energético, a utilização de chuveiros elétricos ocorre predominantemente nos horários de pico, exatamente quando os sistemas tendem a operar no limite de sua capacidade.

Não resta dúvida, portanto, de que deve constituir prioridade nacional a substituição desse modelo perdulário de consumo. Nesse sentido, sobressai a importância da energia solar, fartamente disponível em todo o País e la menta vel men te pou co uti li za da. Se considerarmos que o uso da energia solar apenas como sistema de aquecimento de água para banho já ensejaria uma economia de cerca de um terço nas contas domésticas de luz, não é difícil concluir que os custos aparentemente elevados para a implantação do sistema são amortizados em pouco tempo e representam benefício permanente.

No entanto, embora um dos objetivos da Política Energética Nacional, disposto no art. VIII, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, seja exatamente o de "utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis", sua efetiva aplicação depende, em grande parte, do poder normativo municipal.

Por essa razão, valendo-se das prerrogativas de estabelecer as diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano e de legislar privativamente sobre energia (arts. 21, XX, e 22, IV, da CF), a União deve dispor sobre a matéria no sentido de atender ao mais elevado interesse público. E esse o objetivo da proposição que ora apresentamos.

Deixou-se, por mais adequado, ao discernimento dos entes municipais o estabelecimento das normas peculiares que melhor contemplem a realidade local. Ainda assim, a obrigação proposta alcança apenas os Municípios com população superior a vinte mil habitantes, das as di fi cul da des que os núcleos urbanos de menor população teriam para cumpri-la. Para esses, o cumprimento da diretriz que se propõe instituir tem caráter facultativo.

São essas as razões que justificam a presente proposição para a qual esperamos contar com o apoio dos ilustres membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2001 – Senador **Ademir Andrade**.

(A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, durante a Ordem do Dia, encaminhei à Mesa projeto de lei que estabelece normas para as eleições, no sentido de permitir a realização de debates e entrevistas, pela TV e Rádio Senado e pela TV e Rádio Câmara, com os pré-candidatos à Presidência da República de todos os Partidos ou coligações.

Eu agradeceria se o projeto pudesse ser considerado como lido, ainda na Ordem do Dia, se a Secretaria-Geral da Mesa considerasse adequado, já que

foi entre que há poucos instantes. Estou inscrito para falar a respeito na hora adequada. Mas, se for possível, gostaria de considerá-lo registrado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – V. Exª será atendido nos termos regimentais.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de uma rápida comunicação de Liderança. Aproveito a presença de V. Exª para registrar, com alegria, o avanço da tramitação, na Câmara dos Deputados – fruto de um acordo entre as Lideranças da Câmara, onde a Oposição teve e está tendo um papel importante –, do projeto que limita a edição de medidas provisórias.

Considero esse avanço importante. Trata-se de uma necessidade reivindicada por todos os setores da opinião pública de nosso País, da mídia, da OAB, da ABI. Enfim, todos os setores reivindicam há anos uma atitude do Congresso Nacional em relação à limitação da edição de medidas provisórias. Nesse sentido, a Câmara deu um passo importante, já que votou o projeto em primeiro turno, votará em segundo e essa matéria virá para apreciação da nossa Casa, o Senado.

Sr. Presidente, V. Exª tem um papel importante no sentido de reunir as Lideranças desta Casa, para que possamos cancelar este acordo que está sendo feito na Câmara dos Deputados.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Ouço V. Exª, com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Senador José Eduardo Dutra, lamentavelmente, de acordo com o Regimento, V. Exª não pode apartar. Mas lhe concederei a palavra, com a maior alegria, logo após.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Eu também gostaria de fazer uso da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concederei também a palavra a V. Exª, Senador José Fogaça.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Como eu dizia, Sr. Presidente, V. Exª tem o papel de

reunir as Lideranças desta Casa, para que possamos cancelar este acordo.

Volto a dizer que não é o ideal. Sei que, neste Plenário, há grandes juristas, com a visão clara de que poderíamos avançar um pouco mais aqui e ali, mas é um passo importante que o País está dando.

O Congresso Nacional, que tem vivido crises graves como a da violação do painel, precisava dar uma resposta à sociedade. Entre as muitas respostas que precisamos dar está justamente a limitação na edição de medidas provisórias. Muitas vezes, o Executivo era duramente criticado nesta Casa, mas algumas vozes sensatas sempre lembraram que o próprio Legislativo tinha uma grave responsabilidade em relação ao problema do abuso de edição de medidas provisórias. Vários Parlamentares deram a sua contribuição. Quero citar particularmente o Senador José Fogaça, que colaborou muito no avanço da discussão. Embora o avanço não seja integral em relação a esta matéria, poderemos, nos próximos anos, fazer aperfeiçoamentos. Trata-se de um passo importante, que queria registrar.

Por último, Sr. Presidente, já que falei de alegria, quero também expressar a minha apreensão com a economia brasileira. Estamos vivendo uma crise cambial no País, uma maxidesvalorização da nossa moeda. Ontem, o Copom, mais uma vez, subiu os juros de 16,75% para 18,25%. É uma realidade difícil, delicada. Registro a minha preocupação com os rumos da economia brasileira. Isso não serve a ninguém; não serve ao Governo, à Oposição, à sociedade, à classe trabalhadora.

Iniciamos o ano de 2001 com uma expectativa de crescimento da ordem de 5%. Esse percentual está sendo revisto toda semana. Estamos vendo uma crise econômica agravar-se dia a dia, semana a semana, em nosso País. Estou usando a palavra, para registrar a preocupação desta Casa com os rumos da economia brasileira.

São esses os dois registros que queria fazer nas sessões de hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, para uma comunicação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero associar-me ao Senador Paulo Hartung e também para registrar um fato que tem sido omittido pela imprensa, quando se trata a história desta PEC.

foi entre que há poucos instantes. Estou inscrito para falar a respeito na hora adequada. Mas, se for possível, gostaria de considerá-lo registrado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – V. Exª será atendido nos termos regimentais.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de uma rápida comunicação de Liderança. Aproveito a presença de V. Exª para registrar, com alegria, o avanço da tramitação, na Câmara dos Deputados – fruto de um acordo entre as Lideranças da Câmara, onde a Oposição teve e está tendo um papel importante –, do projeto que limita a edição de medidas provisórias.

Considero esse avanço importante. Trata-se de uma necessidade reivindicada por todos os setores da opinião pública de nosso País, da mídia, da OAB, da ABI. Enfim, todos os setores reivindicam há anos uma atitude do Congresso Nacional em relação à limitação da edição de medidas provisórias. Nesse sentido, a Câmara deu um passo importante, já que votou o projeto em primeiro turno, votará em segundo e essa matéria virá para apreciação da nossa Casa, o Senado.

Sr. Presidente, V. Exª tem um papel importante no sentido de reunir as Lideranças desta Casa, para que possamos cancelar este acordo que está sendo feito na Câmara dos Deputados.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Ouço V. Exª, com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Senador José Eduardo Dutra, lamentavelmente, de acordo com o Regimento, V. Exª não pode apartar. Mas lhe concederei a palavra, com a maior alegria, logo após.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Eu também gostaria de fazer uso da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concederei também a palavra a V. Exª, Senador José Fogaça.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Como eu dizia, Sr. Presidente, V. Exª tem o papel de

reunir as Lideranças desta Casa, para que possamos cancelar este acordo.

Volto a dizer que não é o ideal. Sei que, neste Plenário, há grandes juristas, com a visão clara de que poderíamos avançar um pouco mais aqui e ali, mas é um passo importante que o País está dando.

O Congresso Nacional, que tem vivido crises graves como a da violação do painel, precisava dar uma resposta à sociedade. Entre as muitas respostas que precisamos dar está justamente a limitação na edição de medidas provisórias. Muitas vezes, o Executivo era duramente criticado nesta Casa, mas algumas vozes sensatas sempre lembraram que o próprio Legislativo tinha uma grave responsabilidade em relação ao problema do abuso de edição de medidas provisórias. Vários Parlamentares deram a sua contribuição. Quero citar particularmente o Senador José Fogaça, que colaborou muito no avanço da discussão. Embora o avanço não seja integral em relação a esta matéria, poderemos, nos próximos anos, fazer aperfeiçoamentos. Trata-se de um passo importante, que queria registrar.

Por último, Sr. Presidente, já que falei de alegria, quero também expressar a minha apreensão com a economia brasileira. Estamos vivendo uma crise cambial no País, uma maxidesvalorização da nossa moeda. Ontem, o Copom, mais uma vez, subiu os juros de 16,75% para 18,25%. É uma realidade difícil, delicada. Registro a minha preocupação com os rumos da economia brasileira. Isso não serve a ninguém; não serve ao Governo, à Oposição, à sociedade, à classe trabalhadora.

Iniciamos o ano de 2001 com uma expectativa de crescimento da ordem de 5%. Esse percentual está sendo revisto toda semana. Estamos vendo uma crise econômica agravar-se dia a dia, semana a semana, em nosso País. Estou usando a palavra, para registrar a preocupação desta Casa com os rumos da economia brasileira.

São esses os dois registros que queria fazer nas sessões de hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, para uma comunicação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero associar-me ao Senador Paulo Hartung e também para registrar um fato que tem sido omittido pela imprensa, quando se trata a história desta PEC.

A imprensa tem dito que a PEC teve início na Câmara dos Deputados e que, tendo vindo para o Senado e recebido modificações, retornou àquela Casa. Isso não é verdade. Esta PEC nasceu no Senado; é a PEC nº 01, de 1995. A primeira foi de autoria do Senador Esperidião Amin; depois, várias outras foram apenas das, como as dos Senadores Ney Suassuna e Pedro Simon.

O Senado conseguiu aprovar um substitutivo, que foi relatado pelo Senador José Fogaça, em 1997, se não me engano. Desde o início, temos dito que nessa questão das medidas provisórias o ótimo, o ideal, era iniciá-la pelo melhor da situação.

Lembre-me, inclusive, de que, em 1997, quando votamos o primeiro projeto, eu era Líder da Oposição no Senado e defendi o relatório original do Senador José Fogaça. Nós apresentamos alguns destaques e acabamos sendo derrotados em alguns pontos.

O projeto foi para a Câmara, que o aperfeiçoou em relação à questão das medidas provisórias propriamente ditas, mas, a meu ver, piorou quanto à tramitação, por que a maninha como é hoje. Ele voltou para o Senado, e o Senador José Fogaça mais uma vez o relatou, acatando as emendas da Câmara no que diz respeito ao mérito, e mantendo o rito de tramitação de forma separada, ideia que nasceu no Senado. O projeto voltou no momento para a Câmara, e surgiu a polêmica a respeito do art. 246.

Creio que se chegou a uma solução que não é a ideal nem para o Governo, nem para a Oposição, mas, como se estabeleceu um acordo, houve cessação de ambas as partes. O projeto em sua forma atual está razoável, no ponto de ser aprovado e terminado, de que, em agosto, o Senado o aprovará — espero que por unanimidade —, para que tenhamos uma nova situação a partir do mês de setembro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaider Barbosa) — Concedo a palavra ao Senador José Fogaça, para uma comunicação sobre o assunto.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Obrigado, Sr. Presidente.

De fato, como bem relatou o Senador José Eduardo Dutra, a iniciativa é do Senado Federal. Inúmeros Senadores são, digamos assim, detentores da paternidade dessa emenda constitucional. Apenas tive de relatar a matéria e de trabalhar no

substitutivo, desde o momento em que fui convocado por V. Exª, Sr. Presidente, em tão Líder do PMDB, que me fez um apelo no sentido de que assumisse essa responsabilidade, dando total liberdade para que fossem ouvidos os Partidos que compunham a Casa, ainda naquela legislatura.

Estamos em nova legislatura, e, agora, felizmente, a Câmara dos Deputados começa a concluir a sua parte, cumprimos o que lhe cabe. É verdade que houve um acordo quanto ao art. 246. Todas as emendas constitucionais votadas até aqui não são passíveis de regulamentação por medida provisória. Daqui para o futuro, somente as emendas constitucionais que venham a criar uma reforma na Constituição poderão ser reguladas mediante medida provisória, observando o elenco das restrições estabelecidas.

Há apenas um problema: a Câmara dos Deputados retirou, novamente, o princípio da alternância entre as duas Casas e restabeleceu que a tramitação da matéria terá início na que lá ou Casa do Congresso Nacional. Esta opção parece-me equivocada, por que cria uma dificuldade, ou seja, pelo modelo estabelecido, a segunda Casa, chamada revisora, não pode emendar, tem função meramente homologatória: diz "sim" ou "não". Se a Câmara ficar, exclusivamente, como a única Casa encarregada da parte inicial da votação, o Senado permanentemente terá a condição de Casa revisora, ficando adstrito à função de homologar todas as decisões e emendas aprovadas na Câmara dos Deputados.

Ora, se a segunda Casa não tiver uma participação rápida, ágil, fulminante, evidentemente se correrá o risco de vencer o prazo e a medida não ser votada. Isso está sendo feito em função da necessidade de se criar mecanismos rápidos e eficazes para agilizar a aprovação. Então, é muito importante saber que, no mérito, há uma concordância, mas os mecanismos de votação também são importantes.

E por que se trata de uma situação excepcional? Porque é matéria do Congresso, a ser votada em sessão conjunta. No momento em que se tira essa competência do Congresso, e a segunda Casa, que é o Senado, conta com o papel homologatório, em todos os casos, realmente fica difícil para o Senado aprovar esse modelo.

Sr. Presidente, não quero adiantar nenhuma posição desta Casa, porque, evidentemente, a posição da Casa não é a minha. Mas, desde logo, res-

salto o fato de que essa condição torna necessária o seguinte mecanismo: a matéria é emendada na Câmara e vem para o Senado; nesta Casa, o poder de emenda tem que existir, e a matéria tem que voltar para a Câmara dos Deputados. Ou seja, há um grave risco de que, no prazo de 60 ou de 120 dias, não haja a votação e, conseqüentemente, não possa haver reedição. A medida provisória cai, sem a devida regulamentação das suas conseqüências.

Portanto, é problemático, Sr. Presidente, pelo menos nesse aspecto, tornar a Câmara dos Deputados a única Casa que tem o poder da iniciativa, ou da iniciação das votações. Nesse caso, há realmente um problema.

É o registro que faço. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência registra aos Senadores Paulo Hartung, José Eduardo Dutra e José Fogaça, em fim, à Casa, o seu maior interesse no que diz respeito ao equacionamento dessa questão, que é uma de man da não só do Parlamento, mas da própria sociedade. A edição de medidas provisórias deve, definitivamente, ter uma regulamentação que as restrinja, de tal ordem que devam ser emitidas exatamente nos termos da Constituição, quando houver urgência e relevância para o tema.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra para uma comunicação ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, em nome do Governo, registrar a importância da votação da Câmara dos Deputados na questão da regulamentação das medidas provisórias e reafirmar a posição do Governo de que queremos ver votada rapidamente essa matéria. Entendemos tratar-se de um avanço grande no sentido de fortalecer o Congresso. E essa questão levantada, sobre a entrada em uma Casa ou em outra, deve ser discutida ainda, mas não deve ser óbice para apagar ou não abrilhantar as ações que foram tomadas.

Quero parabenizar o Presidente da Câmara, Aécio Neves, to das as Lideranças partidárias e políticas que propiciaram esse entendimento. Sem dúvida nenhuma, chegou-se a um ponto pelo qual essa Casa lutou, durante muitos anos, no sentido de ver regulamentada uma questão que é vital para o funcionamento do Congresso. Então, em nome da Liderança

do Governo, que roplaudir a Câmara dos Deputados, as suas Lideranças, o seu Presidente, e registrar o posicionamento do Governo de buscar a votação rápida dessa matéria, regulamentando, de uma vez por todas, uma questão que é importante e imprescindível para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Antes de retornar aos oradores inscritos da Hora do Exponente, a Presidência lembra às Sr^{as} e Srs. Senadores que constarão da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de amanhã, às 9 horas, as seguintes matérias: Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2001; Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 491, de 1999; Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000, e os Projetos de Decreto Legislativo nºs 06, 25, 28, 35, 36, 43, 61 e 128, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente quero fazer dois registros que considero muito importantes para a região amazônica.

O primeiro deles é a reunião dos presidentes das Federações das Indústrias da Amazônia ocorrida ontem, em que se abriu um debate sobre a extinção da Sudam e a conseqüente análise da medida provisória que institui a Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

É muito importante que essa discussão envolva amplamente não só a Federação das Indústrias e a Federação do Comércio, mas todas as classes produtivas e, de uma maneira geral, a sociedade. Se nós, da Amazônia, não lamentamos muito a extinção da Sudam, no entanto não podemos aceitar, como já foi dito aqui em pronunciamento ontem, que, por algum delito, apenas a medida seja "trocar ou tirar o sofá". Queremos efetivamente que a Amazônia não seja penalizada e que surja essa agência de desenvolvimento cristalina, clara e com regras definidas em que os Estados, Municípios e a classe produtora sejam atendidos no papel fundamental que é o desenvolvimento da região. Sobre esse meu primeiro registro, tive a honra de participar da reunião a convite do Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Roraima.

O segundo registro refere-se à Olimpíada do Conhecimento 2001, que está reunindo jovens do ensino profissionalizante de todo o País em uma

salto o fato de que essa condição torna necessária o seguinte mecanismo: a matéria é emendada na Câmara e vem para o Senado; nesta Casa, o poder de emenda tem que existir, e a matéria tem que voltar para a Câmara dos Deputados. Ou seja, há um grave risco de que, no prazo de 60 ou de 120 dias, não haja a votação e, conseqüentemente, não possa haver reedição. A medida provisória cai, sem a devida regulamentação das suas conseqüências.

Portanto, é problemático, Sr. Presidente, pelo menos nesse aspecto, tornar a Câmara dos Deputados a única Casa que tem o poder da iniciativa, ou da iniciação das votações. Nesse caso, há realmente um problema.

É o registro que faço. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência registra aos Senadores Paulo Hartung, José Eduardo Dutra e José Fogaça, em fim, à Casa, o seu maior interesse no que diz respeito ao equacionamento dessa questão, que é uma demanda não só do Parlamento, mas da própria sociedade. A edição de medidas provisórias deve, definitivamente, ter uma regulamentação que as restrinja, de tal ordem que devam ser emitidas exatamente nos termos da Constituição, quando houver urgência e relevância para o tema.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra para uma comunicação ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR.) Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, em nome do Governo, registrar a importância da votação da Câmara dos Deputados na questão da regulamentação das medidas provisórias e reafirmar a posição do Governo de que queremos ver votada rapidamente essa matéria. Entendemos tratar-se de um avanço grande no sentido de fortalecer o Congresso. E essa questão levantada, sobre a entrada em uma Casa ou em outra, deve ser discutida aínda, mas não deve ser óbice para apagar ou não abrilhantar as ações que foram tomadas.

Quero parabenizar o Presidente da Câmara, Aécio Neves, todas as lideranças partidárias e políticas que propiciaram esse entendimento. Sem dúvida nenhuma, chegou-se a um ponto pelo qual essa Casa lutou, durante muitos anos, no sentido de regulamentar uma questão que é vital para o funcionamento do Congresso. Então, em nome da Liderança do Governo, que representa a Câmara dos Deputados, as suas Lideranças, o seu Presidente, e registrar o posicionamento do Governo de buscar a votação rápida dessa matéria, regulamentando, de uma vez por todas, uma questão que é importante e imprescindível para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Antes de retornar aos trabalhos da Hora do Expediente, a Presidência lembra às Sr^{as} e Srs. Senadores que constam da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de amanhã, às 9 horas, as seguintes matérias: Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2001; Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 491, de 1999; Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000, e os Projetos de Decreto Legislativo nºs 06, 25, 28, 35, 36, 43, 61 e 128, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR.) Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente quero fazer dois registros que considero muito importantes para a região amazônica.

O primeiro deles é a reunião dos presidentes das Federações das Indústrias da Amazônia ocorrida ontem, em que se abriu um debate sobre a extinção da Sudam e a conseqüente análise da medida provisória que institui a Agência de Desenvolvimento da Amazônia.

É muito importante que essa discussão envolva amplamente não só a Federação das Indústrias e a Federação do Comércio, mas todas as classes produtivas e, de uma maneira geral, a sociedade. Se nós, da Amazônia, não lamentamos muito a extinção da Sudam, no entanto não podemos aceitar, como já foi dito aqui em pronunciamento ontem, que, por algum delito, apenas a medida seja "trocar ou tirar o sofá". Queremos efetivamente que a Amazônia não seja penalizada e que surja essa agência de desenvolvimento cristalina, clara e com regras definidas em que os Estados, Municípios e a classe produtora sejam atendidos no papel fundamental que é o desenvolvimento da região. Sobre esse meu primeiro registro, tive a honra de participar da reunião a convite do Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Roraima.

O segundo registro refere-se à Olimpíada do Conhecimento 2001, que está reunindo jovens do ensino profissionalizante de todo o País em uma

verdadeira, digamos, gincana, promovendo um entre-laçamento desses jovens que estão voltados para o ensino profissionalizante. Nesse sentido, Sr. Presidente, registrar, para que conste nos Anais do Senado, a participação de três jovens do Senai de Roraima: Eduardo Jorge Aucar Seffair Filho, de Tecnologia da Informação, Márcio Vieira do Nascimento, de Eletricidade Industrial, e Marcelino Lopes da Silva Júnior, de Eletricidade Predial.

Portanto, de um lado, a movimentação do pró-Amazônia quanto à Agência de Desenvolvimento da Amazônia e, de outro, a participação dos alunos de Roraima nessa Olimpíada do Conhecimento 2001.

O Sr. Nova da Costa (PMDB – AP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Nova da Costa (PMDB – AP) – Eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, exatamente no aspecto da extinção ou transformação da Sudam, assim como me ao pronunciamento de V. Exª. A Amazônia foi objeto de discurso que fiz na semana passada. Naquela oportunidade abordei também a atividade do Governo José Sarney, que muito fez para aquela região quando na Presidência da República. Devemos de um lado os problemas dos incentivos fiscais e chamar a atenção para o fato de que a Sudam realizou importantes trabalhos e estudos regionais, elaborou projetos nos setores produtivos, na área de recursos humanos, em planejamento, por exemplo. No início do meu Governo, a Sudam iniciou um estudo de um dos valores mais importantes do Amapá. O Vale do Araguari* não é tributário do rio Amazonas, mas nasce no interior do Amapá e percorre uma extensa região. Esse documento, que levou quatro anos para ser elaborado na Sudam, com o intercâmbio da equipe local, é constituído de dezesseis volumes. Hoje, a Eletronorte se utiliza dele para realizar estudos sobre as possibilidades de instalação de novas usinas hidrelétricas, assunto que já mencionei em aparte anterior. Estou solidário com V. Exª no que se refere a esse aspecto. O Governo não precisa inventar muita coisa, apenas aproveitar a estrutura que a Sudam e a Sudene têm. Inclui-se, tive o privilégio de ser superintendente da Sudene. É preciso, portanto, aproveitar a experiência da aquela equipe, deixando de lado a questão da administração dos incentivos e estabelecendo, o mais rápido possível, a Agência de Desenvolvimento Regional, baseada na experiência da que os técnicos, o que

fará com que essa agência seja bem identificada com os Estados e integrada no processo político e econômico da região. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Eu é que agradeço o aparte de V. Exª.

Mas antes de passar à outra parte do meu pronunciamento, gostaria de citar todos os Senadores da Região Amazônica para que estejamos atentos a essa medida provisória, nela nos aprofundando mais e procurando colher os subsídios que as federações das indústrias da Amazônia estão oferecendo, para que possamos aperfeiçoá-la e, a partir daí, conseguirmos uma agência que realmente leve desenvolvimento à Região Amazônica.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na parte final do meu pronunciamento, gostaria de trazer inúmeros recortes de jornais de vários Municípios de Roraima que dão conta de inúmeras reclamações de clientes da Telemar, inclusive com a declaração do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

Antes, porém, quero registrar que recebi em meu gabinete, há poucos dias, uma representante da Telemar que me apresentou um trabalho de muito boa qualidade, do ponto de vista da apresentação, dando conta de que a Telemar havia superado todas as metas com as quais havia se comprometido para este ano e até mesmo para o próximo ano. No entanto, ao tomar conhecimento dessas reclamações de usuários, quero levar ao conhecimento da direção maior da Telemar o que está ocorrendo no meu Estado e, ao mesmo tempo, pedir à Anatel que se dedique sobre essa questão.

Nos grandes centros, ouvimos muitas reclamações quanto ao funcionamento da telefonia depois da privatização, mas não é possível que em um centro pequeno ou médio, como é o meu Estado, existam tantas reclamações e, o que é pior, reclamações que são verdadeiros absurdos: cobranças de contas indevidas, contas multiplicadas por várias vezes, etc.

Portanto, em nome dos usuários da Telemar em Roraima, faço esta reclamação, dirigindo-me à direção maior da Empresa e também à Agência responsável pela fiscalização e pelo funcionamento dessas instituições.

Srª Presidente, peço que esses recortes de jornais sejam parte integrante do meu pronunciamento, para que fiquem registradas as reclamações e a solicitação de providências.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO
NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO**

ALUNOS DO SENAI

RORAIMA

Ocupação	Nome
Tecnologia da Informação	Eduardo Jorge Au cars. Filho
Eletricidade Industrial	Mário Vieira do Nascimento
Eletricidade predial	Marcelino Lopes da S. Júnior

Roraima

Eduardo Jorge Au car Seffa ir Filho

Tecnologia da Informação

Escola:

PROFº ALEXANDRE FIGUEIRA RODRIGUES

Av. dos Imigrantes, 399 Asa Branca

(095) 6255-027

Boa Vista

Marcelino, Lopes da Silva Júnior

Eletricidade Predial

Escola:

PROFº ALEXANDRE FIGUEIRA RODRIGUES

Av. dos Imigrantes, 399 Asa Branca

(095) 6255-027

Boa Vista

Mário Vieira do Nascimento

Eletricidade Industrial

Escola:

PROFº ALEXANDRE FIGUEIRA RODRIGUES

Av. dos Imigrantes, 399 Asa Branca

(095) 6255-027

Boa Vista

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Maria do Carmo Alves, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves)
– Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornêlas, por 20 minutos.

Cientes contestam contas de telefone

*Leide Gaias
Indefinida em nome:*

Bonfim - As contas de telefone enviadas este mês pela Telemar estão causando revolta entre os usuários de Bonfim. O comerciante Jonny Khan diz a empresa triplicou o valor da conta e está cobrando ligações para números completamente desconhecidos por ele e por sua mulher, Cleio Almeida Khan. Marice Vendano Teixeira conta que foi paga de surpresa com a conta de telefone. No mês passado ela pagou R\$ 57,68 pelo serviço, mas na conta que venceu dia 13 de junho, a Telemar está cobrando R\$ 179,37, sem que a manobra tenha aumentado o número de ligações que costuma fazer.

"Tem alguma ligação que eu não fiz. Tem um número que aparece quatro vezes e eu já liguei para saber de quem é e o dono me falou que não conhece ninguém de Bonfim então eu não entendo porque é que veio aqui justamente na minha conta", reclama.

Outra queixa recorrente dos clientes é que eles não conseguem se comunicar com a Telemar, através do número 104. "A gente passa horas tentando e não consegue. Liga para o 104 e a pessoa atende mas diz que não pode resolver

o problema, mas no 104 a ligação não completa", afirma Jonny. Ao mostrar a conta ela aponta para ligações feitas para Uberlândia (Minas Gerais), Mucujá, Canacará e muitos outros números de celular que, garante, não foram feitas.

O gerente de Negócios da Telemar, Maynard Júnior, garante que o sistema não tem como errar e computar uma ligação que não foi originada daquele número. Ele admite, no entanto, demora na

faturamento das ligações, por isso o valor alto das contas de junho.

Segundo ele, todos os meses a Telemar faz o batimento com as empresas de telefonia móvel das ligações para celular e só depois cobra do cliente. O problema é que este mês essa verificação demorou, acumulando ligações de março, abril e maio e por isso o valor alto que assustou os usuários.

Com a constatação da falha, a Telemar está oferecendo aos usuários a possibilidade de parcelar o débito em até três vezes sem juros, com uma entrada de 30%. "Nós demoramos noventa dias para cobrar a ligação e agora estamos dando noventa dias para que o pagamento seja efetuado", explica Maynard.

Segundo ele, o parcelamento nestas condições só pode ser feito para quem não está inadimplente. Os devedores também podem parcelar em até seis vezes, com entrada negociável, mas será cobrado juros de quatro por cento ao mês.

Para solicitar a composição do débito, os clientes interessados devem ligar para o 104 e solicitar o serviço do atendente. A Telemar enviará o valor da entrada, fixando prazo para pagamento e o restante da dívida será remetido nas contas dos próximos meses.

Sobre a alegação de que os clientes não conseguem falar pelo 104, Maynard diz que houve congestionamento na semana passada por conta desse problema e orienta todos a continuar tentando. Ele também sugere aos clientes que acusam a empresa de ter cobrado por ligações não realizadas fazer a reclamação e pedir uma nova conferência.

"O registro de todas as ligações fica em nossos arquivos e, se for para esboçar, na empresa de telefonia móvel também. Com o batimento a gente comprova que a ligação foi feita daquele telefone e naquele horário porque o sistema não pode registrar uma ligação que não foi feita. Mas o cliente que se sentiu prejudicado deve reclamar", orienta.

Deputados querem explicações da Telema

Marcelo Lima
Da editoria de política

A Assembleia Legislativa vai apresentar uma ação na Justiça contra a Telema. A decisão foi anunciada ontem, após o término da sessão plenária, quando o presidente da Casa, deputado Benício Bantim (PSL), afirmou que já determinou ao departamento jurídico para que tome as devidas providências.

Benício Bantim diz que essa decisão é devido aos danos materiais que a Telema vem causando em relação ao aumento do valor das contas telefônicas. Segundo ele, os usuários do serviço de telefonia não receberam nenhuma comunicação prévia sobre o porquê de suas contas serem tão aumentadas.

Benício Bantim diz que os usuários que estão com dívidas de 100% da conta telefônica do mês anterior, chegando a mais de 200%.

Essas pessoas, principalmente os mais humildes, já em meio do surto, com contas que antes passavam de 25,00 a 30,00 reais e agora receberam contas com valores altíssimos chegando até a 100,00 reais. É isso e um absurdo", disse Bantim.

O presidente da Mesa Diretora explica que esse aumento de preços é devido a maioria das pessoas que serão atingidas por esse aumento abusivo da Telema, não terão condições de pagar um advogado e, consequentemente, terão suas dívidas cortadas, já que não conseguiram pagar as dívidas e seus

nomes serão colocados no Serasa e SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), e instantaneamente entrarão nos nomes dessas pessoas", disse Benício Bantim. Como forma de defender essas pessoas mais humildes, que não têm como pagar um advogado e que a Assembleia, segundo Bantim, se propõe em oferecer um advogado para que possa exigir o cumprimento dos seus direitos, "temos comear a enviar a imprensa, as pessoas que se sentem lesadas em relação a essa ação da Telema, para que procurem o departamento

jurídico da Casa, para que possam ter direito a um advogado para exigir os seus direitos", disse o presidente da Assembleia.

Bantim disse ainda que os serviços da Telema não estão atendendo as expectativas dos usuários, tanto na Capital, como no Interior. Segundo o presidente da Assembleia, por unanimidade, os deputados, foi assinado um requerimento para que o diretor da Telema venha dar explicações sobre os serviços que vem prestado à sociedade nordestina, principalmente sobre o último aumento de tarifa.

NEGATIVO

Para o deputado L. Rinaldi (PFL), o quadro da situação não é nada bom. Ele afirma que o programa de privatização da Telema, realizado pelo Governo Federal para o setor, tem um caráter mais atendendo as expectativas dos usuários e não tem como ser a solução para a situação da Telema, que possui um serviço que não atende as expectativas da população, disse ele.

Segundo o deputado, por ser um serviço telefônico, "com muitos serviços, que estão bem da capacidade de atendimento dos usuários, agum com valor e com uma maioridade em quase 1 e sem dar a menor explicação", disse ele.

O próprio parlamentar, sendo um dos mais antigos da Telema, recebeu na última semana uma ligação telefônica de um usuário, no qual ele disse que pagou mais de 200% da conta telefônica e não conseguiu pagar a conta, que não foi cobrada, disse ele.

Após a reunião, o deputado afirmou que não sabe em se tratando de aumento de tarifas, se não é uma situação de uma emergência, disse ele.

Para quem se possa explicar a situação da Telema, o deputado disse que a Telema é uma empresa que não tem a ver com o setor de telefonia, disse ele.

Reclamações contra Telema

OS USUÁRIOS RECLAMAM QUE HÁ MUITAS LIGAÇÕES QUE NEM NUNCA FIZERAM E QUE OS VALORES DAS CONTAS TRIPLICARAM

TÂNIA GABRIELA
Da Redação do Diário

Dezenas de usuários procuraram ontem a Defesa do Consumidor para reclamar das contas faturadas pela Telema. Entre as principais reclamações estão o aumento de tarifas nos meses de março e abril.

Existiam consumidores que receberam conta no valor de até R\$ 800,00. Eles reclamam que os valores triplicaram e há ligações que eles alegam nunca ter feito, principalmente para celular e telefone público.

Várias contas enviadas pela Telema possuem uma série de situações que os consumidores não conseguem entender. É o caso de Aldir Barreto de Mota, que recebeu uma conta onde existiam 28 ligações em sequência feitas de sua linha para a linha de valor de R\$ 11,22

cada, com o mesmo tempo de duração. "Como pode fazer 28 ligações seguidas para o mesmo número e com o mesmo tempo de duração?", questiona.

O funcionário público Frank Cardozo, que tinha uma média de consumo de R\$ 27,00, recebeu uma conta de R\$ 265,00, disse que ficou surpreso com o faturamento de suas ligações. "Claro que não fui eu quem fiz essas ligações, eu não tenho condições de pagar uma conta deste valor", afirmou.

Depois que os consumidores passaram a procurar a Defesa do Consumidor para explicar a situação, ele disse para a delegada Rosane Igneiro que tomara providências no sentido de atender as pessoas que quiserem contestar o faturamento das contas, no médio da empresa.

Para a delegada, a situação das contas está prevista pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). "O consumidor só vai poder contestar o valor das ligações em até 90 dias", ressaltou a delegada, que disse que as pessoas têm que exercer os seus direitos de contestar os valores.

Os usuários também contestaram os valores e se for o caso, negaram o débito através de parcelamento.

Segundo Rosane, a Resolução 85, publicada pela Anatel, diz no seu artigo 1º que as contas que estiverem atrasadas até 90 dias podem ser cobradas de apenas uma vez, desde que o consumidor faça um acordo com a empresa parcelando em até três vezes o valor.

Porém, não se pode parcelar a conta.

TELEMA. O diretor comercial da Telema, Mayara Junior, disse que as ligações para celular, longa distância e fixas, estão sendo cobradas de forma normal. "Como o sistema não faz distinção de telefonia, as ligações não estavam sendo diferenciadas. Mas, a partir de agora, as ligações para celular e telefone público, não serão cobradas de forma normal", disse ele.

Segundo ele, a situação das contas está prevista pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). "O consumidor só vai poder contestar o valor das ligações em até 90 dias", ressaltou a delegada, que disse que as pessoas têm que exercer os seus direitos de contestar os valores.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA. Pronunciado o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, até parece que não existem mais desequilíbrios regionais no País.

Foi baixada uma medida provisória que extinguiu a Sudene e a Sudam, reformulou os fundos de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia e adotou outras medidas, mas, no entanto, não há nenhuma discussão a respeito do assunto, sobretudo nesta Casa, que sempre foi um fórum muito importante em relação aos desequilíbrios regionais, à problemática regional do País, à heterogeneidade do desenvolvimento do País, exatamente por que é a Casa da Federação.

Quando cheguei a esta Casa, em 1996, tinha acabado de haver uma importante comissão mista, que fez um diagnóstico e um relatório – elaborado pelo Senador Beni Veras, hoje Vice-Governador do Ceará – bastante precisos sobre a questão do desenvolvimento inter-regional em nosso País.

E o que vemos hoje é um silêncio absoluto a respeito dessa questão regional, e justo no momento em que o Nordeste começa a enfrentar mais uma seca, que não se confunde, de maneira alguma, com o problema do apagação que está aí. É uma mera coincidência que não tenha havido, neste ano, as chuvas habituais no chamado quadrilátero mineiro, que é a caixa d'água do Brasil. Há apenas uma coincidência, uma superposição. Mas como a seca mata aos poucos e o apagação tem o efeito imediato, pois atinge a toda a população e afeta a toda a sociedade, ele predomina, fazendo desaparecer o problema das regiões.

E o nordestino, sobretudo com esse episódio das secas, continua condenado às migrações tradicionais que há séculos se repetem, agora já não mais como migrações permanentes, mas como migrações sazonais para fugir do problema da seca.

Haveria aí que assinalar também, em particular, uma outra crise específica: a crise do São Francisco. O Velho Chico, o rio da unidade nacional, tão cantado, tão elogiado, tão referido, está morrendo. E não temos, no Brasil, tradição em política de recuperação debacia hidrográficas.

E esses itens de uma agenda nacional são suficientes para trás, esboçando o lado de fora, porque prevalet a pressão, o efeito, o impacto imediato da chama da crise do "apagação". O País não pode mais continuar tendo uma abor da gem apenas circuns-

cial dessa questão regional, dos problemas do desequilíbrio que sempre enfrentamos.

Neste momento, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de chamar a atenção para alguns aspectos dessa medida provisória – inicialmente conjunta, mas agora desdobrada em duas. Elas tratam, respectivamente, da questão do Nordeste e da Amazônia, ou melhor, não tratam dessas questões porque não têm uma única palavra, uma só linha, uma só diretriz a respeito da política regional que se pretende aplicar nessas regiões. E isso é o que seria substitutivo, a questão fundamental para ser tratada pelo Congresso Nacional: qual é o caminho que se quer percorrer para superar, para enfrentar, para equacionar essa questão dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento?

Na verdade, há apenas e tão-somente um ajustamento das situações atuais. Em relação aos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, por exemplo, deixa de existir a política de dedução e passa a ser do tação orçamentária. Estamos de acordo com isso, mas por que manter a vigência somente até 2013? Quando eram incentivos fiscais, esta Casa aprovou uma política progressiva de redução dos incentivos, que hoje está em 75% do que era, cairia a 50%, de pois a 25% e finalmente a zero em 2013. E por que 2013? Não se trata de nenhum número cabalístico, mas apenas e tão-somente porque a Constituição de 1988 assegurou os incentivos da Zona Franca de Manaus até 2013. Então, por isonomia, foi adotado esse prazo limite. Porém, no momento em que se modifica e se estabelece como dotação orçamentária cujo valor deve preservar, em termos reais, a participação na renda fiscal líquida, é preciso que se tire, que se suprima essa determinação de prazo de vigência somente até 2013. Ou será que há alguém sonhando que em dez anos o problema dos desequilíbrios estará resolvido sem nenhuma política ativa, sem nenhuma proposta objetiva, sem nenhum tratamento específico para cada uma das nossas regiões?

De pois, criam-se as agências. Ora, se os únicos recursos vinculados à questão regional vão se esgotar em 2013, não há, Sr^{as} e Srs. Senadores, necessidade de se criar um organismo para gerir isso, pois se estará criando uma estrutura vazia, que não vai se sustentar, concorrendo para mais uma unidade burocrática para nada, em nosso País. Apenas para aumentar o custo? Não, nós também não queremos isso. Não é isso que os nordestinos e nordestinos desejam. Queremos corrigir efetivamente os desequilíbrios regionais do nosso País, e promover o desenvolvi-

mento, o aproveitamento das potencialidades e das oportunidades de desenvolvimento das nossas regiões. E aí vem embutido nas Medidas Provisórias algo que soa extremamente solerte. Estabelece-se que os recursos dos Fundos serão operados pelos respectivos bancos regionais e outras agências financeiras federais a serem definidas por decreto, a serem estabelecidas por ato do Poder Executivo, por ato unilateral, por ato de vontade.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, se existem bancos regionais, se existem bancos que tem uma função mista, como é o caso do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia, que são bancos de desenvolvimento e bancos comerciais, criados exatamente porque o sistema financeiro privado não se instala em determinadas regiões, em cidades que não dão viabilidade, não dão retorno financeiro, não dão ganho adequado para os seus recursos, então por que se pretende esvaziar essas agências financeiras de desenvolvimento? Elas têm sim competência técnica. E se se quer utilizar o BNDES, que é o caso, explicitamente, se se quer utilizar transferências, que se faça um convênio operacional entre essas agências. Mas não se quis, por exemplo, vincular, amarrar e destinar às regiões parcelas dos recursos do FAT que são administrados pelo BNDES.

Traça-se de uma política de dois pesos e duas medidas. Deseja-se, de um lado, colocar o BNDES para analisar e avaliar os projetos, mas não se quer utilizar os recursos do BNDES – recursos do trabalhador, administrados pelo BNDES – para gerar emprego e renda nas regiões menos desenvolvidas do País. Nós não podemos aceitar isso. É preciso que se vincule recursos dessa natureza para que haja o desenvolvimento das regiões. Está em tramitação, nesta Casa, a PEC nº 69, de iniciativa do nobre Senador Luiz Otávio, que pode e deve ser aproveitada para vincular esses recursos do FAT aos programas regionais de desenvolvimento às regiões menos desenvolvidas do País, para que haja uma solução a longo prazo para as nossas regiões. Essa é uma atitude e uma iniciativa que pode ser tomada pelo Congresso, pelo Poder Legislativo; não há razão para que não seja adotada. Se não há uma política estruturada de desenvolvimento regional em nosso País, nós precisamos irto man das medidas que são possíveis no âmbito do próprio Legislativo, para fazer com que essa solução, pouco a pouco, venha a acontecer.

Há um outro aspecto que, também, é extremamente preocupante. Refiro-me aos Conselhos Deliberativos, o Conselho Deliberativo da Sudene e ao

Conselho Deliberativo da Sudam. Particularmente, o Conselho Deliberativo da Sudene sempre foi um foro onde se fez ou vir a voz do Nordeste, um foro importante, que uniu politicamente o Nordeste e fez com que a voz do Nordeste muitas vezes se fizesse ou vir, se fizesse valer no cenário nacional.

Ainda recentemente, em um seminário realizado em homenagem aos seus 80 anos, Celso Furtado, ao ser homenageado na Paraíba, além desse seminário, fez um comentário específico sobre essa questão da importância do Conselho Deliberativo, que faço questão de ler aqui para que fique registrado nos Anais e para a reflexão das Sr^{as} e dos Srs. Se na dorres. Diz o ilustre economista Celso Furtado, criador da Sudene, reverenciado por todos, cuja orientação precisasse seguida:

"O recorte da federação brasileira prejudica o Nordeste, que é dividido em pedaços relativamente pequenos. Estado importante é o Rio Grande do Sul, é Minas Gerais, é São Paulo, é o Rio de Janeiro. Portanto, era preciso com pensar esse aspecto per verso da Constituição, mas como uma reforma constitucional era coisa impossível de se fazer no Brasil, apelamos para um truque, que consistiu em criar um mecanismo de discussão e votação entre o Governo Federal e os governos estaduais da região: foi o Conselho Deliberativo da Sudene, que reúne nove governadores para harmonizar pontos de vista sobre o que fazer na região. Assim, se reivindica conjuntamente, e quando se vai ao Parlamento e ao Presidente da República o Nordeste tem uma vontade só."

Essa é a lição do depoimento que nos dá Celso Furtado, depois de 40 anos da existência da Sudene. Esse Conselho Deliberativo, que é um foro onde muitas vezes vimos a voz da Sudene, do Nordeste se fazer valer, está inteiramente descaracterizado, esvaziado de acordo com a Medida Provisória em vigor.

O Sr. Nova da Costa (PMDB – AP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Nova da Costa (PMDB – AP) – Senador Waldeck Ornélas, desejo, nesta oportunidade, hipotecar o meu apoio ao pronunciamento de V. Ex^a. Foi na Sudene que tive o prazer de lhe conhecer quando visitei a Bahia, numa das missões mais honrosas que recebi na minha vida funcional: a de dirigir a Superin-

tendência de Desenvolvimento do Nordeste. Os pontos que V. Ex^a aborda são corretíssimos e a análise que V. Ex^a faz da Medida Provisória com relação ao Nordeste é a mesma que temos que considerar para a Amazônia. No estudo da ciência regional, quando se deseja implantar a política de desenvolvimento regional, esse conselho é importante porque integra as aspirações locais com as decisões do Governo central, porque, ao presidir aquele Conselho, verifiquei que ali é um fórum de debates dos mais importantes. Estão na mesma mesa representantes setoriais de todo o Governo e mais outras entidades que estiveram representando o sindicalismo e outras associações que V. Ex^a bem conhece. Ali se faz a compatibilização do que a Região necessita com o Governo Federal, como Poder central, para integrar o planejamento. A Sudene é a expressão máxima em termos de planejamento, estudo e formação de técnicos. A Sudene tornou-se para a Região uma entidade que contribuiu com técnicos altamente especializados para desempenhar ações em outras áreas. Tenho muita admiração pelo trabalho de V. Ex^a, desde a época que passei no Nordeste e tive o prazer de conhecê-lo, assim como ao Senador Romero Jucá, que, na época, estava em Pernambuco, exercendo uma função em uma Secretaria. Parabênz V. Ex^a e hipoteco minha solidária e da ao seu pronunciamento. Toda vez que debatermos problemas de planejamento, temos que convencer o Governo de que, sem planejamento regional, sem uma política regional e sem aproveitar a experiência inigualável da Sudene, consagrada internacionalmente, não chegaremos a lugar algum – principalmente no Nordeste, com aquela população tão cara e te, que precisa, cada vez mais, da presença do planejamento e a integração com os Estados -, será difícil conduzir. Parabênz V. Ex^a e, mais uma vez, renovo a minha solidariedade ao pensamento externo por V. Ex^a nesta oportunidade. Muito obrigado.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, que incorporo com satisfação ao meu pronunciamento. V. Ex^a teve a oportunidade de ser Superintendente da Sudene e, agora, como Senador, a oportunidade de trabalhar conosco e com os demais Senadores das regiões menos desenvolvidas do País no sentido de construirmos um modelo capaz de, efetivamente, vencer e superar essas graves dificuldades, a fim de que o Brasil possa ter um futuro promissor e liberar-se dessas amarras que desequilibram o seu desenvolvimento e comprometem a própria unidade nacional.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima (PMDB – PB) – Permite-me um aparte, Senador Waldeck Ornélas?

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA) – Pois não, Senador Ronaldo Cunha Lima.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima (PMDB – PB) – Senador Waldeck Ornélas, ou vir V. Ex^a falar sobre o Nordeste não me dá ape nas alegria, enche-me de otimismo. V. Ex^a é um dos mais competentes Senadores desta Casa, com pleno conhecimento da economia do Nordeste, pelo que já falou aqui, pelos seus projetos e iniciativas. Associe-me ao seu pronunciamento e às suas preocupações. Sei que o Nordeste pode contar com um homem como V. Ex^a para defendê-lo, pois conhece profundamente seus problemas e angústias. V. Ex^a desenha perspectivas novas para aquela região tão sofrida, como acabou de salientar o nosso atual Colega, ex-Superintendente da Sudene, Senador Nova da Costa, que conheceu o órgão e onde exerceu um trabalho dos mais brilhantes e felizes. Ainda ontem, Senador Waldeck Ornélas, na posse do nosso querido Senador Ramez Tebet, no Ministério da Integração Nacional, ouvi o discurso do Presidente da República e fiquei feliz quando Sua Excelência disse que não pretendia extinguir a Sudene, mas melhorá-la, dando-lhe meios e recursos. E até chamou-a de uma nova Sudene, para novos projetos, com uma visão e perspectivas novas para o Nordeste. Parabéns V. Ex^a e fico feliz em ouvi-lo falar sobre qualquer assunto, principalmente sobre o Nordeste. Não me animo, fico cheio de otimismo quando ouço V. Ex^a falar sobre esse assunto.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Ronaldo Cunha Lima. V. Ex^a tem uma largaxe peculiar como Governador que foi de um dos Estados com maior dificuldade da nossa região, que é a Paraíba, ter também de Celso Furtado, o economista criador da Sudene. Seu filho Cássio Cunha Lima, uma das novas lideranças mais promissoras do Nordeste, hoje prefeito de Campina Grande, também foi Superintendente da Sudene.

De modo que V. Ex^a fala com conhecimento de causa e tem, por conseguinte, a possibilidade de dar uma contribuição extremamente positiva para esse debate, que quero que estabeleça aqui nesta Casa, o que deve acontecer no início de agosto, tão logo haja o reinício das atividades parlamentares, para que votemos, em caráter definitivo, essas medidas provisórias, fazendo-lhes as correções necessárias, para ajustá-las aos interesses do Nordeste e da Amazônia.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima (PMDB – PB) – V. Ex^a contará comigo, com certeza.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O que queremos é exatamente isto: que se crie uma nova Sudene, que se crie uma nova Sudam, mas que reemos que das palavras se passem aos atos, que tenhamos consequências objetivas e concretas para que tenhamos resultados eficazes em favor da nossa população.

Vejam o caso do Conselho Deliberativo. Apresentei três emendas, na medida provisória, em relação a essa questão. Primeiramente, as medidas provisórias chegam ao absurdo de não estabelecer a composição dos Conselhos Deliberativos, ou seja, sequer a presença dos Governadores está assegurada por lei – a matéria já é vigente por que já é lei. O assento dos Governadores nesses Conselhos Deliberativos não está fixado na medida provisória.

De outro lado, as competências deixam muito a desejar. É apenas um foro formal, burocrático, como se fosse um conselho de administração de alguma entidade de desenvolvimento. Não queremos isso. Precisamos preservar o poder e a força do Conselho Deliberativo, para que ele tenha efetivamente um papel relevante nas decisões que precisam ser tomadas pelo Governo Federal em relação às nossas regiões.

Num momento como este, por exemplo, em que começa a ocorrer uma seca, seria preciso que o Conselho se reunisse para decidir. É preciso que se acompanhe a situação periódica e sistematicamente.

Ainda esta semana, em função do "apagão", o Presidente da República sentiu a necessidade de chamar a Brasília os Governadores do Nordeste para discutir essa questão. Por que não fazer isso na reunião do Conselho Deliberativo? No entanto, estão previstas apenas duas reuniões anuais do Conselho, o que é inaceitável. Não pode ser dessa forma. Concordo que a periodicidade não seja mensal, mas, pelo menos, bimestral, para termos um foro em que se acompanhe a conjuntura econômica, social e ambiental das nossas regiões.

O Sr. Nova da Costa (PMDB – AP) – Senador Waldeck Ornélas, V. Ex^a me concede mais um pequeno aparte?

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA) – Ouço novamente V. Ex^a.

O Sr. Nova da Costa (PMDB – AP) – Quero lembrar V. Ex^a que há dois eventos no Nordeste. O mais grave é a seca, mas, naquele ano em que fui para lá, houve muitas enchentes. Agora, não há mais a Coordenação Regional de Defesa Civil, que articulava todas as providências. Quando vejo o Senador

Ney Suassuna reclama que os carros-pipas não chegam, sei que isso se deve ao fato de, com a extinção da Sudene, ter acabado a ação da Coordenação Regional de Defesa Civil, que era coordenada por algum colega conhecido de todos, que se articulava e fazia a defesa civil para ontem e não para hoje. A extinção da Sudene prejudicou também as ações da Defesa Civil na região, Instituição que desempenha uma função importantíssima e é sempre apoiada pelo Ministro. Então, não é preciso reunir Ministros para decidir as ações de defesa civil, um trabalho humano com sagrado e que realiza projetos de socorro, de assistência preventiva e de engenharia. É um trabalho com sagrado da Sudene. Muito obrigado pela lembrança!

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA) – V. Exª tem razão. As atividades de defesa civil são um dos pontos mais importantes, tanto no Nordeste quanto na Amazônia – regiões afetadas por fenômenos climáticos distintos, mas periódicos.

De outro lado, Srªs e Srs. Senadores, a medida provisória se quer fixa o prazo para a instalação dessas agências, ou seja, não há qualquer compromisso. Trata-se de um texto literalmente vazio; um texto que desmonta, que desmantela uma estrutura existente e substitui por nada, substitui por uma promessa, substitui por uma expectativa que não está desenhada, que não está corporificada, que não tem forma, que não tem prazo, que não tem compromisso. Troca-se a Sudene pela Adene.

Não quero me preocupar com a forma, preocupamo-nos com o conteúdo. O que temos que discutir é a política de desenvolvimento para as regiões. Não importa quem as execute. Isso é secundário. No entanto, a medida provisória não trata disso. Continua uma autarquia. Portanto, estamos trocando seis por meia dúzia. Continua a mesma estrutura. Apenas se muda o rótulo. Dá-se o nome de uma agência por que está na moda criar agências.

Não queremos um genérico para o Nordeste nem para a Amazônia. Queremos remédio específico, uma política diferenciada, uma política própria, uma política apropriada, para que possamos aproveitar as potencialidades das nossas regiões e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento nacional.

Concluo, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, lendo novamente Celso Furtado, que nos chamou a atenção na sua palavra, na Paraíba, na comemoração dos seus 80 anos.

Diz Celso Furtado:

Somente uma sociedade apoiada numa economia desenvolvida com elevado

grau de homogeneidade social pode confiar na racionalidade dos mercados para orientar seus investimentos estratégicos.

Estamos diante disso, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores! Temos um País que mudou o seu modo de econômico, que mudou a sua política de desenvolvimento, mas não adequou as suas regiões menos desenvolvidas a essa nova situação. Ou se faz isso, ou não teremos um País desenvolvido.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Srª Presidente, peço a palavra, como Líder do Governo.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Srª Presidente, pela ordem. Eu já tinha feito a minha inscrição pela Liderança do PMDB.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – E a minha está feita, pelo PSB.

A SRA. PRESIDENTE (Mária do Carmo Alves) – V. Exª está inscrito em terceiro lugar, Senador Romero Jucá.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Srª Presidente, o Senador Ricardo Santos e eu também estamos inscritos para falar hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Mária do Carmo) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando assumi a Presidência Nacional do PMDB, há pouco mais de um mês, uma missão de grande importância e urgência se colocava à nossa frente. Aproximamo-nos de datas fatais para as eleições do ano que vem, e os Partidos políticos precisam apressar algumas definições.

Na última reunião, o PMDB deu um passo fundamental na definição do caminho que pretende trilhar em 2002, especialmente em relação à sucessão presidencial. Reunimos aqui, em Brasília, 22 dos 27 Presidentes estaduais do Partido – também o Presidente da Juventude Nacional e os Presidentes da Juventude regional – e ficou muito claro, nas discussões da unanimidade dos presentes, o desejo de que o Partido tenha candidato próprio à Presidência da República.

O entendimento das bases do Partido é um só: num País carente de tradição partidária, talvez seja o PMDB o único identificado com a História recente do Brasil, e, num momento em que o País afunda numa de suas piores crises, o Partido não pode se apequenar.

Ney Suassuna reclama que os carros-pipas não chegam, sei que isso se deve ao fato de, com a extinção da Sudene, ter acabado a ação da Coordenação Regional de Defesa Civil, que era coordenada por algum colega conhecido de todos, que se articulava e fazia a defesa civil para ontem e não para hoje. A extinção da Sudene prejudicou também as ações da Defesa Civil na região, Instituição que desempenha uma função importantíssima e é sempre apoiada pelo Ministro. Então, não é preciso reunir Ministros para decidir as ações de defesa civil, um trabalho humano com sagrado e que realiza projetos de socorro, de assistência preventiva e de engenharia. É um trabalho com sagrado da Sudene. Muito obrigado pela lembrança!

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA) – V. Exª tem razão. As atividades de defesa civil são um dos pontos mais importantes, tanto no Nordeste quanto na Amazônia – regiões afetadas por fenômenos climáticos distintos, mas periódicos.

De outro lado, Srªs e Srs. Senadores, a medida provisória se quer fixa o prazo para a instalação dessas agências, ou seja, não há qualquer compromisso. Trata-se de um texto literalmente vazio; um texto que desmonta, que desmantela uma estrutura existente e substitui por nada, substitui por uma promessa, substitui por uma expectativa que não está desenhada, que não está corporificada, que não tem forma, que não tem prazo, que não tem compromisso. Troca-se a Sudene pela Adene.

Não quero me preocupar com a forma, preocupamo-nos com o conteúdo. O que temos que discutir é a política de desenvolvimento para as regiões. Não importa quem as execute. Isso é secundário. No entanto, a medida provisória não trata disso. Continua uma autarquia. Portanto, estamos trocando seis por meia dúzia. Continua a mesma estrutura. Apenas se muda o rótulo. Dá-se o nome de uma agência por que está na moda criar agências.

Não queremos um genérico para o Nordeste nem para a Amazônia. Queremos remédio específico, uma política diferenciada, uma política própria, uma política apropriada, para que possamos aproveitar as potencialidades das nossas regiões e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento nacional.

Concluo, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, lendo novamente Celso Furtado, que nos chamou a atenção na sua palavra, na Paraíba, na comemoração dos seus 80 anos.

Diz Celso Furtado:

Somente uma sociedade apoiada numa economia desenvolvida com elevado

grau de homogeneidade social pode confiar na racionalidade dos mercados para orientar seus investimentos estratégicos.

Estamos diante disso, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores! Temos um País que mudou o seu modo de econômico, que mudou a sua política de desenvolvimento, mas não adequou as suas regiões menos desenvolvidas a essa nova situação. Ou se faz isso, ou não teremos um País desenvolvido.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Srª Presidente, peço a palavra, como Líder do Governo.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Srª Presidente, pela ordem. Eu já tinha feito a minha inscrição pela Liderança do PMDB.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – E a minha está feita, pelo PSB.

A SRA. PRESIDENTE (Mária do Carmo Alves) – V. Exª está inscrito em terceiro lugar, Senador Romero Jucá.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Srª Presidente, o Senador Ricardo Santos e eu também estamos inscritos para falar hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Mária do Carmo) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando assumi a Presidência Nacional do PMDB, há pouco mais de um mês, uma missão de grande importância e urgência se colocava à nossa frente. Aproximamo-nos de datas fatais para as eleições do ano que vem, e os Partidos políticos precisam apressar algumas definições.

Na última reunião, o PMDB deu um passo fundamental na definição do caminho que pretende trilhar em 2002, especialmente em relação à sucessão presidencial. Reunimos aqui, em Brasília, 22 dos 27 Presidentes estaduais do Partido – também o Presidente da Juventude Nacional e os Presidentes da Juventude regional – e ficou muito claro, nas discussões da unanimidade dos presentes, o desejo de que o Partido tenha candidato próprio à Presidência da República.

O entendimento das bases do Partido é um só: num País carente de tradição partidária, talvez seja o PMDB o único identificado com a História recente do Brasil, e, num momento em que o País afunda numa de suas piores crises, o Partido não pode se apequenar.

O PMDB tem a obrigação de apresentar à Nação um projeto claro de governo que privilegie o setor produtivo nacional, retome os investimentos em infraestrutura e dê uma atenção especial à agricultura e ao setor social, bem como ao setor elétrico.

O número de miseráveis e excluídos multiplica-se no País e precisamos de um projeto concreto para resgatar essas pessoas e reintegrá-las à sociedade, coisa que o atual Governo mostra-se absolutamente incapaz de fazer.

O PMDB tem condições de realizar as mudanças que o povo brasileiro exige. O Partido sempre teve uma sintonia muito forte com a Nação, uma identidade de pensamentos e propósitos, demonstrados de forma muito clara ao longo da sua história. E tem hoje os quadros políticos capazes de empolgar o eleitor e realizar a gestão que o País espera há mais de uma década.

As pesquisas de intenção de voto, divulgadas recentemente, comprovam essa tese. O Senador Pedro Simon e o Governador de Minas Gerais, Itamar Franco, os dois pré-candidatos do PMDB, aparecem entre os primeiros colocados em todas as simulações. Se juntarmos os índices alcançados pelos dois, veremos que o PMDB tem presença garantida no segundo turno eleitoral.

Quem são os nossos candidatos? Pedro Simon, Senador da República, ex-Governador do Rio Grande do Sul, uma das melhores biografias políticas de um País. Um homem já testado, aprovado como Senador e como Governador do Rio Grande do Sul e que tem um passado inatacável. Pedro Simon é um dos homens mais éticos da política brasileira.

Itamar Franco, da mesma forma, Governador mineiro, ex-Senador da República, ex-Presidente da República, homem testado nas urnas e aprovado como Senador, como Governador e como Presidente da República. Itamar Franco, assim como Pedro Simon, é uma das biografias que orgulham a política brasileira. Se o PMDB tem dois quadros tão importantes quanto Pedro Simon e Itamar Franco, não há justificativa alguma para que esse Partido não apresente um dos dois como candidato oficial à sucessão do atual Governo Federal do Presidente Fernando Henrique.

Ao assumir o comando do Partido, assumi o compromisso de exercitar a democracia interna e fazer do desejo das bases e da militância as decisões do Partido. Um Partido político se fortalece no contato com o povo e na interação com a militância. E esse mandamento será seguido por nós com toda fidelidade.

Sob a minha Presidência, mandará as bases partidárias. Não mandará a cúpula. Não mandarei eu. Mandarão as bases do Partido. A vontade das bases do Partido é que será realmente acatada.

A última reunião representa um passo nesse sentido e uma demonstração inequívoca de unidade partidária, o que coloca como fato consumado os indicativos aprovados pela unanimidade dos Presidentes estaduais que vieram a Brasília discutir o futuro do Partido.

Primeiro deles: o PMDB terá candidato próprio a Presidente da República em 2002.

Segundo: como consequência natural, o Partido irá se desligar da base de apoio ao Governo Federal. Não há como o Partido criar as diretrizes do atual Governo, pregando um projeto alternativo para o Brasil, e, ao mesmo tempo, fazer parte desse mesmo Governo.

Terceiro: o Partido deverá definir sua candidatura já no mês de setembro, quando será realizada a Convenção Nacional do Partido, se for essa a vontade da maioria dos convencionais.

É claro que esses indicadores ainda não têm caráter definitivo, coisa que apenas a Convenção pode concretizar, mas a demonstração de unidade que ocorreu na reunião de ontem nos dá a certeza absoluta de que esses temas constarão da pauta da Convenção e serão aprovados pela maioria do conjunto partidário peemedebista.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante da iminente ruptura do PMDB com o Governo, alguns jornalistas questionam se não seria incoerência do Partido deixar a base aliada de pois de um longo tempo ao lado do Presidente. Respondendo, com muita tranquilidade e com muita responsabilidade, que não.

O PMDB, com prioridade sua parte, com prioridade sua responsabilidade para com o Brasil, atuando com ponderação. Juntamente com outros Partidos, o PMDB ajudou a garantir a governabilidade, dando uma grande contribuição ao País.

Lamentavelmente, o Governo Federal nunca deu ouvidos às bandeiras de lutas do PMDB, cedendo aos economistas de seu Partido, o PSDB, o comando integral sobre os rumos da política econômica e social do País. O PMDB, como de resto que se toda a base de sustentação do Governo, nunca foi ouvido na definição de rumos, de estratégias e de programas de governo.

Nós sempre fomos vistos apenas como peças acessórias, importantes para garantir a estabilidade política do Governo, mas dispensáveis quando esta-

vam na mesa de discussões os rumos do Brasil. Nem mesmo os Ministros do PMDB tiveram condições de realizar os projetos idealizados.

O caso do Ministério dos Transportes é emblemático: há anos, o Ministro Padilha está denunciando a falência do sistema em todo o País, apoiado pela Bancada no Senado e na Câmara, num esforço em vão. As estradas brasileiras encontram-se destruídas e, em quase sete anos de Governo, não houve investimentos em outra alternativa que não a rodoviária, fato que se repete em outros setores, como o energético. Está aí o apagão, estão aí as estradas brasileiras a matar as mãos nos postos dos dias, por excessos de buracos e pela má sinalização.

A verdade é que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso não atende às necessidades básicas da população. O povo brasileiro está carente de um bom governo, um governo que tenha sensibilidade e coragem de priorizar os segmentos sociais que, de fato, precisam do apoio do poder público.

Já há bastante tempo tenho defendido que o PMDB assuma uma postura de independência. No momento em que essa tese torna-se majoritária no Partido, renovo o desejo de ver o PMDB totalmente independente.

É insustentável esta situação, em que inclusive alguns Líderes do PSDB começam a pregar publicamente a saída do PMDB da base aliada. O Governador do Ceará, Tasso Jereissati, e o Governador de Goiás, Marconi Perillo, já estão pregando o que pregávamos anteriormente: a saída do PMDB das bases governistas. O Partido não pode passar por esse tipo de constrangimento.

Desde que cheguei ao Senado, tenho defendido que o PMDB deve sair da base de apoio, mas não aceito, como membro e Presidente Nacional do Partido, as insinuações de que o PMDB mancha a imagem do Governo. O Governador Tasso, no mínimo, deve estar sofrendo de um ataque de amnésia quando faz essas declarações.

Os escândalos que comprometeram a imagem do Governo começaram no dia em que o Presidente Fernando Henrique tomou posse, há quase sete anos. Ou alguém se esqueceu dos mais de sete bilhões torrados irresponsavelmente nos corrobancos privados, sob o manto de um tal Proer, gerido pelo PSDB?

Os R\$169 milhões gastos nas obras do TRT de São Paulo foram liberados pelo Governo do PSDB. Quem socorreu criminosamente os bancos Marka e

Fon te Cin dam com mais de R\$1 bilhão do povo brasileiro foi a equipe econômica da confiança do Presidente.

As denúncias de favorecimento e grampo ilegal no processo de privatização das teleseleções envolviam apenas membros do alto escalão tupacano e nenhum peemedebista. A fraude do pai nel do Senador foi arquitetada pelo Líder do Governo nesta Casa.

Por que é o PMDB que mancha a imagem do Governo se todos esses escândalos foram promovidos pelo PSDB?

As fartas acusações de compra de votos para reeleição, se o Governador Tasso não se lembra, foram feitas contra o seu Partido, da mesma forma que, agora, quando o PSDB se desdobrou com um vigor nunca visto e com a liberação de recursos para barrar a CPI da Corrupção.

Não estou aqui para acusar ninguém pessoalmente, e não vou fazê-lo, mas não aceito que o Líder de um Partido que deve dezenas de explicações ao povo brasileiro tente, de forma irresponsável, atacar o PMDB como instituição, querendo ligá-lo à corrupção e às fraudes que tomam conta deste Governo do PSDB.

São acontecimentos que apenas comprovam que a convivência política entre PMDB e PSDB, na base aliada, tornou-se insustentável. Cada um deve correr em raia própria e julgo que, nas urnas, o povo pode apontar quem está com a razão, sem dúvida nenhuma.

O PMDB irá apresentar, com humildade e muita disposição de trabalho, uma proposta de governo para o Brasil e para os diversos Estados da federação. Que o PSDB e os outros Partidos façam o mesmo. A democracia é feita assim.

A saída do PMDB da base do Governo não significa que iremos fazer uma oposição radical e irresponsável. Não é assim que agimos, apostando no quanto pior melhor. Mas ficaremos numa posição livre para combater a atual política do Governo que é equivocada e nociva aos interesses do povo brasileiro.

Ao finalizar, gostaria de cumprimentar e agradecer a cada um dos presidentes estaduais do PMDB, ao Presidente da Juventude do PMDB, a todos os Presidentes Regionais da Juventude do PMDB que se deslocaram até Brasília numa demonstração de patriotismo e amor ao PMDB e à Pátria.

Vamos juntos, livre e democraticamente, avançar nas discussões para que, em setembro, o PMDB dê um exemplo ao Brasil, definindo novas e importantes diretrizes para o futuro.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ontem foi publicada na imprensa nota de solidariedade política do PMDB ao Presidente Jader Barbalho. Os partidos políticos e a imprensa não estão dando tréguas ao Senador, mesmo sabendo que o Ministério Público e a Justiça estão apurando todos os fatos, mesmo sabendo que o Senador Jader Barbalho não saiu um minuto sequer deste plenário, desta Casa, desta capital e deste País, mesmo sabendo que o Senador não está dificultando nenhuma das investigações. O Senador está colocando tudo à disposição do Ministério Público e da Justiça – como era de se esperar. É lógico que se o Senador Jader Barbalho não dificultava a ação da Justiça e pede a apuração dos fatos e quer se defender, de forma ampla, de todas as acusações, S. Ex^a merece a solidariedade política do nosso Partido. Lógico que, se qualquer prova for incontestemente contra o Senador, S. Ex^a deve responder por isso. Mas o PMDB não pode deixar que seus membros sejam exceções, que o próprio Partido seja exceção, porque isso desserve à democracia. O Senador Jader Barbalho tem a nossa solidariedade política. Enquanto S. Ex^a de mostrar vontade para que as investigações prossigam, enquanto S. Ex^a de mostrar vontade de provar que é inocente, S. Ex^a merece nossa solidariedade política.

Ninguém pode ser condenado previamente! No entanto, a partir do momento em que aparecerem provas concretas, cabíveis e irrefutáveis, o Partido dirá que nunca orientou, que nunca ensinou nenhum de seus membros a fazer nada de errado. O Partido prega o nacionalismo, o idealismo, a honestidade, a seriedade.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr^a Presidente, a Liderança do Governo foi citada, e eu peço a palavra.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr^a Presidente, estou inscrito como Líder do PSB.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (Bloco/PSDB – MT) – Sr^a Presidente, também gostaria de solicitar a palavra pela Liderança do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Márcia dos Carmo Alves) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, como Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero dizer ao Senador Ademir Andrade que a minha fala, quando pedi a palavra pela Liderança do Governo, era para registrar uma questão relacionada a funcionários públicos e não ao que dizia o Senador Maguito Vilela em

seu discurso. Mas, as colocações do Senador Maguito Vilela ensejam explicações. Em primeiro lugar, o Senador Maguito Vilela disse que o Senador José Roberto Arruda teria violado o pai no Senado, registrando que teria sido um posicionamento como Líder do Governo. Quero registrar que se o Senador José Roberto Arruda teve alguma participação na questão no pai, como ficou com provado, o fez como Senador por Brasília e não em nome da Liderança do Governo, nem com a participação do Governo nesses fatos. Aliás, como ficou com provado durante o processo de investigação na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Conceda-me V. Ex^a um aparte? Eu disse que não estava acusando pessoalmente ninguém. Eu disse que foi um escândalo promovido também por um integrante do seu Partido e não do PMDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – A segunda questão é registrar e discordar do Senador quando S. Ex^a fala em corrupção no Governo Fernando Henrique Cardoso. Quero registrar que repudio essas colocações, porque qualquer denúncia de corrupção e irregularidade no Governo Fernando Henrique Cardoso está sendo combatida, investigada e está sendo equacionada, inclusive com direcionamento ao Ministério Público e à Polícia Federal para os esclarecimentos devidos. Portanto, se existem acusações levianas, sem provas, contra o PMDB, esse clima não deve levar também a qualquer tipo de acusação contra o Governo.

Quero registrar que a posição do Governo é discordante também da posição do Senador Maguito Vilela no tocante à permanência do PMDB na base do Governo, o PMDB é importante para a governabilidade, é importante para o País, é importante na condução do Governo Fernando Henrique Cardoso e, portanto, nós que remos e vamos continuar lutando pela permanência do PMDB no Governo Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Permita-me V. Ex^a um outro aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Com todo o prazer.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Então, pergunte ao Governador Líder Tasso Jereissati qual é a banda parte e quem dela participa no Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Senador Maguito Vilela, talvez V. Ex^a esteja embodado por questões de disputa local no seu Estado. O Governador Tasso Jereissati fala especificamente de

questões locais do seu Estado. Essas questões não podem ser confundidas nem com a minar um projeto de construção nacional deste País, no qual o PMDB tem um importante papel. Portanto, que o registro a posição do Governo de que o PMDB é importante. E nós vamos lutar pela permanência do PMDB na base do Governo.

Registro, por fim, que a permanência e a ação dos ministros do PMDB no Governo é importante. Os ministros têm recebido, sim, os recursos disponíveis, dentro de uma paridade, dentro de uma disputa orçamentária que se dá na Comissão de Orçamento aqui no Congresso, na qual o PMDB tem assento. Aliás, o PMDB tem tudo, sucessivamente, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a Relatoria ou a Presidência da Comissão de Orçamento. Portanto, ao se discutir e ao se discutir as verbas do Orçamento, o PMDB tem uma participação fortíssima nessa definição. Quero dizer que os ministros do PMDB têm aplicado o dinheiro corretamente e tem feito um grande trabalho, e nós temos testemunhado esse esforço. Portanto, retirando a questão da disputa eleitoral regional de V. Ex^a, eu reafirmo a importância do PMDB na base governista, e espero que o PMDB, em setembro, reafirme o seu posicionamento de não só estarmos juntos agora, mas de construirmos uma chapa forte para ganharmos a eleição no próximo ano.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves)

— Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Ademir Andrade para uma comunicação partidária, conforme o Regimento Interno. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Como Líder. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, se rei o mais breve possível, considerando o desejo de outros Srs. Senadores de se manifestarem.

Em primeiro lugar, que ro dizer que estou apresentando à Casa projeto de lei que constitui diretriz para o desenvolvimento urbano, definindo que todas as construções, principalmente as coletivas — públicas ou privadas — sejam obrigadas a ter, no seu sistema hidráulico, a energia solar. Os meios técnicos que discutem a questão da energia do nosso País dizem que os chuveiros elétricos, no Brasil, consomem 9% da energia, e que eles funcionam principalmente em horário de maior pico. Então, em função dessa dificuldade — 9% representam muita coisa —, estamos propondo que seja criado, como normam os Municípios brasi-

leiros que tenham mais de 20.000 habitantes, um plano diretor que defina, que obrigue todas as construções coletivas a terem a sua instalação hidráulica sob o comando de uma energia solar para aquecimento da água, e, com isso evitara utilização de chuveiros movidos a energia elétrica, que consomem muita energia. Isso será bom para o morador, que economizará energia, e será bom para a Nação brasileira, que evitará tantos investimentos no setor energético, o que, de certa forma, traz dificuldades, já que modifica o meio ambiente com o represamento de rios, com uma série de outras questões, além do que estamos vendo. Há a energia atômica. Já estamos com duas usinas e há a possibilidade de instalação de uma terceira, para a qual marco o meu posicionamento extremamente contrário.

Encomendei à Mesa este projeto, que inclui vários municípios que não cumpriram a determinação. Espero vê-lo aprovado o mais rápido possível nesta Casa, considerando que o Governo baixou, recentemente, decretos e medidas que tiram impostos das placas de energia solar, de todo o equipamento para transformação de energia solar em energia térmica.

Sr.^a Presidente, assunto mais interessante que de se falar, agora, é quanto à minha surpresa com a decisão do Banco Central. Não tenho dúvidas, Senador Antero Paes de Barros, de que estamos marchando para a absoluta insolvência deste País, por que o Governo Fernando Henrique e sua equipe econômica estão tornando a dívida brasileira, interna e externa, absolutamente impagáveis. Chegamos a ter a taxa Selic, no início de janeiro deste ano, cotada a 15,25% ao ano; passou para 15,75% e, depois, para 16,25%; agora, o Governo a aumentou para 18,25%. Um ponto e meio de percentual de aumento, o que significa um acréscimo à dívida, em termos anuais, de R\$3,5 bilhões, fazendo a dívida chegar a patamares incalculáveis, com os quais a economia não terá condições de sobreviver.

O que é pior, qual é o objetivo? Conter a inflação. Talvez conter a inflação na base da contenção do consumo, porque ninguém está comprando mais. Está-se contendo o consumo a qualquer custo. A economia está paralisando, o que significa que o País não terá mais recursos, diminuindo os recursos da Previdência, dos impostos, e o superávit previsto, evidentemente, irá encontrar extrema dificuldade. Embora o Governo, ao longo de 2001, já tenha praticamente atingido o superávit exigido pelo Fundo Monetário Internacional, que, no meu entendimento, é criminoso e tem gerado inclusive a discussão que se

faz agora na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases Orçamentárias, que é a base da construção do Orçamento de 2002.

A grande questão levantada foi que está estabelecido um superávit primário de R\$31,5 bilhões, o que significa arrecadar da população mais do que se gasta. Houve protesto da Oposição, do PFL e do Senador Carlos Bezerra, do PMDB. Várias pessoas tentaram se mobilizar para reduzir esse superávit primário de R\$31,5 bilhões para R\$24 bilhões, dos quais R\$6 bilhões seriam investidos na área de energia e recuperação de estradas. E o Governo foi absolutamente grosso, duro, nessa questão. Disse não e, lamentavelmente, o Deputado Inocêncio Oliveira, do PFL, voltou atrás em sua posição; o Senador Carlos Bezerra parece que também aqui esceu com a pressão do Governo. A tendência é que se aprove a Lei de Diretrizes e Bases do Orçamento de 2002 nos moldes em que foi enviada ao Congresso Nacional pelo Governo Fernando Henrique. Ou seja, prevenindo um superávit primário de R\$31,5 bilhões para 2002, sem previsão de aumento no salário mínimo, por exemplo, que se iria aumentado em torno de R\$6,00, passando de R\$180,00 para R\$186,00; sem previsão, como manda o Supremo Tribunal Federal, de aumento para o funcionalismo público brasileiro, que está há seis anos sem aumento, sem nenhuma previsão disso. E, lamentavelmente, o Congresso Nacional aquiescediante dessa pressão, desse poder de mando ditatorial do Executivo sobre os Parlamentares do Congresso Nacional.

Estamos prestes a aprovar, mais uma vez, esse superávit que, na verdade, estabelece-se em R\$31,5 bilhões e que, no final, chega a R\$44 bilhões, como tivemos agora o balanço de abril. Nos últimos doze meses, o superávit primário foi de R\$44 bilhões. É dinheiro que se está arrancando da sociedade, que poderia estar sendo usado em investimentos no setor de energia, na recuperação de estradas, na segurança, etc.

Há um ano, o Presidente Fernando Henrique lançou um programa de segurança, com a maior pompa e a maior festa, destinado a recuperar o nível da segurança no Brasil, para evitar o problema em nossos presídios. A Globo divulgou ontem que, no ano de 2001, não foi liberado um só centavo dos recursos destinados a esse plano de segurança. Para os investimentos em estrada e energia, foram liberados apenas 3,33% até há semana passada. Na verdade, o Governo quer gastar esse superávit monstruoso a qualquer custo, para atender a ganância da es-

peculação financeira dos banqueiros nacionais e internacionais.

Lamento profundamente tudo isso. Penso que os Parlamentares, inclusive, deviam prestar atenção à série de reportagens da TV Globo desta semana. De segunda-feira até ontem, assisti à matéria sobre a fome no Brasil, sobre como as pessoas morrem de fome. Não é ou tra emissora, se não a TV Globo, que fez um documentário e o está mostrando todos os dias no Jornal Nacional. São reportagens que, durante cinco a seis minutos, mostram como os brasileiros estão morrendo de fome. Estão morrendo de fome, não é de outra coisa!

Não posso imaginar que a TV Globo esteja falsificando ou criando fatos para complicar a vida do Governo. Imagino que a Rede Globo esteja mostrando a realidade brasileira. A realidade é que o povo está morrendo de fome. São cinco reportagens que, em qualquer país de centro do mundo, chocaria qualquer cidadão que tenha o mínimo de sentimento. Choca profundamente ver crianças morrendo de fome; ver uma senhora, filmada há um mês, que não tinha o que comer dentro de casa, e a TV Globo, ontem, anunciou que foi comunicada a morte dessa senhora. Um dia antes, ela foi mostrada na televisão, doente em casa, sem ter o que comer. A reportagem mostra as panelas vazias, a miséria das pessoas, e não há dinheiro; o povo está morrendo de fome! Há pessoas no Brasil morrendo de fome!

Vivemos aqui nesse luxo, nessa mordomia, esquecendo essa realidade. E parece que essa realidade não nos comove. Os Parlamentares obedecem a ordens como esta, de ter um superávit primário de R\$31,5 bilhões. Dinheiro que é tirado do povo pobre, miserável, para pagar banqueiros nacionais e internacionais.

Lamento que o Senado, ontem, tenha arquivado o pedido de quebra de sigilo bancário do Sr. Eduardo Jorge, ex-Secretário-Geral da Presidência da República, que está sob inúmeras suspeitas. E o Senado se nega a investigar isso, porque a Banca do Governo não quer permitir. Negase a quebrar os sigilos fiscais, bancário e telefônico dos cidadãos, que está sob uma suspeição enorme, e o Senado não quer investigar! Assim como há outros que estão também sob suspeição e que não quer serem investigados.

Lamento, também, a questão do Sr. Chico Lopes, porque até agora não aconteceu nada. Houve toda aquela situação no Banco Central, que está aí acoberta da pelo Governo. O Sr. Clóvis Carvalho, também ex-Ministro do Presidente Fernando Henrique,

foi quem disse que se tratava de dinheiro de herança; depois, falou que era dinheiro de família, porque estava se separando; agora, diz que o dinheiro não existe mais. Quer dizer, R\$1,6 bilhão – como foi dito aqui pelo Senador Maguito Vilela, do PMDB, da Base do Governo – foram em bo-ra, e não há dinheiro para resolver o problema da seca.

O programa de segurança, que Fernando Henrique Cardoso anunciou com tanta pompa, contava com R\$700 milhões, mas até hoje não foi liberado nenhum centavo.

Não se pode aceitar que esta Casa engula isso, como se tudo que está acontecendo fosse impossível de ser mudado. As pessoas não que rem nem sentar para discutir com profundidade questões dessa importância.

A dívida pública brasileira é impagável nos moldes em que está colada.

Sr.^a Presidente, vou encerrar o meu pronunciamento, para dar oportunidade a outros Colegas, mas voltarei à questão, inclusive com os programas que estão sendo apresentados pelos possíveis candidatos da Oposição à Presidência da República: os Governadores Itamar Franco e Anthony Garotinho, Lula e Ciro Gomes.

Comentarei posicionamento desses senhores a respeito dessa questão que considero mais grave que o Brasil enfrenta, a causadora de todos os malefícios em que vive nos so País.

Deixo para outra oportunidade a discussão desse tema e peço que V. Ex.^a registre o projeto que apresento, a fim de que seja votado com a maior brevidade possível nesta Casa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves)

– Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (Bloco/PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, antes de o Senador Maguito Vilela se retirar do plenário, informei-o de que me pronunciaria sobre o assunto que havia abordado. Estou dando essa explicação, exatamente para que fique claro que não estou fazendo nenhum pronunciamento sem comunicar o Presidente Nacional do PMDB, o Senador Maguito Vilela.

Queiroir por parte. A primeira diz respeito à reação indignada do Senador Maguito Vilela pelo fato de o Governador do Ceará, Tasso Jereissati, ter dito que o PMDB de veria sair da Base aliada ou ser colado para fora. Sobre esse assunto, informo a S. Ex.^a que o

Governador Tasso Jereissati expressa uma opinião exclusivamente pessoal. Não há nenhuma deliberação do PSDB, como instituição partidária, nesse sentido. Falo com a tranquilidade de quem já havia dito isso aqui, na despedida do Senador Ramez Tebet. Ao saudá-lo, disse: "Tenho a certeza de que o Brasil precisa de V. Ex.^a. V. Ex.^a será o orgulho do Pantanal Mato-Grossense no Ministério da Integração Nacional, que tem como principais missões eliminar as desigualdades regionais". Disse também, condenando, que as pessoas não podem ser pigmeus da política.

Da mesma forma, o Governador Tasso Jereissati não pode colocar as disputas do Ceará como sendo as principais para barrar os projetos de desenvolvimento nacional, nem o Senador Maguito Vilela pode colocar os problemas de Goiás e seus interesses eleitorais na luta contra o Governador Marcone Perillo acimados interesses nacionais e do seu próprio Partido. São essas questões que têm de ser esclarecidas.

Assisti, por exemplo, ao Senador Maguito Vilela dizer da tribuna que é contra a privatização da distribuição de energia em Goiás, mas, como Governador, S. Ex.^a foi favorável à privatização da geração de energia de Goiás e largou o "mico" para os futuros Governadores. Então, penso que as pessoas têm de ser coerentes na qual que pregam.

Quero deixar reafirmada minha convicção de que o Governador Tasso Jereissati falou em seu nome pessoal. S. Ex.^a tem todo o direito de ter uma opinião, assim como o Senador Maguito Vilela o tem de fazer a pregação que desejar dentro do PMDB. Mas, da mesma forma que o Governador Tasso Jereissati não representa a opinião do PSDB, o Senador Maguito Vilela, apesar de ser o Presidente Nacional do PMDB e estar ocupando o espaço da Liberdade Partidária, não representa a opinião do seu Partido. Se representasse, não estaria o PMDB em alguns ministérios, ajudando o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Outra situação com a qual não podemos concordar é o Senador Maguito Vilela vir apenas hoje, depois do meio-dia, falar sobre denúncia de compra de votos durante a votação da reeleição. S. Ex.^a era Governador de Goiás à época em que foi votada a reeleição. Eu gostaria até de fazer uma pesquisa nos Anais da Casa, para ver se existe uma denúncia anterior do Senador Maguito Vilela sobre essa questão, porque denúncia de compra de votos na reeleição, hoje, é oportunismo puríssimo. Depois de participar seis anos e meio, com a indicação de Ministros sérios

e importantes, como a do Senador Iris Rezende e a do Ministro Ovídio de Ângelis, que ajuda e ajuda o desenvolvimento do País? Apenas hoje, seis anos e meio depois?

Sabemos que o Governo tem dificuldades, que a crise da energia é grave, assim como a crise cambial, mas a população não convive bem com essas desigualdades. Apesar disso, defendendo o direito do Senador Maguito Vilela, internamente, no PMDB, lutar pela posição que quiser — aliás, não temos se quer o direito de entrar no debate interno do PMDB.

Outra questão dita aqui pelos Senadores da Oposição e também pelo Senador Maguito Vilela é que o Governo Federal fez tudo para barrar a CPI da Corrupção. Vamos rememorar os itens da CPI da Corrupção. Quanto ao Dossiê Cayman, está provado que foi uma farsa, uma fraude, um documento montado, "fajuto"; está documentado à Nação que ele não existe.

O Senador Ademir Andrade acabou de dizer da tribuna que sobre Eduardo Jorge há uma série de suspeitas. Eduardo Jorge, ex-Secretário-Geral da Presidência da República, quando esteve na Comissão de Fiscalização e Controle — e estavam presentes eu, o Senador Ademir Andrade e outros Senadores —, perguntou ao Senador Ademir Andrade e a outros Senadores presentes: "Qual a dúvida que existe sobre as minhas contas?" S. Ex^{as} sequer conseguiram apresentar a dúvida. S. Ex^{as} não têm dúvida sobre absolutamente nada, mas querem, politicamente, "procurar cabelo em ovo". Então, é evidente que essa CPI não tem outro conteúdo do não ser o de que, quanto pior o Brasil, melhor para a Oposição em sua tentativa de ganhar a eleição.

Nós queremos é que, no plano nacional, seja apresentada a proposta para o Brasil, o debate. Aliás, estou certo de que os historiadores farão justiça ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas acredito que a justiça começa a ser feita mais rápido, quando o principal Partido da Oposição apresenta o seu ideário econômico para o pré-debate na campanha do Lula. É evidente que já começam a ser recolhidas as algemas das teses que o PSDB e o Presidente Fernando Henrique Cardoso implementaram ao longo do Governo.

Não poderia deixar de dizer ao Senador Maguito Vilela que S. Ex^a conta com a nossa solidariedade, porque não concordamos com a opinião do Governador Tasso Jereissati de que é importante afastar o PMDB — e falo isso em meu nome. É importante, sim,

superarmos as nossas divergências e enfatizarmos as propostas para o desenvolvimento do Brasil.

Sr. Presidente, era o que desejava registrar, nesta tarde, com a certeza de que tearemos dias melhores. Entendo que houve falha do Governo, principalmente no Ministério das Minas e Energia, com relação à questão energética, mas é evidente que o Governo, como um todo, é responsável.

Não estamos diminuindo o tamanho da crise, mas entendemos que é nosso dever, neste momento, lutar para superá-la. Da mesma forma que apoiaremos o Presidente Fernando Henrique nos momentos de facilidade, também o apoiaremos agora. Sua Excelência é um homem que, por sua biografia, não merece continuar sendo atacado levemente no plenário desta Casa ou em qualquer outro lugar deste País.

Era este o registro, Sr.^a Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mariana do Carmo Alves)

— Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos por 20 min.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, fazemos uso desta tribuna para comunicar que a Comissão de Educação do Senado Federal iniciou, neste último dia 19, terça-feira, a apreciação do Projeto de Lei da Câmara que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão ao tráfico ilícito de drogas que causem dependência física ou psíquica.

O referido Projeto encontra-se na Comissão de Educação desta Casa desde dezembro de 1998, e depois de um importante e extenso trabalho desenvolvido pelos ilustres Senadores Romeu Tuma, Lúcio Alcântara e Artur da Távola, foi possível chegar-se a um relatório-síntese, de nosa autoria, que inclui também contribuições de juristas e de especialistas na área de prevenção e controle do tráfico e uso indevido de drogas.

Inicialmente, deve-se reconhecer a importância e a meritória contribuição do ilustre Deputado Elias Murad, médico e homem público, sensível aos problemas e de correntes da fabricação, do tráfico e do consumo de substâncias entorpecentes e seus efeitos deletérios para a sociedade. O Deputado Elias Murad teve o mérito de estruturar o Projeto de Lei da Câmara nº 105, a partir do Projeto de Lei nº 1.873, de 1991, protocolado na quebra da Casa. Já se vão, portanto, praticamente dez anos, desde a primeira proposta, a proposta original, encaminhada à Câmara dos Deputados.

Esse tempo, longo com certeza, mostra o grau de complexidade do tema. Foi necessário para harmonizar e atender, nos dispositivos da nova proposta de diploma legal, diversas correntes de pensamento voltadas à repressão, ao controle do tráfico ilícito e ao uso indevido de substâncias entorpecentes que causam dependência física ou psíquica.

Às diferentes abordagens que envolvem o tema, não pode o legislador fazer transcender qualquer uma delas, se não avaliando o problema sob a ótica sociocultural e consultando, primeiramente, o próprio sentimento dos usuários, em face de sua condição lamentável de desentendidos sociais.

De acordo com o relatório editado pelo Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas, estima-se que, no mundo todo, perto de 300 milhões de pessoas – equivaletes a 5% da população global – usam drogas ilícitas, com o consequente problema de expansão da AIDS e outras moléstias através das seringas compartilhadas, usadas em drogas injetáveis.

O tráfico ilegal de substâncias ilícitas, em todos os países do globo, segundo a mesma fonte, que movimenta algo em torno de US\$450 bilhões por ano, é controlado em escala internacional por grupos igualmente envolvidos com a venda ilícita de armas e outras atividades criminosas, como a lavagem de dinheiro, a corrupção, o contrabando, o terrorismo e a prostituição.

Traça-se, portanto, nos dias atuais, de um problema estrutural, envolvendo grande volume de dinheiro e agentes na cadeia de produção, intermediação financeira e distribuição, exigindo dos governos enormes esforços de mobilização de recursos e meios para a repressão à produção, ao tráfico ilícito e às organizações criminosas que o doam, além do tratamento dos usuários e da reinserção dos recuperados, cujos gastos públicos, em escala mundial, representam cerca de US\$120 bilhões por ano.

Documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil deixa claro que todos somos vítimas deste "mundo das drogas":

Nosso País, nosso Estado, nosso município e, provavelmente, até nos sobairros e edifícios está conectado a esse vasto sistema das drogas. Ao contrário da imagem corrente do "mundo das drogas" como um mundo à parte, freqüentado apenas por marginais e pessoas desclassificadas, são muitos os fios de conexão entre o sistema das drogas e a sociedade em geral (...) O

sistema das drogas causa muito mais vítimas do que parece à primeira vista. Não apenas o tóxico-dependente, mas de algum modo, todos os vítimas de sua ação anti-social.

Infelizmente, há uma constatação trágica na repressão à cadeia sistêmica das drogas: enquanto os poderosos chefes do narcotráfico dispõem de muitos meios para escapar da repressão policial, inclusive "lavando o dinheiro" para dar aparência de negócio legal, os peões que nos agentes do tráfico e os usuários de drogas, em sua maioria jovens, acabam atrás das grades, ou mortos nos becos perifericos.

Em nosso País, não é conhecido o volume exato do consumo de drogas ilícitas. Mas o custo econômico do uso indevido de todas as drogas, lícitas e ilícitas, dão uma razoável dimensão do problema. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de US\$28 bilhões ao ano são gastos em função da perda de produtividade e de mortes prematuras em decorrência do uso de todas as drogas.

Informações do Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas expõem que, de 1993 a 1997, o número de internados na rede pública de saúde (SUS), em decorrência da dependência de drogas, triplicou. Os gastos, no mesmo período, evoluíram de US\$900 mil para US\$3 milhões. Segundo dados do Cebrid – Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas, de 1987 a 1997, cresceu sete vezes o uso freqüente de cocaína, e quatro vezes o uso de maconha entre estudantes de escolas públicas de Primeiro e Segundo Graus. Dos mais de 15 milhões entrevistados pela pesquisa do Cebrid, 24,7%, já haviam experimentado drogas (afora o álcool e o tabaco). No nível universitário, os índices de consumo têm-se mostrado mais elevados. Pesquisa desenvolvida pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos de Alcool e Drogas da Universidade de São Paulo, em 1997, mostrou que 38,1% de seus alunos já usavam ou já haviam usado drogas, por pelo menos uma vez, excetuando álcool e tabaco.

Indicador particularmente grave do esgarçamento do tecido social refere-se ao aumento da violência e da criminalidade, em grande parte por decorrência do uso de drogas. De 1989 a 1998 os homicídios, no Brasil, aumentaram de 20,2 para 25,9 por 100 mil habitantes. Mais impressionante é o fato de que esse índice sobe de 35,9 para 47,4, no mesmo período (1989 a 1998), entre os jovens de 15 a 24 anos, tornando-se a principal **causa mortis** nesse grupo etário.

É nesse quadro de degra dação e trans na ciona liza ção da ca de ia sis tê mi ca de dro gas ilí ci tas que se im põe a ne ces si da de de um novo di plo ma le gal. A fi lo so fia ma ni que ís ta – tra ça da há mais de 20 anos por intermédio da Lei nº 6.368, de 1976 – já não aten de ao ob je ti vo de ofe re cer tra ta men to so cial, e não cri mi noló gi co, ao de pen den te de sub stân ci as ilí ci tas. Nes tes mos en ti do, no vos dis po si ti vos le gais fa zem-se ne cessá ri os para dar tra ta men to es pe cí fi co à "lavan gem" de di nhe iro e aos bens apre en di dos no nar co trá fi co. Em sín te se, numa com pa ra ção su má ri a en tre o sub sti tu ti vo que es ta mos sub me ten do à apre cia ção da Co mis são de Edu ca ção e a Lei nº 6.368, as al te ra ções de fun do são as se guin tes:

- o substitutivo apresenta um conside-rável au men to de pena para a for ma ção de quad ril ha, isto é, para quem "pro mo ve, fun da ou fi nan cia gru pos, orga ni za ções ou as so ci a ções de três ou mais pes so as que, atu an do em con jun to, pra ti quem, rei te ra da men te ou não, os cri mes" re la ci o na dos ao trá fi co ilí ci to de dro gas. A ape na ção, que an tes va ri a va da re clu são de 3 a 10 anos, passa ago ra para 8 a 15 anos;

- a nova lei, visando dar resposta à nor ma ul tra pas sa da, pre vê, ago ra, a ti pi fi ca ção do cri me de "la va gem" de di nhe iro e de oculta ção de bens provenientes do tráfi co, relacionando penas que variam de 2 a 8 anos de re clu são, as sun to este não abar ca do pela legis la ção an te ri or;

- altera-se, também, a qualificação do agente usuário, que passa a ser tratado como um enfermo social; se fôssemos se-guir a vel ha nor ma de 1976, teríamos hoje de aprisionar milhões de pessoas, quais-quer que fossem as conseqüências dessas pri sões, sem dis tin guir o de pen den te do tra fi can te. Pelo novo ordenamento jurídico, o usuá ri o – em vez de pena res tri ti va de li ber da de – so fre a apli ca ção de me di das edu ca ti vas e de se gu ran ça; adi ci o nal men te, o tra ta men to passa a contar com maior envolvi-mento da família, que se torna parte ativa no processo de recuperação do dependen-te, em vez da pura e simples internação obrigatória prevista na legis la ção an te ri or.

O substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 105/96, que apresentamos à Comissão de Educa-ção, contém aperfeiçoamentos que vêm sendo in -

corporados des de o pro je to ori gi nal do De pu ta do Eli as Murad, com a efetiva contribuição da sociedade brasileira, por ver tent es va ri a das.

A co la bo ra ção de di ver sas en ti da des e do pró prio cor po so cial bra si le iro deve-se ao in can sá vel tra ba lho do emi nen te Se na dor Romeu Tuma, que provo cou a manifestação da Magistratura, do Ministério Pú-bli co, da Ordem dos Advoga dos do Bra sil e lo grou ob ter su ges tões da Se cre ta ri a Na ci o nal An ti dro gas, da Polícia Fe de ral, de Con se lhos de Ju ris tas Ca tó li cos dos Esta dos do Sul do Bra sil e de pen sa do res per ten-centes a cor ren tes va ri a das, en ti da des de na tu re za fi lan trópica, mé di ca e de as sis tên cia so ci al, en fim, de todos aqueles que têm interesse no tema e mos-tram-se so li dá ri os e em pen ha dos em que o Con gres so Na ci o nal al can ce o mel hor tex to de lei, de efi cá cia pl ena e as sen ta do na re al i da de.

De grande valia, igualmente, foi o trabalho do nobre Senador Lúcio Alcântara, que apresentou sub sti tu ti vo ao pro je to ori gi nal com o ob je ti vo de ofe-re cer tra ta men to so cial, e não cri mi noló gi co, ao de-pen den te de sub stân ci as ilí ci tas – fi lo so fia tra ça da há mais de 20 anos por intermédio da Lei nº 6.368, de 1976. Foi o Senador Lúcio Alcântara que pro cu rou co-nhe cer as rei vin di ca ções das en ti da des so ci ais an tes referidas e, prin ci pal men te, bus cou as so ci ar os in te-resses manifestados por diversas fontes, por mais que se apre sen tas sem dis cre pan tes.

Mas é mis ter de cla rar mos que não po dem ser as sen ta das, in te gral e pa cí fi ca men te, todas as ver-ten tes. Há seg men tos que co bram do Esta do res pos ta processual imediata. Contrariamente, há os que de se jam que o mes mo Esta do ma ni fes te-se mais len ta men te, mas com ma i or cer te za. Gru pos há que pe-dem o so bres ta men to do pro ces so ju di ci al até que o de pen den te se re cu pe re in te i ra men te e se jain se ri do no pro ces so eco nô mi co pro du ti vo; ou tros, ain da, em opo si ção àqueles, pretendem o arquivamento dos au tos e a re du ção do en fo que so bre a sa ú de dos de-pen dentes.

Diante desse quadro, em que muitos interesses são legiti mamente de ba ti dos, cada por suas pró pri as ra zões e cir cun stân ci as, quan do o tema es te ve sob a re la to ri a do emi nen te Senador Artur da Tá vo la, o Se-na do Fe de ral, por me di a ção da Co mis são de Edu ca ção, houve por bem realizar audiência pública para afe rir a in ten si da de de cada um des ses va lo res.

Cabe-nos ain da re gi strar, no âm bi to das con tri bu i ções ao pro je to de lei, o co nhe ci men to, a de di ca ção e a efi ciência do Con sul tor Legis la ti vo desta Casa, Dr. Fernando Arru da Mou ra, que não pou pou

esforços para harmonizar e sistematizar as sugestões apresentadas ao projeto. Seu papel foi também importante na estruturação do texto, segundo a mais apurada técnica legislativa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderíamos concluir nosso pronunciamento sem destacar o papel da escola e da família, por tudo o que representa na formação da personalidade dos jovens. A instituição escolar, voltada predominantemente para a educação de crianças e jovens, pode e deve transferir valores a seus alunos, em uma fase fundamental de formação de sua personalidade. Não podemos nunca nos esquecer que jovens oriundos de famílias de estruturas frequentemente adotam os valores apreendidos na escola e o exemplo de professores, como figuras substitutivas dos pais desejados.

Não raro, o dependente de drogas interrompe as perspectivas de um sonho de convivência pacífica, harmoniosa e construtiva no seio familiar. Mas é necessário também levar em conta que a família constituiu-se no principal abrigo para o dependente, que teve a desventura de sucumbir aos apelos das drogas.

É dentro desse contexto que consideramos a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 105/96, através do substitutivo que estamos encaminhando, que deverá ser uma contribuição relevante do Congresso Nacional à prevenção, ao tratamento, à fiscalização, ao controle e à repressão ao tráfico ilícito de drogas que causam dependência física e psicológica, neste ano em que as ações ecumênicas das igrejas cristãs são especialmente dirigidas à questão das drogas, com destaques para a Campanha da Fraternidade da CNBB, cujo lema é: "VIDA SIM, DROGAS NÃO".

Nesse sentido, e tendo em vista a dimensão social do problema das drogas em nosso País, julgamos ser da mais alta prioridade a aprovação, em breve tempo, de um novo diploma legal que contemple as exigências da sociedade brasileira e que possa – de maneira mais eficaz – controlar e diminuir esse flagelo que vitima enorme contingente de brasileiros, em especial os jovens, e que afeta a harmonia e a convivência familiar em milhares de lares em nosso País.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio por 20 minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil está novamente em meio à colheita de uma safra agrícola

recorde, fenômeno que se tem repetido ano após ano. Nesta safra, serão colhidos 96 milhões de toneladas de grãos, que alimentarão a nossa população e contribuirão para o aumento das exportações brasileiras.

Poderíamos, certamente, estar fazendo muito mais do que isso se o Governo Federal tivesse adotado outra postura em relação ao setor. Refiro-me a algo que é um consenso no que diz respeito à agricultura em nosso País, se me lhan te ao que existe sobre o fato de que o maior problema conjuntural do setor agrícola é o custo do insumo. Essa unanimidade diz respeito à falta de uma política agrícola permanente e de longo prazo.

Pesquisadores, estudiosos da matéria, representantes do setor e diversos servidores públicos que trabalham na área econômica têm conhecimento disso. Eu mesmo já estive nesta tribuna, em dezembro de 1999, tratando do assunto. É, pois, com tristeza que volto a abordá-lo, porque vejo que não houve qualquer evolução nessa matéria.

Quero referir-me especialmente à reativação do Conselho Nacional de Política Agrícola, em obediência ao que estabelecem o art. 187 da Constituição Federal e a Lei nº 8.171, de janeiro de 1991, a chamada Lei Agrícola. Com isso, estaria sendo atendida a reivindicação antiga do setor de participação na formulação de uma política que norteie as ações desse campo da vida brasileira.

Essa reivindicação vem de longe. Basta lembrar, para não recuar muito no tempo, que, em julho de 1999, a Confederação Nacional da Agricultura e a Organização das Cooperativas Brasileiras formularam uma *Agenda Positiva Para a Agricultura* que foi apresentada ao Congresso Nacional no evento chamado *Seminário de Política Agrícola: Uma Proposta Para o Congresso* realizado na aquela época.

Essas duas expressivas organizações se comprometiam a produzir 100 milhões de toneladas de grãos no ano de 2001, gerar e regular 1,5 milhão de empregos em três anos e exportar US\$45 bilhões em 2002, desde que aquela pauta de reivindicações fosse atendida. Entre os seus vários itens em contrava-se a reativação do Conselho Nacional de Política Agrícola.

Estamos colhendo a safra de 2001 e nenhum passo foi dado na direção da colocação do Conselho em funcionamento, para que Governo e as entidades representativas dos setores produtivos possam discutir e formular a política agrícola nacional, como mandam, repito, a Constituição Federal e a Lei nº

8.171. Segundo a legislação, cabe ao Conselho orientar a elaboração do Plano de Safra, propor alterações e ajustes na política agrícola e manter sistema de análises e informações sobre a conjuntura econômica e social da atividade agrícola.

Na composição do Conselho tinham assento dois representantes da Confederação Nacional da Agricultura, dois da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, dois da Organização das Cooperativas Brasileiras e outros dois dos setores econômicos privados abrangidos pela Lei Agrícola, sendo esses últimos de livre nomeação do Governo Federal.

O Governo, por sua vez, contava com nove membros do Conselho, dos diversos órgãos envolvidos com a matéria. Alguns desses órgãos foram extintos, mudaram de nome ou tiveram suas atribuições absorvidas por outros entes governamentais. Isso, aliás, tem sido algo do como impedimento para a não reativação do Conselho Nacional de Política Agrícola.

Apesar dessa verdadeira mania nacional de mudar os nomes de ministérios e secretarias, como se essa mudança melhorasse o gerenciamento dos setores que lhes são afetos, não é difícil resolver esse problema. Basta um decreto presidencial, adaptando a composição do Conselho à estrutura administrativa vigente, a exemplo do que já foi feito com o Conselho Nacional de Previdência Social.

Quando me refiro à reativação do Conselho é porque ele já foi instalado em 1992 e funcionou até 27 de julho de 1994, período em que se reuniu apenas oito vezes, o que dá uma medida da indisposição para o debate das políticas destinadas à atividade agrícola em nosso País.

Enquanto isso não é discutido e decidido no foro próprio, com a participação imprescindível do setor produtivo, os bancos oficiais federais, que deveriam ser meros executores da política de crédito rural, passaram a planejar e a tomar decisões no que diz respeito ao financiamento da produção, apenas para dar exemplo de uma das distorções que isso acarreta.

Enquanto em outros campos da administração pública nacional, como nos Ministérios do Trabalho, da Saúde e da Previdência, há conselhos com poderes deliberativos, que contam com a participação de representantes dos segmentos econômicos envolvidos, na Agricultura continua-se aguardando a reativação do Conselho Nacional de Política Agrícola.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a reativa, no Congresso Nacional, a discussão sobre a Lei nº 8.171, a Lei Agrícola, que nasce da Constituição brasileira. No bojo da lei, discutimos o CNPA – Conselho Nacional de Política Agrícola, que, para nós, era muito importante. Apesar de ter se reunido apenas oito vezes, o Conselho produziu um efeito muito grande. Por isso, não entendo por que o Ministério da Agricultura não briga pela sua reativação, tendo em vista que o Conselho é um órgão auxiliar da política agrícola brasileira, pois nele estão inseridos todos os órgãos oficiais que cuidam da agricultura brasileira, que, na verdade, são aqueles que vêm da base com suas reivindicações. Parabéns V. Ex^a por trazer esse assunto à baila. Se o Conselho Nacional de Política Agrícola for reativado, reativaremos também a discussão agrícola aqui no Senado Federal. Sou parceiro de V. Ex^a nessa luta para a reativação desse Conselho tão importante, tão batido, que até agora não tem produzido o efeito que os constituintes e os Parlamentares que formalizaram a Lei Agrícola estão a nos fazer esperar. Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço o aparte, Senador Jonas Pinheiro. Suscitei o seu aparte porque estou vindo em socorro aos apelos de V. Ex^a como também de outros Senadores ligados ao setor rural, que, preocupados com a balança de pagamentos, com a balança comercial brasileira, têm sempre pleiteado ao Presidente e às diversas autoridades que integram esse Conselho. Estou alegando e exaltando aqui a condição de aumentarmos a safra a cada ano, mas estamos fazendo de maneira muito acanhada. Temos um descompasso. Estamos importando equipamentos de alta tecnologia e não temos a condição de competir com o exterior. Poderíamos, pelo menos, estar implementando também uma política de alto nível no setor agrícola. Dessa forma, o Brasil estaria em melhores condições de competir com outros países.

Está na hora de mudarmos isso, e esse é o meu apelo. É fundamental que isso seja feito para resolver de vez o problema da falta de uma política agrícola consistente, fundada na realidade e que sirva efetivamente para aumentar e melhorar a produção agrícola, que é, indiscutivelmente, uma das maiores riquezas do nosso País.

Sem o Conselho, estamos fazendo das coisas políticas que não têm agilizidade, não servem ao homem do campo e não servem ao País. Com o seu funciona-

mento, teremos o debate, que interessa tanto a setores produtivos como ao Governo, o que irá, sem dúvida, gerar as fraldas maiores e melhores, mais empregos estáveis e mais riquezas para o Brasil.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Mariana do Carmo Alves)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro, por vinte minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabamos de ouvir o pronunciamento do eminente Senador Carlos Patrocínio, reclamando sobre o não funcionamento do Conselho Nacional de Política Agrícola.

O assunto que trago à tribuna, Sr^a Presidente, é exatamente em função disso. Se existisse o CNPA – Conselho Nacional de Política Agrícola, evidentemente, o assunto que vamos tratar não teria razão de ser discutido no Congresso Nacional. Entretanto, o Congresso Nacional está sendo um substituto do Conselho Nacional de Política Agrícola, tendo em vista a sua inexistência.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil sempre foi eficiente e importante produtor de algodão. Dispunha de um mercado com excelente nível de organização, que recebia qualificados dos países das áreas de pesquisa e extensão rural, as quais, respectivamente, geravam e difundiam novas variedades, sempre mais produtivas, tanto no campo quanto na indústria.

Contudo, esse quadro foi gradativamente modificado para pior. Já em meados da década de 70, o Governo Federal proibiu a exportação de algodão brasileiro, liberando apenas o produto de baixa qualidade, o que prejudicou consideravelmente a imagem excelente que tinha o nosso produto no exterior. A partir de 1990, a adoção de um amplo programa de abertura comercial reduziu a zero as tarifas de importação de algodão.

Finalmente, num período mais recente, essa situação agravou-se ainda mais. A combinação de câmbio sobrevalorizado com taxas internas de juros extremamente elevadas estimulou fortemente a importação de algodão.

As consequências foram sérias e danosas. De uma produção de cerca de 960 mil toneladas de algodão em pluma no ano de 1992, baixamos para seiscentos e 660 mil toneladas em 1995, despencamos para 414 mil toneladas em 1996 e, finalmente, fomos para apenas 355 mil toneladas em 1997.

Assim, mantido o nível do consumo de algodão pela indústria brasileira, o País teve que importar, em

1997, cerca de 500 mil toneladas, com que passou a ocupar a deprimente posição de maior importador mundial daquela fibra. Com base nas cotações do produto, as importações brasileiras de algodão representaram gastos de cerca de US\$1 bilhão naquele ano.

Sr^a. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, esse record da importação de algodão é resultado da mais séria crise que a cottonicultura brasileira já enfrentou em toda a sua história e que teve origem, principalmente, nas facilidades para essa importação. Já a queda da produção interna foi decorrência da impossibilidade dos produtores nacionais competirem, na hora da venda, com o algodão importado, quer pelos seus baixos preços, quer pelos elevados custos da produção e, mais, pelos problemas de liquidez no mercado interno.

No entanto, Sr^a. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal, sensibilizado com essa grave crise...

A SRA. PRESIDENTE (Mariana do Carmo Alves)

— Senador, interrompo V. Ex^a para prorrogar a sessão a fim de que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) — Muito obrigado, Sr^a Presidente. Se reibreve.

No entanto, o Governo Federal, sensibilizado com essa grave crise que atingiu a cottonicultura brasileira e pressionado pelos setores envolvidos, tem, desde 1996, procurado implementar algumas medidas para compensar as dificuldades enfrentadas pelos produtores de algodão e para reverter esta tendência de queda da produção.

Entre essas medidas, destacam-se a adequação dos preços mínimos, o aumento do limite de financiamento para custeio — que permaneceu o dobro do concedido a outras culturas — a extensão de linhas créditos, para comercialização a beneficiadores e a indústrias do ramo, além de medidas de caráter geral, como o alongamento das dívidas e a redução dos juros de crédito rural.

Observa-se, Sr^a. Presidente, que essa atitude do Governo, além de suscitar uma reação favorável por parte dos produtores, fortaleceu a tendência que já havia de aumentar a área plantada e, conseqüentemente, de diminuir os níveis de importação dessa matéria-prima. Mas o fato mais expressivo nesse quadro para recuperar o setor foi a chamada "profissionalização" da cultura do algodão pelos produtores, com um gigantesco esforço e uso de técnicas mais modernas e de variedades geneticamente modificadas, conse-

guiramaumentarconsideravelmente o nível de sua produtividade.

Sob esse aspecto, verifica-se que, nas safaras dos últimos anos, houve uma expressiva expansão da cultura do algodão na Região Centro-Oeste, notadamente em Mato Grosso. Na presente safra, o Brasil deverá colher cerca de 900 mil toneladas de algodão em pluma, o que representa uma recuperação considerável uma demonstração do potencial brasileiro. Somente no Estado de Mato Grosso, a produção de algodão saltou de 41 mil toneladas em 1990 para 481 mil toneladas na safra de 2000/2001, sendo já responsável, só no Estado de Mato Grosso, por 56% da produção nacional.

Dessa maneira, graças a esse importante esforço governamental e à notável capacidade dos produtores rurais, foi possível, em menos de cinco anos, reverter o quadro de transformar o Brasil de maior importadora de algodão do mundo a exportadora, já que, no presente ano, a exportação desse produto pode ser de cerca de 100 mil toneladas.

Entretanto, como costuma acontecer, surgiram entraves que exigem agora adoção de novas medidas governamentais de apoio, e ajustes, para manter e consolidar essa conquista dos produtores brasileiros de algodão.

Recentemente, o mercado de algodão foi afetado por notícias como a de recessão, nos Estados Unidos, a do atraso na entrada do inverno e a da crise energética, que provocou uma queda no consumo de fios e tecidos e diminuiu, em cerca de 10%, a utilização do algodão em pluma no mercado interno.

Por outro lado, os preços do algodão no mercado internacional encontram-se no nível mais baixo dos últimos 20 anos e os análises não têm nenhuma perspectiva de recuperar os preços na atual safra ou mesmo na próxima.

Porto dos esses motivos, Sr^a Presidente, os produtores de algodão estão reivindicando do Governo Federal a imediata adoção das seguintes medidas:

1) não colocar os estoques governamentais de algodão à venda, e sinalizar para o mercado essa decisão;

2) revisar o preço mínimo do algodão, elevando-o de R\$28,60 a arroba para R\$35,00 – e eles têm razão, porque os insumos do algodão, geralmente, são cotados em dólar. E manter o preço mínimo do algodão em real, evidentemente, acarretará prejuízo. Não há condições para que os produtores de algodão façam o cálculo com capacidade de pagamento posi-

ti va, se não au mentar o pre ço mí ni mo, que é a base do cálculo;

3) imple mentar o Pro gra ma de Esco a men to de Pro du to – PEP para o mer ca do in ter no e ex ter no;

4) lan çar o Con tra to de Op ção de Com pra a tre la do ao Con tra to de Op ção de Ven da, com vis tas ao mer ca do in ter no e ex ter no;

5) am pli ar a con ces são do Em prês ti mo do Go ver no Fe de ral Sem Op ção de Ven da – EGF/SOF a produtores ru ra is, de R\$300 mil para até o li mi te de 50% da sua ca pa ci da de de pro du ção, igua lan do os, as sim, aos li mi tes fi xa dos para a in dú stria;

6) re vi sar a Por ta ria nº 60, de 2 de abril de 1987, do Mi nis té rio da Fa zen da, com al te ra ção do seu item 5, a fim de atra ir para o mer ca do in ter no os in ves ti do res e com er cian tes in ter na ci o nais que que ri ram ad qui rir o al go dão bra si le i ro para co lo cá lo no mer ca do in ter no e ex ter no sem o ônus de im pos tos em cas ca ta; e

7) ampliar o valor do custo agrícola, dos atuais R\$300 mil para R\$500 mil por produtor rural – pes soa física, e para 50% do orçamento da produção, no caso de pes soa ju rí dica.

Sr^a Presidente, te nho co nhe ci men to de que es sas pos tu la ções, de vi da men te de tal ha das e jus ti fi ca das, fo ram le va das ao Mi nis té rio da Agri cul tu ra e do Abas te ci men to e ao Mi nis té rio da Fa zen da pela atu ante e com pe ten te As so ci a ção Bra si le i ra dos Pro du to res de Al go dão – Abra pa.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho acompanhando, ao lon go do tem po, os re cu os e os avan ços da pro du ção bra si le i ra de al go dão, até por que sem pre me com pro me ti em es tar ao la do dos pro du to res na ci o nais, apoian do-os in con di ci o nal men te. Sou tam bém tes te mu nha do gran de e va li o so es for ço go ver na men tal para re ver ter o gra ve qua dro que atin giu essa cul tu ra, bem como os no tá veis re sul ta dos que já fo ram al can ça dos até aqui.

Por isso, ven ho a esta tri bu na para ma ni fes tar a mi nha in te gral so li da ri e da de às pro pos tas e aos ple i tos apre sen ta dos pe los pro du to res na ci o nais de al go dão e para so li ci tar ao Go ver no Fe de ral que os aco lha, pois es ta mos con ven ci dos de que, com mais esse apo io go ver na men tal, re la ci o na do nes ses sete itens, es tar-se-á dan do uma gran de con tri bu i ção para se con so li da res sa im por tan te re cu pe ra ção da co to ni cul tu ra bra si le i ra, que tem ge ra do mu i tos em pre go se boa ren da nas re gi ões in te ri o ranas do País, re abi li tan do-a eco no mi ca men te.

Sr^a Presidente, es ta mos pe di do aqui, do ple ná rio do Se na do Fe de ral, mas se o Bra sil ti ves se o seu

Conselho Nacional de Política Agrícola, cuja reativação é requerida, em bom momento, pelo eminente Senador Carlos Patrocínio, evidentemente que estaria nos discutindo esses assuntos lá e não aqui.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves) – Não há mais ora do resinscritos.

Os Srs. Senadores Luiz Otávio, Romeu Tuma, Edison Lobão e Mauro Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} se vão atendidos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Caio Prado Júnior (1907–1990) foi muito mais do que um historiador. Pensador, ensaísta, editor político, romeu com o oficialismo que imperava na historiografia brasileira e destacou o papel das massas nos rumos da história, resgatando acontecimentos esquecidos como a Balaiada e a Praieira. Fundou também a Editora Brasiliense e a gráfica Urupês, editando, de 1955 a 1964, a **Revista Brasiliense**, que marcou uma geração de intelectuais nacionais. De sua vasta obra, destacam-se o inovador **Evolução política do Brasil** (1933); **Formação do Brasil contemporâneo** (1942), um ensaio clássico sobre a história brasileira; e **A revolução brasileira** (1966), que discute uma questão de grande repercussão no Brasil contemporâneo: a reforma agrária.”

Este verbete sobre Caio Prado Júnior, colhido numa página da Internet, fornece, de maneira breve, uma idéia do que representa o nosso homenageado para a historiografia brasileira. Mais do que para a historiografia, para a História do Brasil ela mesma. Pois não é apenas o intelectual que exercita sua inteligência ao escrever. É, sobretudo, o homem de convicções fortes, o homem de esquerda, na mais pura acepção do termo, que escreve e interpreta seu tempo e projeta-se no futuro que vislumbra e que pretende ajudar a delinear para seu País.

Nascido na mais alta burguesia paulista na, educado em sua infância por preceptores e não em escolas, como soía acontecer nas grandes famílias do início do século, Caio Prado fará das benesses que seu berço lhe proporcionou o trampolim para se lançar nas lutas por um desenvolvimento social mais justo dentro de uma nova sociedade brasileira.

Intelectual refinado, tendo vivido fora do Brasil, Caio Prado soube muito bem tirar de sua vastíssima cultura e de suas contínuas viagens pelo interior de nosso País a sabedoria dos que, com espírito crítico, bus-

cam soluções para o progresso da sociedade em que estão inseridos.

Nem o dogmatismo que imperava na esquerda de seu tempo foi capaz de aprisioná-lo numa visão maniqueísta do mundo. Nem a burguesia da qual saíra o moldou conformista ou oportunista.

Autor renomado, no nível de nossos maiores intérpretes da brasilidade, ele foi também alguém que propugnou por difundir o pensamento contemporâneo. Criou a Livraria, posteriormente, Editora Brasiliense. Fundou a **Revista Brasiliense**, editada por sua gráfica Urupês, na qual se ventilavam as idéias que iriam ajudar o Brasil a debater seus destinos e a transformar-se.

Déca das atrás, Caio Prado já apontava a reforma agrária como ponto crucial para a solução das questões do desenvolvimento brasileiro e a consecução da justiça social pretendida no País. Hoje, contudo, alungos críticos de sua obra vêem nela uma avaliação simplista da questão agrária e de sua importância num Brasil que se industrializava. Entretanto, ninguém pode lhe negar a visão profética da primazia que a luta agrária teria no País, mantida até nossos conturbados dias atuais.

Mas Caio Prado não ficou restrito ao engajamento no plano das idéias. Lutou com as armas dos que escolhem a ação concreta, para além dos debates teóricos. Filiou-se ao Partido Comunista e, fiel ao seu ideal, nele lutava como parlamentar e ativista. Ho mem de idéias, foi também um homem de ação.

Cassado junto com o PCB, não desistiria de suas opções políticas até sua morte, cercado da reverência que se deve aos grandes lutadores das causas no bres. Não se abateu com as perseguições que sofreu. Ao contrário, reafirmou pela coerência e firmeza os princípios que nortearam sua vida.

Tudo em Caio Prado Júnior o destacava dentre os de seu tempo. Mais ainda, o colocava no panteão dos que escreveram com vigor, dinamismo, inteligência e discernimento uma parte significativa da História do Brasil.

Num Brasil tão pobre de respeito por seus vultos ilustres, homenagear Caio Prado é resgatar um pouco o que de melhor a alma brasileira já produziu. E, nesses tempos nebulosos em que vivemos, é, também, resgatar um pouco nosso orgulho de sermos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,...

Como parte da Semana Nacional Antidrogas, o Departamento de Polícia Federal fará realizar no próximo dia 26 do corrente mês, na terça-feira, a incineração da maior quantidade de drogas já destruída numa única ocasião em nosso País.

Serão incineradas no forno da Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA, em Cubatão/SP, o total de 138.561 (cento e trinta e oito mil e quinhentos e sessenta e uma) toneladas de substâncias de natureza entorpecente, apreendidas em diversas operações realizadas pela Polícia Federal em vários pontos do território nacional, e cuja destruição foi autorizada pela Justiça Criminal.

Deste montante destacam-se as incinerações de 137.760 t de maconha; 776 Kg de cocaína; 2.400 kg de haxixe, material que irá exigir o deslocamento até São Paulo de 8 (oito) carretas com fortes queima de segurança realizado pelo DPF.

A referida incineração representa um símbolo na luta contra as drogas pelo Governo brasileiro, razão pela qual o evento em causa deverá contar com as presenças das mais altas autoridades do nosso País.

É importante registrar que este expressivo total se refere às substâncias entorpecentes que tiveram a liberação judicial para destruição, haja vista que é ainda maior o número de apreensões de drogas realizadas pelo Departamento de Polícia Federal nos últimos doze meses, a saber:

188 toneladas de Maconha;

6.921 kg de cocaína;

3.782 mil pés de maconha eradicados (que corresponderia a 1.512 toneladas de sequegas sem a fase de colheita). _ Senador **Romeu Tuma**.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo deu início ontem à terceira Semana Nacional Antidrogas com o objetivo de obter mobilização nacional contra o narcotráfico. O programa terminará dia 26 com a queima de 160 toneladas de entorpecentes pela Polícia Federal, na cidade de Cubatão, em meu Estado, coincidindo com a data escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Dia Internacional contra o Uso e o Tráfico de Drogas.

No último dia 19, o Exmo. Presidente Fernando Henrique Cardoso entregou prêmios aos estudantes vencedores do concurso relativo ao tema, lançado pela Secretaria Nacional Antidrogas no ano passado e que atingiu expressivo número de inscrições ou seja: 1.661 cartazes, 871 cartas de mais de 600 escolas de todo o país e 218 vídeos. Nesse ceremonyão, foi anunciado que deverá ser feita uma pesquisa estatís-

tica domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas em 90 cidades brasileiras. Através dessa pesquisa, poderemos conhecer as dimensões realmente necessárias para o sucesso de qualquer programa preventivo em larga escala.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a denúncia da inexistência de pesquisa domiciliar desse tipo, em bases científicas, exceto nas cidades com mais de 200 mil habitantes no Estado de São Paulo, foi um dos principais aspectos da palestra que proferiria dia 11 do corrente mês, em um simpósio sobre drogas promovido em São Caetano do Sul pelo **Diário do Grande ABC**, considerado o maior jornal regional do País. Parece que, finalmente, poderemos dispor de tais dados em futuro próximo.

Toda a minha vida pública, quer como membro da Polícia, quer como Senador da República, sempre teve a relação direta ou indireta com o combate ao narcotráfico. Na Polícia Federal, particularmente, pude sentir a angústia de ser comandante numa guerra em que o outro lado dispõe de recursos financeiros incalculáveis, dos quais não precisa prestar contas a ninguém. Uma guerra em que o Estado de moralidade de direito se defronta com organizações criminosas internacionais, capazes até de corromper governos no mais alto nível.

Há, entre especialistas dos mais importantes sistemas governamentais de combate às drogas ilícitas em todo o mundo, como a DEA, o FBI e a Interpol, consenso de que o crime organizado transnacional movimenta, anualmente, cerca de 500 bilhões de dólares, volume de dinheiro igual ao do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. A maior parte desses dólares corresponde ao que é faturado pelo narcotráfico. Conforme se depreende das conclusões de algumas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) federais, principalmente a dos Precatórios e a do Narcotráfico, mais de 50 bilhões de dólares dos traficantes e organizações dedicadas a outros crimes graves são "lavados" por ano no sistema financeiro brasileiro.

É bastante significativo o Sr. Ronald K. Noble, professor de Direito da Universidade de Nova York, primeiro Subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos para Assuntos Criminais e recém-eleito Secretário-Geral da Interpol, a mais antiga e respeitada organização internacional de polícia criminal, ter juntado sua voz à dos que, como eu, procuram alertar para o imenso perigo do narcotráfico. Há dois meses, na Suécia, ele afirmou:

O mundo precisa adquirir plena consciência do perigo fundamental representado

pelo tráfico de drogas. O narcotráfico internacional ameaça não apenas a vida de dezenas de milhões de jovens usuários. De fato, ele põe em risco o bem-estar e a segurança de todos os cidadãos. Observando a enorme riqueza acumulada por essas organizações criminosas e as suas grandes operações de "lavagem" de dinheiro, devemos reconhecer seu potencial para corromper e destruir nossos sistemas de instituições livres e democráticas, governos e, finalmente, se constituir em grave ameaça ao princípio da própria democracia.

No Brasil, já existe consciência dessa ameaça. Quem o diz não somos nós, mas sim governos de nações estrangeiras, como os Estados Unidos da América, por exemplo.

O Departamento de Estado dos EUA é obrigado por lei a produzir anualmente um Relatório sobre o Controle de Narcóticos. Esse documento fundamenta uma manifestação que, também por obrigação legal, o Presidente norte-americano precisa submeter ao Congresso no dia 1º de novembro de cada ano para certificar quais países devem receber ou continuar recebendo assistência daquela superpotência. Metade da ajuda de vários tipos, reservada pelos EUA aos países em geral, só pode ser liberada após esse procedimento. Concedida a autorização pelo Congresso, o Relatório irá fundamentar depois, no dia 1º de março, uma certificação plena ou parcial que o Presidente norte-americano formalizará. Caso um país não receba o certificado, muita assistência estrangeira lhe será cortada, inclusive se provier de aliados dos EUA, como Inglaterra, Canadá, Austrália etc. Além disso, os Estados Unidos têm que votar contra a concessão de fundos a esse país por seis bancos internacionais de desenvolvimento. Trata-se, por tanto, de um dos principais instrumentos de pressão para os EUA poderem alinhar ou transarções à sua política de combate ao narcotráfico, sob a ótica de acordos e tratados celebrados principalmente através da ONU.

O último Relatório sobre o Controle de Narcóticos apresentado pelo Departamento de Estado ao Presidente norte-americano, em 2000, e seus complementos posteriores dizem taxativamente que a mira da política governamental brasileira está assentada contra o narcotráfico e a corrupção dele proveniente.

O Brasil não tolera, encoraja ou facilita a produção, o armazenamento ou distribuição de drogas ilícitas ou a "lavagem" de di-

nheiro do narcotráfico. Em dezembro de 2000, a comissão de inspeção do Congresso contra a corrupção indicou 827 pessoas, inclusive diversos políticos estaduais e municipais, além de oficiais reformados. – ressaltada documentação utilizada pelo Chefe de Estado norte-americano em março último.

De fato, a CPI do Narcotráfico indicou dois deputados federais, quatro senadores e seis desembargadores, além de prefeitos, delegados de Polícia, outros policiais civis, militares e empresários. Entre os apontados, figura o general para-guio Lino Oviedo, acusado de tráfico internacional de drogas e de armas, além de crime de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. A sorte desses indivíduos está nas mãos da Justiça.

O trabalho da CPI serviu também para mostrar a dificuldade em se diferenciar pequenos, médios e grandes traficantes, como ficou claro no caso de Fernando Beira-Mar, hoje encarcerado na Polícia Federal, depois de capturado em território colombiano durante operações militares contra a organização guerrilheira Forças Armadas da Colômbia (Farc). Serviu também para desvendar conexões de narcotráfico com a África, o Sudeste Asiático e o Paraguai. Finalmente, apontou outras tantas correlações do tráfico de psicotrópicos, o que resultou na constituição de uma comissão parlamentar de inquérito exclusivamente sobre o roubo de carros. Esta CPI mista, que tem a honra de presidir, está em plena ação e apresentará suas conclusões até o final deste ano.

A imagem do Brasil como país intolerante relativamente ao tráfico de tóxicos cresce quando se toma conhecimento do expressivo número de acordos e tratados dos quais somos signatários, inclusive alguns dos quais fui representante. Por exemplo, em 1991, tornamo-nos parte da Convenção de Drogas das Nações Unidas, celebrada em 1988. Há acordos bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, com base nessa Convenção. Da mesma forma, mantemos acordos com nossos vizinhos sul-americanos, diversos países europeus e a África do Sul. Participamos de organismos antidrogas multilaterais, como a UNDCP – órgão da ONU destinado à ação internacional – e a "Antidrug Abuse Control Commission" (OAS/CICAD; Comissão Controladora Antidrogas de Abu-so ou Comissão de Controle e Combate ao Abuso de Drogas), da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em dezembro de 2000, assinamos a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organi-za do

Transnacional e seus protocolos. Possuímos um acordobilateral e um memorando de entendimento (MOU) com os EUA, destinados à cooperação antitéticos. Um tratadobilateral de assistência legal mútua (MLAT), subscrito em outubro de 1997 e ratificado pelo Congresso brasileiro em dezembro de 2000, nos une ainda mais aos Estados Unidos no combate ao narcotráfico, ao crime organizado e a outros tipos de delitos graves.

Em 1999, por decreto legislativo, o Congresso Nacional aprovou o texto do Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Illegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Governo brasileiro e o Governo da República da Colômbia, em Cartagena de Índias, dois anos antes.

O Brasil colabora, há décadas, com diversos países na extração de não brasileiros procurados por tráfico de entorpecentes. Com os Estados Unidos, que continuam a ser o maior alvo do narcotráfico internacional, mantemos um tratado de extração bilateral desde 1961. Mas, por determinação de nossa Constituição, além dos criminosos estrangeiros, somente podemos extraditar brasileiros naturalizados acusados da autoria de crime comum cometido antes da naturalização ou quando está prova da sua participação em narcotráfico.

Todavia, apesar de haver conquistado o reconhecimento internacional por seus esforços no combate às drogas, o Brasil continua na lista dos 24 países lançados à vala comum dos "maiores produtores de droga e/ou países de trânsito de drogas no mundo". Ou seja, ficou em pé de igualdade com grandes produtores de drogas ilícitas como Afeganistão, Laos, Tailândia, Vietnã, Colômbia, Peru e Bolívia, no relato feito pelo Presidente dos Estados Unidos ao Congresso estadunidense, em novembro último.

Também figura, ao lado dos EUA, Alemanha, Argentina, China, Índia, México e Nova Zelândia, na lista das "maiores fontes de produtos químicos precursores ou essenciais, utilizados na produção de narcóticos ilícitos". E, igualmente, vamos vê-lo entre os 52 países ou áreas jurisdicionais em que instituições financeiras movimentam, em transações monetárias, significativas quantias procedentes do tráfico internacional de narcóticos ou outras importantes atividades criminosas".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o macrocombate às drogas ilícitas implica atacá-las em três frentes: a produção, o tráfico e o consumo. É óbvio

que, na contrapartida dos recursos à disposição do tráfico transnacional, os custos das batalhas nessas três frentes de varam atingir a casa dos bilhões de dólares. Isso acontece, realmente, em termos internacionais. Mas, em termos nacionais, os recursos financeiros disponíveis deixam muito a desejar. São exíguos e impecáveis, por exemplo, o País de ter estatísticas embases cientificamente confiáveis para poder realizar ações preventivas realmente eficazes. E a prevenção, como todos sabem, é um meio realmente válido para pressionar o tráfico num ponto vulnerável, que é a redução da demanda no mercado consumidor.

A prevenção exibe sua poderosa face quando descobrimos, por exemplo, o que aconteceu nos Estados Unidos, onde, segundo o boletim "NIDA Notes" n.º 1 de 2000, do Governo, "houve redução do consumo de 'crack' pelos estudantes de 8.º e 10.º graus, invertendo um aumento de consumo que vinha sendo notado nos últimos anos; houve redução no uso de anfetaminas sob a forma de cristais ('ice') entre os estudantes do 12.º grau, atingindo o mais baixo nível de consumo em 5 anos". Essa redução foi obtida principalmente por meio de campanhas preventivas dirigidas a esses adolescentes. No Brasil, entretanto, as coisas caminham em outro sentido.

Por sua vez, a repressão aos traficantes continua a ressentir-se da debilidade — principalmente financeira — dos programas de proteção a vítimas e testemunhas, tanto no âmbito da União, como dos Estados. E, ainda no campo da prevenção, o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebid), da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, um dos mais conceituados órgãos do gênero no mundo, deu-nos notícia, em março último, de um exemplo verdadeiramente preocupante.

Em seu Boletim n.º 40, a entidade revelou que "submeteu pedido de verba para o Projeto de Pesquisa intitulado 'I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas nas 92 Maiores Cidades do País' em 1997, a 3 instituições para viabilizar o financiamento: 25% solicitado à FAPESP, 25% ao CNPq e os restantes 50% ao CONFEN e posteriormente à SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas)". E disse mais:

A FAPESP concedeu parecer positivo em 30 de Julho de 1998. A resposta do CNPq ao nosso pedido foi negativa devido a ausência de verbas, embora ressaltasse o mérito do estudo. A SENAD aprovou o pro-

jeto (14/09/1999), mas não acenou com qualquer possibilidade para financiar a parte que lhe cabia.

Apesar de a pesquisa planejada com abrangência nacional para "colher informações em âmbito domiciliar, através de uma amostra de conglomerados estratificada probabilística e autoponderada, obtida através de dois estágios de seleção; num primeiro estágio, em cada município da amostra, foram selecionados os setores censitários e no segundo estágio, os domicílios. Em cada domicílio, foi sorteado um respondente para prestar informações a seu respeito."

Mas, a insuficiência de verbas restringiu a pesquisa ao Estado de São Paulo, onde alcançou as 24 cidades com mais de 200 mil habitantes. Essas cidades somam 19.389.903 habitantes, correspondendo a 58,4% da população total do Estado. A faixa etária escolhida foi de 12 a 65 anos de idade. O Cebid utilizou o questionário do SAMHSA ("Substance Abuse and Mental Health Services Administration – USA" isto é, Administração das Substâncias de Abuso e dos Serviços de Saúde Mental, dos Estados Unidos da América) traído e adaptado para as condições brasileiras.

Eis os principais resultados:

1 – O uso na vida de qualquer droga psicotrópica, exceto álcool e tabaco, foi de 11,6%, porcentagem próxima ao Chile, superior à Colômbia e muito inferior aos EUA (34,8%).

"2 – O álcool e o tabaco foram as drogas com maiores prevalências de uso na vida, com 53,2% e 39,0%, respectivamente. Quanto às estimativas de dependentes de álcool as porcentagens estiveram ao redor dos 6%, valores próximos aos observados em estudos de outros países e 9,3% estavam dependentes de tabaco.

"3 – A maconha foi, entre as drogas ilícitas, a que teve maior uso na vida (5,6%), porém com porcentagens muito inferiores ao observado, por exemplo, no Chile, EUA, Dinamarca, Espanha e Reino Unido.

"4 – A prevalência do uso na vida de cocaína (1,7%) no Estado de São Paulo está bem próxima a de alguns países da América do Sul como Chile e Colômbia, além de Holanda e Dinamarca; porém é bem inferior à prevalência dos EUA.

"5 – Não houve nenhum relato do uso de heroína, ao contrário do que a mídia tem veiculado nos últimos tempos.

"6 – A percepção da população quanto à facilidade em se conseguir certas drogas foi surpreendentemente alta. Por exemplo: 62,4% dos entrevistados acreditam ser fácil conseguir a cocaína; para o LSD a porcentagem foi de 36,2%.

"7 – A percepção em relação ao tráfico de drogas apresentou porcentagens elevadas, já que cerca de 20% diz ter visto alguém vendendo ou procurando comprar drogas. Porém quando a questão diz respeito diretamente ao entrevistado como por exemplo ao ser perguntado se já tinha sido procurado por um traficante oferecendo-lhe drogas, apenas 3,6% do total respondeu afirmativamente.

"8 – Quanto à percepção de ter visto alguém embriagado ou sob efeito de drogas, cerca de 50% da população respondeu afirmativamente a esta questão.

"9 – Quase a totalidade da população considerou um risco grave para a saúde o uso diário de qualquer das quatro drogas pesquisadas quanto a este aspecto (álcool, maconha, cocaína e "crack")."

"Pode-se concluir que pesquisas deste tipo são importantes para a implantação de programas de prevenção adequados sobre o uso de drogas em nossa população e, infelizmente, por motivos alheios à nossa vontade, não foi possível traçar o perfil do uso de drogas na população brasileira, pelo menos por enquanto" – conforme enfatizaram os pesquisadores.

No continente americano, em termos de ocupação social e governamental, a cocaína continua a ocupar a posição de maior destaque, seguida da maconha – o psicotrópico ilícito ainda mais consumido no mundo – e da heroína, agora produzida também na Colômbia, México e Guatemala, mas em menor escala que a do alcaól de coca.

Em consequência do valor da moeda – o dólar – e do tamanho do mercado consumidor norte-americano, a maior parte da cocaína e heroína destina-se ao contrabando para os Estados Unidos. Sendo o mais rico e maior alvo, é esse o país que pode e deve destinar, como destina, o maior volume de recursos à guerra internacional aos narcotraficantes.

tes. O NIDA ("National Institute on Drug Abuse" – Instituto Nacional sobre Abuso de Drogas) pertence ao "U.S. Department of Health and Human Services" (Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos ou Departamento de Serviços Humanos e de Saúde dos Estados Unidos, equivaLENte ao nosso Ministério da Saúde) calcula em cerca de 100 bilhões de dólares por ano o custo social do abuso de drogas na quele país, nele incluído o tratamento médico e hospitalar de drogados e os prejuízos causados às relações de trabalho e educação.

A participação mais ativa nessa guerra está reservada à DEA ("Drug Enforcement Administration", isto é, Administração do Combate Policial às Drogas ou Administração da Repressão às Drogas, dos Estados Unidos), que encabeça o sistema repressivo norte-americano anti drogas. A estratégia estadunidense confere oficialmente à DEA a seguinte atribuição:

"Apreeminente responsabilidade da DEA é reduzir e minimizar ao máximo o impacto imposto a nossa nação pela droga ilícitas. Toda a cocaína e heroína, assim como parte da maconha e outras drogas perigosas, são produzidas fora dos Estados Unidos. Estas drogas ilícitas são contrabandeadas de países-fontes, usualmente através de outros países, para os Estados Unidos. Por tanto, a redução da disponibilidade de drogas ilícitas nos Estados Unidos requer uma poderosa estratégia internacional antinarcóticos. Em cooperação e coordenação com outras nações, da mesma forma que com outras agências dos Estados Unidos, a DEA luta para suprimir a produção de drogas ilícitas; interromper a disponibilidade dessas drogas na cadeia de distribuição; prender e processar os envolvidos em todas as fases do tráfico; e apreender seus lucros e bens. A contribuição primária da DEA à implementação de nossa estratégia internacional antinarcóticos consuma-se por meio dos 77 escritórios que mantém em 57 países pelo mundo."

Os cartéis colombianos possuem, hoje, notáveis níveis de eficiência na extração de hidroclorato de cocaína das folhas de coca. Levantamentos da DEA indicam que, com isso, só esses cartéis conseguiram produzir 580 toneladas métricas de cocaína (pó e pasta) no ano passado, isto é, 580 mil quilos da droga!

No mesmo período, os traficantes peruanos teriam produzido 145 toneladas e os bolivianos, 43 toneladas. Portanto, em 2000, os três países sul-americanos podem ter colocado no mercado consumidor total de 768 toneladas de cocaína em pasta

ou refinada. Isso significa faturamento de, no mínimo, 20 bilhões de dólares em apenas um ano.

Tais dados coincidem com as pesquisas realizadas pela Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), pertencente à Organização dos Estados Americanos (OEA) e responsável por outras coberturas alarmantes: o grande incremento no tráfico de drogas sintéticas – anfetaminas, metanfetaminas, benzodiazepinas e outras, como o "êxtase" e o LSD – entre 1997 e 1999, em todo o continente americano. O CICAD detectou também aumento de 32% no consumo de maconha no mesmo período. E, como se sabe, a maconha é geralmente por tabela entra para o uso de drogas pesadas.

Há um crescente fator – a questão política – a dificultar o combate ao narcotráfico internacional des de que, há mais de vinte anos, um cartel da Colômbia proclamou a cocaína como "a bomba atômica branca da América Latina contra os Estados Unidos". Em época mais recente, organizações guerrilheiras colombianas demonstraram a atualidade desse estruXulo conceito, quando passaram a dar proteção aos narcotraficantes.

Na Colômbia, a "indústria" e o "comércio" clandestinos de entorpecentes aliaram-se a partidos de oposição interessados em desestabilizar o país para tomar o poder. Essa aliança – chamada "narcopolítica" – robusteceu-se nos últimos cinco anos, diante da vulnerabilidade dos fornecedores de folhas e pasta de coca peruana e boliviana demonstrada na década passada, quando se transformaram em alvo de intensa repressão policial-militar, com a participação dos Estados Unidos. O preço da arroba de folhas de coca, isto é, 11,5 quilos, chegou a saltar de 5 para 30 dólares em poucos meses. Assim, os cartéis decidiram transferir grande parte do cultivo para a região colombiana controlada pelas Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), o mais antigo movimento guerrilheiro da quele país, com ações registradas já em 1961.

As Farc e seus inimigos – as Unidades de Autodefesa da Colômbia (UAC) – recebem "impostos" dos narcotraficantes para lhes garantir segurança e impunidade. Por isso, os cartéis continuam a acumular enormes lucros e o dinheiro entre gue aos guerrilheiros é por eles empregado na compra de armas, munições e outros suprimentos bélicos.

As Farc alimentam poderoso "lobby" internacional. Chegaram a instalar, em 1999, uma "representação diplomática informal" em Brasília, designando um de seus comandantes, Hernan Ramirez, de 56 anos

de idade, como "embaixador". Além disso, mantém no Brasil, há cinco anos, Olivério Medina como representante de sua Comissão Internacional.

Hoje, o narcotráfico é parte integrante da guerra civil colombiana. Por isso, a ajuda de todo tipo que os Estados Unidos prestam à Colômbia enfrenta atualmente, talvez, seu maior desafio: como dar combate ao tráfico sem exacerbar o conflito local, que pode ameaçar a estabilidade regional? Esse aspecto do problema parece estar causando muita preocupação ao governo norte-americano. Há no Caribe e América Central quem veja – e até tente fomentar – a possibilidade de a Colômbia transformar-se num "Vietnã latino-americano", como já que ria o maior cartel de drogas colombiano de 20 anos atrás.

A situação é tão alarmante que, em julho do ano passado, os EUA criaram um "pacote" de assistência ao projeto governamental colombiano chamado "Plano Colômbia". No total, foram destinados à Colômbia 1 bilhão e 300 milhões de dólares. Segundo a dotação orçamentária aprovada pelo Congresso norte-americano, esse dinheiro servirá "aos esforços governamentais colombianos no combate ao narcotráfico, no incremento da imposição da lei, na proteção dos direitos humanos, na expansão do desenvolvimento econômico, na reforma do sistema judiciário e na promoção da paz." Além dessa ajuda, os EUA continuarão a promover os demais programas antinarcóticos que já realizavam na Colômbia, com a significativa aplicação de mais 330 milhões de dólares.

O foco geográfico inicial do "Plano Colômbia" é o departamento (estado) de Putumayo, no sul colombiano, onde se localizam as maiores plantações de coca e papoula e operam em maior número os grupos insurretos mais poderosos. Ali, os norte-americanos estão proporcionando suporte direto a projetos de desenvolvimento alternativo, como a substituição pacífica do plantio de coca e papoula. Mas, os lavradores que aderem à substituição correm o risco de extermínio, como se tem visto pelas monstruosas chacinas dos últimos tempos.

A polícia e as forças armadas colombianas estão recebendo equipamentos, treinamento e assistência técnica para aumentar a capacidade de erradicação de plantações ilícitas e de operar contra os narcotraficantes. Essa ajuda compreende ainda o treinamento e equipamento de uma Brigada Antinarcóticos, com 2.900 integrantes. O segundo batalhão dessa Brigada completou o treinamento em dezembro de 2000 e já se tornou operacional, ao lado do primeiro batalhão, que se encontra em atividade desde 1999.

Apesar de toda a movimentação policial e militar, foram detectadas novas plantações clandestinas no ano passado, em áreas sob domínio de outro movimento guerrilheiro, menor que as Farc e autodenominado de Exército de Libertação Nacional (ELN). O fato é que, no território colombiano, a virada do século registrou um aumento de 11% nas áreas de cultivo, hoje abrangentes de 136.200 hectares, apesar de todas as tentativas de operações de guerra de senca de a das contra o narcotráfico e as organizações guerrilheiras que lhe dão apoio.

Enquanto isso, nas regiões andinas do Peru e Bolívia, continuam as ações apoiadas pelos EUA para erradicar ou, pelo menos, diminuir as áreas de cultivo. Dá-se ênfase à substituição da coca por café, cacau e outros produtos agrícolas, sob o nome de Desenvolvimento Alternativo. A união inaugural do Comitê Andino para o Desenvolvimento Alternativo aconteceu em Lima, há um ano. No final de 2000, as plantações de coca andinas permaneciam no mesmo patamar em que estavam desde 1998 e 1999, quando diminuíram drasticamente. Na época, só no Peru, a que da foi de 26%, mas a um custo respectivamente: em um mês – agosto de 1999 –, os EUA desembolsaram 52 milhões de dólares como, apenas, uma parcela das despesas de ajuda.

As ações antidroga naqueles países andinos parecem estar obtendo mais êxito do que na Colômbia, pois, no ano passado, o aumento das áreas de plantio ficou em menos de 2%. As plantações continuam a ocupar entre 183.000 e 185.000 hectares dos solos peruano e boliviano.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, e aqui entre nós, os brasileiros, como anda essa situação infernal?

Principalmente nas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, o tráfico do méstiço vem aumentando ano a ano, da mesma forma que a "lavagem" de dinheiro, tipificada como crime desde 1998. A partir de 1999, todas as entidades financeiras – e até joalherias – devem manter registro e comunicar ao governo quaisquer operações suspeitas de "lavagem". Por conta das comunicações feitas no ano passado, diversas contas bancárias e bens foram bloqueados pela justiça.

No Rio, a ênfase do tráfico ainda está na cocaína em pó. Em São Paulo, ainda é do "crack", a pior forma do alcalóide: pedras para fumar, obtidas mediante tratamento da pasta de coca ou do cloridrato de bicarbonato de sódio. De qualquer forma, o narcotráfico continua intimamente relacionado, como

não poderia deixar de ser, com a criminalidade violenta e seu ir mão gêmeo, o tráfico de armas.

Realmente, continuamos a ser país de trânsito da droga refinada ou em pasta que segue para os Estados Unidos e Europa, bem como da matéria-prima despaçada dos países andinos para os laboratórios colombianos. Além disso, somos grande produtor de precursores químicos essenciais ao refino da cocaína. Entre tanto, a simples existência de algumas plantações de epadua – a “coca” brasileira –, em meio à floresta amazônica, e de maconha, no Nordeste, não pode equiparar-nos aos países produtores, como Colômbia, Peru e Bolívia, no caso da cocaína, e Paraguai, no da maconha.

Ainda quanto aos produtos químicos controlados, a legislação brasileira atribuiu sua fiscalização ao DPF e obriga as empresas do ramo a registrar e comunicar a produção, transporte, armazenamento e comercialização de 11 tipos considerados precursores. Outros 24 produtos também poderão entrar na relação dos controlados, em breve. A legislação nacional nesse campo adquiriu maior importância prática quando, em 1999, por decreto legislativo, o Congresso Nacional brasileiro aprovou o texto do Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Illegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Governo brasileiro e o Governo da República da Colômbia, em Cartagena de Índias, dois anos antes.

A repressão da Polícia Federal aos traficantes desdobra-se nas ações das polícias estaduais com ela conveniadas para executar esse trabalho. Mas, ainda não há estatística do que foi apreendido pelos Estados no ano de 2000. Por sua conta, a Polícia Federal realizou 1.240 prisões de narcotraficantes e apreendeu 4 toneladas métricas de cocaína, além de 125 toneladas de maconha, bem mais do que em 1999, quando expropriara 54,96 toneladas. Um laboratório clandestino foi desmantelado.

Graças à legislação baixada em 1999, muitos bens apreendidos durante ações antidrogas passaram a ser utilizados imediatamente pelo DPF nas atividades subsequentes. Nessa situação, ficaram 10 aviões; 303 automóveis, caminhões e barcos; e 143 armas de fogo. Outros bens foram vendidos e o dinheiro obtido também está financiando o combate aos traficantes.

Entre as organizações estaduais que mais se têm destacado na luta antitóxicos está o Departamento de Investigações sobre Narcóticos (DENARC), da

Polícia Civil do Estado de São Paulo. Sua estrutura – modelo para órgãos semelhantes no País – compreende a prevenção e a repressão, pois possui o Grupo de Apoio e Proteção à Escola (GAPE), a Divisão de Prevenção e Educação (DIPE), a Divisão de Inteligência e Apoio Policial (DIAP) e a Divisão de Investigações sobre Entorpecentes (DISE). Aliás, São Paulo sempre deu exemplo no combate ao narcotráfico desde a década de 50. Nessa época, na qual começou a escalada das drogas pesadas no Brasil, foi instalada a primeira repartição do gênero em solo brasileiro, o antigo Setor de Entorpecentes do Departamento de Investigações (DI), em brião de toda a estrutura especializada da Polícia Civil paulista que se seguiu.

O Brasil deve enfrentar – e está procurando enfrentar – a grave situação criada pelo narcotráfico em mais de 3.000 quilômetros de nossas fronteiras com países produtores, principalmente a Colômbia. No ano passado, a Polícia Federal concentrou esforços na região oeste da Amazônia. Deu continuidade às ações desenvolvidas desde 1997 por meio de duas grandes operações, uma das quais sigilosa, englobando esforços conjuntos com o Peru e a Colômbia. Houve ainda a Operação XXI, que uniu ações brasileiras e peruanas bilateralmente.

São evidentes as dificuldades para monitorar a imensidão amazônica, o que facilita o transporte de narcóticos por arepelo amplo sistema fluvial. A maior parte da cocaína e heroína vindas da Colômbia e do Peru segue para os Estados Unidos e outros países, principalmente via Macapá e Belém, importantes entroncamentos das rotas fluviais, marítimas e aéreas do narcotráfico.

Ao implementar a Operação Cobra (de “Colômbia-Brasil”) no norte da região amazônica, em setembro último, com duração prevista de três anos, de estimulamos ações das narcoguerrilhas em mais de 2.500 quilômetros de fronteira pouco povoada e invasões de nosso território por esses grupos armados. Essa operação começou em um momento de definição das atribuições da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) e do Ministério da Justiça, principalmente com relação ao Departamento de Polícia Federal (DPF). Ficou definida a responsabilidade direta da Polícia Federal na repressão e a da SENAD na redução da demanda por meio de ações preventivas e de recuperação de drogados.

A Operação Cobra envolve recursos do DPF com apoio de expressivos contingentes e equipamentos das Forças Armadas. Vale-se também dos meios eletrônicos, especialmente radar, proporcionados

pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), embora ainda não construído integralmente. Assim, além das ações terrestres, há permanentemente monitoramento do espaço aéreo para detectar vôos ilegais.

Também os ministérios de Relações Exteriores e da Justiça, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras, órgão governamental que cuida da repressão à "lavagem" de dinheiro) participaram do planejamento da operação e continuam a ela ligados. Agentes da DEA foram convidados a acompanhar os policiais e militares brasileiros como observadores.

Tendo exposto o panorama que acabou de descrever, vamos nos preocupar agora com o processo legislativo em curso no Congresso Nacional para dotar o País de uma nova lei sobre entorpecentes e substituição à den. v. 6.368, em vigor desde 21 de outubro de 1976. Com algumas modificações feitas ao longo do tempo, esse diploma legal normatiza a prevenção e o tratamento, os crimes e as penas, os procedimentos judiciais, a instrução criminal e a cooperação internacional.

Vinte anos depois da vigência dessa lei, o ilustre Deputado Federal Elias Murad, médico e renomado especialista na área, apresentou projeto identificado como PLC n.º 105/96. Aprovado na Câmara dos Deputados, essa proposição tramita no Senado desde 1997, quando o preclaro senador Lúcio Alcântara apresentou outro projeto com o mesmo propósito. Este é o PLS n.º 105/96 e passou a tramitar em conjunto com o anterior.

Em maio de 1998, tive a honra de relatar o assunto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Opinei pela aprovação da nova Lei Antidrogas, na forma de um substitutivo que apresentei dia 27 daquele mês.

O substitutivo foi acolhido pelos membros da CCJ e enviado ao Plenário para discussão em turno único. Esta vane se etapa da tramitação quando, a requerimento do senador Eduardo Suplicy, em dezembro de 1998, foi remetido à Comissão de Educação, onde se encontra.

Como relator dos projetos na CCJ, lembrei que ambas as propostas fundam-se em artigos da Constituição Federal que, entre outras coisas, autorizam a edição de lei ordinária dispondo sobre a privação ou restrição da liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa e suspensão ou interdição de direitos. Mas, embora destinados à mesma fi-

nalidade e sejam convergentes, diferem em tópicos de relevo, como, por exemplo, relativamente à quantificação das drogas para distinção entre o simples uso e o tráfico.

Além disso, acolhi colaborações oferecidas por diversas entidades interessadas na matéria, entre as quais representativos segmentos da Magistratura e do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Polícia Federal, União dos Juristas Católicos, Grupo de Blumenau, Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Polícia Civil do Estado de São Paulo, Conselho de Segurança Pública do Codesul (Estado do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul) e Acadêmia de Polícia Civil do Distrito Federal.

Com o acolhimento de sugestões, surgiram novos vetores nem sempre convergentes com as diretrizes iniciais traçadas nos projetos. Algumas diferenças entre as duas proposições acentuaram-se. Por exemplo, quanto à amplitude do conceito sobre o que são drogas ilícitas ou quanto à inclusão da orientação escolar nos três graus de ensino entre as medidas de prevenção.

No art. 7º, surgiu a primeira divergência de relevo. O PLC n.º 105/96 baseia-se no art. 231 da Constituição Federal para ressaltar o que ele dispõe com relação às terras indígenas, tendo em vista a cultura de plantas que sirvam à composição de drogas ilícitas. O PLS n.º 154/97 só aceita o plantio se houver autorização formal do Ministério da Saúde. Em outras palavras, o autor do PLS n.º 154/97 não inferiu qualquer apoio constitucional ao cultivo, por indígenas, de plantas que sirvam à fabricação de drogas ou que, com a característica de ilegalidade, possam ser diretamente consumidas.

O § 1º do art. 11 do PLS n.º 154/97 sofreu inversão de ordem para que a família do usuário seja convocada a auxiliar no seu tratamento, porquanto no PLC n.º 105/96 a família é credora e, simultaneamente, devedora de assistência.

No art. 12 do PLS n.º 154/97 (tráfico), o mínimo da pena é elevar de 3 para 6 anos de reclusão. As penas previstas no art. 14 (fundar, financiar grupo etc.) foram reduzidas, como que seu autor melhor observou a dosimetria e pôde compatibilizar a conduta ali prevista com as de mesma natureza, traçadas na universalidade do texto.

O inciso III do art. 18 (medidas educativas) difere do dispositivo do PLC n.º 105/96, apenas porque prevê internação em estabelecimento psiquiátrico. O inciso IV do art. 18 autoriza a suspensão por um ano,

e não por apenas seis meses, da licença para dirigir veículo, e o inciso V propõe a cassação (em lugar de suspensão) do porte de arma, em qualquer dos casos, em razão do consumo de drogas.

O § 2º do art. 18 do PLS nº 154/97 fixou em 50 gramas a quantidade de capacidade de identificar o usuário, mas não correlaciona suficientemente essa prática com o disposto no art. 17, relativamente ao uso.

O art. 24 do PLS nº 154/97 incluiu, acertadamente, a Lei de Execução Penal entre as normas subsidiárias da nova lei antidrogas. Em contrapartida, o acolhimento do segredo de justiça por ambos os projetos (arts. 25 do PLS nº 154/97 e 26 do PLC nº 105/96) não parece medida correta. De fato, conquanto se deva manter a proibição de divulgação dos valores, para evitar a equívoca transmissão de imagem positiva, de que o tráfico ilícito constitui mercado rico e atrativo, malgrado os riscos, a conduta do usuário de drogas não merece sigilo processual, visto que essa conduta se caracteriza como anti-social.

O § 1º do art. 26 do PLS nº 154/97 deixou de fazer referência expressa à *autuação*, como condição ao recolhimento da fiança, que ficou apenas implícita, e, no art. 29, melhor seria a referência direta aos autos do inquérito.

Dever-se-ia acolher também o disposto no art. 39 do PLS nº 154/97, incluindo-se, porém, como razão para o sequestro ou a indisponibilidade de bens, os crimes tipificados nos arts. 12, 13, 14 e 15.

Assim sendo, conclui que os projetos são complementares. Acaitei-os na forma de um substitutivo, que poderá transformar-se na nova Lei Antidrogas quando voltar da Comissão de Educação para o Plenário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, dizer que o narcotráfico é um flagelo mundial e uma monstruosidade tornou-se lugar comum. Entretanto, dificilmente se encontram palavras mais adequadas para qualificar os emissários da morte e da degradação social que o integram.

Encerro meu pronunciamento, lembrando as palavras do ilustre Secretário Geral da Interpol: o narcotráfico põe em perigo todos os cidadãos e constitui uma grave ameaça à sobrevivência da democracia.

Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é com preocupação que ocupo esta tribuna para registrar notícia rio veícu-

la da pela imprensa internacional, segundo o qual nos últimos três anos aumentou de 30 para 41 os países que estão utilizando crianças como soldados em guerras, missões militares diversas e conflitos civis.

Esse número de crianças chega a 300 mil. Tal informação faz parte de um relatório divulgado no último dia 12 por uma coalizão internacional de entidades criada para pôr fim ao uso de crianças como soldados. Segundo o relatório, a África é o continente que mais se utiliza de crianças como soldados.

A estimativa é de que, na quele continente, o número de soldados mirins chegue a mais de 120 mil. A situação mais alarmante é a da Birmânia, com 50 mil. O número de crianças usadas como soldados está diretamente relacionado às guerras civis. Na África, elas são obrigadas a vigiar minas de petróleo e diamantes que os rebeldes africanos usam para financiar suas ações.

Aqui, na nossa América do Sul, na vizinha Colômbia, onde os conflitos permanecem constantes, o número de crianças soldados também se mantém alto. Usadas nas linhas de frente dos combatentes, elas trabalham também como carregadores e escravos sexuais.

"Sem pre que podem apon tar uma AK-47, as crianças, por menores que sejam, são convertidas por seus superiores em assassinos eficazes" – disse a porta-voz da Coalizão, Judith Arenas.

Segundo o relatório, os países continuam infelizmente recrutando crianças para o combate devido às "suas qualidades infantis que os fazem baratos, prescindíveis e fáceis de treinar para que matem sem medo e obedeçam sem questionar". A coalizão de entidades que denuncia essa situação, sediada em Londres, reúne vários grupos de direitos humanos, entre eles a Anistia Internacional, Human Rights Watch e World Vision International.

Sr. Presidente, como diz Gaça Machel, especialista do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), "a guerra viola todos os direitos de uma criança... o direito à vida, o direito de estar com a família e com a comunidade, o direito à saúde, o direito ao desenvolvimento da personalidade e o direito à proteção e à educação."

A guerra é uma realidade diária para milhões de crianças. Algumas jamais conheceram ou trocaram tipo de vida, crescendo no meio de guerras civis, guerrilhas ou longas ocupações de um exército estrangeiro. Para outras, o mundo de repente é virado de cabeça para baixo, quando invasões ou limpezas étnicas os obrigam a tomar a estrada como refugiados ou pesso-

as deslocadas, muitas vezes separadas de suas famílias.

Milhares de las são mortas, incapacitadas ou ficam órfãs. Muitas mais morrem ou sofrem de fome ou desnutrição, ou falta de água limpa, condições sanitárias ou cuidados médicos. Muitas ficam traumatizadas ao testemunhar mortes brutais e ver violência, medo e sofrimento ao seu redor. E centenas de milhares de crianças em todo o mundo são obrigadas a participar da marcha. A guerra é uma realidade diária para milhões de crianças.

Algumas jamais conheciam outro tipo de vida, crescendo no meio de guerras civis, guerrilhas ou longas ocupações de um exército estrangeiro. Para outras, o mundo de repente é virado de cabeça para baixo, quando invasões ou limpezas étnicas as obrigam a tomar a estrada como refugiados ou pessoas deslocadas, muitas vezes separadas de suas famílias. Milhares são mortas, incapacitadas ou ficam órfãs. Muitas mais morrem ou sofrem de fome ou desnutrição, ou falta de água limpa, condições sanitárias ou cuidados médicos. Muitas ficam traumatizadas ao testemunhar mortes brutais e ver violência, medo e sofrimento ao seu redor. E centenas de milhares de crianças em todo o mundo são obrigadas a participar da marcha.

As crianças nem sempre são vítimas acidentais da carnificina. Algumas são deliberadamente mortas por forças de segurança e grupos de oposição armada, quer como retaliação, quer para provocar a ira de comunidades rivais. Algumas, especialmente meninas, são recolhidas para abusos sexuais. Muitas são mortas e torturadas por causa do lugar onde vivem, ou por causa de política, religião ou da origem étnica de sua família.

Por outro lado, é de bom augúrio saber que, aqui no Brasil, o Governo Brasileiro reafirmou no último dia 11, para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o seu apoio ao fim do trabalho infantil. No Brasil, os menores de 16 anos estão proibidos de trabalhar. Esse limite de idade já está previsto em nossa Constituição Federal e chegou a ser apresentado antes à OIT, com uma exceção apenas para os menores aprendizes, em uma faixa etária de 14 aos 16 anos.

Antida de peidiu ao Governo brasileiro que optasse por uma idade entre 14 e 16 anos exatamente para podermos ratificar, perante a comunidade internacional, a Convenção 138, que trata da idade mínima para o trabalho. Assim, há pouco mais de um mês, as autoridades brasileiras reuniram representantes dos empregadores, dos empregados, do Conselho

Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil para se certificarem de que a ratificação da Convenção 138, com idade mínima de 16 anos, não prejudicaria a aprendizagem aos 14 anos.

Com muita propriedade, o diretor internacional da OIT no Brasil, Jaime Bezerra, elogiou a decisão brasileira e afirmou que o nosso país conseguiu, nos últimos anos, vários avanços na batalha contra o trabalho infantil, flagelo social ainda presente entre nós.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é bem verdade que a idade de 16 anos está longe de ser, na prática, o limite para os adolescentes brasileiros ingressarem no mercado de trabalho. Essa realidade é muito mais evidente quando olhamos as crianças vendendo chicletes e outros produtos nas ruas de nossas cidades, especialmente nos cruzamentos das vias públicas e sob os semáforos.

Sabemos, pois, das dificuldades que teremos, no Brasil, de fazer cumprir em todas as regiões e camadas sociais a Convenção 138. Nem por isso devemos esmorecer na luta em favor da continuação da implementação de políticas públicas em prol das crianças e adolescentes, dando-lhes educação, saúde e amparo na estrutura social e familiar.

É bem verdade que, aqui, com conflitos étnicos, religiosos ou guerra civil não constituem problema. A questão principal, nos nossos centros urbanos, principalmente, está na crescente utilização de meninos e meninas no tráfico. Esse é o nosso grande flagelo social, que, assim como o trabalho infantil e a exclusão social, deve também ser combatido por meio da atuação incisiva das autoridades competentes.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta Tribuna para proce der ao registro de dois fatos que considero sobremaneira auspiciosos. O primeiro tema diz respeito à realização de mais um encontro regional do meu Partido, o PMDB, desta vez no Município de Formosa, neste sábado. É motivo de grande satisfação ver a família peeme debista de Goiás, cada vez mais revigorada e forte, reunida em um município tão importante do Entorno do Distrito Federal, região pela qual mantenho inquestionável atenção e para onde já pude direcionar considerável número de obras e recursos necessários para o seu desenvolvimento.

O segundo aspecto que me faz ocupar a Tribuna nesta oportunidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também está relacionado a Forma e Municípios vizinhos. Trata-se de um trabalho de longo alcance, assentado no esforço solidário de diversas instituições e de esferas do Poder Público, a atingir uma grande área geográfica e de elevada densidade populacional: o Entorno do Distrito Federal, região de enormes potencialidades, mas que ainda se vê mergulhada em múltiplos e graves problemas.

A consciência de que algo de veria ser feito para coordenar o desenvolvimento dessa região, rápida e desordenadamente ocupada por imensas levas de migrantes atraídas pela construção de Brasília e pelas oportunidades que a nova Capital lhes poderia oferecer, levou o Congresso Nacional a propor medidas objetivas que, minimizando as mazelas sociais derivadas desse processo de adensamento populacional de uma área secularmente pouco habitada, permitissem o desenvolvimento sustentável dessa parte do Território Nacional.

O esforço parlamentar materializou-se, em fevereiro de 1998, com a promulgação da Lei Complementar N.º 94, que instituiu a Rede Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride. Com o Decreto que a regulamentou, em agosto daquele ano, o Poder Executivo foi autorizado não apenas a criar a Ride, mas também a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

A Ride envolve uma área total de cerca de 55.500 Km², com uma população estimada em 2.700.000 habitantes. Correspondo a 0,6% do espaço territorial brasileiro e a 1,7% da população total do País, a região compreendida pela Ride é formada pelo Distrito Federal e por 22 Municípios, dos quais 19 são goianos e três mineiros. A esse respeito, permito-me lembrar à Casa ser o autor de Emenda que inclui mais 8 Municípios de Goiás na área de atuação da Ride, pleito que se ampara na realidade e que, tecnicamente, se justifica. São eles: Abadiânia, Água Fria, Cabeceiras, Corumbá, Cristalina, Mimoso, Pirenópolis e Vila Boa.

Como a população é fundamentalmente urbana e suburbana, basicamente concentrada nas imediações de Brasília, em indiscutível processo de conurbação, os problemas mais prementes a serem enfrentados são aqueles que dizem respeito às questões metropolitanas, sobretudo as atinentes ao aprimoramento da qualidade dos serviços públicos comuns. Todavia, há clareza quanto ao fato de que, ven-

cida essa etapa, que podemos chamar de emergencial, há que se enfatizar a promoção do desenvolvimento econômico regional. Somente assim será possível construir um espaço econômico mais integrado, condição essencial para a superação das flagrantíssimas desigualdades sociais hoje existentes na região.

A esse respeito, gostaria de destacar algo que me parece extremamente positivo. Trata-se da adesão ao projeto de instituições públicas e privadas, provando-se de que a sociedade está disposta a oferecer sua qualificada contribuição ao esforço de transformar a fisionomia da área que circunda a Capital da República. Para conceber e implantar o Programa Especial de Comunidades do Entorno do Distrito Federal, cuja finalidade é assegurar a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável da região, o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Coaride, vinculado ao Ministério da Integração Nacional, criou um comitê com a missão de coordenar e atuar nesse notável trabalho.

Realça-se, nesse caso, a importância do Programa Universidade Solidária – UniSOL, mobilizando estudantes e professores para a indispensável ação educativa nas comunidades carentes. Com satisfação, cito as instituições universitárias engajadas na Ride e as respectivas áreas em que atuam: Univeridade Federal de Goiás: Abadiânia, Alexânia, Cristalina e Luziânia; Centro Universitário de Brasília – UniCEUB: Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás e Padre Bernardo; Universidade Católica de Brasília: Águas Lindas de Goiás, Caldas de Goiás e Santo Antonio do Descoberto; Universidade Federal de Uberlândia: Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, todas em Minas Gerais; Universidade de Brasília: Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás; Univeridade Católica de Goiás: Corumbá de Goiás, Cabeceiras de Goiás e Planaltina de Goiás; Univeridade Estadual de Goiás: Forma e Vila Boa.

O momento também é oportuno, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para cobrar urgência na liberação de mais de R\$ 8 milhões em recursos para a Região do Entorno do Distrito Federal, dinheiro este obtido graças a uma série de emendas incluídas no Orçamento Geral da União pelos Parlamentares do PMDB de Goiás no Congresso Nacional. Essa verba, vale destacar, está fazendo muita falta para que os inúmeros problemas da Região possam ser abrandados.

Eis, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a forma mais adequada para enfrentar – e vencer – os grandes desafios sociais e econômicos com que nos deparamos pelo Brasil fora, o Entorno do Distrito Federal em particular. Vontade política e saber técnico, solidariedade e espírito de cidadania unindo-se para superar fome, a miséria, a exclusão!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves) – Nada mais ha ven do a tra tar, a Pre si dên cia vai en cer rar os tra ba lhos, lem bran do às Sr^{as}. e aos Srs. Se na do res que cons ta rá da ses são de li be ra ti va or di ná ria, a re alizar-se a ma nhã, dia 22, às 9 horas, a se guin te

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2001
(Em re gi me de ur gên cia, nos ter mos do § 1º do art. 64 da Cons ti tui ção Fe de ral, com bi na do co mo art. 353, pa rá gra fo ú ni co, do Re gi men to In ter no e do Re que ri men to nº 332, de 2001)

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 45, de 2001 (nº 4.210/2001, na Casa de origem), de ini ci a ti va do Pre si den te da Re pú bli ca, que al te ra o art. 295 do De cre to-Lei nº 3.689, de 3 de ou tu bro de 1941 – Có di go de Pro ces so Pe nal, que tra ta da prisão es pe cial, ten do

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 602, de 2001, da Co mis são de Cons ti tui ção, Jus ti ça e Ci da da nia, Re la tor: Sen a dor Ra me z Te bet.

– 2 –

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 1999

(Em re gi me de ur gên cia – art. 336, II, com bi na do com o art. 338, IV, do Re gi men to In ter no, nos ter mos do Re que ri men to nº 331, de 2001)

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Sub sti tu ti vo da Câ ma ra ao Pro je to de Lei do Se na do nº 491, de 1999 (nº 2.556/2000, na que la Casa), de au to ria do Sen a dor Pe dro Pi va, des ti nan do ao Co mi tê Olím pi co Bra si le i ro e ao Co mi tê Pa ra olím pi co Bra si le i ro os re cur sos dos con cur sos de pro gnós ti cos e lo te ri as fe de ra is e si mi la res que es pe ci fi ca, ten do

Pareceres favoráveis, sob nºs 599 e 600, de 2001, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos, das Co mis sões de Edu ca ção e de Assun tos Eco nô mi cos, res pec ti va men te.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, DE 2000

Quar ta ses são de dis cus são, em pri me i ro tur no, da Pro pos ta de Em en da à Cons ti tui ção nº 25, de 2000, ten do co mo pri me i ro si na ta rí o o Sen a dor Ál va ro Di as, que al te ra o art. 75 da Cons ti tui ção Fe de ral, pa ra fa cul tar a no me a ção de mem bros das Cor tes de Con tas dos Es ta dos, do Dis tri to Fe de ral e dos Mu ni cí pi os a tra vés de con cur so pú bli co, ten do

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 299, de 2001, da Co mis são de Cons ti tui ção, Jus ti ça e Ci da da nia, Re la tor: Sen a dor Je ffer son Pe res.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2001

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de De cre to Le gi sla ti vo nº 6, de 2001 (nº 500/2000, na Câ ma ra dos De put a dos), que apro va o ato que outor ga per mis são à Rá dio Es ta ção FM Ltda. pa ra ex plo rar ser vi ços de ra di o di fusão so no ra em fre qüên cia mo du la da, na ci da de de Car los Bar bo sa, Es ta do do Rio Gran de do Sul, ten do

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 567, de 2001, da Co mis são de Edu ca ção, Re la to ra: Sen a do ra Em í li a Fer nan des, com ab ste n ção do Sen a dor Edu ar do Su plí cy.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 2001

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de De cre to Le gi sla ti vo nº 25, de 2001 (nº 568/2000, na Câ ma ra dos De put a dos), que apro va o ato que au to ri za a As so ci a ção e Mo vi men to Co mu ni tá ri o Rá dio Rai nha da Paz FM de Ira pu ru a ex e cu tar ser vi ço de ra di o di fusão co mu ni tá ri a na ci da de de Ira pu ru, Es ta do de São Pau lo, ten do

Pa re cer sob nº 507, de 2001, da Co mis são de Edu ca ção, Re la tor: Sen a dor Lú cio Alcân ta ra, fa vor á vel.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2001 (nº 577/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio FM Comunitária Cidade Progresso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pendências, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 508, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ney Suassuna.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 35, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2001 (nº 598/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Alvorada a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Campo, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 509, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Waldeck Ornelas.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 36, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 2001 (nº 601/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Rúbia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, tendo

Parecer favorável, sob nº 510, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 43, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2001 (nº 604/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Novo Tempo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 542, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Casil do Maldaner.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 61, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2001 (nº 602/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Estrela do Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taipú, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 579, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Amir Lando.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 62, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2001 (nº 635/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Cultural Vale de Autazes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Autazes, Estado do Amazonas, tendo

Parecer favorável, sob nº 572, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valmir Amaral.

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 128, DE 2001

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Regulamento nº 357, de 2001 – art. 281 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2001 (nº 617/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Diamantina – AMPODI, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 604, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

A SRA. PRESIDENTE (Mariana do Carmo Alves)
– Está encerrada a sessão.

(Levantase a sessão às 14 horas e 11 minutos.)

PARECER Nº 15, DE 2001-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 7 de 2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$4.304.000,00, para os fins que especifica”.

Relator: Deputado **Santos Filho**

I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 258, de 2001-CN (nº 430/2001, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei abrindo ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$4.304.000,00 (quatro milhões, trezentos e quatro mil reais), para atender às despesas constantes do Anexo I do Projeto de Lei em epígrafe.

O Executivo oferece à abertura do crédito especial fonte de financiamento oriunda do cancelamento parcial da Reserva de Contingência.

A Exposição de Motivos nº 099/MP, de 7 de maio de 2001, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, assim como a programação indicada no Anexo I do Projeto de Lei, informam que o crédito proposto tem por objetivo possibilitar o envio de um novo contingente militar brasileiro, constituído por um pelotão de até 70 milítas, para integrar a missão de paz no Timor Leste.

Esclarece ainda, a E.M., que o envio de um novo contingente militar, em substituição ao anterior, foi autorizado pelo Governo Brasileiro, atendendo solicitação da Organização das Nações Unidas — ONU, por meio do Decreto Legislativo nº 10, de 24 de fevereiro de 2000.

II – Emendas

Não foram apresentadas emendas ao presente projeto, no prazo regimental.

III – Voto

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à aloca-

ção de recursos, e seu de talha mento acha-se conforme às exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7 de 2001-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, de 2001. – Deputado do **Santos Filho**, Relator.

CONCLUSÃO

Comissão Mista de Planos, Orçamentos públicos e Fiscalização, na Oitava Reunião Ordinária, em 19 de junho de 2001, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Santos Filho, favorável nos termos do Projeto de Lei nº 07/2001-CN. Ao Projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram Senhores Senadores Carlos Bezerra, Presidente, Mozarildo Cavalcanti, Segundo Vice-Presidente, Ademir Andrade, Alberto Silva, Arlindo Porto, Carlos Patrocínio, Eduardo Siqueira Campos, Francelino Pereira, Gilberto Mestrinho, Jonas Pinheiro, José Coelho, Lúcio Alcântara, Lúdio Coelho, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Nabor Júnior, Nilo Teixeira Campos, Paulo Hartung, Ramez Tebet, Ricardo Santos, Romero Jucá, Sebastião Rocha, Tião Viana, Valmir Amaral e Wellington Roberto; e Deputados Santos Filho, Primeiro Vice-Presidente, Virgílio Guimarães, Terceiro Vice-Presidente, Adolfo Marinho, Airton Dipp, Alberto Goldman, Alceste Almeida, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Aracely de Paula, Armandinho Abílio, Arnon Bezerra, Átila Lins, Basílio Villani, Coriolano Sales, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Domício Cabral, Dr. Rosinha, Eliseu Moura, Enivaldo Ribeiro, Eujácio Simões, Fátima Pelaes, Félix Mendonça, Fernando Gonçalves, Francisco Garcia, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, Ildefonso Cordeiro, João Almeida, João Coser, João Leão, João Magno, João Pizzolatti, João Tota, Jonival Lucas Junior, Jorge Alberto, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, José Egydio, José Pimentel, José Priante, Juquinha, Lael Varella, Laura Cameiro, Lídia Quinan, Lincoln Portela, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nelson Meurer, Neuton Lima, Nilo Coelho, Olavo Calheiros, Olímpio Pires, Oliveira Filho, Orlando Desconsi, Pastor Valdeci Paiva, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Kobayashi, Pedro Celso, Pedro Chaves, Pedro Eugênio, Pedro Novais, Pompeo de Mattos,

Raimundo Comes de Matos, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Romeu Queiroz, Rubens Bueno, Sérgio Barros, Sérgio Miranda e Silas Brasileiro.

Sala de Reuniões, 19 de junho de 2001. – Senador **Carlos Bezerra**, Presidente – Deputado **Santos Filho**, Relator.

PARECER Nº 16, DE 2001-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, sobre a Mensagem nº 1.098, de 2000 (nº 1.663/2001, na origem), do Poder Executivo, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do parágrafo 3º do art. 18 da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, o relatório de cumprimento da meta do resultado primário do Governo Central, relativo ao terceiro trimestre do ano 2000, acompanhado da metodologia de apuração".

Relator: Senador **Moreira Mendes**

I – Relatório

I.1 – Bases Conceituais

A Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2000 (Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999) estabeleceu metas de resultado primário para o exercício de 2000 dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e das Empresas Estatais Federais.

O resultado primário é um indicador que mede o desempenho das contas do setor público, do ponto de vista da capacidade de pagamento de suas dívidas, bem como de sua contribuição para a poupança total do país e pressão sobre a expansão de moeda na economia.

De forma simplificada, pode-se conceituar o resultado primário como a diferença entre receitas (exceto ganhos de aplicações e operações de crédito) e despesas (exceto juros nominais devidos e amortizações de dívidas). Embora o resultado primário positivo indique que as receitas superaram as despesas, isto não garante que houve recursos suficientes para o pagamento integral dos juros e das amortizações. Atualmente, o Governo tem honrando apenas parcela dos juros com esse superávit. As amortizações e o restante da conta de juros têm

sido pagos com nova dívida junto ao setor privado, em sua maioria, sob forma de títulos públicos.

O Governo tem adotado uma política de manter constante o quociente da dívida pública sobre o Produto Interno Bruto (PIB). A dívida pública aumenta se os juros não forem integralmente pagos, se a taxa básica de juros aumentar, se a taxa de câmbio aumentar e se esses aumentos forem muito superiores ao crescimento do PIB. Existem combinações entre esses crescimentos que determinam a manutenção do quociente dívida/PIB. Logo, dados a taxa de juros e a de câmbio, os valores do PIB e da dívida, pode-se determinar qual o superávit primário necessário para que o referido quociente se mantenha constante. Esse superávit é colocado como meta na Lei das Diretrizes Orçamentárias, com base nos parâmetros estimados para o exercício seguinte.

Tal política tem como objetivo final evitar pressões sobre os níveis de preço da economia, mantendo-se baixa a taxa de inflação.

I.2. Análise da Matéria

O resultado primário inicialmente estabelecido pela LDO 2000 para o exercício de 2000 foi de um superávit de 2,7% do PIB, sendo 0,1 para as Estatais Federais e 2,6% para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Porém, antes do envio do Projeto de Lei do Orçamento, esses valores foram alterados pela Medida Provisória nº 2.030, que foi convertida na Lei nº 10.210/2001. Após a primeira edição dessa MP, os valores de resultado primário foram recalculados tanto no Projeto de Lei Orçamentária para 2000, como na Lei Orçamentária de 2000. A Medida Provisória nº 2.030/2000 permitiu que houvesse a compensação do superávit fiscal e da seguridade social com o superávit primário das Estatais Federais, desde que, em conjunto, ambos apresentassem como meta o superávit de R\$30,5 bilhões.

O superávit previsto na Lei Orçamentária para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social era de R\$29,3 bilhões, enquanto o valor reprogramado no Projeto de Lei Orçamentária foi de R\$23,5 bilhões. Isto foi possível graças ao resultado das Estatais que está sendo reprogramado para R\$7,1 bilhões, em função do crescimento dos preços internacionais do petróleo, que influenciou o resultado da Petrobras.

O superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no período de janeiro a setembro, foi de R\$20,3 bilhões, indicando que já foram realizados 86,6% da meta. Esse resultado foi

alcançado graças ao desempenho do Tesouro Nacional, que atingiu superávit primário de R\$26 bilhões. A Previdência Social foi deficitária em R\$5,7 bilhões.

Em termos do Produto Interno Bruto, esse resultado, de 2,59%, foi menor do que o do mesmo período de 1999, de 2,97%. Embora o resultado do ano de 1999 tenha sido beneficiado por receitas extraordinárias, ou seja, que não ocorrem normalmente, boa parte do resultado de 1999 foi decorrente da contenção de gastos. Em 2000, o aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3% e a reintrodução da cobrança da CPMF contribuíram para compensar parte da perda de receita do ano anterior e o total de receita até aumentou, em relação a 1999.

Assim, os dados indicam que houve aumento de receita total, inclusive da Previdência Social, no período acumulado de janeiro a setembro de 2000 em relação a 1999, de R\$153,7 bilhões para R\$170,7 bilhões, enquanto que as despesas totais aumentaram de R\$107,5 bilhões para R\$120,5 bilhões. Porém, o Tesouro Nacional apresentou um superávit inferior ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$27,1 bilhões para R\$26,3 bilhões. Isto indica que suas despesas aumentaram mais do que suas receitas. Já o déficit da Previdência caiu de R\$5,8 bilhões para R\$5,7 bilhões, nesse período.

Ressalte-se que o superávit dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é apurado pelo critério “acima da linha”, enquanto que o cálculo do parâmetro de referência da meta é pelo “abaixo da linha”. Na literatura do setor público, o critério “acima da linha” e o cálculo tradicional de resultado, ou seja, computa-se a receita menos a despesa total. Já o cálculo “abaixo da linha” leva em conta a variação dos estoques de dívida subtraída da variação dos ativos, presumindo-se que se houver superávit ou déficit pelo critério “acima da linha”, grosso modo, estes vão se refletir nos estoques de passivos e ativos. Em tese, esses critérios deveriam chegar exatamente ao mesmo resultado, já que são apenas maneiras diferentes de calcular o mesmo fenômeno. Nos últimos anos, entretanto, não tem sido o caso. Um resultado primário menor no cálculo “abaixo da linha” pode significar que o Governo Central poderia gastar mais. O problema é que não se costuma prever a discrepância estatística no Orçamento da União, o que dá maior liberdade de gerenciamento de Caixa ao Poder Executivo e maior independência em relação ao Congresso Nacional.

Apesar das observações, há de se reconhecer que a meta de superávit primário foi cumprida.

II – Voto do Relator

Ante o exposto, opinamos por que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprove o relatório de cumprimento da meta de resultado primário do Governo Central para o terceiro trimestre de 2000.

Sala da Comissão, de maio de 2001. – **Moreira Mendes**, Relator.

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Sétima Reunião Ordinária, em sete de junho de 2001, aprovou, com todos os votos dos Deputados Virgílio Guimarães e João Grandão, o Relatório do Senador Moreira Mendes sobre a Mensagem nº 1.098/2000-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do parágrafo 3º do art. 18 da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, o relatório de cumprimento da meta do resultado primário do Governo Central referente ao terceiro trimestre de 2000, acompanhado da metodologia de apuração”. Foi decidido, com base no art. 18, § 4º da Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999, o encaminhamento de cópia ao Ministro da Fazenda, para conhecimento.

Compareceram os Senhores Senadores Carlos Bezerra, Presidente; Mozarildo Cavalcanti, Segundo Vice-Presidente; Amir Landó, Carlos Patrocínio, Eduardo Siqueira Campos, Francelino Pereira, Jonas Pinheiro, José Coelho, Lúcio Alcântara, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Nabor Júnior, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sebastião Rocha e Tião Viana; e Deputados Santos Filho, Primeiro Vice-Presidente; Virgílio Guimarães, Terceiro Vice-Presidente; Adolfo Marinho, Aírton Dipp, Alberto Goldman, Alceste Almeida, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Aracely de Paula, Armando Abílio, Arnon Bezerra, Átila Lins, Danilo de Castro, Francisco Garcia, Gilmar Machado, Helenir do Ribeiro, Ildefonso Cordeiro, João Almeida, João Grandão, João Magno, João Tota, Jonival Lucas Júnior, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Elias, José Egydio, José Pimentel, Josué Bengtson, Lincoln Portela, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Olímpio Pires, Oliveira Filho, Orlando Desconsi, Pastor Val-

deci Paiva, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professor Luizinho, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Romeu Queiroz, Rubens Bueno, Santos Filho, Silas Brasileiro e Wilson Braga.

Sala de Reuniões, 7 de junho de 2001. – **Carlos Bezerra**, Presidente – **Moreira Menezes**, Relator.

PARECER Nº17, DE 2001-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, sobre a Mensagem nº 92, de 2001 (nº 144/2001, na origem), do Poder Executivo, que encaminha ao Congresso Nacional nos termos do parágrafo 3º do art. 18 da lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, o relatório de cumprimento da meta do resultado primário do Governo Central relativo ao ano 2000, acompanhado do método de apuração".

Relator: Senador **Moreira Mendes**

I – Relatório

I.1 – Bases Conceituais

A Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2000 (Lei 9.811, de 28 de julho de 1999) estabelece metas de resultado primário para o exercício de 2000 dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e das Empresas Estatais Federais.

O resultado primário é um indicador que mede o desempenho das contas do setor público, do ponto de vista da capacidade de pagamento de suas dívidas, bem como de sua contribuição para a poupança total do país e pressão sobre a expansão de moeda na economia.

De forma simplificada, pode-se conceituar o resultado primário como a diferença entre receitas (exceto ganhos de aplicações e operações de crédito) e despesas (exceto juros nominais devidos e amortizações de dívidas). O resultado primário positivo indica que as receitas foram maiores que as despesas, porém não significa que foi possível o pagamento integral dos juros e das amortizações. Atualmente, o Governo tem honrando parte dos juros com esse resultado. As amortizações e o restante da conta de juros tem sido pagos com nova dívida junto ao setor privado, em sua maioria sob forma de títulos públicos.

O Governo tem adotado uma política de manter constante o quociente dívida pública sobre o Produto Interno Bruto (PIB). A dívida pública aumenta se os juros não forem integralmente pagos, se a taxa de juros básica aumentar, se a taxa de câmbio aumentar e se esses aumentos forem muito superiores ao crescimento do PIB. Existem combinações entre esses crescimentos que determinam a manutenção do quociente dívida/PIB. Logo, dados a taxa de juros e a de câmbio, os valores do PIB e da dívida, pode-se determinar qual o superávit primário necessário para que o referido quociente se mantenha constante. Esse superávit é colocado como meta na Lei das Diretrizes Orçamentárias, com base nos parâmetros estimados para o exercício seguinte.

Tal política tem como objetivo final evitar pressões sobre os níveis de preço da economia, mantendo-se baixa a taxa de inflação.

I.2. Análise da Matéria

O resultado primário inicialmente estabelecido pela LDO 2000 para o exercício de 2000 foi de um superávit de 2,7% do PIB, sendo 0,1% para as Estatais Federais e 2,6% para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Porém, no decorrer do ano esses valores foram alterados, por tanto pela Medida Provisória nº 2.030 e suas sucessoras, convertida na Lei nº 10.210/2001, como pelo Projeto de Lei Orçamentária para 2000 e pela Lei Orçamentária de 2000. A Medida Provisória 2030/2000 permitiu que houvesse a compensação dos superávits fiscais e da seguridade social com o das Estatais Federais, de maneira que, em conjunto, ambos apresentassem o superávit de R\$30,5 bilhões.

O superávit previsto na Lei Orçamentária para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social era de R\$29,3 bilhões, enquanto o valor realizado foi de R\$21,1 bilhões; já as Empresas Estatais que estavam com um superávit previsto de R\$1,2 bilhão finalizaram o ano com R\$10,2 bilhões de superávit primário. O Governo justificou o cumprimento da meta argumentando que o bom desempenho das estatais permitiu que fosse reduzida a necessidade de superávit primário do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. A LDO só não foi contrariada pela obtenção de superávit primário menor por que a Medida Provisória nº 2.030/2000 a alterou, estabelecendo meta de superávit não mais para os orçamentos fiscais e da seguridade, mas para o governo como um todo, incluindo-se as empresas estatais.

METAS FISCAIS - ANO 2000

DISCRIMINAÇÃO	LDO 2000/11		PLOA 2000/12		LOA 2000/13		MP 2000-30/14		REPROG 2000/15		REALIZAC 2000/16	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
RECEITA	-	-	228,2	21,34	235,5	20,86	-	-	233,8	20,7	237,1	21,8
DESPESA	-	-	200,7	18,69	206,2	18,29	-	-	210,3	18,62	216	19,8
SUPRIM.GOV.CENTRAL	-	2,6	28,5	2,65	29,3	2,6	-	-	23,5	2,08	21,1	1,9
SUPRIM.MUNICI	-	2,7	29,6	2,79	31,7	2,7	30,5	-	30,5	-	30,8	2,8
ESTATAIS	-	0,1	1,2	0,1	1,2	0,1	-	-	7,3	-	10,2	0,9
GOV.CENTRAL (*)	-	2,6	28,5	2,65	30,5	2,6	-	-	23,5	-	20,4	1,9

1/ Lei 9.995, DE 25/07/2000 (Lei das Diretrizes Orçamentárias p/2000)

2/ PL 1 (Projeto de Lei Orçamentária p/ 2000)

3/ Lei 9.999, DE 11/05/2000, Lei Orçamentária de 2000

4/ Lei 10.210/01 (alterou a LDO 2000)

5/ PL 17/2000 (PLOA 2001), Projeto de Lei Orçamentária de 2001

6/ Projeto de Lei nº 4 de 2001 (Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias p/ 2002)

(*) No realizado de 2000, o superávit de R\$ 21,1 bilhões sofreu ajuste de R\$ 700 milhões, referente à discrepância estatística com o Banco Central.

Ressalte-se que o superávit fiscal e o da seguridade social é apurado pelo critério "acima da linha", em quanto que o cálculo da para verificação da meta é pelo "abaixo da linha". Na literatura do setor público, o critério "acima da linha" é o cálculo tradicional de resultado, ou seja, computa-se a receita menos a despesa total. Já o cálculo "abaixo da linha" leva em conta a variação dos estoques de dívida líquida da variação dos ativos, presumindo-se que se houver superávit ou déficit, grosso modo, estes vão se refletir nos estoques de passivos e ativos. Em tese, esses critérios deveriam chegar exatamente ao mesmo resultado, já que são apenas maneiras diferentes de calcular o mesmo fenômeno. Nos últimos anos, entretanto, não tem sido o caso. Em 1999 e 2000, por exemplo, os resultados "acima e abaixo da linha" para o governo central, distanciaram-se em R\$2,4 bilhões e R\$719 milhões, respectivamente. No primeiro ano, maior o superávit "abaixo da linha" e o contrário no segundo ano.

Apesar dessas observações, há de se reconhecer que a meta de superávit primário foi cumprida.

II – Voto do Relator

Ante o exposto, opinamos por que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprove o relatório de cumprimento da meta de resultado primário do Governo Central para o ano 2000.

Sala da Comissão, de maio de 2001. – **Moreira Mendes**, Relator

Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Sétima Reunião Ordinária, em sete de junho de 2001, aprovou, com todos os votos dos Deputados Virgílio Guimarães e João Grandão, o Relatório do Senador Moreira Mendes sobre a Mensagem nº 92/01-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do parágrafo 3º do art. 18 da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, o relatório de cumprimento da meta do resultado primário do Governo Central relativo ao ano 2000, acompanhada do metodologia de apuração". Foi decidido, com base no art. 18, § 4º da Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999, o encaminhamento de cópia ao Ministro da Fazenda, para conhecimento.

Compareceram Senhores Senadores Carlos Bezerra, Presidente; Mozarildo Cavalcanti, Segundo Vice-Presidente; Amir Lando, Carlos Patrocínio, Eduardo Siqueira Campos, Francelino Pereira, Jonas Pinheiro, José Coelho, Lúcio Alcântara, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Nabor Júnior, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sebastião Rocha e Tião Viana; e Deputados Santos Filho, Primeiro Vice-Presidente; Virgílio Guimarães, Terceiro Vice-Presidente; Adolfo Marinho, Ailton Dipp, Alberto Goldman, Alceste Almeida, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Aracely de Paula, Armandinho Abílio, Arnon Bezerra, Atíla Lins, Danilo de Castro, Francisco Garcia, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Ildefonso Cordeiro, João Almeida, João Grandão, João Magno, João Tota, Jonival Lucas Júnior, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Elias, José Egydio, José Pimentel, Josué Bengtson, Lincoln Portela, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Nelson Meurer, Newton Lima, Olavo Calheiros, Olímpio Pires, Oliveira Filho, Orlando Desconsi, Pastor Valdeci Paiva, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pompeu de Mattos, Professor Luizinho, Ramundo Gomes de Mattos, Ricardo Barros, Romeu Queiroz, Rubens Bueno, Santos Filho, Silas Brasileiro e Wilson Braga.

Sala de Reuniões, 7 de junho de 2001. – **Carlos Bezerra**, Presidente – **Moreira Mendes**, Relator.

Emendas

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.080-64**, ADOTADA EM 13 DE JUNHO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 15 DO MESMO MÊS E ANO QUE "ALTERA OS ARTS. 1º, 4º, 14, 16 E 44, E ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, QUE INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL, BEM COMO ALTERA O ART. 10 DA LEI Nº 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - ITR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado ANTÔNIO CARLOS KONDER , REIS	123
Deputado JOSÉ MILITÃO	122
Deputado ROBERTO BALESTRA	119
Deputado RONALDO CAIADO	120 121

SACM

TOTAL DE EMENDAS – 123

Convalidadas – 118

Adicionadas - 005



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.080-64

000119

2	DATA 20.06.01	3	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 2080-64, de 2001	
4	AUTOR DEPUTADO ROBERTO BALESTRA		5	Nº PRONTUÁRIO
6				
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
7				
PAGINA 01/01		8	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

9				
TEXTO				
<p>Dê-se ao § 2º, art. 4º, da Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 2080-64, a seguinte redação:</p> <p>“Art. 4º..... § 1º § 2º - A supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana dependerá de autorização do órgão ambiental municipal competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia, quando couber, do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico. Inexistindo os órgãos municipais e plano diretor referidos neste parágrafo, aplicar-se-á o disposto no § 1º supra.”</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A emenda sugerida complementa a redação original estabelecendo a alternativa a ser adotada para a hipótese de os municípios não possuírem Plano Diretor e órgãos municipais a que o parágrafo alude, eliminando-se, assim, vácuo legislativo e vinculando, destarte, a supressão de vegetação à autorização do órgão estadual competente, com anuência prévia do órgão federal ou municipal competente.</p>				
10				
ASSINATURA				



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.080-64

000120

2 DATA 18-06-2001		3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 2080-64, de 2001	
4 AUTOR DEPUTADO RONALDO CAIADO		5 Nº PRONTUÁRIO	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01/01	8 ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

9 TEXTO	
<p>Dê-se à alínea "b", do inciso IV, do § 2º, do Art. 1º, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, de que trata o Art. 1º da Medida Provisória nº 2080-64, a seguinte redação:</p> <p>"Art. 1º..... § 2º..... IV - b) as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços de transporte, saneamento, energia, telecomunicações e, nas áreas urbanas, as relativas ao desenvolvimento urbano admitidas no Plano Diretor Municipal de que trata o Art. 182 da Constituição Federal".</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A alínea "b", objeto desta proposição, ao nominar determinados serviços públicos, incorre em omissão de outras atividades que foram alçadas à condição de serviço público pela Constituição Federal de 1988, como, por exemplo, telecomunicações, bem assim, as relativas ao desenvolvimento urbano previstas no Plano Diretor Municipal, confirmando-se, outrossim, a distinção entre o tratamento a ser atribuído às áreas urbanas em confronto com as áreas rurais.</p>	

10 ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.080-64

000121

2 DATA 18-06-2001		3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 2080-64, de 2001	
4 AUTOR DEPUTADO RONALDO CAIADO		5 Nº PRONTUÁRIO	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PAGINA 01/01		8 ARTIGO 1º	
		PARAGRAFO	
		INCISO	
		ALÍNEA	

5 TEXTO	
<p>Inclua-se no Art. 1º da Medida Provisória nº 2080-64, nova redação para o parágrafo único do Art. 2º, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com o seguinte teor:</p> <p>“Art. 2º..... Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por Lei Municipal e nas Regiões Metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo quando inexistir a legislação municipal referida neste parágrafo.”</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A presente emenda objetiva permitir que os municípios possam, dentro dos limites de seu peculiar interesse, da competência constitucional que lhe é atribuída para estabelecer regras urbanísticas e mediante Leis discutidas e votadas nas Câmaras Municipais, estabelecer as condições de ocupação do uso do solo urbano, cujos critérios devem observar condições distintas da ocupação do solo rural.</p>	

9 ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.080-64
000122

DATA 19 de junho de 2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.080-64, de 13 de junho de 2001			
AUTOR Deputado José Militão	Nº PRONTUÁRIO 241			
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
TEXTO				
<p>Acrescente-se o seguinte artigo e parágrafo:</p> <p>"Art. Os gastos para implementação ou manutenção de projetos de florestamento ou de reflorestamento, incorridos por pessoa jurídica que explore a atividade rural, poderão ser integralmente exauridos no próprio ano de sua efetivação para fins de apuração do Lucro Real e da base de cálculo da Contribuição sobre o Lucro Líquido.</p> <p>Parágrafo único. A dedução de que trata o presente artigo não pode exceder, em cada período base, vinte e cinco por cento do imposto de renda devido".</p> <p>JUSTIFICATIVA:</p> <p>Tendo em vista da atividade de florestamento e reflorestamento, em fase Da seriedade da degradação ambiental impõe-se o aprioramento da legislação do Imposto de Renda de forma que sejam canalizadas melhores recursos para essa atividade.</p> <p>Dep - FETTER JUNIOR</p> <p>Dep - MAX ROSENMANN</p> <p>Dep - XICO GRAZIANO</p>				
ASSINATURA				



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.080-64

000123

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 20.06.01	proposição Medida Provisória nº 2080-64
autor ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	nº do prontuário 475
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página 1/2	Artigo Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória nº2080/64,o seguinte artigo.

Artigo-Os Estados deverão providenciar programas de florestamento e reflorestamento destinados à formação de micro-florestas, na pequena propriedade rural, utilizando espécies compatíveis com as necessidades do mercado regional, bem como para o consumo doméstico e agro-industrial.

§Único- O volume de madeira produzido por esses programas servirá para dar cumprimento ao disposto nos artigos 20 e 21 da Lei nº4.771, de 15 de setembro de 1965.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, o consumo de biomassa como insumo energético é bem expressivo e se constitui num dos principais fatores de supressão da vegetação nativa, em especial, da vegetação secundária, em estágio inicial de desenvolvimento.

O consumo de lenha e carvão vegetal por alguns segmentos industriais, bem como para fins domésticos e secagem de grãos e folhas, pode atingir a um volume anual de 7 milhões de metros cúbicos na Região Sul.O consumo de madeira para secagem do fumo, em estufa, atinge o expressivo volume de 1,2 milhões de metros cúbicos por ano, sendo que para a erva-mate e cereais e nos fornos e fogões domésticos no meio rural, ultrapassa à casa de um milhão de metros cúbicos.

PARLAMENTAR

Brasília



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 20.06.01	proposição Medida Provisória nº 2080-64
autor ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	nº do prestatário 475
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página 2/2	Artigo Parágrafo Inciso alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO	

Para atingir a essa demanda, é necessário o abate, a corte raso, de cerca de 20 mil hectares de vegetação nativa secundária.

É imprescindível que o poder público implante programas de florestamento e reflorestamento, para a geração de matéria-prima, resguardando os remanescentes florestais nativos que devem permanecer nas propriedades rurais, em quantidade suficiente para o cumprimento de sua função social.

Tais programas deverão apresentar formas de financiamento especiais e acessíveis à população rural, atendendo, prontamente, às pequenas propriedades, gerando emprego e contribuindo para o fortalecimento da economia.

O caráter de auto-suficiência de matéria-prima florestal, determinado às unidades industriais consumidoras, expresso nos artigos 20 e 21 da Lei de nº 4771/65, constitui-se numa inquestionável distorção da política florestal brasileira, pois deixa fora dos processos produtivos florestais, a propriedade rural, cujo papel no suprimento de madeira foi essencial ao cumprimento das demandas, nas décadas de 40, 50, 60 e em parte da de 70. Nessa época, os recursos florestais nativos eram as únicas fontes de suprimento de madeira. Sua transferência do meio rural para os segmentos industriais acarretou a desapropriação das propriedades rurais, provocando reflexos negativos sobre o meio ambiente, em consequência da diminuição da cobertura florestal.

PARLAMENTAR

Brasília,

LEI Nº 4771 DE 15/09/65

§ 3º Aplica-se às áreas de cerrado a *reserva legal* de 20% (vinte por cento) para todos os efeitos legais. **(Parágrafo acrescentado pela Lei nº 7.803 de 18.7.1989)**

Art. 17. Nos loteamentos de propriedades rurais, a área destinada a completar o limite percentual fixado na letra a do artigo antecedente, poderá ser agrupada numa só porção em condomínio entre os adquirentes.

Art. 18. Nas terras de propriedade privada, onde seja necessário o florestamento ou o reflorestamento de preservação permanente, o Poder Público Federal poderá fazê-lo sem desapropriá-las, se não o fizer o proprietário.

§ 1º Se tais áreas estiverem sendo utilizadas com culturas, de seu valor deverá ser indenizado o proprietário.

§ 2º As áreas assim utilizadas pelo Poder Público Federal ficam isentas de tributação.

Art. 19. A exploração de florestas e de formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de aprovação prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme. **(Redação dada pela Lei nº 7.803, de 18.7.1989)**

Parágrafo único. No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas. **(Parágrafo acrescentado pela Lei nº 7.803, de 18.7.1989)**

Art. 20. As empresas industriais que, por sua natureza, consumirem grande quantidades de matéria prima florestal serão obrigadas a manter, dentro de um raio em que a exploração e o transporte sejam julgados econômicos, um serviço organizado, que assegure o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, cuja produção sob exploração racional, seja equivalente ao consumido para o seu abastecimento.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo, além das penalidades previstas neste Código, obriga os infratores ao pagamento de uma multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor comercial da matéria-prima florestal nativa consumida além da produção da qual participe.

Art. 21. As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria prima florestal, são obrigadas a manter florestas

próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.

Parágrafo único. A autoridade competente fixará para cada empresa o prazo que lhe é facultado para atender ao disposto neste artigo, dentro dos limites de 5 a 10 anos.

Art. 22. A União, diretamente, através do órgão executivo específico, ou em convênio com os Estados e Municípios, fiscalizará a aplicação das normas deste Código, podendo, para tanto, criar os serviços indispensáveis. *(Redação dada pela Lei nº 7.803, de 18.7.1989)*

Parágrafo único. Nas áreas urbanas, a que se refere o parágrafo único do art. 2º desta Lei, a fiscalização é da competência dos municípios, atuando a União supletivamente. *(Parágrafo acrescentado pela Lei nº 7.803, de 18.7.1989)*

Art. 23. A fiscalização e a guarda das florestas pelos serviços especializados não excluem a ação da autoridade policial por iniciativa própria.

Art. 24. Os funcionários florestais, no exercício de suas funções, são equiparados aos agentes de segurança pública, sendo-lhes assegurado o porte de armas.

Art. 25. Em caso de incêndio rural, que não se possa extinguir com os recursos ordinários, compete não só ao funcionário florestal, como a qualquer outra autoridade pública, requisitar os meios materiais e convocar os homens em condições de prestar auxílio.

Art. 26. Constituem contravenções penais, puníveis com três meses a um ano de prisão simples ou multa de uma a cem vezes o salário-mínimo mensal, do lugar e da data da infração ou ambas as penas cumulativamente:

- a) destruir ou danificar a floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação ou utilizá-la com infringência das normas estabelecidas ou previstas nesta Lei;
- b) cortar árvores em florestas de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente;
- c) penetrar em floresta de preservação permanente conduzindo armas, substâncias ou instrumentos próprios para caça proibida ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem estar munido de licença da autoridade competente;
- d) causar danos aos Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais, bem como às Reservas Biológicas;

Emendas

AO

PROJETO DE LEI

Nº 011/2001-CN

MENSAGEM

Nº 00319, de 06/06/2001 – CN
(Nº 0520, de 05/06/2001, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente”.

Índice de Emendas

PLN: 011/2001 EMENDA

		Total por Parlamentar
FREIRE JUNIOR	00017 a 00024	8
JOÃO CALDAS	00003 a 00012	10
MAURO MIRANDA	00015 e 00016	2
OSVALDO REIS	00013 e 00014	2
ROMERO JUCÁ	00002	1
WALDECK ORNELAS	00001	1
Total de Emendas:		24



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00001**

PL 011/2001

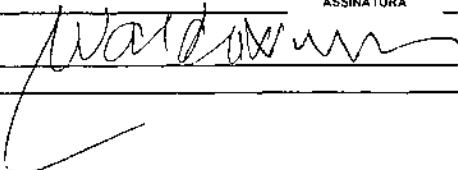
CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN nº 011 / 2001	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	---	-------------------------

TEXTO								
ACRÉSCIMO :								
FUNC. PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
18 544 0515 1851 0907	Construção e recuperação de obras infra estrutura F	F	3	P	30	0	115	10.000.000,00
	hídrica - obras de revitalização e recuperação do	F	4	P	30	0	115	70.000.000,00
	Rio São Francisco							
TOTAL								80.000.000,00
CANCELAMENTOS :								
FUNC. PROGRAMÁTICA	PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
18 544 0520 3690 0001	Construção de adutores - na região Nordeste	F	4	P	90	0	115	60.000.000,00
	Adutor construído (% de execução física)							
18 544 0520 3691 0001	Construção de unidades de bombeamento	F	4	P	90	0	115	20.000.000,00
	- na Região Nordeste							
TOTAL								80.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal tomou a iniciativa de enviar ao Congresso Nacional pedido de crédito suplementar para a construção de infra-estrutura hídrica no Rio São Francisco no valor de setenta milhões de reais . A providência é válida, mas constata-se um erro flagrante na proposta do Executivo em relação ao valor pretendido, o qual está muito aquém do necessário para se implementar as obras de revitalização e recuperação do Rio . Com efeito, a presente emenda se presta a elevar o crédito solicitado a um patamar mais condizente com a realidade, e assim se garantir o sucesso desse passo inicial do programa de transposição das águas do São Francisco, o qual é de suma importância para a sequência das obras que se pretende para aquela região .

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	SENADOR WALDECK ORNÉLAS	BA	PFL
DATA	ASSINATURA		
17/06/2001			

**CONGRESSO NACIONAL**
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO**EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL****EMENDA - 00002**

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN Nº 11, DE 2001 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se na Programação de Trabalho da Unidade Orçamentária

53101 – Ministério da Integração Nacional, o seguinte subtítulo:

18.544.0515.1851.1264 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica

Obras de Drenagem – Boa Vista – RR

GND: 4

Modalidade de Aplicação: 40

Valor: R\$ 1.000.000,00

Fonte de cancelamento:

18.544.0515.1851.0907 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica

Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco

Fonte: 115

GND: 4

Modalidade de Aplicação: 30

Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa suplementar os recursos já constantes da LOA para 2001, objetivando desenvolver ações de drenagem em Boa Vista – RR, que resultem em diminuição da proliferação de vetores de doenças, especialmente os transmissores da malária, bem como melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população.

CÓDIGO

2282-3

NOME DO PARLAMENTAR

Senador ROMERO JUCA

UF

RR

PARTIDO

PSDB

DATA

18/06/2001

ASSINATURA

**CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e F

EMENDA - 00003

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL Nº 11/2001-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na Unidade Orçamentária, 53.101 – Ministério da Integração Nacional, o seguinte Programa:

Acrescentar:

UO: 53.101

Funcional: 20.607.0379.1836.0075- Construção de Obras de Infra-estrutura de Uso Comum – Projeto Pindorama no Estado de Alagoas.

Valor: 7.000.000,00

Mod: 30

Fonte 115

GND: 4

Cancelar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.0907

Valor: 7.000.000,00

Mod:30

Fonte: 115

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários o Programa supracitado, para execução de obras e serviços de interesse público, investimento em melhoria de condições de vida das populações de baixa renda familiar, contribuindo, assim, para a minimização dos efeitos da degradação ambiental.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO JOÃO CALDAS

UF

AL

PARTIDO

PTB

DATA

20.06.2001

ASSINATURA

**CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00004**

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL Nº 11/2001-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na Unidade Orçamentária, 53.101 – Ministério da Integração Nacional, o seguinte Programa:

Acrescentar:

UO: 53.101

Funcional: 18.542.0515.1845.0304- Construção de Obras de Contenção de Enchentes – Controle de Enchentes – Viçosa – AL.

Valor: 2.000.000,00

Mod: 40

Fonte 115

GND: 4

Cancelar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.0907

Valor: 2.000.000,00

Mod: 30

Fonte: 115

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários o Programa supracitado, para execução de obras e serviços de interesse público, investimento em melhoria de condições de vida das populações de baixa renda familiar, contribuindo, assim, para a minimização dos efeitos da degradação ambiental.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOÃO CALDAS**AL****PTB**

DATA

ASSINATURA

20.06.2001

**CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00005

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

1A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL Nº 11/2001-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na Unidade Orçamentária, 53.101 – Ministério da Integração Nacional, o seguinte Programa:

Acrescentar:

UO: 53.101

Funcional: 18.542.0515.1845.0816- Construção de Obras de Contenção de Enchentes – Contenção de Encostas – Porto de Pedras – AL

Valor: 2.000.000,00

Mod: 40

Fonte 115

GND: 4

Cancelar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.0907

Valor: 2.000.000,00

Mod:30

Fonte: 115

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários o Programa supracitado, para execução de obras e serviços de interesse público, investimento em melhoria de condições de vida das populações de baixa renda familiar, contribuindo, assim, para a minimização dos efeitos da degradação ambiental.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO JOÃO CALDAS

UF

AL

PARTIDO

PTB

DATA

20.06.2001

ASSINATURA

**CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

EMENDA - 00006**EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**

PL 011/2001

CMPOFF - MENSAGEM 0319/2001

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL Nº 11/2001-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na Unidade Orçamentária, 53.101 – Ministério da Integração Nacional, o seguinte Programa:

Acrescentar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.0840- Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica- Construção de Barragem em Água Branca – AL.

Valor: 2.000.000,00

Mod: 40

Fonte 115

GND: 4

Cancelar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.0907

Valor: 2.000.000,00

Mod:30

Fonte: 115

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários o Programa supracitado, para execução de obras e serviços de interesse público, investimento em melhoria de condições de vida das populações de baixa renda familiar, contribuindo, assim, para a minimização dos efeitos da degradação ambiental.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO JOÃO CALDAS

UF

AL

PARTIDO

PTB

DATA

20.06.2001

ASSINATURA

**CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

EMENDA - 00007**EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL Nº 11/2001-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na Unidade Orçamentária, 53.101 – Ministério da Integração Nacional, o seguinte Programa:

Acrescentar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.0846- Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica- Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica – Ibateguara – AL.

Valor: 2.000.000,00

Mod: 30

Fonte 115

GND: 4

Cancelar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.0907

Valor: 2.000.000,00

Mod:30

Fonte: 115

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários o Programa supracitado, para execução de obras e serviços de interesse público, investimento em melhoria de condições de vida das populações de baixa renda familiar, contribuindo, assim, para a minimização dos efeitos da degradação ambiental.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO JOÃO CALDAS

UF

AL

PARTIDO

PTB

DATA

20.06.2001

ASSINATURA

**CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

EMENDA - 00008**EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**

PL 011/2001

CMPQPF - MENSAGEM 0319/2001

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL Nº 11/2001-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na Unidade Orçamentária, 53.101 – Ministério da Integração Nacional, o seguinte Programa:

Acréscimo:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.0854- Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica- Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica – São Luís do Quitunde – AL.

Valor: 2.000.000,00

Mod: 40

Fonte 115

GND: 4

Cancelar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.0907

Valor: 2.000.000,00

Mod: 30

Fonte: 115

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários o Programa supracitado, para execução de obras e serviços de interesse público, investimento em melhoria de condições de vida das populações de baixa renda familiar, contribuindo, assim, para a minimização dos efeitos da degradação ambiental.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO JOÃO CALDAS

UF

AL

PARTIDO

PTB

DATA

20.06.2001

ASSINATURA

**CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00009**

RA

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL Nº 11/2001-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na Unidade Orçamentária, 53.101 – Ministério da Integração Nacional, o seguinte Programa:

Acrescentar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.1306- Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica- Canal do Sertão Alagoano – Delmiro Gouveia – AL.

Valor: 7.000.000,00

Mod: 30

Fonte 115

GND: 4

Cancelar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.0907

Valor: 7.000.000,00

Mod:30

Fonte: 115

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários o Programa supracitado, para execução de obras e serviços de interesse público, investimento em melhoria de condições de vida das populações de baixa renda familiar, contribuindo, assim, para a minimização dos efeitos da degradação ambiental.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOÃO CALDAS

AL

PTB

DATA

ASSINATURA

20.06.2001

**CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Financeiros

EMENDA - 00010

EMENDA A CRÉDITO ADICIONALPL 011/2001
CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL Nº 11/2001-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na Unidade Orçamentária, 53.101 – Ministério da Integração Nacional, o seguinte Programa:

Acrescentar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.1344- Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica- Construção de Açudes Públicos no Estado de Alagoas - AL.

Valor: 5.000.000,00

Mod: 40

Fonte 115

GND: 4

Cancelar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.0907

Valor: 5.000.000,00

Mod: 30

Fonte: 115

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários o Programa supracitado, para execução de obras e serviços de interesse público, investimento em melhoria de condições de vida das populações de baixa renda familiar, contribuindo, assim, para a minimização dos efeitos da degradação ambiental.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO JOÃO CALDAS

UF

AL

PARTIDO

PTB

DATA

20.06.2001

ASSINATURA

**CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

EMENDA - 00011

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL Nº 11/2001-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na Unidade Orçamentária, 53.101 – Ministério da Integração Nacional, o seguinte Programa:

Acréscentar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.1310- Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica- Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica do Agreste alagoano – Alagoas – AL (Barragem Bananeira).

Valor: 3.000.000,00

Mod: 40

Fonte 115

GND: 4

Cancelar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.0907

Valor: 3.000.000,00

Mod: 30

Fonte: 115

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários o Programa supracitado, para execução de obras e serviços de interesse público, investimento em melhoria de condições de vida das populações de baixa renda familiar, contribuindo, assim, para a minimização dos efeitos da degradação ambiental.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO JOÃO CALDAS

UF

AL

PARTIDO

PTB

DATA

20.06.2001

ASSINATURA

**CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

EMENDA - 00012**EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

A**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚMERO

PL Nº 11/2001-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementar na Unidade Orçamentária, 53.101 – Ministério da Integração Nacional, o seguinte Programa:

Acréscimo:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.1312- Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica-Aproveitamento Hidroagrícola do Rio Balsamo – Palmeira dos Índios – AL.

Valor: 7.000.000,00

Mod: 40

Fonte 115

GND: 4

Cancelar:

UO: 53.101

Funcional: 18.544.0515.1851.0907

Valor: 7.000.000,00

Mod: 30

Fonte: 115

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suplementar de recursos orçamentários o Programa supracitado, para execução de obras e serviços de interesse público, investimento em melhoria de condições de vida das populações de baixa renda familiar, contribuindo, assim, para a minimização dos efeitos da degradação ambiental.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOÃO CALDAS**AL****PTB**

DATA

ASSINATURA

20.06.2001



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00013

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

INSTRUÇÃO NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 011/2001	PÁGINA 1 de 1
--------------------	-----------------------------------	------------------

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de Trabalho do Ministério da Integração Nacional - 53101, o seguinte subprojeto: 20.607.0379.1836.0136

Acrescentar:

UO: 53101

Título: Construção de Obras de Infra-estrutura de Irrigação de uso Comum/Projeto de Irrigação 3º Rio/Sampaio no Estado do Tocantins

Valor: R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)

Modalidade de Aplicação: 30

GND: 4

Cancelamento:

UO: 53101

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0907

Valor: R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Projeto SAMAPIO está sendo implantado na Região do Bico do Papagaio, no Norte do Estado do Tocantins, abrangendo uma área de 8.000, envolvendo municípios extremamente carentes. Sua implantação propiciará o desenvolvimento econômico através de projetos de lavouras irrigadas e fruticultura, beneficiando mais de 2.000 famílias.

Os recursos aprovados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2001, não são suficientes para a implantação de sua infra-estrutura. Por isso, a presente emenda visa suplementar os recursos necessários para a execução do Projeto.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1640-8	Deputado OSVALDO REIS	TO	PMDB
DATA	ASSINATURA		
20/06/2001			



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 00014**

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

PROJETO DE LEI NÚMERO		PÁGINA
INSTRUÇÃO Nº 10-VERSO	011/2001	1 de 1
TEXTO		
<p>Acrescente-se ao Programa de Trabalho do Ministério da Integração Nacional - 53101, o seguinte subprojeto: 18.544.0515.1851.0909</p> <p>Acrescentar:</p> <p>UO: 53101 Título: Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica/Projeto PROPERTINS no Estado do Tocantins Valor: R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) Modalidade de Aplicação: 30 GND: 4</p> <p>Cancelamento:</p> <p>UO: 53101 Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0907 Valor: R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) GND: 4</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>O Projeto de Projeto PROPERTINS contempla uma das mais pobres regiões do estado do Tocantins. Sua implantação propiciará o desenvolvimento de área que engloba cerca de 18 municípios e uma população de aproximadamente 150.000 habitantes.</p> <p>Os recursos aprovados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2001, não são suficientes para a implantação de sua infra-estrutura. Por isso, a presente emenda visa suplementar os recursos necessários para a execução do Projeto.</p>		
CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF PARTIDO
1640-8	Deputado OSVALDO REIS	TO PMDB
DATA	ASSINATURA	
20/06/2001		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00015

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 11 de 2001-CN	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	--	------------------

TEXTO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

20.607.0379.1836.0067 – CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM – PROJETO FLORES DE GOIÁS NO ESTADO DE GOIÁS

ESF – F GND – 4 FTE – 100 MA – 30 VALOR: R\$ 10.000.000

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

18.544.0515.1851.0907 – CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA – OBRAS DE REVITALIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

ESF – F GND – 4 FTE – 115 MA – 30 VALOR: R\$ 10.000.000

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA TEM A FINALIDADE DE ASSEGURAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM NO PROJETO FLORES DE GOIÁS. PROJETO DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO NORDESTE DO ESTADO DE GOIÁS.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR SEN. MAURO MIRANDA	UF GO	PARTIDO PMDB
DATA 20/06/01	ASSINATURA		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00016

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 11 de 2001-CN	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	---	-------------------------

TEXTO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

18.544.0515.1851.1348 – CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA NO ESTADO DE GOIÁS – GO

ESF – F GND – 4 FTE – 100 MA – 30 VALOR: R\$ 10.000.000

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

18.544.0515.1851.0907 – CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA – OBRAS DE REVITALIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

ESF – F GND – 4 FTE – 115 MA – 30 VALOR: R\$ 10.000.000

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA TEM A FINALIDADE DE ASSEGURAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA EM DIVERSAS LOCALIDADES DO ESTADO DE GOIÁS EM QUE A POPULAÇÃO CARENTE DAS REFERIDAS LOCALIDADES PADECEM TANTO DA FALTA DE ÁGUA POTÁVEL QUANTO COM A VIOLÊNCIA DAS CHEIAS QUE AS ATINGEM NO PERÍODO DAS CHEIAS.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	SEN. MAURO MIRANDA	GO	PMDB
DATA	ASSINATURA		
20/06/01			



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENT

EMENDA - 00017

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

11, DE 2001 - CRY

PÁGINA
DE

TEXTO

suplementa -se na UO 53.101 Ministerio da Integração Nacional , PL 11 de 2001 CN o seguinte subtítulo.

Continuação da obra do cais de conteção do RIO ARAGUAIA , na cidade de ARAGUA-TINS, Estado do TOCANTINS, no valor de R\$2.000.000,00 (DOIS MILHOES DE REAIS).

Cancela -se 185440515.18510907 Contrução e recuperação de obras de Infra Estru-tura Hidrica GND3. FONTE 115 , no valor de R\$ 2.000.000,00 (DOIS MILHOES DE REAIS)

JUSTIFICAÇÃO

A construção do cais é de fundamental importancia para a proteção das habi-tações e vias urbanas que ficam às margens do RIO ARAGUAIA.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

FREIRE JR.

UF

TO

PARTIDO

PMDB.

DATA

20/6/01

ASSINATURA

**CONGRESSO NACIONAL**
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAM

CANALIZAÇÃO

EMENDA - 00018**EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**

PL 011/2001

JETA

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 11, de 2001 - CN	PÁGINA DE
---------------------	---	--------------

TEXTO

Suplemente - se na UO 53.101 - Ministério da Integração Nacional, PL 11 de 2001 - CN o seguinte subtítulo.

Canalização do correjo MUTUM, situada na zona urbana da cidade de PINDORAMA, Estado do TOCANTINS, no valor de R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHOES DE REAIS).

Cancela - se :

185440515.185.10907 - Construção e recuperação de obras de Infra Estrutura Hidrica. GND - 3 - FONTE 115, no valor de R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHOES DE REAIS).

JUSTIFICAÇÃO

A Canalização do correjo MUTUM é de fundamental importância para conter o excesso de água que transborda na época das chuvas, trazendo transtornos para a população de PINDORAMA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR FREIRE JR	UF TO	PARTIDO PMDB
DATA 20/06/01	ASSINATURA 		

**CONGRESSO NACIONAL**
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA - 00019

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 011/2001

TA

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 11, de 2001 - CN	PÁGINA DE
TEXTO		
<p>Suplemente - se na UO 53.101 - Ministério da Integração-Nacional, PL 11, de 2001 CN o seguinte subtítulo.</p> <p>Canalização do correjo NEBLINA, situada na zona urbana da cidade de ARAGUAÍNA, Estado do TOCANTINS, no valor de R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHOES DE REAIS).</p> <p>Cancela - se:</p> <p>185440515.185.10907 - Construção e recuperação de obras de Infra Estrutura Hidráulica. GND - 3 - FONTE 115, no valor de R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHOES DE REAIS).</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A canalização do correjo NEBLINA é de fundamental importância para conter o excesso de água na época das chuvas, que transborda trazendo transtornos para a população de ARAGUAÍNA.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF PARTIDO
	FREIRE JR	TO PMDB
DATA	ASSINATURA	
20/06/01		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA - 00020

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 011/2001

UETA

CMPOFF - MENSAGEM 0319/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 11, de 2001 - CN	PÁGINA DE
---------------------	---	--------------

TEXTO

Suplemente - se na UO 53.101 - Ministério da Integração Nacional, PL 11 de 2001 - CN o seguinte subtítulo.

Canalização do correjo LAVA-PÊS, situada na zona urbana da cidade de ARAGUAÍNA, Estado do TOCANTINS, no valor de R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHOES DE REAIS).

Cancela - se:

185440515.185.10907 - Construção e Recuperação de obras de Infra Estrutura Hidrica. GND- 3 - FONTE 115, no valor de R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHOES DE REAIS).

JUSTIFICAÇÃO

A canalização do correjo LAVA-PÊS é de fundamental importância para conter o excesso de água que transborda na época das chuvas, trazendo transtornos a população de ARAGUAÍNA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR FREIRE JR	UF TO	PARTIDO PMDB
DATA 20/06/01	ASSINATURA 		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA - 00021

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

A

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA DE
	11, de 2001 - CN	
TEXTO		
<p>Suplemente - se na UO 53.101 - Ministério da Integração Nacional, PL 11 de 2001 - CN o seguinte subtítulo.</p> <p>Canalização do CORRÊGO GETÚLIO, situada na zona urbana da cidade de DIANÓPOLIS, Estado do TOCANTINS, no valor de R\$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais).</p> <p>Cancela - se :</p> <p>185440515.185.10907 - Construção e recuperação de obras de infra estrutura hidrica. GND - 3 FONTE 115, no valor de R\$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais).</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A canalização do córrego GETULIO é de Fundamental importância para conter o excesso de água que transborda na época das chuvas, trazendo transtorno para a população de Dianópolis.</p>		
CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF PARTIDO
	FREIRE JR	TO PMDB
DATA	ASSINATURA	
20.06.01		

**CONGRESSO NACIONAL**
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAM**EMENDA - 00022****EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**

PL 011/2001

CMPOPF - MENSAGEM 0318/2001

META

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

11, de 2001 - CN

PÁGINA
DE

TEXTO

Suplemente - se na UO 53.101 - Ministério da Integração Nacional, PL 11 de 2001 - CN o seguinte subtítulo.

Canalização do ~~CORREGO~~ GUARAZINHO, situada na zona urbana da cidade de GUARAI, Estado do TOCANTINS, no valor de R\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais).

Cancela - se:

185440515.185.10907 - Construção e Recuperação de obras de Infra Estrutura Hidrica. QND - 3 - FONTE 115 no valor de R\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais)

JUSTIFICAÇÃO

A canalização do correço GUARAZINHO é de fundamental importância para conter o excesso de água que transborda na época das chuvas, trazendo transtornos para a população de GUARAI.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	FREIRE JR	TO	PMDB
DATA	ASSINATURA		
20/06/01			



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMEI

CANALIZAÇÃO

EMENDA - 00023

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 011/2001

TA

CMPOPF - MENSAGEM 0319/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 11, de 2001- CN	PÁGINA DE
---------------------	--	--------------

TEXTO

Suplemente - se na UO 53.101 - Ministério da Integração Nacional, PL 11 de 2001 - CN o seguinte subtítulo.

Canalização do CORRÊGO MUTUCA, situada na zona urbana da cidade de GURUPI, Estado do TOCANTINS, no valor de R\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais).

Cancela-se:

185440515.185.10907 - Construção e recuperação de obras de Infra Estrutura Hidrica. GND - 3 - FONTE 115, no valor de R\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais).

JUSTIFICAÇÃO

A canalização do córrego MUTUCA é de fundamental importância para conter o excesso de água que transborda na época das chuvas, trazendo transtornos a população de GURUPI.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR FRAZETTA	UF TO	PARTIDO PMDB
DATA 20/06/01	ASSINATURA 		



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENT

EMENDA - 00024

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

PL 011/2001

CMPOF - MENSAGEM 0319/2001

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 11 de 2001 - CN	PÁGINA DE
TEXTO		
<p>Suplementa - se na UO 53.101 - Ministério da Integração Nacional, BL 11, de 2001 - CN o seguinte subtítulo.</p> <p>Continuação da obra do cais de contenção do RIO TOCANTINS, na zona urbana da cidade de MIRACEMA DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, no valor de 10.000.000,00. (DEZ MILHOES DE REAIS)</p> <p>Cancela - se:</p> <p>185440515.185.10907 - Construção e recuperação de obras de Infra Estrutura Hidrica. GND - 3 - FONTE 115, no valor de R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHOES DE REAIS)</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A construção do cais é de fundamental importancia para a proteção das habitações e vias urbanas que ficam às margens do RIO TOCANTINS.</p>		
CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF PARTIDO
	FRAI NET	TO PMDB
DATA	ASSINATURA	
20/06/01		

ATOS DO PRESIDENTE**ATO DO PRESIDENTE
Nº 198, DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE designar o Consultor Legislativo **PAULO HENRIQUE SOARES**, matrícula 5121, para exercer a função comissionada, Símbolo FC-8, de Consultor-Geral Adjunto da Consultoria Legislativa.

Senado Federal, 21 de junho de 2001


Senador **JADER BARBALHO**
Presidente

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 199, DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

RESOLVE designar, para substituir o Consultor-Geral Legislativo em seus afastamentos ou impedimentos regulamentares, o Consultor-Geral Adjunto **FERNANDO ARRUDA MOURA**, matrícula 4802, e, nos afastamentos ou impedimentos regulamentares deste, o Consultor-Geral Adjunto **ROBERTO BARBOSA DE CASTRO**, matrícula 5192.

Senado Federal, 21 de junho 2001


Senador **JADER BARBALHO**
Presidente

PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 78, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

Designar os Servidores, **CARLOS ALBERTO CAMPOS MARQUES**, Analista Legislativo, Matrícula nº 2626 (SEEP), **LUIZ FERNANDO VEIGA AVALONE**, Técnico Legislativo, Matrícula nº 2741 (SEEP) e **ROBERTO LUIZ LEITE OLIVEIRA**, Técnico Legislativo, Matrícula nº 2104, para sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 008765/01-4.

Senado Federal, 21 de junho de 2001



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 79, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal.

RESOLVE:

I – Designar o servidor Olivan Duarte de Almeida, matrícula 5330-SF, para integrar a Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 7, de 2001, desta Diretoria-Geral, em substituição ao servidor Antonio Arilton Batista Neto, matrícula 5349-SF, com efeitos retroativos a 1º de junho de 2001.

Senado Federal, 21 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

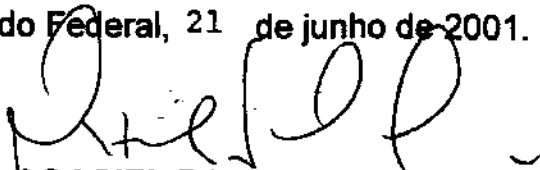
**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 80, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 08, de 2001, do Diretor-Geral do Senado Federal, com efeitos financeiros retroativos a 09 de junho de 2001.

Senado Federal, 21 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1124, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no ato de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

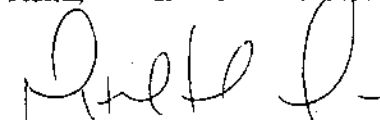
Art. 1º - Excluir da Comissão do Tour dos Finais de Semana, designada pelo Ato do Diretor-Geral nº 1345, de 2000, a servidora Sandra Claudia Costa Bastos, matrícula 3529-SEEP.

Art. 2º - Incluir na mesma Comissão a servidora Ruth Maria Frota Mendonça, matrícula 3805-SEEP.

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2001.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 20 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1125, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no ato de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

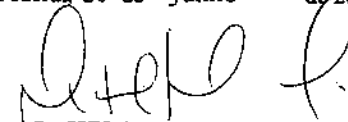
Art. 1º - Excluir da Comissão do Tour dos Finais de Semana, designada pelo Ato do Diretor-Geral nº 1345, de 2000, a servidora ILANA TROMBKA, matrícula 5411.

Art. 2º - Incluir na mesma Comissão a servidora Maria Luciney de Souza Salomão, matrícula 3914.

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2001.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 20 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1126, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no ato de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar para presidir a Comissão de Tour dos Finais de Semana, constituída pelo Ato do Diretor-Geral nº 1345, de 2000, a servidora Juliana Maria Guaracy Rebelo, matrícula nº 5467, em substituição ao servidor José Luiz Vieira Xavier, matrícula 1927.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2001.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 20 de junho de 2001.

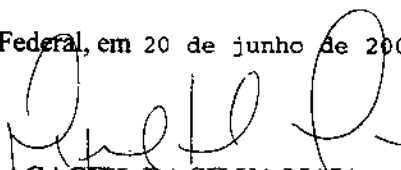

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1127, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009058/01-0

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NURI ANDRAUS GASSANI** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lindberg Cury.

Senado Federal, em 20 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1128, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008749/01-9,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA IVONEIDE VASCONCELOS SOARES, matrícula 2141, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Sérgio Machado, com efeitos financeiros a partir de 05 de junho de 2001, e lotá-la na Secretaria de Comunicação Social, a partir da mesma data.

Senado Federal, 20 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1129, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 008961/01-8,

RESOLVE dispensar a servidora **VANESSA APARECIDA DE SOUZA**, matrícula 4226, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Mauro Miranda, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 13 de junho de 2001.

Senado Federal, 20 de junho de 2001.

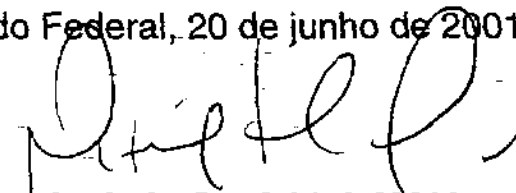


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1130, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE**: torna sem efeito o Ato nº 1092/01-DGER, publicado no BAP nº 2347 de 18 de junho de 2001, conforme determinação do Senhor Primeiro-Secretário.

Senado Federal, 20 de junho de 2001



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1131, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009.089/01-2

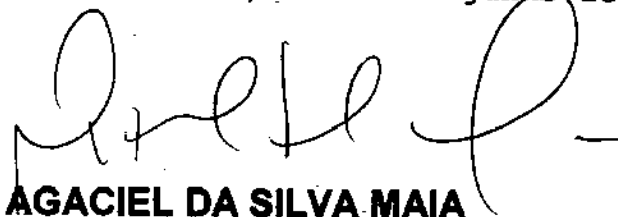
R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JEFFERSON PRAIA BEZERRA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jefferson Peres.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1132, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 911, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2328, de 15/05/2001, que nomeou **JEFFERSON PRAIA BEZERRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jefferson Peres, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 21 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral